



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia da População do Brasil

Volume 1

João Eduardo de Alves Pereira



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Geografia

UERJ – Glaucio José Marafon

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

João Eduardo de Alves Pereira

DIREÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

COORDENAÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Paulo Vasques de Miranda

DESIGN INSTRUCIONAL

Karin Gonçalves

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Fábio Rapello Alencar

REVISÃO LINGUÍSTICA E TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Flávia Saboya

Lícia Matos

Elisa Silveira

Mariana Caser

Yana Gonzaga

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

Larissa Averbug

Núbia Roma

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

Vinicius Mitchell

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2014, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

P434

Pereira, João Eduardo de Alves.

Geografia da População do Brasil. V. 1 / João Eduardo de Alves Pereira. – Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014.

462 p. ; Il. 19 x 26,5 cm

ISBN: 978-85-7648-972-6

I. Geografia. II. Povoamento. III. Território. 1. Título.

CDD: 900

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Gabiell Carvalho Neves Franco dos Santos

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA
TÉCNICA
Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Luis César Passoni

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

- Aula 1** – Estado, Geografia, população e o povo brasileiro _____ 7
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 2** – Formação, povoamento e consolidação do território brasileiro: o “meio natural” _____ 43
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 3** – Formação, povoamento e consolidação do território brasileiro no “meio técnico”: da formação do Império (1808-1822) ao fim do I Reinado (1831) _____ 85
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 4** – Formação, povoamento e consolidação do território brasileiro no “meio técnico” durante o II Reinado: o período das regências (1831-1840) _____ 139
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 5** – Formação, povoamento e consolidação do território brasileiro no “meio técnico” no Império brasileiro _____ 187
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 6** – Formação, povoamento e consolidação do território brasileiro no “meio técnico” e a queda do Império brasileiro: Guerra do Paraguai, abolição da escravatura e identidade nacional _____ 237
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 7** – Formação, povoamento e consolidação do território brasileiro no “meio técnico” e os primeiros governos da República: a população do sertão nordestino, a Guerra de Canudos e o Acre _____ 301
João Eduardo de Alves Pereira

Aula 8 – “Meio Técnico”, Industrialização, Modernização Conservadora e Evolução Demográfica no Brasil (1930-1980): da estrutura territorial em “arquipélago” à polarização centro/periferias _____	383
João Eduardo de Alves Pereira	

Referências _____	455
--------------------------	-----

Aula 1

Estado, Geografia, população e o povo brasileiro

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Apresentar ao(à) aluno(a) a formação do povo brasileiro como um processo complexo e dinâmico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a importância da Geografia para o processo de difusão de valores da cidadania e de consolidação da democracia no Brasil;
2. estabelecer relações entre Estado, população, educação, Geografia e a formação da concepção de povo, nação;
3. descrever aspectos econômicos, étnicos, culturais e espaciais da evolução do povo brasileiro, considerando que organização do Estado no Brasil antecedeu à sua formação.

INTRODUÇÃO

A Geografia e seu ensino crítico

Caro(a) aluno(a), nesta primeira aula, apresentaremos aspectos da formação do povo brasileiro que envolvem a assimilação pela população da visão de pertencimento a uma mesma nacionalidade.

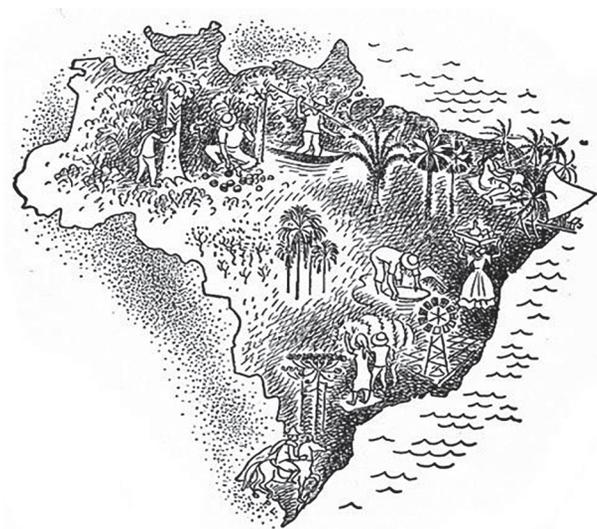


Figura 1.1: Imagem inspirada na capa do livro *Tipos e Aspectos do Brasil*, de Percy Lau.

Fonte: LAU, Percy. Capa de: *Tipos e Aspectos do Brasil* (excertos da Revista Brasileira de Geografia). 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1956

Talvez, sem essa concepção de nacionalidade, poderiam se desenvolver aqui movimentos separatistas, a exemplo dos que ocorrem em países, como Nigéria, China e Rússia, entre outros tantos. É bom lembrar que tivemos no passado situações desse tipo, conforme a tentativa de independência do Rio Grande do Sul, nos tempos de Pedro II.

Para que uma identidade nacional brasileira surgisse numa população dispersa por um grande território e de diversas origens étnicas e culturais, o Estado brasileiro teve sucesso na utilização de vários instrumentos de caráter econômico e político.

Um deles foi a construção de um sistema educacional, ao longo do século XX, que favoreceu – e continua a favorecer – a assimilação pelas novas gerações de uma concepção interessante ao Estado sobre o que é ser brasileiro(a), apesar da incapacidade desse mesmo Estado em cumprir promessas como a de uma distribuição mais justa da riqueza socialmente produzida.

No Brasil, ainda temos, lamentavelmente, processos sociais, econômicos e políticos que trazem marcas de um passado de colonização de exploração, de escravismo, de autoritarismo, de violência e de desrespeito a direitos básicos do ser humano e da própria sociedade, e isso precisa ser superado.

A Geografia e seu ensino no Brasil não podem ser vistos fora deste contexto histórico. E para você, que ao final deste curso, será professor(a) de Geografia, queremos chamar a atenção para a efetiva contribuição que o ensino dinâmico da disciplina pode dar à construção, à difusão, à consolidação de uma cultura verdadeiramente cidadã e democrática. Nela, o Estado não se colocará mais a frente ou acima da sociedade – herança, a propósito, ainda dos tempos de Colônia.

Enquanto que, por muito tempo, o aprendizado da Geografia foi tido como um exercício apolítico e enciclopédico, que valorizava a capacidade de memorização de acidentes geográficos, capitais de países, áreas e regiões de ocupação antiga, pontos importantes à navegação internacional, entre outros, desde os anos 1960 e 1970, o ensino da Geografia tem procurado valorizar novos métodos e conteúdos, fugindo a estruturas que, durante décadas, seguiram padrões descritivos e, de certa forma, pouco dinâmicos.

E agora cabe a você, como professor(a), estimular o alunado a desenvolver o estudo crítico e dinâmico de fenômenos demográficos, étnicos, culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais que exigem uma capacidade de análise e de síntese que valorizem justamente o enfoque, o olhar da Geografia.

Estado, educação e Geografia

O primeiro registro de ensino nacional data de 1549 com a chegada dos jesuítas que edificaram em Salvador a primeira escola elementar brasileira. Junto com a moral, os costumes e a religiosidade europeia, os jesuítas trouxeram também os primeiros métodos pedagógicos.



Figura 1.2: Antigo Colégio dos Jesuítas em Salvador, Bahia (1858).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fronde,_Benoist_-_Antigo_Col%C3%A9gio_dos_Jesu%C3%ADtas_em_Salvador,_Bahia.jpg

Em razão de conflitos de interesses com a Coroa Portuguesa, em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, o que certamente influenciou o desenvolvimento da educação no país. No Império, houve iniciativas, como a da fundação do Colégio Pedro II, em

Educação Laica

Tipo de educação caracterizada pela oposição ao ensino realizado pelas igrejas. Teve início no Brasil, com a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, em 1759.

1837, mas o Estado-nacional só se apropriaria verdadeiramente da Educação com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, quando realmente viríamos a ter uma verdadeira **Educação laica**, com escolas públicas de Ensino Fundamental e intermediário.

Embora a gratuidade do ensino no Brasil, já houvesse sido prevista pela Constituição Imperial de 1824, sua obrigatoriedade só viria com a Constituição de 1934. A título de comparação, na Alemanha, mesmo antes de sua unificação em 1871, o ensino já havia se tornado obrigatório: os pais que não matriculassem seus filhos nas escolas seriam passíveis de prisão!



Sobre a Educação e o modo como ela foi tratada pelas Constituições do Brasil, indicamos a leitura do artigo de Sofia Lerche Vieira, encontrado no endereço <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/498/508>. Neste artigo, você poderá obter informações importantes sobre a história da Educação no Brasil e seus desdobramentos políticos recentes. Cada vez mais – não apenas em concursos públicos – é cobrado do professor de qualquer disciplina, não só a Geografia, uma capacidade de avaliar o caráter político de sua atuação pedagógica.

E por que a Escola passou a ser vista como fundamental aos Estados nacionais?

Bem, porque, entre outros fatores, a Revolução Industrial (1760) e a urbanização a ela associada/inerente demandavam trabalhadores mais qualificados que os de antes. Educar, treinar, qualificar é algo caro e de longo prazo de realização, e à burguesia interessava socializar os custos da formação de pessoal.

A Escola passava, então, a ser mantida por recursos públicos, arrecadados a partir dos impostos e tributos cobrados de toda a população, inclusive dos mais pobres. Para o Estado Nacional, a gestão direta da Educação permite criar currículos, cujas disciplinas e conteúdos podem estar relacionados a projetos de manutenção, consolidação, afirmação e expansão do seu próprio poder tanto em nível interno quanto externo ao seu território.

Um exemplo disso é o ensino da língua nacional. Sua padronização, a partir do estabelecimento de regras ortográficas e gramaticais obrigatórias, é importante para o funcionamento de um Estado, que, afinal, tem na produção, execução e interpretação de leis e normas administrativas uma das bases de seu poder. A difusão das regras ortográficas e gramaticais tem na Escola um locus privilegiado e fundamental (nos concursos públicos, também!).

E, a Geografia nesta dinâmica, onde entrava?

Para o Estado-Nação, que se consolidara na Europa Ocidental, após a **Paz da Vestefália** (1648), e que se tornou modelo jurídico-político de expressão global com a expansão do capitalismo imperialista no século XIX, é importante que sejam difundidas e assimiladas suas concepções acerca da organização de espaços e territórios pela própria população do país, e é aí que entra a Geografia.

Quando se trata do controle do território e de suas representações, até mesmo o nome de uma cidade, região, país pode ser importante para o Estado afirmar sua soberania e seus interesses.

Paz da Vestefália

Conjunto de tratados compilados em meados do século XVII, encerrando uma série de conflitos e guerras no continente europeu. A partir destes tratados, os historiadores compreendem que houve o surgimento do Estado-Nação, à medida que se reconheceu pela primeira vez o conceito de soberania tal qual o entendemos hoje.



Você sabe de onde vem o nome Paquistão?

Paquistão ou a “Terra dos Pak”, a “Terra dos puros” em idioma persa (o farsi), é um **acróstico**, criado em 1933 na Universidade de Cambridge pelo estudante muçulmano nacionalista Choudhary Rahmat Ali, quando o país era ainda uma colônia britânica. Ele faz referência a etnias ou regiões que formariam um novo país – independente em 1947:

P – **P**unjab; A – **A**fghania; K – **C**axemira; I – **I**rã; S – **S**indh; T – **T**urcaristão (aproximadamente os estados turcos da Ásia central); e, **ÃO** – Balochist**ÃO**.

Acróstico

Formas textuais onde a primeira letra de cada frase ou verso formam uma palavra ou frase.

Em outros, termos a Geografia é um campo do conhecimento humano importante para o controle do território, o qual, numa definição muito ampla, seria uma porção da superfície terrestre delimitada por fronteiras fixas. No território, o Estado exerce soberania, o que lhe permite o direito ao exercício de três monopólios: a lei, a força e a tributação. Sem contar ainda, a imposição de uma moeda nacional.

coletivo. Isso congestionam as vias de circulação e torna ainda mais cansativa a jornada de trabalho, especialmente, de quem depende do sistema de ônibus.

- O surgimento de espaços fechados à livre-circulação das pessoas, seja em comunidades carentes seja em condomínios de luxo. Trata-se de um processo que vem ocorrendo em muitas cidades do mundo e do Brasil, reduzindo a qualidade de vida de todos, sobretudo, dos mais pobres.

Território, população e povo

Retornando à questão da relação entre população, ensino da Geografia e Estado nacional, vamos buscar elementos na obra de Friedrich Ratzel (1844-1904), considerado como o fundador da Geografia Política. Suas concepções tiveram grande difusão durante o processo de unificação alemã, no século XIX.



Friedrich Ratzel (1844-1904)



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Friedrich_Ratzel.jpg

Geógrafo e etnógrafo alemão, nascido em Karlsruhe, Baden, foi primeiro farmacêutico e só mais tarde tornou-se doutor em Zoologia pela Universidade de Heidelberg (1868). Publicou um ensaio sobre a obra de Darwin (1868) e mais tarde se interessou também pelas teorias sobre a migração de espécies. Trabalhando como correspondente do jornal *Kölnische Zeitung*, de Colônia (1874-1875), viajou pelo sul da Europa, México e Estados Unidos, o que o levou ao estudo da *antropogeografia* (geografia humana). Mundialmente conhecido por ter sido um dos fundadores da Ciência Geográfica, especialmente da Antropogeografia ou Geografia Humana, com a criação da disciplina Geopolítica, morreu em Ammerland, Alemanha. Suas mais importantes obras foram *Anthropogeographie* (1882-1891), *Völkerkunde* (1885-1888), *Politische Geographie* (1897), *Die Erde und das Leben* (1901-1902) e *Lebensraum* (1901).

Ratzel concebia o Estado como um organismo vivo e como tal, sujeito ao evolucionismo. Estados surgiriam e poderiam desaparecer, se fossem incapazes de se adaptar às mudanças do meio, isto é, de competir com os outros Estados por território.

Os Estados teriam de buscar não só a manutenção de seus territórios e áreas de influência – seus “espaços vitais” – como sua ampliação (COSTA, 1992). O êxito territorial do Estado dependeria, contudo, para Ratzel, do “espírito do povo” (*volksgeist*), ou seja, sua capacidade de trabalho, disciplina e organização, seus valores, sua identidade. O “espírito do povo” seria determinado pelo ambiente físico, pelo solo pátrio, pelo território.

A afirmação da identidade levaria à integração da população, à superioridade de **forças centrípetas** em relação a forças

Forças centrípetas e centrífugas

Na Física, as forças centrípetas seriam aquelas que atraem as partículas para o centro de um sistema de gravidade. Já as centrífugas, seriam aquelas que fariam as partículas afastarem-se do centro. Na Geografia Política, isto quer dizer que num Estado nacional atuam forças (a exemplo dos regionalismos e movimentos étnicos separatistas) que podem desagregá-lo. Haveria, em contrapartida, forças (a exemplo de ideologias nacionalistas ou mesmo a organização de mercados de escalas nacionais e não meramente locais ou regionais) que o manteriam integrado. Um Estado nacional continuará a existir e a manter territórios, caso tenha equilíbrio entre essas forças.

centrífugas, o que, em outros termos, significaria um elevado nível de coesão interna e de apoio a um projeto de nação. A população se transformaria, assim, em povo, em nação, evitando sentimentos regionalistas e reivindicações e movimentos separatistas.

A Geografia Política de Ratzel foi, sem dúvida, um dos pilares do nacionalismo alemão – mas não se pode imputar a ele ou à Geografia Política as deformações e os crimes contra a Humanidade que viriam a ser feitas posteriormente pelo nazismo.

Paz Armada

Fase da história europeia e mundial que antecedeu à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), marcada pelo armamentismo dos países formadores das duas alianças em disputa: a Tríplice Aliança (Impérios Alemão, Austro-Húngaro, Otomano) e a Tríplice Entente (França e Impérios Britânico e Russo).

Os alemães, durante a “**Paz Armada**”, não foram os únicos a buscar a legitimação de projetos imperialistas, por meio de ideologias geográficas ou espaciais. A Geografia Política difundiu-se pelos centros de poder das potências da época, por suas chancelarias, estados-maiores e universidades, inclusive no Brasil (COSTA, 1992).

No Brasil, a relação entre Estado, nação e povo também vem sendo estudada pela Geografia. Neste contexto, valemo-nos de um dos mais destacados geógrafos brasileiros, o Professor Pedro Geiger (2003) que adverte que há uma:

sutil diferença entre Estado e nação, e que tanto um como outro inscrevem formas geográficas. Para o exercício do Estado, o território é imprescindível. O Brasil Estado é o Brasil dos limites, que o separam de outros Estados, que delimitam as suas unidades federativas, O significado de limites é o de contenção, diferenciação e consenso. A nação transcende o território; o imprescindível é o povo [...] No Brasil, o Estado antecedeu a nação e assumiu papel condutor, inclusive na construção da própria nação.

Fonte: Adaptado de: GEIGER, Pedro. *As formas do espaço brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.



Atende ao Objetivo 2

2. A letra do Hino Nacional Brasileiro tem aspectos que tratam da relação entre o território e o povo, fortalecendo o papel do Estado.

No *site* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/hino.htm, você tem acesso à letra do hino. Já no *site* http://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_Nacional_Brasileiro, você tem acesso a informações detalhadas de como o povo escolheu o hino. Sim, foi o povo quem o escolheu. O hino oficial era outro. Você sabia?

Após ler o os conteúdos indicados, destaque pelo menos um trecho da letra do Hino Nacional Brasileiro que, em sua opinião, estimulam o sentimento de união dos brasileiros.

Resposta Comentada

O Hino Nacional Brasileiro é um dos quatro símbolos nacionais (a Bandeira Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional são os outros), de acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu art.13, § 1º. A partir de 22/09/2009, o hino deve ser cantado, obrigatoriamente, uma vez por semana nas escolas de Ensino Básico.

Mas, o que é curioso no hino é a sua história, a ligação dele como o povo. A música é de 1822 e foi composta, por Francisco Manuel da Silva (1795-1865) para comemorar a Independência. Chamava-se a “Marcha Triunfal”. A letra que cantamos hoje é de 1909, de autoria de Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927)! O povo tinha a música como o seu

hino, ao invés daquele que havia sido composto por Pedro I (o Hino à Independência) e isso era informalmente respeitado pelo imperador Pedro II.

Com o advento da República, em 1889, houve a escolha, em concurso público, de um novo hino (hoje, é o Hino à Proclamação da República), que, contudo, não foi acolhido pelo povo e pelo próprio Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). O hino viria a ter os seus direitos autorais adquiridos definitivamente pelo Estado brasileiro, em 1922, por cinco contos de réis, durante o governo de Epitácio Pessoa. A partir de então, tornou-se formalmente o Hino Nacional brasileiro.

Da letra do hino, destacamos dois trechos:

- a. *“De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,”*

Aqui, destaca-se a existência de um povo heroico que dá o grito, o brado da liberdade, da Independência. Sabemos que a Independência foi proclamada por Pedro I, e, que, em algumas regiões do país como o Maranhão, a Bahia e o Pará, raios não foram exatamente fúlgidos. Houve resistência, violência e conflitos. Na Bahia, por exemplo, o dia dois de julho é feriado estadual, em memória à vitória dos que defendiam a Independência, proclamada por Pedro I.

- b. *“Brasil, de amor eterno seja símbolo [...]
Paz no futuro e glória no passado.”*

Neste, chama-se o amor como símbolo, como chave para um futuro de paz, portanto, sem o risco de conflitos tanto internos quanto externos. A glória dos antepassados é algo que nos impeliria a continuar a trabalhar por um Brasil melhor.

○ Estado e o povo brasileiro

○ Determinismo e a eugenia no Brasil

A obra de Ratzel, na questão da formação do povo, sustentava que o espaço geográfico moldaria seu espírito. Tratava-se da Tese do Determinismo Geográfico.

Por ela, as populações de regiões tropicais, em razão das características de obtenção de alimentos supostamente facilitadas por climas quentes, seriam menos dispostas a trabalhar. Seriam dadas à indolência, à falta de iniciativa.

Populações de regiões de climas frios ou temperados, em resposta às dificuldades impostas pela natureza, seriam mais capazes de inovar, de buscar soluções tecnológicas, de trabalhar mais. Populações europeias ocidentais, neste caso, não teriam criado uma civilização industrial à toa: seriam superiores naturalmente.

Populações dos trópicos seriam naturalmente inferiores e, por isso, sujeitas a um inexorável domínio de uma Europa Ocidental imperialista.

Em resposta ao Determinismo, a Geografia Francesa, fortemente marcada pela obra do historiador Paul Vidal de La Blache (1845-1918), formulou a Tese do Possibilismo, que, em linhas gerais, considerava que o ser humano, embora tivesse seu comportamento influenciado sobremaneira pelo ambiente físico, pelo espaço geográfico, não teria seu caráter determinado totalmente pela natureza. A capacidade de raciocinar poderia levar o homem a reduzir os efeitos do ambiente sobre.



Paul Vidal de La Blache (1845-1918)



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paul_Vidal_Blache.jpg

Terceiro Mundo

No ambiente da Guerra Fria, Alfred Sauvy criou a perspectiva de um Mundo formado, a exemplo dos estados da sociedade francesa anterior à Revolução de 1792, por três categorias: Primeiro Mundo (países capitalistas avançados); Segundo Mundo (países socialistas industrializados); Terceiro Mundo (países independentes e periféricos, politicamente de economia capitalista, não necessariamente alinhados nem ao EUA nem à extinta URSS).

Geógrafo, nascido em Pézenas, Hérault (França), estudou História e Geografia na École Normale Supérieure, em Paris, foi professor da École Normale (1877-1898) e professor de Geografia, na Sorbonne (1898-1918), onde trabalhou até o fim da vida. Em 1891, fundou e editou a revista *Annales de Géographie*, ainda hoje o mais importante periódico de geografia da França. Defendia uma geografia regional, baseada no intensivo estudo de regiões fisicamente pequenas definidas como “os cantões da França”, e do inter-relacionamento das pessoas com o seu ambiente. Pregou uma teoria de que estudos de partes isoladas da Terra não têm importância, e que existiria um contínuo jogo de ação, reação e interação entre grupos humanos e seus ambientes naturais. Considerado o expoente máximo da geografia francesa, autor do *Atlas générale*, do primeiro volume da *Histoire de France* (1903), de Ernest Lavisse, do póstomo *Tableau de géographie humaine* (1921), além de criador do Possibilismo Geográfico. Morreu no ano de 1918 em Tamaris-sur-Mer.

Populações de regiões de climas tropicais teriam, portanto, a partir da importação de valores culturais e morais, de padrões educacionais, de estilos de vida e trabalho, possibilidades de fugir a uma condição de inferioridade, nos termos (im)postos pelo Determinismo.

Obviamente, os valores morais, os padrões educacionais, a estética e os hábitos e estilos de vida e trabalho deveriam ser introduzidos pelos europeus – neste caso pela cultura francesa – nas sociedades que, nos anos 1950, viriam a ser denominadas posteriormente pelo Sociólogo francês Alfred Sauvy (1898-1990) como componentes de um “**Terceiro Mundo**”.

No Brasil, inicialmente, o Determinismo teve grande aceitação entre setores das elites, no final do Império. À medida que a abolição da escravatura se impunha por seus aspectos humanos, morais e capitalistas, fazia-se como necessária a importação de força de trabalho europeia, com ênfase na atração de cidadãos de origem germânica (suíços, alemães, austríacos, belgas de fala flamenga) e italiana. Havia escassez de mão de obra. O Brasil, de território imenso, possuía pelo Censo de 1872, apenas 9.930.478 habitantes.

O fato é que no final do século XIX, parcelas das elites brasileiras falavam em **eugenia**, em branqueamento (ou branquização) de uma população majoritariamente negra ou mestiça.

Na perspectiva dos defensores da eugenia, como poderia o Brasil se apresentar aos centros do poder mundial do final do século XIX como uma nação forte e de futuro, se o Determinismo já nos teria condenado de antemão? Índios, negros e portugueses pouco instruídos e pobres (a “arraia-miúda”), em processo de miscigenação durante os séculos de colonização, poderiam produzir um povo moderno e “superior”, segundo padrões ocidentais?

Eugenia

Termo criado, em 1883, por Francis Galton (1822-1911), primo do criador da Teoria do Evolucionismo, Charles Darwin, que considerava que espécie humana poderia ser aperfeiçoada física e mentalmente, por meio da seleção e reprodução dos mais aptos, dos mais fortes, dos mais capazes. A hereditariedade permitiria a incorporação nas gerações mais novas de qualidades consideradas superiores.



A eugenia pelo mundo

Hoje, quando pensamos em eugenia, é inevitável a associação imediata à Alemanha nazista, no entanto quando aprofundamos o assunto concluímos que os princípios do branqueamento se espalharam por todo o mundo. Entre os países que lançaram mão da doutrina temos os Estados Unidos, Dinamarca, Japão com o programa de produção de futuros samurais, a China que incentiva a eugenia até os dias atuais e inclusive o Brasil, com sua maioria da população de mestiços. Mas não para por aí. Quer saber mais, leia a entrevista da pesquisadora Pietra Diwan no endereço http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/eugenia_a_biologia_como_farsa.html, ou pela revista Duetto, História Viva – edição 49 – Novembro 2007.

Pelo Censo de 1872, eram 42% os pardos ou mestiços e 38% de brancos. Mas, esse número de brancos era superestimado. O antropólogo e Educador Darcy Ribeiro (1922-1997) ensina, em sua importante e instigante obra *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, que os dados relativos à cor de pele são sempre confusos no país, pois haveria uma tendência “a classificar como brancos todos os bem-sucedidos”.

Darcy Ribeiro destaca, contudo, que os resultados dos censos demográficos realizados ao longo do século XX mostraram que, de fato, a participação dos brancos se elevaria no total da população brasileira. Porém, isso teria sido muito mais o efeito do crescimento vegetativo, decorrente de melhores condições sociais. Outro fator é o da continuidade da confusão da determinação da cor especialmente entre negros, pardos e/ou mestiços:

Os censos refletem um decréscimo progressivo da proporção de negros na população brasileira, que passa de um quinto para um vigésimo da população no último século. Também em números absolutos houve queda, porque depois de um ascenso de 2 a 6,6 milhões, nos cinquenta anos posteriores à abolição, caiu para 5,6 milhões em 1950 e apenas alcança 7,2 milhões em 1990. É presumível que muito negro se tenha classificado como pardo, porque cada pessoa escolheu sua cor ou a de seu grupo doméstico.

É evidente, porém, o contraste da progressão do grupo negro com o grupo branco, que salta de 38%, em 1872, para 62%, em 1950, e para 55%, em 1990.

Numericamente, de 3,8 para 32 e para 81,4 milhões no mesmo período. O alto incremento do contingente branco não é explicável pelo crescimento da migração européia, a partir de 1880. O vulto desta nunca alcançou um nível que permitisse influir decisivamente sobre a composição da população original. A explosão demográfica dos “brancos” brasileiros só é inteligível, pois, em termos de um crescimento vegetativo muito intenso, em números absolutos.

Fonte: RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

O Possibilismo e a transformação da população em povo

Com a queda do Império, em 1889, ocorreria a valorização do Possibilismo entre as frações um pouco mais progressistas (ou menos arcaicas) das elites brasileiras que iriam liderar a República. Entre essas frações estavam os militares, especialmente, do Exército. Para estes segmentos, a eugenia ou branqueamento por importação de mão de obra europeia não era o caminho para uma eventual melhoria na posição do país no mundo.

Enclaves

Enclaves são áreas e regiões situadas totalmente no interior do território de um país, mas pertencem à soberania de outro Estado ou nação, nem sempre contíguo ou mesmo próximo. Como exemplo de enclave, lembramos o caso de Cabinda, de soberania angolana. Cabinda está separado de Angola por uma faixa de território de soberania da República Democrática do Congo.

Positivismo

Em linhas gerais, define-se como um conjunto de conceitos que valoriza a existência humana, a partir de valores completamente humanos. Considera que a Humanidade deve se afastar de bases religiosas e buscar na História e na Ciência uma nova ética, novas hierarquias, o que seria compatível com o desenvolvimento de sociedades industriais.

Na verdade, a imigração não ibérica poderia trazer problemas de integração nacional, à medida que **enclaves** de população estrangeira se formassem e se considerassem não pertencentes ao todo, não submetidas à soberania, às leis do Estado brasileiro.

Esse temor levaria, posteriormente nos anos 1930, o governo de Getúlio Vargas a limitar a entrada de imigrantes italianos e alemães, atraindo contingentes de outras origens, a exemplo dos sírio-libaneses. Além disso, instituiria a obrigatoriedade do uso e do ensino do português nas escolas nas colônias de alemães, italianos e japoneses, especialmente na região Sul do país.

Para o Brasil do início da República – e mesmo para o posterior Brasil da Era Vargas – o povo brasileiro não tinha que aceitar o destino de submissão e inferioridade do Determinismo Geográfico. Como, por exemplo, pensar a ascensão sob o ponto de vista do poder militar-estratégico de um Estado, sendo suas tropas recrutadas entre uma população supostamente incapacitada pela própria natureza?

Não é de se estranhar, deste modo, que a República trouxesse no lema da nova bandeira nacional uma possível resposta, que refletia uma das marcas do pensamento de frações importantes das elites nacionais de então: o **Positivismo** de Auguste Comte (1798-1857).



Figura 1.3: Bandeira Nacional Brasileira.

O lema de nossa bandeira representava a ideia de que ao povo seria dado aquilo que lhe faltava: o governo. Orientado, tutelado pelo Estado, o povo, supostamente, alcançaria o progresso.

Em decorrência, o Brasil poderia aspirar a uma condição de destaque, senão de potência na América do Sul e no Mundo, desde que seguisse modelos de sucesso do Velho Mundo. O Brasil fugiria do determinismo dos trópicos e dos supostos limites de um povo mestiço, por meio da Educação. Educação, cuja estrutura e formato enciclopédicos seriam importados, justamente, da França e de sua culturalmente rica e fascinante capital: Paris, “a Cidade Luz”.



A Antropofagia e a Semana de Arte Moderna de 1922



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Semana_de_arte_moderna_1922.jpg

No ambiente cultural dos anos 1920, intelectuais, escritores, artistas, pintores protagonizaram um movimento,

de cunho nacionalista, que propôs a valorização da cultura e do povo brasileiros, sendo a base do Modernismo no Brasil. Assimilando aspectos da cultura ocidental, mas num contexto de afirmação da cultura brasileira, a Antropofagia ou Movimento Antropofágico teve na Semana de Arte Moderna de 1922 o ponto de partida para a difusão de suas concepções brasileiras de arte, literatura, música etc. De uma certa forma, a Bossa Nova, o Tropicalismo, entre outras manifestações artísticas posteriores, são decorrência direta do que a geração de 1922 criou e inovou. Ou seja, o Estado brasileiro não esteve sozinho no estímulo à valorização do potencial do povo e de sua identidade cultural.

O Brasil e seu povo: potência emergente e qualidade da educação no século XXI

O fato é que o Estado brasileiro assumiu, a partir dos anos de 1930, a Educação como algo necessário, enfim, à sua própria afirmação numa conjuntura geopolítica internacional marcada pelos efeitos da crise de 1929 e pelo processo histórico que levaria à II Guerra Mundial.

Com a ascensão de Getúlio Vargas (1882-1954) à Presidência, com a Revolução de 1930, a questão educacional passa a ser vista como de “salvação nacional”.

Expressão forte, não acha? Salvar o povo?

Leia, a seguir, o discurso do então Presidente, em 15 de novembro de 1933:



Figura 1.4: Retrato do presidente Getúlio Vargas.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Get%C3%BAlio_Vargas_-_1930.jpg

Devemos repetir que educar não consiste somente em ensinar a ler. O analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, peso morto para o progresso da Nação, constitui mácula que nos deve envergonhar. É preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar ocasião. Cumpramos fazê-lo aqui, não para recriminar inutilmente, mas, apenas para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação nacional [...] O problema da educação do povo continua a ser, ainda e sempre, o nosso magno problema.

Fonte: VARGAS *apud* SANTOS, E.M. e RODRIGUES, S.B.P. Educação e nacionalismo para o século XXI brasileiro. Disponível em: www.nucleusuerj.com.br/home/phocadownloadpap/10b.pdf. Acesso em: 29 jul. 2012.

A “Era Vargas” e o processo de substituição de importações levariam o Brasil a ter um crescimento econômico exponencial, o que permitiria ao país alcançar, antes do final da década de 1980, uma posição destacada entre as nações do bloco capitalista: éramos então a oitava economia do Mundo!

O Brasil deixara de ser rural. Sua população cada vez mais se tornava urbana, sendo sua estrutura marcada pelo crescimento de grandes espaços metropolitanos. São Paulo, que ultrapassara em população o Rio de Janeiro na década de 1950, alcançaria, antes do final do século XX, a condição de “*cidade global*”.

Cidade global

Conceito criado pela socióloga holandesa Saskia Sassen (1949) que se refere, em linhas gerais, às cidades que estão no topo de uma hierarquia de centros urbanos estratégicos aos fluxos transnacionais de pessoas, informações, mercadorias, serviços, finanças e cultura, no período atual do desenvolvimento do capitalismo (globalização ou mundialização).

O Planalto Central receberia a nova capital, construída com as marcas do carisma de Juscelino Kubistchek (1902-1976), da genialidade de Oscar Niemeyer (1907-2012) e de Lúcio Costa (1902-1998), e com o suor, a saúde, o entusiasmo e o trabalho de milhares de trabalhadores humildes, conhecidos como candangos.

Esse êxito, quando analisado criticamente, leva-nos à consideração de dois aspectos inquestionáveis:

- o primeiro reside no caráter concentrador da renda e conservador da modernização, comandada pelo Estado, em conjunto com o capital nacional e com o transnacional. Muitas das estruturas sociais e políticas tradicionais permaneceram, apesar da entrada de novos agentes e atores e da introdução de novos processos produtivos em toda a economia.
- o segundo está no caráter autoritário, explícito tanto pelo Estado Novo (1937-1945) quanto pelos vinte e um anos do Regime Militar (1964-1985). Esse autoritarismo ainda estaria presente em práticas do dia a dia, mesmo após o fim do último período ditatorial. O modo como as polícias entram em comunidades carentes não seria uma demonstração disso? O autoritarismo dificulta a fiscalização e o controle eficientes do Estado pela sociedade.

Você concordaria, então, que do ponto de vista do objetivo de geração de um sentimento de brasilidade, de pertencimento a um conjunto nacional, de criação de uma versão verde-amarela

de “espírito do povo” o Estado brasileiro foi de uma competência significativa, senão extraordinária?



A fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em 1934 (instalado, em 1936) foi importante para a ampliação da capacidade política e administrativa do Estado brasileiro. Em suas diversas linhas de atuação e trabalho, o IBGE produziu informações, mapas e publicações diversas. Uma delas foi a *Revista Brasileira de Geografia*. Não deixa de serem curiosas aos olhos de hoje as figuras e elementos do povo brasileiro representados nos anos 1950 pelo autor, Percy Lau? Eles não parecem enaltecer a capacidade de trabalho do (a) brasileiro (a)? Será que os tipos representados ainda existiriam, em razão da modernização do país e de sua economia desde então?

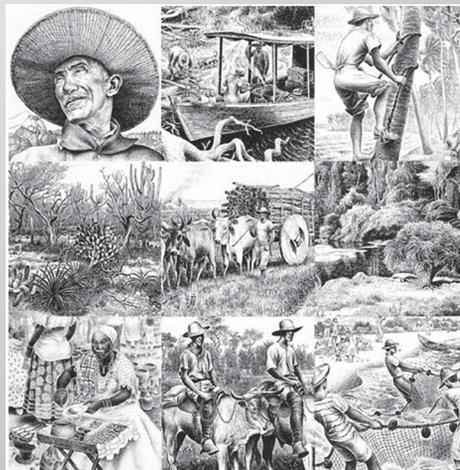


Figura 1.5: *Tipos e aspectos do Brasil.*

Fonte: LAU, Percy. *Tipos e aspectos do Brasil* (excertos da *Revista Brasileira de Geografia*). 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1956



Dica: Conheça a obra de Percy Lau (1903-1972) e sua importância na Geografia brasileira, por meio da leitura do artigo “A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras ‘visões iconográficas’ do Brasil moderno”, de Heliana Angotti-Salgueiro, disponível na página <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n2/a03v13n2>.

Nessa questão da brasilidade, não temos como não fazer referência à criatividade nas artes plásticas, na música, no cinema (novo), no teatro. Também temos a força do esporte, em especial do futebol e de suas figuras-heróis (ídolos), como Pelé, o “Rei”, e Garrincha, o “Anjo das Pernas Tortas”, entre tantos outros. Aqui, entra em campo o jornalista Néelson Rodrigues (1912-1980), criador da expressão “a pátria de chuteiras”.

Sobre o tema, escreve Borges:

Ao contrário de parte da imprensa nacional que acreditava que a instabilidade emocional do brasileiro, que ficou patente na derrota frente ao Uruguai, era decorrente da nossa mestiçagem, Nelson Rodrigues acreditava que a citada instabilidade era fruto de um arraigado sentimento de inferioridade que o brasileiro, voluntariamente, admitia ter em relação aos estrangeiros, que minava qualquer possibilidade de realização e vitória do selecionado nacional e que ele denominou como “complexo de vira-latas” [...]

[...] Para ele, o brasileiro não precisaria imitar os europeus ou mudar radicalmente suas características mais marcantes para alcançar as vitórias. Bastaria aprimorar as suas virtudes e ter consciência dos seus defeitos.

[...] Quando as Copas se aproximavam, Nelson buscava, de forma veemente, associar a nação brasileira ao futebol em suas crônicas. Para ele, a nação se uniria em torno do selecionado, seria “a pátria em chuteiras”.

Percebe-se que o jogo, mais do que uma disputa desportiva, também revela o “confronto” de culturas e de identidades. Demarca diferenças e nos individualiza. Nelson Rodrigues percebeu claramente, em seus escritos, que no campo e na vida, na gíngua e no jogo, no peito e na raça se fundem brasilidade e futebol. Torcer é pertencer. Entre atitudes corporais, discursivas e sociais se afirma um sujeito nacional, se inventa um brasileiro [...]

Fonte: BORGES, L.H. de A. A pátria em chuteiras. Disponível em: <http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/117/a-patria-em-chuteiras.html>. Acesso em: 29 jul. 2012.

Com o trabalho e a criatividade de seu povo, o Brasil alcançou, enfim, o destaque tão almejado por gerações passadas de brasileiros. Somos a sexta economia entre os PIB mundiais, embora nosso IDH ainda esteja em 73º lugar (dados para 2010).



Atende ao Objetivo 3

3. Há aspectos da cultura brasileira que se mostram cheios de contradições. Nós, brasileiros, temos uma incomparável capacidade de improviso: temos flexibilidade e jogo de cintura para superar uma série de desafios. Temos quase sempre um “jeitinho” para quase tudo, não?

Mas, qual é o limite ético para o “jeitinho”?

Uma reflexão sobre o tema é apresentada pelo Antropólogo Roberto DaMatta no *site*:

<http://www.youtube.com/watch?v=LjEc2RSLAck&feature=related>

Acesse o *site*, assista à palestra (de cerca de 05 minutos) e faça uma reflexão sobre o “jeitinho”, a “transgressão à brasileira” na visão de DaMatta.

Até que ponto o “jeitinho” é bom? Em que ponto passa a ser ruim para a própria sociedade?

Resposta Comentada

O “jeitinho” derivou de uma criatividade elevada da população diante dos desafios que lhe foram sendo impostos pelos processos históricos que formaram o povo brasileiro. A flexibilidade e a capacidade de improviso de seu povo são, sem dúvida, um fator positivo ao país no mundo instável e competitivo da globalização.

Mas, o “jeitinho” pode também valorizar comportamentos, práticas e uma visão de mundo que desvaloriza a organização, o planejamento, a eficiência na administração de recursos, na oferta de serviços públicos.

Há também a discussão do “jeitinho” na política e práticas que andam próximas da corrupção.

E nos dias de hoje...

Pois é, chegamos ao século XXI na qualidade de economia emergente. Somos credores do FMI, perdoamos dívidas de nações pobres da África, e agora, na crise internacional iniciada em 2008, voltamos a atrair mão de obra imigrante europeia qualificada. Recebemos de volta nossos compatriotas que haviam deixado o Brasil nas décadas de crise econômica de 1980 e 1990. Incorporamos milhões de brasileiros à condição de novas classes médias, desde 2003.

Chegamos ao grupo das 20 nações mais ricas e aspiramos à condição de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, sem os riscos de guerras de secessão ou de separatismo, ou de forte questionamento da autoridade central ou federal. Esses

riscos estão presentes na China, na Índia, na Rússia, Nigéria etc. Países com os quais o Brasil compara-se, principalmente, em razão do tamanho de seus territórios e populações.

Caro(a) aluno(a), o panorama atual do Brasil traz, de fato, muitos aspectos positivos, se comparados com um passado não muito distante. Reduziram-se, por exemplo, as taxas de mortalidade infantil de forma extraordinária em várias regiões do país. A inflação, por sua vez, tem hoje taxas anuais de apenas um dígito. O Real é relativamente estável, o que não ocorreu ao longo da história do Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro Real.

Mas, ainda há muito que se fazer em quantidade e sobretudo em qualidade, para que o Brasil seja de fato o “país do futuro”. E o futuro começa na Escola, na melhoria e modernização dos processos de ensino e aprendizagem, no planejamento e execução de projetos educacionais que se baseiam mais nas experiências e demandas populares do que nas do Estado.

Não teríamos, com isso, que pensar em novos currículos, inclusive, para a Geografia?

O fato é que o Estado, desde os anos 1930, não conseguiu cumprir até o presente a promessa das Constituições e Leis de Diretrizes e Bases da Educação de universalização da oferta de Educação de qualidade aos cidadãos brasileiros, a despeito dos gastos em Educação serem obrigatórios à União, estados e municípios.

Temos, em consequência do insucesso de uma Educação verdadeiramente inclusiva, uma sociedade extremamente desigual na distribuição de renda e de oportunidades. A despeito de todo o arcabouço legal existente, que pune todas as formas de racismo e preconceito, temos no dia a dia as marcas de uma sociedade violenta, onde riqueza e pobreza extrema convivem lado a lado: no morro e no asfalto; no latifúndio e no minifúndio; nos circuitos formais e informais da economia.

Era Informacional

Desde os anos 1970, a produção de informação passou a se realizar numa intensidade e velocidade sem precedentes. A informação passou a ser a base de todos os setores da economia, sendo fundamental à capacidade de competição das empresas e dos Estados. A produção de ciência e de tecnologias tornaram-se a base de expansão das economias na globalização. O termo Era Informacional tem como um de seus maiores difusores o Sociólogo espanhol Manuel Castells (1942).

Há, sem dúvida, um fosso profundo na sociedade brasileira não só, em termos materiais e de renda, mas em termos de acesso à cultura e a instrução técnica em uma **Era Informacional**. Temos de competir em uma economia global marcada, entre outros fatores pela ascensão de economias como a da China, da Coreia do Sul, da Índia, entre outros. Os desafios do século XXI parecem exigir que o Brasil, de uma vez por todas, trate com eficiência a qualidade a Educação de seu povo.

CONCLUSÃO

Culturalmente diversificado e por natureza criativo, o brasileiro é avaliado por especialistas da área da Administração de Empresas como um dos povos mais empreendedores de todo o mundo, apesar de uma escolaridade insuficiente.

Assim como no futebol, no esporte, na arte, na música, se pudermos aliar capacidade de improviso à técnica, seremos um povo melhor, não?

Somos ou não somos, enquanto brasileiros, “uma nova experiência humana”?

Ao responder essa questão, lembre de seu papel como educador!

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Faça uma observação crítica de dois quadros muito conhecidos pelo público brasileiro, de autoria do renomado pintor Pedro Américo (1843-1905). Como um personagem de seu tempo, Pedro Américo retratou muito bem a postura do Estado diante do povo.

O primeiro é o *Grito do Ipiranga*, de 1888. Neste, identifique como está representado o povo no momento em que Pedro I bradava: “Independência ou morte”!

O segundo quadro é a *Libertação dos Escravos* de 1889. Como é representada a liberdade? O que representa a escravidão abatida? Quem representa o Estado? Como os escravos recém-libertos são colocados na cena?



Figura 1.6: O grito do Ipiranga, de Pedro Américo, 1888.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independ%C3%Aancia_ou_Morte_2.jpg



Figura 1.7: *A libertação dos escravos*, de Pedro Américo, 1889.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Am%C3%A9rico_-_Liberta%C3%A7%C3%A3o_dos_Escravos,_1889.jpg?uselang=pt-br

Resposta Comentada

Primeiro quadro - O povo está abaixo, no canto da esquerda. A figura que o representa é a de um camponês que puxa um carro de bois e olha de longe com certo espanto a movimentação do Imperador e de sua comitiva. O povo vem a reboque...

Segundo quadro - A liberdade é representada por figuras aladas, angelicais femininas e alvas. Elas derrotam uma figura que se assemelha a um demônio, a escravidão. Uma das figuras femininas abre seus braços sobre pessoas negras, escravos, que estão abaixo, no centro da pintura. O Estado pode ser identificado no canto direito com um pergaminho, a lei, no colo de uma figura feminina. No centro do quadro, há a figura de uma soberana ao trono, a princesa Isabel... Ou seja, a liberdade teria sido uma concessão e não uma conquista dos escravos.

RESUMO

Nesta aula, entendemos a importância da assimilação pela população da visão de pertencimento a uma mesma nacionalidade e o potencial da Educação para a construção de um Brasil mais justo, não excludente e competitivo em um mundo marcado pela globalização e pela Era Informacional, e qual o seu papel, como profissional da Geografia na formação de um pensamento crítico acerca dos desafios do presente milênio.

Vimos como o Estado foi capaz de usar a Educação como ferramenta direta para a manutenção, consolidação, afirmação e expansão de seu próprio poder, além de influenciar de modo inquestionável a formação de uma identidade nacional brasileira – que impede o surgimento de movimentos separatistas que fragmentariam o território. A Geografia e seu ensino foram e são fundamentais ao desenvolvimento da identidade brasileira.

Na final do século XIX e em parte do século XX, a questão da identidade do povo foi tratada pelas elites do país no escopo do Determinismo e do Possibilismo.

De acordo com Friedrich Ratzel e sua tese do Determinismo Geográfico, as populações de regiões tropicais, em razão das características de obtenção de alimentos supostamente facilitadas por climas quentes, seriam menos dispostas a trabalhar. Por sua vez, populações de regiões de climas frios ou temperados, em resposta às dificuldades impostas pela natureza, teriam capacidade de trabalhar mais e seriam naturalmente superiores. A perspectiva de branqueamento ou eugenia foi um reflexo do Determinismo.

Em contrapartida, o Possibilismo de Paul Vidal de La Blache considerava que o ser humano embora tivesse seu comportamento influenciado sobremaneira pelo ambiente físico, teria a capacidade de raciocinar e reduzir os efeitos do ambiente sobre si próprio.

A adoção do Possibilismo, especialmente após o advento da República, pode explicar a ênfase que se passou a dar à Educação no Brasil como sendo matéria de “salvação nacional”.

No ambiente cultural, a partir do movimento da Antropofagia da década de 1920, celebrou-se a mestiçagem e a afirmação da capacidade do povo brasileiro na realização de um país inserido no rol das mais importantes nações.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, apresentaremos a formação e a consolidação do território brasileiro e de suas fronteiras durante a fase do “meio natural”.

Leitura recomendada

Há outros autores importantes à formação do professor e do bacharel em Geografia que não foram aqui citados, cujas obras abordam a temática da formação do povo e suas relações com o Estado brasileiro, a exemplo de:

BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. *Brasil uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1993.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

MATTA, Roberto da. *O que faz do Brasil Brasil*. São Paulo: Rocco, 1984.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 23. edição, 1994.

SANTOS, Milton & Silveira, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2002.

A leitura dessas obras seria importante para a complementação de sua formação.

Filmes recomendados

Algumas indicações de filmes que tratam de temas relacionados a esta primeira aula.

Bye, Bye, Brasil. De Cacá Diegues, 1979.

Gabriela, Cravo e Canela. De Bruno Barreto, 1983.

Villa Lobos: uma vida de paixão. De Zelito Vianna.

Aula 2

Formação,
povoamento e
consolidação do
território brasileiro:
o “meio natural”

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Apresentar ao(à) aluno(a) a influência ainda presente do “meio natural” no mapa de distribuição de população do Brasil atual.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o mapa atual de distribuição da população brasileira como resultante do processo histórico e de suas contradições;
2. descrever características da ocupação, povoamento, formação e consolidação do território de soberania do Estado brasileiro, segundo o referencial teórico dos “meios geográficos”, proposto pelo professor Milton Santos – com ênfase no chamado “meio natural”;
3. reconhecer estratégias espaciais e geopolíticas que permitiram ao Estado, com o esforço do povo, ocupar, conquistar e consolidar um território muito mais extenso do que aquele decorrente do Tratado de Tordesilhas.

INTRODUÇÃO

Caro(a) aluno(a),
veja o mapa de distribuição da população a seguir:

Distribuição da população em 2000

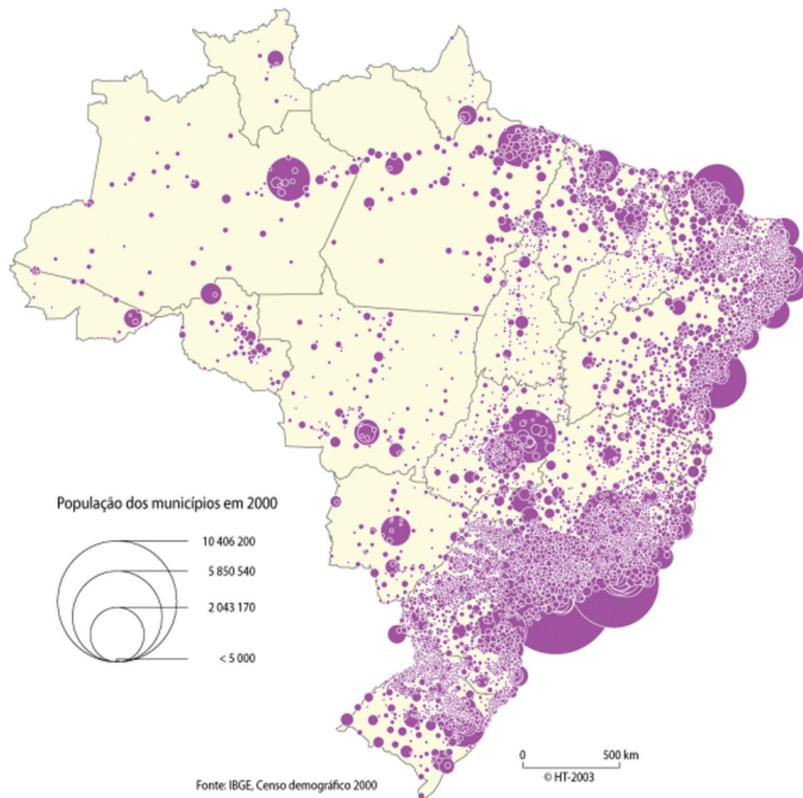


Figura 2.1: Brasil: distribuição da população.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:ARCHELLA_E_THERY_Img_06.png?uselang=pt-br

Mesmo sob uma análise superficial, podemos observar claramente a existência de núcleos de ocupação com regiões de maior ou menor densidade populacional, e aí surge uma pergunta: será que existe uma explicação histórica para esse fenômeno?

Milton Santos (1926-2001)

Geógrafo brasileiro, nascido em Brotas de Macaúbas, Chapada Diamantina, no dia 3 de maio de 1926. Embora tenha se graduado em Direito, ficou conhecido por suas contribuições no campo da Geografia, sendo considerado um dos grandes nomes da renovação da Geografia no Brasil, ocorrida na década de 1970. Filho e neto de acadêmicos, todos professores primários, aprendeu desde cedo que o caminho para a liberdade era a educação. Aos 13 anos de idade, lecionava Matemática e ao 15 Geografia. Aos 18, prestou vestibular para Direito, onde empolgava os colegas com seus discursos a favor da democracia. Militante político de esquerda, Milton Santos foi perseguido e exilado no período da ditadura e parte de sua vida retrata um importante momento de nossa história.

Podemos afirmar que sim; o mapa de distribuição e de densidades demográficas reflete, entre outros aspectos, o processo de conquista, povoamento e consolidação do território brasileiro.

Para um melhor entendimento deste fenômeno ocupacional, o professor **Milton Santos** dividiu em três fases ou três “meios geográficos” a evolução histórica e territorial brasileira. Seriam essas três fases:

- o “meio natural”, que abarca o período colonial até a segunda metade do século XVIII;
- o “meio técnico”, em que o Brasil recebe os efeitos da I e II Revoluções Industriais (1760-1860; 1860/70-1970/80, respectivamente);
- o “meio técnico científico informacional”, com os efeitos da III Revolução Industrial (1970/80) e da globalização.

Ao longo desta aula, apresentaremos características da formação, povoamento e consolidação do território, enfocando o “meio natural”, que abrange o período do Brasil Colônia.

E esperamos que ao final desta aula você possa reconhecer e criticar os elementos de estratégias geopolíticas que o Estado, desde aquela fase, concebeu para manter tão vasto território.

“Este é um país que vai para frente!” ... para oeste!!!

É possível encontrar a Geografia em muito do que experimentamos, vivemos e produzimos. Até mesmo no dinheiro, na moeda!

As moedas nacionais, por exemplo, trazem sempre alguma informação espacial, socioeconômica e/ou política, acerca das sociedades e dos Estados que as emitem. Essas informações, passadas

pelos desenhos e temas das cédulas, vão sendo no dia a dia da economia assimiladas de algum modo pela sociedade. E isso pode ser útil a interesses do Estado e de suas classes dominantes, não?

No caso brasileiro, se observarmos as cédulas impressas, desde o início da República até a adoção do real em 1994, verificaremos, entre outros aspectos, a repetição de certos temas, personalidades, heróis e referências territoriais. E foram muitas as versões de cédulas, moedas metálicas e mudanças de padrões monetários, em razão da inflação alta que assolou o país. durante décadas no século XX.

A cédula de Cr\$ 500,00 ou quinhentos cruzeiros que apresentamos a seguir entrou em circulação em 15 de novembro de 1972. Ou seja, durante o Regime Militar (1964-1985) e no ano do **Sesquicentenário** da Independência do Brasil. Os desenhos pareciam trazer uma ideia de movimento e de progresso, apesar do subdesenvolvimento, do autoritarismo e da repressão. Os desenhos eram, de algum modo, coerentes com a ação e os “**slogans**” do governo ditatorial à época, a exemplo de: “Este é um País que vai pra frente!”. A nota, a propósito, sairia de circulação em 30 de junho de 1987 (aí, já como cruzado).

Sesquicentenário

Um século e meio ou 150 anos.

Slogan

Originalmente em dialeto escocês o termo significava “grito de guerra”. Hoje, poderíamos traduzir como “frase de efeito” ou frase de fácil memorização.



Figura 2.2: Anverso e reverso da cédula de 500 cruzeiros (Cr\$ 500,00), vigente de 15 de maio de 1970 a 27 de fevereiro de 1986 – a evolução étnica.

Fonte: Banco Central do Brasil. Museu de Valores. Disponível no site: www.bcb.gov.br/pre/Museu/cedulas/CR70/500a.asp?idpai=CRUZ70



Os padrões monetários brasileiros



Ronaldo C. da Silva

Figura 2.3: Cédula de 100 cruzeiros (Cr\$ 100,00), de 1970, com a figura de Floriano Peixoto.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:FOTO_8A._C%C3%A9dula_de_100_cruzeiros_\(Cr\\$_100,00._Floriano_Peixoto,_1%C2%AA_fam%C3%ADlia,_frente\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:FOTO_8A._C%C3%A9dula_de_100_cruzeiros_(Cr$_100,00._Floriano_Peixoto,_1%C2%AA_fam%C3%ADlia,_frente).jpg)

Durante o Estado Novo (1937-1945), o presidente Getúlio Vargas (1882-1954) substituiu o padrão monetário do mil-réis pelo do cruzeiro. Este circularia até 1967, quando passaria a se denominar cruzeiro novo. Em 1970, o cruzeiro voltaria modernizado graficamente. Circularia até 1986, quando foi substituído pelo cruzado. Em 1989, viria o cruzado novo. Em 1990, o cruzeiro reapareceria e circularia até 1993. Nesse ano, iniciou-se o processo de transição para o real, implantado em 1994. Tivemos, portanto, entre 1993 e 1994, o cruzeiro real.

Os temas que ilustraram as cédulas do cruzeiro na fase de 1942 a 1986 quase sempre trouxeram ícones da história oficial, da política, das Forças Armadas, do Estado, representantes, enfim, das elites. Havia constantes referências também a lugares estratégicos do Rio de Janeiro e, depois, de Brasília, a prédios públicos, a quartéis, a realizações de governos.

Na verdade, à medida que o fim do século XX se aproximou, os temas impressos nas cédulas começaram a fazer referência a expoentes das ciências, das artes, das letras e da música, bem como a aspectos da cultura popular. Isso parece ter sido influenciado pela democratização e ampliação da cidadania no país.

É curioso ainda que com o real, passamos a ter apenas a figura feminina da República (anverso) e animais da fauna brasileira (reverso), o que parece destacar a vocação do Brasil à condição de potência ambiental no século XXI.



Fonte: <http://www.bcb.gov.br/htms/museuespacos/cedulas/Reis/1mil.asp?idpai=PADMONET>

Quer saber quais foram as modificações visuais que sofreram as cédulas monetárias do país? Então visite o site indicado a seguir, e você poderá conhecer (ou rever) as moedas que circularam no Brasil entre 1942 e 1994: <http://www.bcb.gov.br/?PADMONET>

Em seu averso (frente), representando a evolução étnica, a cédula de Cr\$ 500,00 permite-nos lembrar da Aula 1, em que foram trabalhados aspectos da formação do povo brasileiro e da capacidade do Estado, sobretudo no século XX, em difundir uma concepção de identidade nacional integradora, apesar da diversidade de origens e de aspectos culturais locais/regionais.

Em seu reverso, aparecem representações cartográficas do território brasileiro, desde o Descobrimento, passando pelos períodos do comércio/escambo com os indígenas, da colonização, da Independência e da Integração Nacional, no século XX.

Ou seja, a expansão do território desde o litoral atlântico até aos sertões a oeste, com o controle de rios da margem leste

do Rio Paraná/Bacia do Prata e da colossal Bacia do Amazonas. Temos hoje 8,5 milhões de km², 15.700 km de fronteiras terrestres e 7.300 km de fronteiras marítimas. O quinto maior território do mundo! A maior extensão de terras agricultáveis do globo com a possibilidade de mais de uma safra por ano!

Mas, é melhor parar com o **ufanismo**... até porque não se deseja passar qualquer suspeita de que se tem aqui uma visão expansionista, em relação aos países da América Espanhola, com quem fazemos fronteiras.

(Bem...) Além dos limites do Tratado de Tordesilhas!

A expansão portuguesa a oeste do meridiano, adotado pelo Tratado de Tordesilhas, retirou extensões de terras que, hoje, poderiam ser de soberania de argentinos, paraguaios, bolivianos, peruanos, colombianos, uruguaios e venezuelanos. As terras conquistadas aos espanhóis correspondem a cerca de 60 % do território brasileiro atual!

Veja, a seguir, o mapa do Brasil de 1574, de autoria do cartógrafo português Luís Teixeira: o meridiano de Tordesilhas é ali representado a 10 graus a oeste ou a mais de 1.110 km do que seria o correto, ou seja, passa sobre terras do atual Uruguai e da região de Buenos Aires!

Ufanismo

Palavra de origem espanhola, que no Brasil, significa atitude ou posição tomada por determinados grupos que enaltecem o potencial brasileiro, suas belezas naturais, riquezas e potenciais.



Figura 2.4: Capitãncias hereditárias da América portuguesa em 1574.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capitanias.jpg&uselang=pt-br>

Outros cartógrafos, geógrafos ou cosmógrafos (como eram chamados à época) lusitanos fizeram o mesmo, isto é: sempre para o oeste, conforme se vê no mapa, a seguir:



Figura 2.5: O meridiano de Tordesilhas, segundo diferentes geógrafos: cada vez mais para o oeste!
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tordo.jpg>

O Tratado de Tordesilhas havia sido firmado em 1494 entre as Coroas portuguesa e espanhola, com a concordância do papa Alexandre VI (1492-1503), o que demonstrava que outras potências europeias, a exemplo da França e da Grã-Bretanha, ainda não estavam maduras para se lançarem às grandes navegações.

Dividia-se, então, o mundo entre os dois reinos da Península Ibérica. Sua referência era o meridiano que está a 1.770 km (ou 370 léguas) a oeste do arquipélago do Cabo Verde. Portugal teria direito à soberania de territórios a leste daquele meridiano. A Espanha, a oeste.

Com a unificação dos dois reinos, entre 1580 e 1640, durante o reinado de Felipe II, o respeito ao Tratado, de uma certa forma, foi abrandado. Com isso, Portugal ocuparia territórios espanhóis nas

bacias do Amazonas e do Prata, mas não controlaria a foz do Rio da Prata e nem dominaria os Andes – tampouco ao Oceano Pacífico.

Com o fim da unificação, os portugueses mantiveram grande parte das posições alcançadas, mas os espanhóis não permitiram que ameaçassem o seu controle sobre as regiões de mineração do antigo Império Inca, assim como sobre rios e caminhos que, descendo os Andes, escoavam o ouro e a prata do interior do continente ao Atlântico.



As espetaculares expedições ao Andes

A primeira foi organizada pelo capitão-mor da Capitania do Grão-Pará e Cabo, Pedro Teixeira (1570-1641), que, saindo de Belém do Pará (fundada em 1616) subiu o grande rio do oceano Atlântico até Quito, com 70 soldados e 1.200 indígenas, em quarenta e sete canoas grandes, entre 1637 e 1639.



Figura 2.6: Estátua em homenagem a Pedro Teixeira, em Portugal.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cantanhede.jpg>

A segunda foi a do bandeirante Antônio Raposo Tavares (1598-1659), que, saindo da capitania de São Vicente, litoral paulista, atingiu os Andes, retornando pelo rio Amazonas até Belém. Percorreu cerca de 12.000 quilômetros, entre 1648 e 1651.

A Coroa de Espanha reagiu energicamente contra a presença de portugueses nos Andes, mas ela mesma não tinha interesse, dada a enorme distância até a foz do Amazonas, de impedir a presença lusa no vale amazônico.

Para Portugal, teria sido importante chegar aos Andes e daí ao Pacífico, em razão de também atuar no comércio na Índia, na China e no Japão.

Conflitos diplomáticos e disputas militares na América do Sul ocorreriam entre as duas Coroas ibéricas até a celebração dos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Nesses tratados, foi reconhecido o direito a territórios que estivessem efetivamente ocupados por um ou por outro. Com isso, Portugal garantiu então direitos sobre as regiões de que tinha efetivo controle – com exceção da Colônia do Sacramento, no Uruguai – sendo o território obtido bem próximo do que conhecemos hoje.



Se você quiser um resumo bem objetivo de todos os tratados entre Portugal e Espanha acerca de limites territoriais acesse o site: <http://www.info.lncc.br/tratados.html> . Lá você encontrará desde a bula “Inter Coetera”, de 1493, em que o papa Alexandre VI concedia à Espanha todas as terras descobertas ou que se descobrissem a partir de um meridiano distante 100 léguas a Ocidente de qualquer das ilhas de Açores e Cabo Verde, até a Convenção (ou Paz) de Badajoz, em 1801.

Verifique e compare o mapa do Brasil em 1789 e o atual:

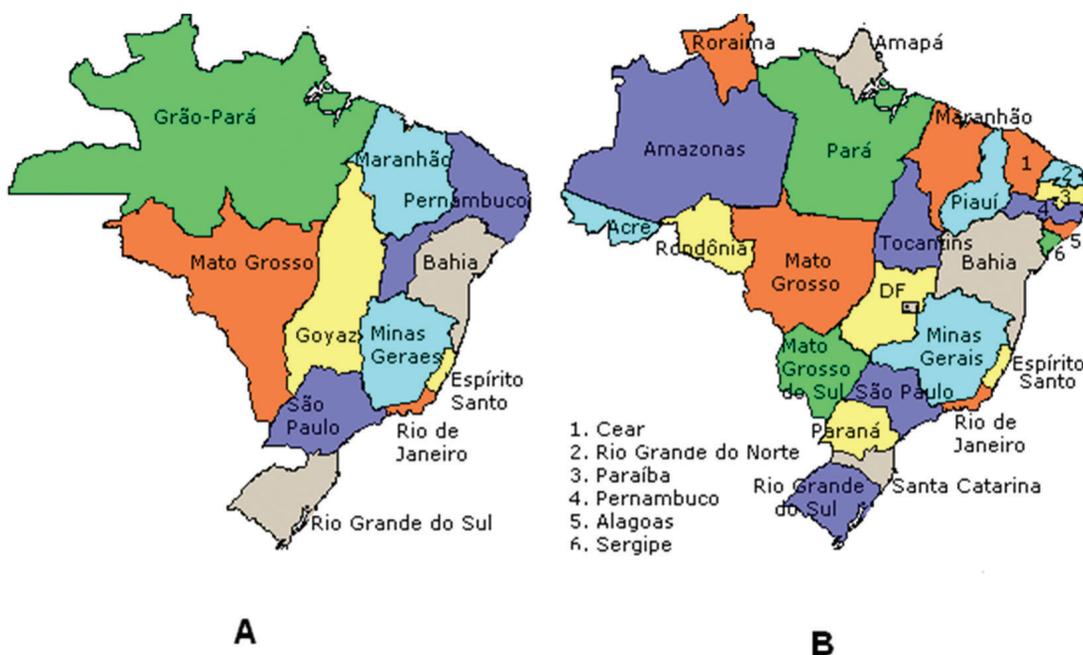


Figura 2.7: (A) Brasil em 1789; (B) Brasil em 1990.

Fontes: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Brazil_states1789.png?uselang=pt-br; http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cc/Brazil_states1990.png?uselang=pt-br

Como definir o “meio natural”?

O Professor Pedro Geiger (1923) ensina-nos que:

O “meio natural” seria caracterizado pelo peso da utilização da natureza nos processos produtivos, pelos ritmos que são regidos pela natureza, pela reprodução da economia através da extensão horizontal da ocupação do território, pela fraca divisão social do trabalho. Esse meio teria sido dominante no Brasil, pelo menos, até a segunda metade do século XVIII. É o Brasil do engenho de açúcar movido a jumento, do carro de boi que carrega a cana, da tropa de burros que carrega o café. É o Brasil marcado por uma regionalização e a partir dos

quadros naturais e onde as motivações que atuavam sobre o comportamento político das populações eram de origem local.

Fonte: GEIGER, Pedro Pinchas. *As formas do espaço brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 42.

No “meio natural”, portanto, a economia do Brasil Colônia baseava-se, entre outros aspectos, na estreita relação entre extensão horizontal do território – ou incorporação crescente de terras – e fraca divisão do trabalho. O que isso quer dizer?

Ora, a colonização portuguesa foi de exploração e baseada no Pacto Colonial.

Iniciou-se na década de 1530, com as Capitanias Hereditárias. Entre 1500 e 1530, a exploração do pau-brasil foi a atividade que os europeus fizeram na costa do Brasil.

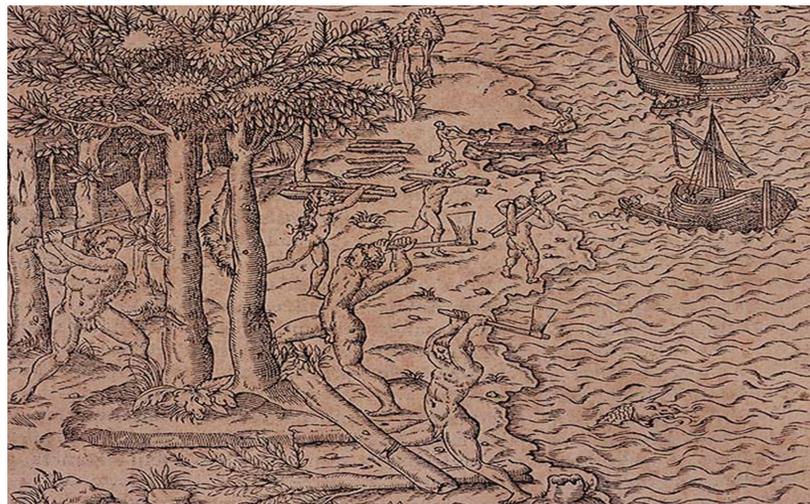


Figura 2.8: Derrubada do pau-brasil de 1515. Autoria de André Thèvet (1502-1590).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Derrubada_do_Pau_Brasil.jpg?uselang=pt-br

A lógica da colonização tinha como base a concessão de sesmarias, ou seja, grandes extensões de terras para a formação de fazendas imensas, com suas casas-grandes, senzalas, lavouras, engenhos, pastos para animais de leite, de carne e de carga. Tudo guardado por capitães do mato e milícias próprias, sem contar o poder de controle sobre processos culturais e políticos da sociedade.



Figura 2.9: O engenho de cana de açúcar, de Hercules Florence (1804-1879).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Florence_sugar_cane_mill.jpg?uselang=pt-br



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Funda%C3%A7%C3%A3o_do_Rio_de_Janeiro.JPG

Para se ter uma ideia das dimensões de uma sesmaria, o Rio de Janeiro é um exemplo interessante. O território atual do município (1.182,296 km²) corresponderia, a grosso modo, à sesmaria concedida pela Coroa portuguesa ao capitão-mor Estácio de Sá (1520-1567), em reconhecimento à vitória e à expulsão dos franceses, que haviam se instalado numa ilha da Baía da Guanabara, construindo um forte e implantado a colônia da França Antártica, em 1555. Estácio de Sá, a propósito, fundara o Rio de Janeiro, em 1565.

A colonização de exploração desenvolveu-se em áreas de agricultura tropical ou de ocorrência de jazidas de metais e pedras preciosas. Nas áreas tropicais, podiam ser produzidas especiarias, drogas, bens agrícolas não possíveis de cultivo no Velho Continente. O potencial de alta lucratividade na exploração de gêneros tropicais, no entanto, tendia a ser garantido em empreendimentos que fossem em grande escala.

Por isso, seja na América Portuguesa e Espanhola, seja nos territórios conquistados por ingleses, franceses e holandeses no Caribe, na América Central e do Norte, a colonização de exploração esteve associada, primordialmente, ao latifúndio, à desumana escravidão, à produção de bens tropicais (como o açúcar, o algodão, o tabaco etc.). Estes bens tinham seus preços definidos pelas principais praças de comércio da Europa e não pelas colônias.

O economista Celso Furtado (1920-2004), em sua importante obra “Formação Econômica do Brasil”, observou, todavia, que a agricultura de gêneros tropicais poderia ter sido feita em outros moldes, isto é, pela pequena propriedade e pelo trabalho livre em colônias de povoamento. Mas, a questão era que a grande lavoura era muito lucrativa e bem mais competitiva, reduzindo as possibilidades de sucesso do pequeno produtor no mercado.

A França, por exemplo, iniciou a colonização de suas ilhas do Caribe com a vinda de famílias de colonos, motivadas por questões religiosas. Foram assentados pequenos proprietários nas Antilhas francesas, voltados à produção de cana-de-açúcar. Mas, suas terras tornaram-se valorizadas. E passaram justamente à grande lavoura.

Em regiões de climas temperados ou frios, semelhantes aos europeus, é que seriam desenvolvidas as colônias de povoamento. Questões religiosas estimularam a vinda de grandes contingentes de europeus, assim como a possibilidade de acesso à propriedade da terra para a América não tropical.

Em termos militares, era também importante o assentamento daqueles contingentes para a garantia do território pelas metrópoles.

As regiões de colonização de povoamento de climas temperados da América, contudo, tornaram-se com o passar do tempo, fornecedoras de bens artesanais/manufaturados às áreas de colônias de exploração, beneficiando-se, assim, da extrema riqueza produzida nestas últimas.

No caso brasileiro, tivemos colonização de povoamento em regiões específicas do território – no sul do país e/ou em áreas do Planalto brasileiro marcadas pelos efeitos da altitude. Um exemplo foi a vinda de casais de portugueses do Arquipélago dos Açores e o seu assentamento no litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, procurando dar apoio à Colônia do Sacramento, na foz do Prata.

A primeira leva de açorianos chegou ao Brasil, em 1617, em Santa Catarina. Uma segunda leva viria com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Resultaria na fundação da atual Porto Alegre, com o nome original de São Francisco do Porto dos Casais, em 1772.

Vale lembrar que a colonização de povoamento no Brasil se tornaria expressiva no século XIX, no contexto da substituição do trabalho escravo (já nos referimos a este tema na Aula 1). Os melhores índices de desenvolvimento social e econômico do Brasil de hoje estão justamente, onde se implantaram colônias de povoamento e uma economia capitalista mais complexa.

As técnicas de produção na colonização de exploração do Brasil eram rudimentares e de baixo investimento, sem maiores preocupações com a conservação de solos. Queimadas eram então utilizadas para a derrubada de matas, formação e manutenção de lavouras e pastos. Após alguns anos de uso, as terras eram colocadas em pousio, ou seja, em descanso.

A produção tinha então de avançar rumo aos capões de matas nativas, que, uma vez queimados, davam lugar a novas áreas de cultivos. Era algo como uma de onda desbravadora – e destruidora – do litoral em direção ao interior. Foi assim com a cana-de-açúcar, com o algodão, com café – e hoje, com a soja.

Resumindo, até o final do século XVIII, a economia e a sociedade do Brasil Colônia haviam estruturado um povoamento de maior densidade em quatro grandes núcleos de produção/exploração do “meio natural”, relativamente próximos ou acessíveis ao litoral.

Os vastos sertões do interior tinham alguns pontos de maior povoamento – associados como veremos mais a frente aos bandeirantes – “caçadores” de indígenas e de esmeraldas. O restante do território permanecia, contudo, pouco conhecido e/ou fracamente ocupado pelo colonizador português.

Outras vezes, as presenças do colonizador e do próprio Estado colonial português bem mais no interior – no atual Centro-Oeste e na Amazônia – faziam-se pela ação da Igreja Católica em missões de catequese e aldeamento de indígenas e pela construção de fortes e quartéis em pontos estratégicos à conquista e à manutenção do território.



Um exemplo desses fortes que estão ligados à ocupação do Brasil é o do “Príncipe da Beira”, em Rondônia. Foi construído, em 1776, para afastar a cobiça espanhola do Vale do Rio Guaporé e de sua produção de ouro. Você o conhece?



Figura 2.10: Vista parcial do Forte Príncipe da Beira.

Fonte: http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=55&Itemid=77

Não deixa de ser impressionante a determinação de lusos e brasileiros, se levarmos em consideração as dificuldades de se construir uma obra desse porte no século XVIII, nos confins da Amazônia. Quando de sua construção o governador do Mato Grosso, d. Luís de Cáceres, escreveu à Coroa portuguesa:

A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um Forte, e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil, por mais trabalho que isso dê, é serviço de Portugal. E tem de se cumprir.

Fonte: http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=55&Itemid=77



Atende ao Objetivo 2

1. No texto de Pedro Geiger, há referência à origem local do comportamento político no interior brasileiro. O fato é que o modo como se fazia – e, talvez, ainda se faça em certos lugares do país – política no Brasil demonstrava forte relação com a questão do controle da propriedade da terra.

Sobre as relações entre política local e controle da terra, gostaríamos que você descrevesse uma manifestação ou expressão do poder das elites locais em relação à população no período do “meio natural”.

Como sugestão de auxílio ao seu trabalho, indicamos o site: <http://www.brasilecola.com/sociologia/os-ismos-politica-nacional-coronelismo-mandonismo-.htm>

Resposta Comentada

O controle do acesso à terra no Brasil do “meio natural” era condição básica para o êxito da colonização de exploração implantada pela metrópole, embora houvesse uma imensidão de terras disponíveis às atividades agropecuárias. Isto, porque a mão de obra era escassa. A escravidão impedia, então, que a mão de obra ocupasse terras ainda virgens e livres. Os homens livres que chegavam da Europa também não tinham acesso franco à terra, tendo que se submeter aos grandes senhores de engenhos e fazendeiros. O enorme poder dos latifundiários e a dispersão geográfica das fazendas contribuíram para que os grandes fazendeiros se transformassem em senhores da lei, da ordem, da vida, enfim de tudo o que ocorria em seus domínios. Desse processo, viria o mandonismo, o coronelismo e o caudilhismo (no Rio Grande do Sul).

Os núcleos de povoamento do “meio natural”: o “arquipélago” brasileiro?

A organização espacial do Brasil na fase do “meio natural” tinha quatro núcleos, segundo Celso Furtado:

- a) O Nordeste Açucareiro, desde o litoral da Bahia até o Rio Grande do Norte, tendo Pernambuco o grande centro do ponto de vista econômico. Salvador, contudo, era a capital da colônia. O propício massapê (solo argiloso), a pluviosidade elevada e a existência de madeira das matas para as fornalhas dos engenhos fizeram essa região ser a principal e mais próspera área produtora de açúcar do mundo até o fim da invasão holandesa (1630-1654) – e o posterior crescimento da produção das Antilhas, no século XVII.

Por ser uma área de grande concentração de escravos de origem africana, a administração portuguesa procurou impedir motins, rebeliões e fugas das fazendas. Apesar disso, formaram-se quilombos, a exemplo do da Serra dos Palmares, em Alagoas, liderado por Zumbi (1655-1695).



O Brasil holandês



Figura 2.11: A bandeira da Nova Holanda.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bandeira_Nieuw_Holland.png

O período em que o Nordeste brasileiro esteve sob governo holandês é de extrema importância para a história do país, pois sua invasão demonstrava que o controle do comércio do açúcar estava com os holandeses. A expulsão e o fim da Nova Holanda, nome dado à colônia pelos holandeses, em 1654, são considerados mais uma vitória do povo brasileiro do que propriamente do Exército colonial.

A população livre, caboclos e escravos uniram-se e lutaram bravamente contra a presença holandesa (veja, a seguir, o quadro que retrata a Batalha dos Guararapes).



Figura 2.12: A Batalha dos Guararapes. Autoria de Victor Meirelles (1832-1903).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Meirelles-guararapes.jpg>

Mas, ao mesmo tempo, a expulsão dos holandeses marcou o início do declínio do Nordeste como a principal região produtora de açúcar, em favor das Antilhas. Nos *sites* indicados a seguir, você tem informações mais detalhadas sobre o Brasil holandês:

- <http://www.historiado brasil.net/invasaoholandesa/>
- <http://www.portalsao francisco.com.br/alfa/invasoes-holandesas-do-brasil/invasoes-holandesas-do-brasil-1.php>
- <http://www.infoescola.com/historia/invasoes-holandesas-no-brasil/>

b) o Maranhão, cuja colonização teve como um de seus motivos a garantia da soberania portuguesa sobre a foz do Amazonas, afastando a cobiça de franceses e holandeses – os quais

acabaram por se instalar mais ao norte, nas Guianas. Em 1615, cabe registrar que os franceses, que haviam fundado São Luís três anos antes, foram expulsos do Maranhão por tropas lusas. Ainda haveria o período da invasão holandesa entre 1641 e 1644.

O Maranhão constituiu um dos dois estados em que o Brasil foi dividido, entre 1621 e 1774 (o outro era o do Brasil com a capital em Salvador, Bahia). Era produtor de cana-de-açúcar, mas sua economia não chegaria ao nível daquela do Nordeste brasileiro. Sua importância residia na possibilidade de acesso ao vasto interior amazônico, do qual se extraíam as chamadas “drogas do sertão” e ainda se aprisionavam índios – a serem vendidos como escravos a fazendas do Nordeste.

- c) O Pará e o interior amazônico, cuja ocupação estava ligada às missões e reduções, em que os jesuítas mantinham tribos indígenas em aldeamentos contra os bandeirantes e comerciantes que os queriam escravizar. Com o conhecimento das matas e de suas riquezas pelos índios, um importante comércio de produtos da Amazônia organizou-se, em favor da Companhia de Jesus. Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil por Sebastião José de Carvalho Mello (1699-1782), o marquês de Pombal, grande nome da história política portuguesa, poderoso primeiro-ministro entre 1750 e 1777.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Louis-Michel_van_Loo_003.jpg

O marquês de Pombal foi primeiro-ministro numa época difícil para Portugal. Em 1755, Lisboa havia sido destruída por um grande terremoto. O reino necessitava de um grande volume de recursos para se reconstruir, o que levou Pombal a buscar uma reestruturação da organização e das receitas do Estado português. Isso significou elevar a capacidade de extração de riquezas das colônias, especialmente, do Brasil. Aqui, Pombal procedeu à unificação dos Estados do Maranhão e do Brasil. Entrou em conflito com a Companhia de Jesus, expulsando-a dos territórios lusos da América. Cabe registrar que a Coroa de Espanha também faria o mesmo com os jesuítas em seus territórios.

d) A região que articulava São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os bandeirantes – buscando aprisionar indígenas e descobrir ouro, prata e/ou pedras preciosas –, a partir de São Vicente e de São Paulo, desbravaram uma região extensa que

ia, a grosso modo, do território atual de Minas Gerais até Corumbá, no Mato Grosso, passando pelo Vale do São Francisco e por Goiás.

Pela própria natureza da mineração, que concentra pessoas e recursos nas proximidades das minas, muitas cidades e vilas foram fundadas, criando uma sociedade de um grau de urbanização maior. O Rio Grande do Sul, cuja economia organizara-se articulada à do Rio da Prata, integrou-se à região das minas, como fornecedor de carne bovina, de charque e produtos de couro.

Bertha K. Becker e Cláudio Egler consideraram que esses núcleos de povoamento e de maior densidade econômica pareciam constituir "ilhas", em meio a milhões de km² de um "oceano" de territórios "vazios". Formariam, assim, uma estrutura territorial em "arquipélago".

Essa estrutura seria, como veremos na Aula 3, modificada apenas no século XX, em razão da emergência de um grande mercado interno com a modernização/industrialização tardia do país, a partir dos anos 1930.

Em cada núcleo do "arquipélago" brasileiro, as vilas e cidades do interior ligavam-se por caminhos toscos a portos no litoral, por onde se dava a exportação dos bens agrícolas e/ou minerais produzidos. Pelos mesmos portos, entravam as mercadorias importadas da metrópole, cumprindo o Pacto Colonial.

Alguns desses portos tiveram uma maior capacidade de concentrar o movimento comercial. Isso fez com que se constituíssem em principais cidades e em capitais de capitanias - e ainda hoje de muitos dos estados.

Para o Estado colonial português, a concentração do movimento portuário permitia concentrar esforços a uma melhor defesa contra invasões, assim como a uma maior eficiência na arrecadação e a fiscalização dos tributos.

A arrecadação de impostos era muito difícil no interior, devido à dispersão da produção, à possibilidade de contrabando pelos

caminhos e estradas em meio a matas e cerrados, e à influência dos grandes proprietários de terras sobre o poder local.



Minas Gerais, a Estrada Real e o mar...

Os mineiros lamentam até hoje não terem seu próprio litoral, sua própria praia...

Minas Gerais não teve porto nem direito a uma faixa de litoral, porque a Coroa portuguesa procurava controlar o contrabando de ouro e pedras preciosas. A produção das minas deveria descer do planalto para a costa obrigatoriamente por um único caminho: a Estrada Real.

Outros caminhos foram expressamente proibidos e suas regiões não foram colonizadas, ficando desbravadas até o início do século XIX – quando já não havia mais tanto ouro e pedras nas Minas Gerais. Um exemplo disso é a região norte do Espírito Santo: só se daria a sua colonização no século XX.

A Estrada Real chegava a Diamantina (MG), no Alto Vale do Rio Jequitinhonha, passando pelas principais vilas da região central de Minas Gerais, vindo de Paraty (RJ) (Caminho Velho) e, posteriormente, do Rio de Janeiro (Caminho Novo).

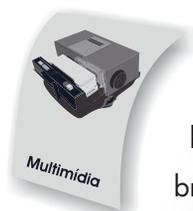
Não ter um porto significou para Minas Gerais, portanto, perder receitas de impostos de importação e exportação e o movimento comercial trazido pelo seu simples funcionamento. Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Bahia têm os portos e as praias... dos mineiros!



Figura 2.13: A Estrada Real.

Fonte: http://www.cprm.gov.br/estrada_real/historia_estrada-real.html

Informações detalhadas sobre a Estrada Real estão disponíveis no site: http://www.cprm.gov.br/estrada_real/index.html.



Se você ficou interessado em saber mais sobre como se deu a colonização no território brasileiro assista ao filme *A missão*, de Roland Joffé, com Robert de Niro, de 1996. Baseado em fatos reais, conta como foi a expulsão dos jesuítas e a destruição das missões no Sul do Brasil. Além do conteúdo histórico, o filme possui uma fotografia excepcional, o que lhe rendeu um Oscar. É uma ótima pedida.



Atende ao Objetivo 3

2. As missões e reduções jesuíticas no Brasil

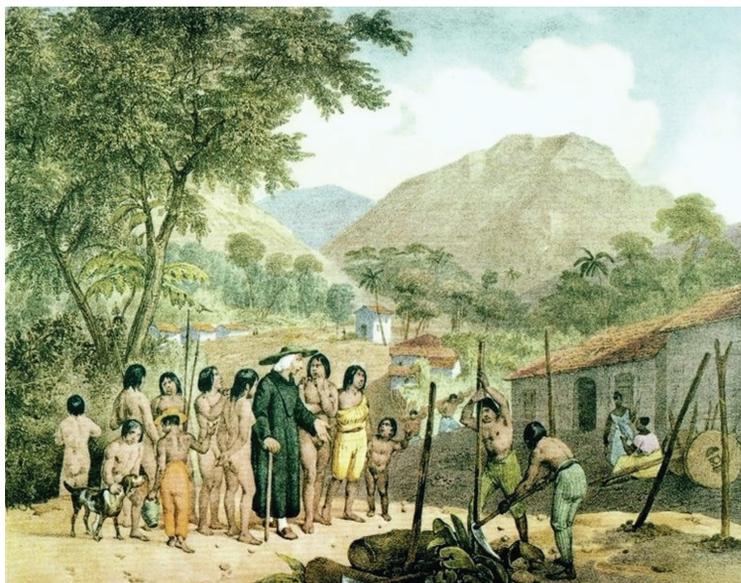


Figura 2.14: *Aldeia dos índios tapuios*. Autoria de J.M. Rugendas (1802-1858).
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas_-_Aldea_des_Tapuyos.jpg

A colonização da América, tanto por portugueses quanto por espanhóis, teve uma forte influência da Igreja Católica, especialmente pela ação dos jesuítas na catequese de populações indígenas.

No final do século XVIII, contudo, as “missões” e reduções, como eram denominados os aldeamentos organizados pelos jesuítas, foram proibidas por ambas as Coroas, incomodadas com o poder da Companhia de Jesus.

De acordo com o que trabalhamos sobre a colonização de exploração no Brasil Colônia:

a) estabeleça uma relação entre a demanda por mão de obra e a proibição às “missões” e às “reduções”.

b) em que as “missões” e “reduções” poderiam incomodar a Coroa portuguesa?

Resposta Comentada

a) Os aldeamentos da Companhia de Jesus, ao cristianizarem os indígenas, impediam que eles fossem aprisionados e vendidos como mão de obra, o que gerava constantes conflitos com bandeirantes, comerciantes de mão de obra, fazendeiros etc.

b) A Companhia de Jesus explorava produtos das matas e cerrados, utilizando-se da mão de obra dos nativos catequizados. Isso lhe dava uma condição de monopólio no comércio das “drogas do sertão”. A expulsão dos jesuítas permitiu a transferência do comércio das “drogas do sertão”, no caso da Amazônia, para o controle de comerciantes do Maranhão.

A circulação no “arquipélago” brasileiro: navegação costeira, rios e “peabirus”

Sendo uma estrutura em arquipélago, havia ligações entre as “ilhas” de povoamento e economia? De fato, a tendência à ligação direta com a metrópole fazia com que as regiões em questão tivessem fracas conexões econômicas entre elas. Mas, havia!

A navegação litorânea ou de cabotagem era o principal meio de transporte e de ligação entre as “ilhas”. O transporte marítimo era naturalmente usado, pois as estradas pelo interior eram quase

sempre ruins. Às vezes, eram apenas caminhos, “**peabirus**” tortuosos em meio a matas, caatingas e cerrados – que se tornavam intransponíveis nas estações das chuvas.

A circulação interna em alguns trechos do planalto brasileiro, contudo, era facilitada pelos rios que o drenam. Embora rios de planalto tenham diversas quedas d’água, cachoeiras e mesmo cataratas que dificultam a navegação, seus vales por si só são caminhos à circulação de pessoas, mercadorias e riquezas.

Muitas cidades importantes do país foram e continuam sendo portos fluviais, a exemplo de: Marabá (PA), Santarém (PA), Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Corumbá e Ladário (MS), Cáceres (MT), Porto Alegre (RS), Blumenau (SC) etc.

A superação das encostas do planalto, voltadas para o Atlântico, fez-se pelo aproveitamento dos rios e afluentes que descem em direção ao oceano, a exemplo do Paraíba do Sul, do Doce e do Jequitinhonha. Alcançando o interior do Planalto, o colonizador encontrava serras e maciços, que são divisores e dão acesso às Bacias do Paraná/Prata e do Amazonas – este francamente navegável e eixo de penetração e de assentamento de populações. Com o acesso aos divisores, se, então, podia atingir o coração do continente sul-americano.



Figura 2.15: O majestoso e navegável Amazonas – encontro das águas dos rios Solimões e Negro.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Amazonas_-_Encontre_das_Aguas.jpg

Peabiru

Palavra de origem tupi-guarani. Significava caminho de grama amassada, ou seja, pelo pisoteio dos índios trilhas foram feitas na imensidão continental. Quando portugueses e espanhóis tiveram contato com as tribos do litoral da América, conheceram os caminhos pelos quais os nativos circulavam pelo território. Eram caminhos de caça e também pelos quais as tribos faziam contatos entre si. Um desses “peabirus” saía de São Vicente, no litoral, subia a Serra do Mar e chegava ao que hoje é a cidade de São Paulo. Daí em diante, seguia por trilhas até o Rio Paraná – de onde se poderia, inclusive, alcançar Cuzco, a capital do Império Inca. A própria Estrada Real seria a união de vários trechos de “peabirus”. Os bandeirantes e os jesuítas – e, com eles, os exércitos coloniais – alcançaram os sertões do interior sul-americano, aproveitando-se justamente desses caminhos.

Cabe destacar que o Rio São Francisco, por drenar sua bacia de sul para o norte, de Minas Gerais a Alagoas/Sergipe, passando por Bahia e Pernambuco, constituiu um importante eixo de integração do território, sendo navegável de: Pirapora (MG) a Petrolina (PE)/ Juazeiro(BA), numa extensão de 1.371 km; e, de Piranhas (AL) à foz, no oceano Atlântico, com 208 km. No total, o “Velho Chico” tem 2.863 km de extensão.



Figura 2.16: Rio São Francisco: da nascente à foz.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Saofrancisco.png>

Domínio público

Além da navegação, o Vale do São Francisco traz na geografia de sua colonização as marcas da pecuária. A criação de equinos, muars e principalmente de bovinos, desenvolveu-se por extensões naturais de campos e caatingas ou pela formação de pastos em áreas desmatadas (com o auxílio das queimadas, lamentavelmente). O São Francisco era conhecido no Brasil Colônia como o “rio dos currais”.

A criação de gado teve um papel fundamental para a consolidação do território brasileiro. Rebanhos eram tangidos, desde

o interior até as áreas de abate próximas das maiores cidades, criando fluxos de comércio e informação entre o interior e o litoral.

Grandes espaços foram ocupados sem a necessidade de muita gente. Produtos como a carne seca, a banha e a carne suína salgada, os queijos curados, os couros podiam viajar nas tropas de burros por centenas de quilômetros até que fossem consumidos nos núcleos mais adensados de população e economia do “arquipélago” brasileiro.



Os tropeiros

A logística para a manutenção de uma tropa de burros, mulas, jumentos e cavalos era algo complexo, assim como hoje é para o transporte dos caminhoneiros. As tropas tinham o conhecimento dos caminhos e dos pontos de descanso e/ou troca dos animais, bem como os pontos de controle fiscal. Algumas cidades foram fundadas nesses pontos de descanso dos tropeiros, a exemplo de Varre e Sai no noroeste do estado do Rio de Janeiro.



Figura 2.17: *Descanso de tropeiros*. De J.M. Rugendas (1802-1858).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Repos_d%27une_Caravanne.jpg?uselang=pt-br

No caso da pecuária equina e mular, a criação de animais de carga e de transporte era fundamental para o funcionamento de engenhos de açúcar do litoral (onde o uso agrícola da terra não permitia a presença do gado), para as atividades das minas, para o comércio, para o dia a dia das pessoas e para a manutenção de atividades militares.

Celso Furtado observou que o custo de formação de uma fazenda de gado era relativamente baixo, o que estimulava a abertura de novas pastagens (pelo fogo em áreas de matas) e firmava ainda mais a presença portuguesa em territórios bem além dos limites originais do Tratado de Tordesilhas.

A expansão dos rebanhos também era facilitada pela existência de vegetação natural de campos e campinas, em áreas de maiores altitudes do planalto brasileiro, no sul do país ou em áreas alagáveis como o pantanal matogrossense e a ilha de Marajó. Mas, no geral, a produtividade era baixa, dado seu caráter extensivo.



Figura 2.18: *Guerreiro charrua* (tribo do Rio Grande do Sul), Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Debret2.jpg>

Outro aspecto a se destacar foi a adaptação cultural ao gado, inclusive pelo indígena! Na verdade, em pleno século XXI, a pecuária, principalmente a bovina, ainda é um vetor importantíssimo de expansão da fronteira agrícola rumo ao oeste, aos confins da Amazônia.



Atende ao Objetivo 1

3. Identifique no mapa 1 de distribuição de população do Brasil para o ano 2000, uma marca da ocupação e povoamento do território no “meio natural”.

Resposta Comentada

- O litoral do país concentra a população do país.
- O interior tem núcleos de população, mas apresenta-se claramente com densidades baixas.
- A ocupação da Amazônia mostra a população distribuída ao longo do eixo do Amazonas.
- Entre o Nordeste e o Sudeste, mais precisamente entre o sudoeste da Bahia e o nordeste de Minas Gerais, há densidades de população mais baixas. Isto tem a ver com a ocupação da região pela pecuária extensiva no Vale do Rio São Francisco e com a proibição da Coroa portuguesa de circulação ao norte do ponto final da Estrada Real, Diamantina (essa proibição,

a propósito, deixou de ocorrer no início do século XIX, quando já havia se encerrado o auge da produção de ouro e pedras preciosas).

- A população do Sul está concentrada no litoral, onde se iniciou a colonização por açorianos.
-

CONCLUSÃO

Conforme vimos ao longo da aula, a distribuição atual da população ainda mantém as marcas da colonização.

A evolução histórica no “meio natural” levaria o Brasil a conquistar um território vastíssimo, cujo povoamento acompanhou a estruturação de quatro núcleos ou “ilhas” econômicas ligadas (e não tão distantes) ao litoral.

O Brasil do “meio natural” foi o Brasil do “arquipélago” territorial. A integração das quatro grandes “ilhas” econômicas era difícil pela inexistência de estradas e de bons caminhos, mas existia.

Os rios, seus vales, os “peabirus” e a pecuária extensiva fizeram a integração possível para os meios técnicos de então.

O mapa do Brasil do final do século XVIII foi, com isso, o resultado de todo um notável esforço político, militar e civilizatório de portugueses e brasileiros, vindo a apresentar contornos bem próximo aos atuais.

Fortificações militares e aldeamentos jesuítas foram também elementos que fizeram a consolidação da grande área conquistada aos espanhóis.

O Brasil foi, portanto, no “meio natural” uma enorme casa-grande com sua senzala, uma grande colônia de exploração – excetuando-se as poucas áreas de colonização de povoamento –,

- e - Precariedade da circulação e das estradas de acesso às novas áreas de lavoura ou criação.
- f - Uso da pecuária bovina como forma de apropriação de muita terra com pouca gente.

RESUMO

Nesta segunda aula, você pôde estudar aspectos importantes da evolução da formação e do povoamento do território brasileiro durante a fase do “meio natural”.

Você pôde comparar a colonização de povoamento com a de exploração.

Pôde verificar como Portugal soube aproveitar o período da união de sua Coroa àquela de Espanha para ultrapassar os limites do Tratado de Tordesilhas, para conquistar 60% do território atual do Brasil.

O mapa do Brasil mostra que os lusos avançaram até encontrar posições fortificadas dos espanhóis, interessados em controlar a circulação que dava acesso às regiões de mineração do Andes. Por isso, o Brasil é largo ao norte, dominando 69% de toda a Amazônia, e afunila-se ao sul, na direção da foz do Rio da Prata.

Apresentamos a você a estrutura em “arquipélago”, destacando a importância dos rios e da pecuária como fator de ligação entre as “ilhas” ou núcleos de população do Nordeste, do Maranhão, da Amazônia das “drogas do sertão” e das Minas Gerais (esta articulada a São Paulo e ao Rio Grande do Sul).

Os bandeirantes, caçadores de índios e de esmeraldas, os jesuítas, os tropeiros e o próprio o exército colonial português, com suas fortificações estrategicamente localizadas, garantiram uma ocupação do território que seria reconhecida pela Espanha, nos

Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777). As fronteiras do país daquela época são bem próximas das atuais.

A distribuição da população ainda hoje é marcada pelos núcleos de desenvolvimento da economia do “meio natural”, com a grande concentração no litoral e com o interior ainda “vazio” – embora existam núcleos de adensamento.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, daremos continuidade ao estudo da formação, povoamento e consolidação do território brasileiro, enfocando o “meio técnico” em que o Brasil recebeu os efeitos da I e II Revoluções Industriais (1760-1860; 1860/70-1970/80, respectivamente).

Leitura Recomendada

COSTA, W. M. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: EDUSP, 1992.

SCARLATO, Francisco C. *População e Urbanização Brasileira*. In: ROSS, Jurandyr L.S. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

JURANDYR L.S. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996. p.381-464.

Filmes recomendados

Aguirre, a cólera dos deuses. Dirigido por Werner Herzog, 1972.

Como era gostoso o meu francês. Dirigido por Nelson Pereira dos Santos, 1970.

A missão. Dirigido por Roland Joffé, 1996.

Aula 3

Formação,
povoamento e
consolidação do
território brasileiro
no “meio técnico”:
da formação do
Império (1808-
1822) ao fim do
I Reinado (1831)

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Apresentar efeitos socioeconômicos e político-institucionais do “meio técnico” sobre o processo de povoamento do território brasileiro desde a formação do Império (1808-1822) até fim do I Reinado (1831).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever aspectos da ocupação, povoamento, formação e consolidação territorial do Estado brasileiro durante o “meio técnico”, com ênfase na inserção do país na divisão internacional do trabalho referente à I Revolução Industrial;
2. reconhecer no ambiente político-institucional brasileiro das primeiras décadas do século XIX estratégias conservadoras das elites que fizeram com que o Brasil mantivesse estruturas sociais injustas e desiguais herdadas da Colônia.

INTRODUÇÃO

A I Revolução Industrial e o meio técnico

Caros alunos, continuamos a trabalhar com o referencial teórico dos “meios geográficos”, desenvolvido pelo professor Milton Santos, e após o estudo desta aula esperamos que você possa reconhecer e criticar as estratégias políticas, institucionais e espaciais que as elites conceberam para manter e povoar o vasto território herdado do Brasil Colônia, durante o chamado “meio técnico” – em que o Brasil recebeu os efeitos da I e II Revoluções Industriais (1760-1860; 1860-1960/70, respectivamente).

Antes de iniciarmos a análise dos impactos do meio técnico no Brasil, gostaríamos de destacar que a I Revolução Industrial (1760-1860) foi marcada, entre outros aspectos, pela introdução da máquina na manufatura.

Isto foi revolucionário, porque a invenção da primeira máquina, um tear mecânico movido a vapor, significou para a humanidade a possibilidade de contar com energia do carvão mineral, energia essa acumulada e concentrada pela natureza, durante milhões de anos de evolução geológica.

A descoberta do emprego do carvão mineral como combustível pelos britânicos permitiu que a manufatura pudesse contar com energia para trabalhar o ano inteiro, dia e noite, sem interrupção. O trabalho humano, a força animal, os ventos, o poder hidráulico dos rios são fontes de energia intermitentes ou não, constantes ao longo dos dias e das estações do ano.

A I Revolução Industrial teve a indústria têxtil como setor de maior lucratividade e permitiu à Grã-Bretanha alcançar a liderança na economia, nas finanças, na política e na capacidade de fazer valer seus interesses nas arenas da diplomacia e... das guerras!

O poder econômico e militar britânico foi de tal monta, que nem o gênio militar de Napoleão Bonaparte foi capaz de derrotar a Inglaterra, principalmente, nos mares. O controle dos mares permitiu, aliás, aos britânicos controlar o comércio pelos oceanos e tirar grandes proveitos e vantagens econômicas à sua indústria.

A seguir, a título de ilustração, trazemos uma cena da batalha naval de Trafalgar (costa da Espanha) ocorrida em 1805: os ingleses derrotaram os franceses.



Figura 3.1: Quadro de 1836 retratando a cena da batalha naval de Trafalgar. Autoria de Auguste Mayer (1805-1890).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Trafalgar-Auguste_Mayer.jpg

O fato é que para o aparecimento e crescimento da indústria foi fundamental o desenvolvimento científico e tecnológico. E desde a I Revolução Industrial, vem se aprofundando a necessidade de contínua produção de conhecimento. Isso modificaria as relações entre seres humanos, suas sociedades e a natureza.

O desenvolvimento – em níveis jamais vistos na história da humanidade – da técnica e do conhecimento deu novos significados à Natureza e ao que consideramos como recursos e patrimônios ambientais – e mesmo culturais.

Em linhas gerais, é por isso que o professor Milton Santos nos fala em meio técnico. É o desenvolvimento técnico que dá significado ao que a natureza possui e oferece à humanidade e às suas sociedades.

A I Revolução Industrial e a formação do Império brasileiro

O desenvolvimento econômico, cultural, social e territorial do Brasil sempre refletiu, respondeu e se adequou, de algum modo, a demandas do processo histórico de formação do capitalismo em escala mundial, desde as grandes navegações europeias dos séculos XV e XVI.

Nesse contexto, a formação do Império brasileiro e de seu povo, após o Brasil se tornar um Estado independente, em setembro de 1822, não pode ser compreendida, sem que se estabeleça uma relação direta com o desenvolvimento da I Revolução Industrial e da respectiva divisão internacional do trabalho e da produção.

O processo de independência do Brasil, do ponto de vista econômico e geopolítico, representou, de acordo com Celso Furtado na fundamental obra “Formação Econômica do Brasil”, a perda pelo Estado português da condição de intermediário entre a Grã-Bretanha e o Brasil, no início do século XIX.

D. João VI e a elevação do Brasil a reino

A elevação do Brasil a reino teve início em 1808, com a chegada da família real portuguesa e significativa parcela da nobreza lusa, em virtude das tropas de Napoleão Bonaparte, (1769-1821) em novembro do ano de 1807 terem invadido a Península Ibérica. Cerca de 15.000 pessoas chegaram em março de 1808 ao Rio de Janeiro, o que significou uma revolução no dia a dia da então acanhada capital da Colônia.



Figura 3.2: Embarque da família real portuguesa, cais de Belém, Lisboa. Autor desconhecido.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Autor_n%C3%A3o_identificado_-_Embarque_da_Fam%C3%ADlia_Real_Portuguesa.jpg

A possibilidade de Portugal transferir sua capital para o Brasil já havia sido aventada no século XVII pelo padre Antonio Vieira (1608-1697), quando da restauração da independência portuguesa à Espanha (após os 60 anos de reinado e de unificação ibérica de Felipe II, entre 1580 e 1640. Já abordamos a Unificação Ibérica na Aula 2).

Vieira considerava que, transferindo a sede do reino para o Brasil, o Estado português ganharia maior autonomia estratégica, em relação às potências europeias.

Com as guerras deflagradas por Napoleão Bonaparte no início do século XIX, a vinda da Corte para a América acabaria por ocorrer. Para tanto, o Estado português buscava o apoio político, financeiro e logístico da Grã-Bretanha – por meio de acordo (então) secreto firmado no início de 1807, em Londres.

No ano de 1810, o preço do apoio inglês seria apresentado à Coroa lusa, por meio da aceitação dos “Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação”. As condições eram muito

vantajosas aos interesses britânicos no mercado brasileiro. Seriam estabelecidas taxas alfandegárias (de importação) preferenciais aos produtos ingleses de 15%, enquanto que aos próprios produtos portugueses incidiriam 16% e às demais nações estrangeiras uma alíquota de 24%.

Isso inviabilizava um decreto anterior de abril de 1808 do próprio príncipe regente D. João (1767-1826), com estímulos à abertura de manufaturas no Brasil. Enquanto os termos do tratado vigoraram até meados do século XIX, não houve maiores condições, para que se empreendesse aqui um processo de industrialização e que se mudasse a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e da produção, qual seja: exportador de gêneros agrícolas tropicais e de minérios aos países já industrializados, especialmente, à Grã-Bretanha.

Contudo, por outro lado, havia uma questão bastante positiva imposta pelos britânicos: os tratados firmavam o compromisso pelo Estado português de que o tráfico negreiro seria extinto. Com isso, iniciava-se o longo processo de abolição da escravatura no país.

O Rio de Janeiro como capital de um reino europeu



Figura 3.3: Vista do Rio de Janeiro defronte ao Mosteiro de São Bento (1820-1825), de J.M. Rugendas (1802-1858).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Vue_prise_devant_l%27eglise_de_San-Bento.jpg.

Voltando à chegada da família real ao Brasil, a “leal e heroica” cidade do Rio de Janeiro passaria, pois, à condição de capital de um império europeu de um dia para o outro. Recebeu, sem a infraestrutura necessária, inclusive de higiene pública, grande contingente de pessoas com hábitos e costumes distintos, que ocupavam postos altos na burocracia e tinham privilégios aristocráticos.

Foi revolucionário para a cidade, mas foi também traumático. Entre outras deficiências, não havia residências novas a serem disponibilizadas a todos os nobres da Corte, nem como construí-las rapidamente, sendo a solução o simples confisco aos cariocas de suas melhores casas e prédios então existentes.

Em cada casa autoritariamente requisitada, funcionários da Coroa escreviam à porta principal: P.R., isto é, príncipe regente. No bom humor do resignado carioca, era outro o significado: “Ponha-se na Rua!”

Há relatos de conflitos entre cariocas e membros da Corte portuguesa, uma vez que, por vezes, a nobreza recém-chegada se colocava como superior aos brasileiros, reclamando para si própria vantagens e exclusividades juntos ao Estado. Isso se repetiria em outras partes do Brasil e levaria, posteriormente no Império, ao surgimento de movimentos políticos e de revoltas regionais contra segmentos portugueses da população.

Mas, D. João VI parecia gostar de fato do Brasil, do Rio de Janeiro. Após a derrota final de Napoleão em 1815, contrataria uma missão artística francesa, com vistas justamente à implantação de melhorias, de modernização e embelezamento do Rio de Janeiro. Entre seus participantes, estava o arquiteto e urbanista Grandjean de Montigny (1776-1850) que projetou obras como as dos prédios da praça do Comércio (atual Casa França-Brasil, na praça XV), da Academia Imperial de Belas Artes (demolida em 1938, sendo

seu pórtico hoje assentado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro), do Senado do Império e da Biblioteca Imperial (estes últimos não foram construídos). Ou seja, as origens do Rio de Janeiro como uma cidade cosmopolita e que se construiu (e se pretende) como “maravilhosa” começaram ainda nas primeiras décadas do século XIX. Uma capital digna ao Império português na América Tropical. Do ponto de vista interno, no Rio deveria se desenvolver o poder de comando da vida política do país, facilitando o controle de suas províncias pelo Estado.

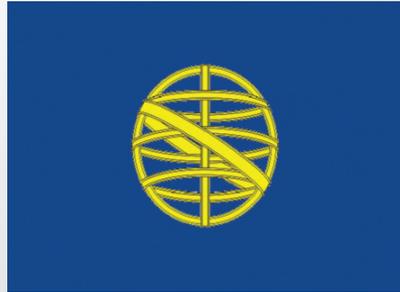
Além de uma série de medidas administrativas relevantes à modernização da Colônia e de sua economia (a exemplo da fundação do Banco do Brasil e da introdução de melhorias na agricultura com a criação do Jardim Botânico, ambas em 1808), D. João VI elevou o Brasil, em 1815, à condição de reino formalmente unido a Portugal e Algarves.



Você pode ter acesso a informações bastante detalhadas sobre esse período da história do país no artigo intitulado “A transferência da família real para o Brasil: suas consequências” de autoria de José Custódio Madaleno Geraldo, disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=257>.



Veja as bandeiras do Brasil no período de D. João VI, mais adiante. Você as conhece? A referência visual ao globo terrestre poderia dizer alguma intenção expansionista? Qual a sua opinião?



(a)



(b)

Figura 3.4: (a) Bandeira do Reino do Brasil (1816-1822); (b) Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816-1822).
Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Flag_Kingdom_of_Brazil.svg; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bandeira_Reino_Unido_Portugal_Brasil_Algarve.svg



A Rainha Louca, D. João VI e Dona Carlota Joaquina

Em 1799, D. João de Bragança ascende à condição de príncipe regente de Portugal, em virtude da perda da sanidade mental de sua mãe, D. Maria I (1762-1816). A morte prematura do irmão mais velho de João, o príncipe José (1762-1788), o primogênito herdeiro de D. Maria I, é considerada como o fato que acentuou de vez o seu comportamento emocional já bastante instável.



Figura 3.5: *D. Maria I, a Louca*, de Thomas Hickey (1741-1824) ou Giuseppe Troni (1739-1810).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:27-_Rainha_reinante_D._Maria_I_-_A_Louca.jpg

Em razão de seu estado mental, Maria I necessitava de acompanhamento permanente de suas criadas, inclusive quando saía para passeios. Elas levavam a rainha para onde quisessem. Maria I apenas as acompanhava, sem discernimento ou questionamento.

Por isso, o povo dizia que era “a Maria vai com as outras”, inclusive, aqui pelas ruas e caminhos do Rio de Janeiro. Essa expressão ficou em uso até os dias de hoje para pessoas inseguras, não é mesmo?

D. João seria aclamado rei, em 1818, dois anos após a morte de Maria I, no atual Campo de Santana, centro do Rio de Janeiro. Era um homem de realizações, mas de hábitos também curiosos que o fizeram um dos governantes mais conhecidos – e por que não populares? – do Brasil, mesmo hoje, dois séculos após a transmigração da Corte para o Brasil.

Historiadores afirmam que o monarca se sentia feliz no Brasil e só voltaria à terra lusa, em razão de uma revolução política na cidade do Porto, em 1820.



Figura 3.6: Retrato de D. João VI e D. Carlota Joaquina, reis de Portugal, Brasil e Algarves, 1815. Autoria de Manuel Dias de Oliveira (1764-1837).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:DomJoao6_CarlotaJoaquina.jpg



Uma indicação de filme que traz uma versão muito bem-humorada e polêmica de D. João VI, da família real portuguesa, de sua vinda para o Brasil e de sua adaptação à tropicalidade e ao Rio de Janeiro é: *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, de 1995. Carlota Joaquina (1775-1830), a propósito, era a esposa de D. João VI, mãe do príncipe Pedro de Alcântara, mas não gostava das terras brasileiras. Dona Carlota Joaquina, contudo, sonhava em ser a herdeira, a rainha de territórios da Espanha na América do Sul. Com o título trazendo “Brazil” com Z, o filme foi dirigido por Carla Camurati, com os atores Marieta Severo e Marco Nanini representando o casal real.

A implantação da economia cafeeira e o indígena

D. João VI, entre as medidas administrativas que tomou, fez ainda uma revisão da proibição de circulação interna no território brasileiro.

Conforme expusemos na Aula 2, para controlar o contrabando de ouro, prata, pedras preciosas e de mercadorias em geral (além de centralizar a arrecadação de tributos em certos pontos do imenso país-continente que é o Brasil), a Coroa lusa restringira a utilização de caminhos terrestres, de vales de rios que ligam o interior ao litoral e a portos na costa, principalmente, da atual região Sudeste.

Com a queda da produção aurífera nas Minas Gerais e em outras áreas de garimpo do interior da então colônia no final do século XVIII, não havia motivos para a continuidade do controle da circulação interna, de limitá-la à estrada real. Estradas foram abertas ou tiveram a sua circulação definitivamente legalizada.

Com isso, terras virgens e sem proprietários tiveram sua ocupação iniciada, a exemplo do que ocorreu com a abertura de grandes fazendas de criação extensiva de gado bovino de corte no Vale do Rio Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais – região essa que, aliás, é ainda hoje uma das mais pobres e subdesenvolvidas do país.

Mas, nos sertões pretensamente “vazios” havia gente, havia indígenas. Algumas das tribos haviam fugido do litoral para o interior ao longo da colonização, evitando o aprisionamento por bandeirantes ou mesmo às reduções e aldeamentos dos jesuítas.

Segundo o Historiador José Murilo de Carvalho na obra *Cidadania no Brasil. O longo caminho*, publicada em 2002, há estimativas de que houvesse uma população de cerca de quatro milhões de índios no Brasil em 1500. Em 1822, as estimativas chegam a um milhão. Por esses números, você pode avaliar quão violenta foi a colonização para com os “donos da terra”.

Com a permissão de ocupação de terras “vazias” pela Coroa, aprofundou-se a perseguição ao índio, a conquista e destruição de suas aldeias, à medida que os colonizadores “brancos” iam adentrando os vastos sertões.

Contraditoriamente, a situação dos índios ficaria mais difícil com a Constituição de 1824, se fossem considerados aculturados, seriam considerados como cidadãos plenos. Então, teriam de regularizar suas terras, pagando impostos e outras despesas.

Como poderiam pagar por terras que seus antepassados ocupavam? Com que dinheiro, se viviam da subsistência de pequenas lavouras, da coleta e da caça? Quem os iria orientar de modo honesto? Não lhes restavam opções, senão se submeterem ou resistirem.

Antes da Constituição, o índio brasileiro ainda estava sob alguma proteção de estatutos que foram obtidos pelos jesuítas ao longo do período colonial. Por esses estatutos, o índio tinha um espécie de tutela especial do Estado, o que os resguardava pelo menos do ponto de vista da lei a posse das terras.

Algumas cidades que hoje têm expressão populacional e econômica, foram fundadas aonde existiam aldeamentos conquistados ou derivaram de fortificações militares nos arredores das áreas em que se concentravam os maiores contingentes de indígenas. Vitória da Conquista, no Sudoeste baiano, é um exemplo.

Em muitas situações, os índios especialmente os do **macro tronco jê** não foram conquistados ou mesmo tristemente eliminados sem que reagissem com bravura aos ataques de jagunços e de milícias, controladas pelos latifundiários ou mesmo de forças oficiais do Estado.

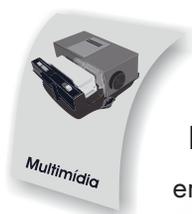
Macro tronco jê

Um dos grandes conjuntos de tribos indígenas originárias do Brasil, também conhecido como Tapuias.



Figura 3.7: *Combate aos índios* (1820), de J.M. Rugendas (1802-1858).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Guerillas.jpg.



Segundo antropólogos e historiadores, a população indígena no Brasil originalmente se dividia em dois grandes conjuntos de tribos ou macro troncos étnicos e linguísticos. O primeiro seriam os tupis-guaranis. O segundo, inimigo dos primeiros, os tapuias ou jês. Os jês congregam tribos como os botocudos, os aimorés, os coroados (araris e puris), os goytacazes, os timbiras, os caiapós, etc. Os jês se localizavam no planalto brasileiro, enquanto os tupis no litoral. Eram talvez mais rudes que os seus rivais tupis e resistiram bravamente às investidas do colonizador. No século XIX, eram temidos e conhecidos como “bugres”.

No site <http://ppartigosensaios.dihitt.com.br/n/curiosidades/2011/05/29/macro-je-os-indios-mais-brasileiros-que-existem-so-tem-no-brasil-esta-etnia>, você tem maiores informações sobre os indígenas jês e o mapa hipotético de sua localização no Brasil, quando da chegada dos portugueses em 1500.

A ocupação das terras consideradas “vazias” no país e sem a titulação de quem as ocupa há tempos permanece como parte do enredo de muitos dos conflitos de terras, que ainda ocorrem, em pleno século XXI, no Brasil como um todo – e não só na Amazônia como se poderia pensar, em razão da recente abertura da fronteira agrícola.

De acordo com Celso Furtado, a mão de obra indígena foi fundamental para a implantação da cafeicultura no Brasil no início do século XIX, especialmente, no Vale do Paraíba do Sul. As tarefas de desmate da floresta e de preparo dos solos ao plantio são trabalhos bastante árduos e pesados. Além disso, o índio conhecia os terrenos,

as nascentes, os rios, as características da fauna, remédios para doenças tropicais.



Figura 3.8: Floresta virgem nas margens do rio Paraíba do Sul. (1834-1839), de Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:For%C3%AAAt_Vierge_-_Les_Bords_du_Parahiba.jpg

Ou seja, o trabalho do indígena, seu conhecimento do território e sua cultura foram apropriados de forma praticamente gratuita pela economia do café e seus grandes proprietários. Um cafezal leva até cinco anos para começar a ser produtivo, o que significa que o retorno do investimento é relativamente longo.

Para o êxito do empreendimento, era necessário ter capital próprio ou acesso a empréstimos, inclusive para a etapa de produção. Já formadas e em produção, as lavouras passavam a ser trabalhadas por mão de obra escrava – e à medida que o século XIX avançou, por imigrantes italianos e germânicos.

A história do município de Valença e de seu distrito de Conservatória, no sul fluminense, serve para ilustrar as relações entre: novos caminhos entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais; cafeicultura; perseguição ao índio; escravidão; e, imigração de europeus não portugueses. Valença foi, a propósito, no Império um dos maiores municípios produtores de café no Brasil.



No site [http://pt.wikipedia.org/wiki/Valen%C3%A7a_\(Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Valen%C3%A7a_(Rio_de_Janeiro)), você poderá ler sobre a aculturação da etnia Coroados (tribos araris e puris) em Valença e Conservatória. Aliás, no início do século XIX o nome completo era Conservatória dos Índios, pelo fato de ali grande número de índios araris terem sido reunidos e protegidos por iniciativa da Igreja.

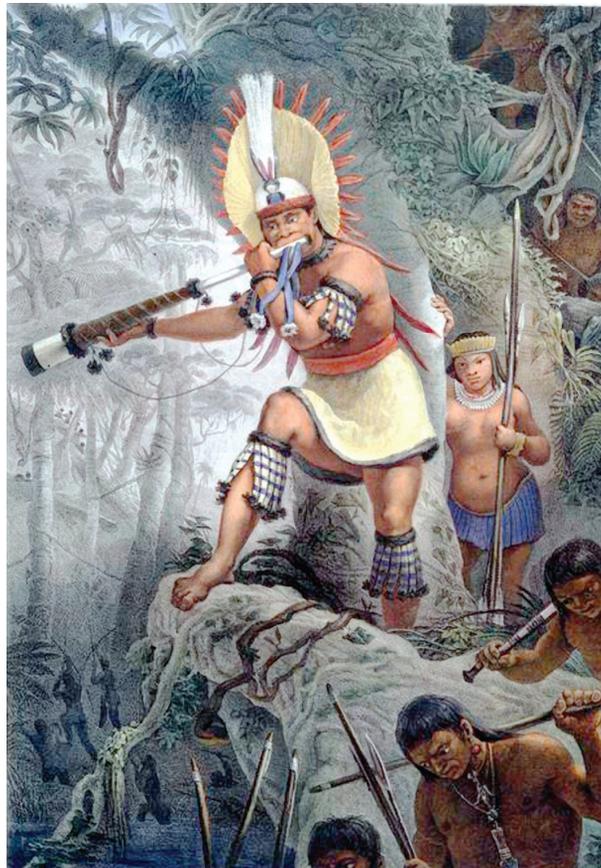


Figura 3.9: Sinal de batalha dos índios Coroados (Bororos). (1834-1839), de Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Le_Signal_de_Combat_-_Coroados_\(Bororo\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Le_Signal_de_Combat_-_Coroados_(Bororo).jpg)

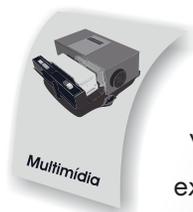
No Vale do Paraíba do Sul, vale lembrar que os capitais que financiaram a implantação das lavouras de café eram provenientes, quase sempre, do que restou da atividade e da riqueza do ouro no centro das Minas Gerais. Talvez, por isso, a fase da riqueza do café tenha sido marcada pelo desprezo e pela negligência no trato dos solos – formados sob um relevo de colinas sem fim, um verdadeiro “mar de morros”.

Na mineração do ouro, o que importava era encontrar pepitas e veios o quanto antes, mesmo que se destruísse tudo o que estivesse em seu entorno. No café do Paraíba do Sul, foi assim também. Sem o zelo do plantio em curvas de nível e de técnicas não erosivas, os solos foram em poucas décadas esgotados. Cafezais perderam produtividade e a pecuária bovina tomaria aos poucos o posto de marca da economia regional.

A “onda verde” se dirigiu, então, para novas áreas de produção, abertas em outras áreas de matas virgens do atual Sudeste brasileiro – tanto no interior paulista quanto ao norte em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Os antigos e pouco produtivos cafezais ainda permaneceram na paisagem do interior fluminense, da Zona da Mata Mineira e no Vale do Paraíba paulista até meados do século XX, quando seus proprietários receberam incentivos do governo federal para a sua efetiva erradicação. Os pastos e o gado bovino de leite tornaram-se dominantes na economia rural regional.

O êxodo de populações rurais do Vale do Paraíba não teria então como não ocorrer, principalmente, em direção ao Rio de Janeiro e às cidades de seu entorno.



No site <http://www.youtube.com/watch?v=g5m7F-kwR9g>, você tem acesso a um excelente documentário, intitulado *O vale*, sobre a economia do café e a pobreza e degradação por ela deixadas no vale do Paraíba do Sul. De autoria do jornalista Marcos Sá Correa e do cineasta João Moreira Salles, faz parte da série “6 histórias brasileiras” e foi exibido originalmente em agosto de 2000, no canal a cabo GNT.

A Guiana e a Cisplatina: os conflitos internacionais de D. João VI

Em termos de disputas territoriais internacionais, a passagem de D. João VI teve um episódio importante ao norte do Amapá. Eram territórios que pertenciam à França (Guiana Francesa), e que foram invadidos como retaliação à conquista da Península Ibérica por Napoleão Bonaparte.

A invasão à Guiana Francesa foi ordenada no final de 1808 aos governadores do Pará e de Pernambuco à época. Foi consumada em 1809 e durou até a derrota de Napoleão Bonaparte em 1814, sendo formalmente devolvida à França em 1817 – mas com compensações territoriais ao Brasil.



Para a Marinha de Guerra do Brasil, a propósito, a conquista da Caiena, capital da Guiana Francesa, foi o batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. Seus 200 anos foram comemorados pela corporação em 2008/2009. No artigo “Tomada de Caiena: seu significado para a história do Corpo de Fuzileiros Navais”, de autoria do capitão de fragata Ronaldo Lopes de Melo, você tem informações mais detalhadas da conquista da capital da Guiana Francesa por tropas de D. João VI. O artigo está disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie6.pdf

Do ponto de vista econômico e científico, a invasão à Caiena (capital da Guiana Francesa) proporcionou aos portugueses e brasileiros o conhecimento de cultivos de especiarias e frutos tropicais feitos pelos franceses, como o abacate e a cana-caiena ou caiana (que seria superior àquela plantada tradicionalmente no país). Mudas foram trazidas para o Jardim Botânico criado às margens da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. Daí, tiveram seus cultivos difundidos.

Outra questão territorial importante foi a invasão do que fora no passado a Colônia do Sacramento, ou seja, do que hoje é a República Oriental do Uruguai.

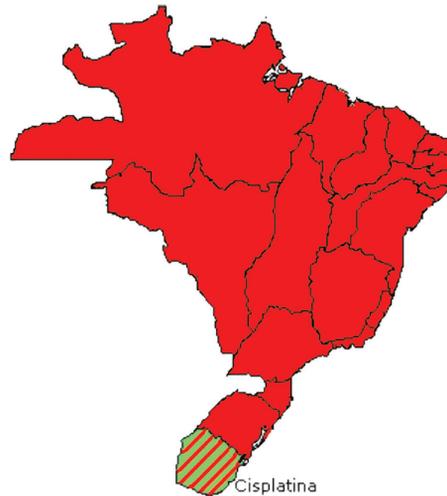


Figura 3.10: Mapa do Brasil no início do século XIX e a Província Cisplatina.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>
Ficheiro:Cisplatina.png

Entre 1811 e 1812, tropas portuguesas e brasileiras, apoiadas pela Marinha de Guerra britânica, impediram que o Uruguai fosse integrado às Províncias Unidas do Rio da Prata. Essa era a denominação dada ao que é hoje a República Argentina, quando de sua declaração de independência à Espanha, em 1810 – consumada em 1816.

D. João VI considerava legítima a sua intervenção no Prata, pois sua esposa, Dona Carlota Joaquina, como filha do rei de Espanha, teria direitos a serem preservados. Ela poderia ser a regente nesses territórios da América. Os argentinos e uruguaios, por sua parte, haviam aproveitado a invasão francesa à mesma Espanha para obterem sua independência e constituírem-se sob sistema republicano.

Em 1816, outra intervenção militar foi feita no Uruguai para conter as tropas do general José Gervásio Artigas (1764-1850). Em 1821, o território cisplatino foi elevado à categoria de província. Todavia, nova guerra com os argentinos e uruguaios viria a eclodir entre 1825 e 1828, já no Império. O Brasil, então, perderia a

soberania sobre aquela província, mas os argentinos também não puderam incorporá-la ao seu território. A solução diplomática foi a da criação por ambos da República Oriental do Uruguai, como um “Estado-tampão”.



Mas você sabe o que é um Estado-tampão?



André Vermuth

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1381436>

Estado-tampão é um termo da Geografia Política criado para definir os Estados nacionais, cujas formações se relacionam à presença de Estados vizinhos rivais ou hostis.

Os Estados-tampões quase sempre estão entre dois Estados mais fortes e que disputam posições de liderança ou hegemonia regional. A criação dos Estados-tampões é muitas vezes a solução política pactuada entre os Estados rivais para a não ocorrência de guerras.

São exemplos de Estados-tampões, além do Uruguai que já citamos: a Bélgica (entre França e Alemanha); o Afeganistão (entre a Índia da colonização britânica e o Império Russo); o Nepal (entre Índia e China).

A propósito, um dos efeitos geopolíticos mais importantes das Guerras Napoleônicas nas Américas foi justamente o enfraquecimento da Espanha, durante a invasão à Península Ibérica por Napoleão Bonaparte, com relação ao controle de suas colônias. Durante o período, processos de independência de base republicana se organizaram liderados por figuras carismáticas de grande capacidade política e militar como os de José de San Martín (1778-1850), Antonio José de Sucre (1795-1830) e Simon Bolívar (1793-1830).



Figura 3.11: *Simon Bolívar*, de Ricardo Acevedo Bernal (1867-1930).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sim%C3%B3n_Bol%C3%ADvar_2.jpg

É de bom tom destacar o nome de Bolívar, para quem a união dos povos da América seria fundamental para evitar o retorno à condição de colônias com o fim das guerras napoleônicas. A união permitiria à América espanhola o seu fortalecimento como uma grande nação livre e independente.

Mas, a América espanhola, ao contrário da Portuguesa, ao se tornar independente, viria a se fragmentar em vários países, em razão de rivalidades locais e regionais diversas – algumas das quais insufladas pelos ingleses.

A hipótese de proclamação de uma república no Brasil por um processo de independência que pudesse ser violento, foi sem dúvida levada em consideração por D. João VI, quando de seu retorno a Portugal, em 1821. Havia o receio do “haitismo”, ou seja, que ocorresse no Brasil algo semelhante à violenta independência do Haiti à França, em 1804.



O haitismo

Termo usado no início do século XIX, no Brasil.

As elites conservadoras brasileiras temiam que ocorresse um processo de independência violento no país, a exemplo do que houvera no Haiti.

Em 1794, a escravidão havia sido abolida naquela colônia caribenha por influência dos ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa. Liderado por um ex-escravo, Jean Jacques Dessalines (1750-1806), o Haiti independente expropriaria a elite colonial francesa e a economia de exportação de café, açúcar e cacau seria desorganizada.

Politicamente instável e sofrendo pressões políticas e intervenções militares estrangeiras posteriores, de colônia próspera, o Haiti se transformaria num país bastante pobre e fraco geopoliticamente ao longo de sua história.

Por isso, D. Pedro de Alcântara permaneceria no Rio de Janeiro na condição de príncipe-regente do Brasil. A continuidade da monarquia parecia dar às elites conservadoras a sensação de estabilidade, caso houvesse a Independência.

D. Pedro permaneceria, mesmo quando convocado a retornar a Lisboa, no episódio conhecido como o “Dia do Fico” (9 de janeiro de 1822). No Paço Imperial, hoje Praça XV, no Centro do Rio, ele proclamaria: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto! Digam ao povo que fico”.



A Revolução Pernambucana de 1817 e Napoleão no Recife



Figura 3.12: Napoleão Bonaparte (1812). Autoria de Jacques-Louis David (1748-1825).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Napoleon_in_His_Study.jpg

O temor de que uma liderança “aventureira” fizesse a Independência do país, com certeza, decorreu também como um efeito político da Revolução Pernambucana de 1817. Não foi um episódio menor, influenciando a visão de D. João VI sobre o futuro do Brasil. Seus líderes eram militares de altas patentes, fazendeiros, padres, membros de sociedades maçônicas, profissionais liberais, comerciantes. Só padres, eram 45 membros! Eles pretendiam tornar Pernambuco (cujo território então abarcava a parte atual da Bahia junto ao Rio São Francisco e as Alagoas) mais o Rio Grande do Norte e a Paraíba, uma única nação livre e republicana. Ou seja, seria a secessão de boa parte do atual Nordeste brasileiro.

De acordo com José Murilo de Carvalho, havia entre os pernambucanos um sentimento regionalista muito forte, uma espécie de patriotismo pernambucano, nutrido pelo orgulho da expulsão dos holandeses no século XVII. O espírito de suas lideranças era liberal, porém elas não pretendiam abolir a escravidão.

O fato é que as lideranças pernambucanas de 1817 chegaram a buscar apoio internacional junto ao governo dos EUA, e, por incrível que hoje possa parecer, ainda aventaram a possibilidade de patrocinarem a libertação de Napoleão Bonaparte em sua prisão na Europa!

O plano era: Napoleão seria resgatado e viria para Pernambuco! Comandaria a secessão ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Depois, novamente fortalecido, Bonaparte voltaria à Europa e aos seus objetivos e conquistas políticas e militares!

A Revolução Pernambucana foi, contudo, reprimida com violência pela Coroa portuguesa por ser uma ameaça efetiva à integridade territorial. Alguns de seus líderes foram condenados à pena de morte. Quanto a Napoleão, continuaria em sua prisão na Ilha de Santa Helena até sua morte, em 1821.



Figura 3.13: A Bandeira da Confederação do Equador (1817).
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_Pernambucan_Revolt_of_1817.svg

A Corte portuguesa queria a restauração da colonização do Brasil, em termos anteriores a 1808. Mas, não havia mais como retornar ao Pacto Colonial. Então, se necessário fosse, o Príncipe D. Pedro de Alcântara ficaria no Brasil para declarar a independência a Portugal – antes que um “aventureiro”, um outro Bolívar, o fizesse.

Nesse contexto, viria o “grito do Ipiranga” e formado o Império do Brasil, em 1822. Um império tropical com arcaica aristocracia, de economia rural, do latifúndio, exportador de matérias primas para a Europa da I Revolução Industrial, profundamente desigual, pouco letrado e que mantinha o horror da escravidão herdada dos tempos da Colônia!



Figura 3.14: Soldado negro do Exército Imperial em 1822.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Soldado_Negro.jpg



Atende ao Objetivo 1

1.



Figura 3.15: Bandeira do Império do Brasil (1822-1889).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Flag_of_Empire_of_Brazil

Caro (a) aluno (a), na Bandeira do Império podemos ver símbolos que dão informações sobre em que se assentava o Estado brasileiro e sua inserção no mundo.

Identifique na Bandeira Imperial o símbolo que informa:

a) que o Estado brasileiro é continuidade do Estado português.

b) qual a proposta de inserção do Brasil na economia mundial, na I Revolução Industrial.

Resposta Comentada

a) No interior do brasão, abaixo da Coroa Imperial, temos a Cruz de Cristo, da Ordem dos Templários e que era usada nas velas das caravelas portuguesas, quando das grandes navegações. Ou seja, a Cruz de Cristo remetia ao expansionismo luso.

b) Os ramos de café e de tabaco, isto é, dois cultivos de produtos tropicais de exportação. Por que não símbolos que expressassem a ciência, a indústria? De fato, com os acordos feitos com os ingleses, realmente, não havia como não ter outra inserção na economia do mundo, à época.

A propósito, no site que indicamos a seguir, você pode conhecer os símbolos presentes na Bandeira do Império:

<http://www.brasilimperial.org.br/layout/layout2.php?cdConteudo=34&codigo=24>

O I Reinado (1822-1830): a permanência da escravidão e da desigualdade na constituição do Brasil independente e a influência da Igreja

No I Reinado, o Brasil viveu uma fase de agitação política, como não poderia deixar de ser. Mas, foi uma agitação que envolvia fundamentalmente facções das elites. Não era uma agitação popular. Havia que se fundarem as bases jurídicas e constitucionais do país que se tornara independente. Além disso, havia de se construir a liderança e o controle do Estado central necessários à integração das 19 províncias e, portanto, à manutenção do território.

Tudo isso, num ambiente em que os produtos de exportação (e, portanto, geradores de recursos financeiros) estavam em baixa no mercado internacional, além do peso das dívidas contraídas juntos a bancos estrangeiros – sobretudo, os ingleses – durante o período joanino. Para piorar a situação, havia ainda que proceder ao pagamento de dois milhões de libras esterlinas como indenização a Portugal pela Independência.

A própria decisão de Pedro I de fazer a Independência não fora de adesão imediata, principalmente, pela força de parcelas dos portugueses aqui radicados. Os interesses deles continuavam ligados à antiga metrópole, desejando o retorno ao Pacto Colonial e ao Absolutismo. Na Bahia e no Pará, por exemplo, somente houve as suas adesões e incorporações definitivas ao Império, após a realização de intervenções militares ocorridas em 1823.



Figura 3.16: D. Pedro I aos 32 anos (1830), de Henri Grevedon (1776-1860).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emperor_Dom_Pedro_I_1830.jpg

Pedro I, em 1824, teve ainda de reprimir energicamente novo levante dos pernambucanos: a Confederação do Equador. Assim como a revolta de 1817, houve a tentativa de secessão e proclamação de uma república no Nordeste Brasileiro. A propósito, foi nesta ocasião que Pernambuco, como punição, perdeu territórios para a Bahia no vale do Rio São Francisco. Líderes importantes e respeitados pelo povo no Rio de Janeiro foram executados, como o religioso carmelita Joaquim da Silva Rabelo (1779-1825), o frei Caneca. “Quem bebe da minha ‘caneca’ tem sede de liberdade!” (Frei Caneca).

Veja o mapa:



Figura 3.17: Mapa da Confederação do Equador e seu território.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Confedera%C3%A7%C3%A3o_do_Equador.png

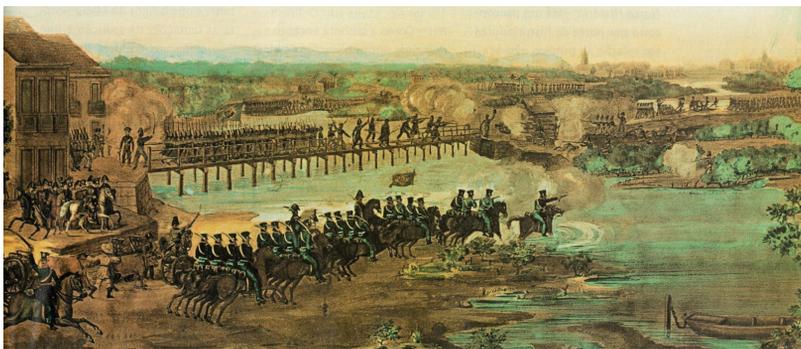


Figura 3.18: Ataque das Forças Imperiais ao Recife, em 1824.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Confederaao_equador_1824_exercito_imperial.jpg

Entre as justificativas dos confederados pernambucanos, estava o entendimento deles de que a Constituição outorgada em 1824 – após a dissolução da Assembleia Constituinte convocada um ano antes por Pedro I – seria absolutista e bastante centralizadora,

tornando as províncias dependentes e sem a devida autonomia política, administrativa e fiscal.

Será que sem essa centralização presente no texto constitucional teria o Império conseguido manter o grande território brasileiro? A resposta é que sem a centralização, é bastante provável que o país perdesse territórios.

A propósito, a Constituição, em seu art.168, dizia:

Tentar directamente, e por factos, destruir a independencia ou a integridade do Imperio.

Penas – de prisão com trabalho por cinco a quinze annos.

Se o crime se consummar.

Penas – de prisão perpetua com trabalho no gráo maximo; prisão com trabalho por vinte annos no medio; e por dez no minimo.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm

O poder do imperador sobre as elites das províncias pode ser visto pelo fato de que era ele quem escolhia diretamente os ministros de Estado, em razão do Poder Moderador. Os ministros, assim como hoje, tinham bases políticas regionais. Fazia também a nomeação de seu governador ou presidente de província. A Constituição de 1824 em seu art. 165 previa (na grafia da época):

Haverá em cada Província um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convem ao bom serviço do Estado.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm

O início da imigração europeia não portuguesa

Em termos demográficos, não há como deixar de registrar que D. Pedro I estimulou ainda a vinda dos primeiros imigrantes alemães para o Brasil, em 1824. Mesmo que não fossem católicos, poderiam ser naturalizados, conforme o inciso V do art. 6 da Constituição Imperial.

A vinda de imigrantes germânicos teve a ver, sem dúvidas, com a origem austríaca da imperatriz Leopoldina. No segundo matrimônio, o imperador voltaria a ter uma esposa de origem germânica, Maria Amélia Leuchtenbergh (1812-1873).



Figura 3.19: Chegada do alemães ao Sul. Sem data. Autoria desconhecida. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alem%C3%A3es2.jpg>

A emigração para a América era uma possibilidade de fugir à pobreza para milhares de europeus. A primeira leva de 39 imigrantes se estabeleceu no Vale do Rio dos Sinos. O governo imperial custeava passagens. Concedia gratuitamente um lote de terra de 78 hectares. Oferecia subsídio diário de um franco ou 160 réis a cada colono no primeiro ano e metade no segundo, e ainda um pequeno rebanho de bois, vacas, cavalos, porcos e galinhas, na porção do número de pessoas de cada família.

O povoamento dessa região interessava ao Império, em virtude das disputas com os argentinos e uruguaios na fronteira sul. Não eram destinados à economia de exportação, à substituição do escravo, a pequena propriedade serviria para assentar populações fiéis ao Império brasileiro.

Também houve a busca por mercenários alemães para formar o Corpo de Estrangeiros do Exército brasileiro. Entre 1824 e 1830, cerca de cinco mil e trezentos imigrantes alemães chegaram ao Rio Grande do Sul. O interessante é que a cultura alemã no Sul foi mantida até o presente. Não sucumbiu à tropicalidade, como em áreas de colonização alemã implantadas posteriormente em regiões próximas à economia cafeeira no Sudeste brasileiro.

Na verdade, o imperador dava continuidade à iniciativa pioneira de D. João VI, que entre 1818 e 1820 atraía 261 famílias de imigrantes suíços do Cantão de Friburgo. Chegaram cerca de 1.600 suíços de fala germânica destinados a Região Serrana fluminense, o que é hoje o município de Nova Friburgo.

Historiadores falam que D. João VI pretendia “europeizar” a Serra Fluminense (ou branqueá-la). Mas, o fato é que o plantio do café já vinha sendo feito nas grandes fazendas do município de Cantagalo. Com isso, a mão de obra dos suíços poderia ser usada como complementar ao trabalho escravo. A herança cultural e a tradição fabril e comercial dos suíços na região é indiscutível até os dias de hoje, mas não se teve a manutenção da língua como no Sul do país.



Figura 3.20: A colônia suíça de Nova Friburgo entre 1820-1830.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coloniza_caonf.jpg

A Constituição de 1824 e a escravidão

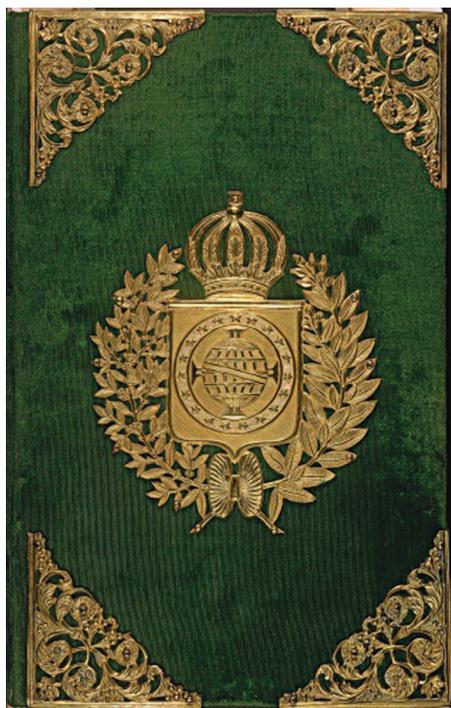


Figura 3.21: Constituição do Império do Brasil 1824.

Fonte: http://www.arquivonacional.gov.br/imagens/Con_an/cde/images/const.jpg

Apesar da consciência das elites de que o fim da escravidão era algo inevitável, considerando as pressões vindas dos britânicos e da própria evolução do capitalismo no mundo, os segmentos conservadores do Império obtiveram êxito em postergar a abolição da escravatura, ao não incluí-la no texto da Constituição de 1824.

Na verdade, não há ao longo dos artigos daquela Carta Magna menção direta ao escravo e sim o registro de que os “libertos” seriam considerados cidadãos brasileiros.

A propósito, o art. 6º dizia (com o modo de escrever da época):

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm



Ingênuos e a Lei do Ventre-livre

Ingênuos eram as crianças recém-nascidas ou antes de serem batizadas. Havia crianças recém-nascidas que eram filhas de mães escravas, mas seus pais eram homens-livres. A condição da mãe é que determinava na tradição jurídica que herdamos ainda dos tempos do Império Romano, se os filhos seriam livres ou escravos. A prática de eventual libertação da criança recém-nascida, filha de mãe escrava, era antiga e havia sido incorporada aos costumes do Brasil no povoamento da Colônia. Mas, pela natureza das relações sociais de então, muitos dos nascidos ingênuos continuaram (por falta de oferta de condições

de alcance de uma vida justa) nas senzalas das fazendas como bastardos, como trabalhadores submetidos e subservientes ao poder dos senhores.

A questão dos ingênuos filhos de escravas foi alvo em 1871 de uma lei específica de número 2.040, a Lei do Ventre-Livre. Por esta lei, o ingênuo deveria ficar sob a guarda do senhor de sua mãe até os 8 anos de idade. Depois disso, deveria prestar serviços ao mesmo senhor até os 21 anos de idade. O senhor poderia preferir uma indenização no valor de 600 mil-réis do Estado ao cumprimento do período de trabalho até os 21 anos. Caso, maltratasse “excessivamente” o ingênuo, o senhor poderia perder, por decisão judicial, quaisquer direitos sobre ele. Caberia ao juiz avaliar, contudo, o que seria “excessivo”.

Ou seja, o Estado brasileiro admitia que os escravos fossem libertos, mas não se comprometia com a abolição principalmente no curto prazo. O fim do regime servil dependeria do processo político e do jogo dos interesses econômicos. Se houvesse uma abolição, não a impediria. A Constituição de 1824 ampararia e permitiria, inclusive, a elaboração de leis posteriores de caráter emancipacionista e ainda a própria Lei Áurea, de 1888.

Leis emancipacionistas foram elaboradas ao longo do século XIX, tendo como objetivo o fim da escravidão de forma gradual. Os emancipacionistas divergiam com os abolicionistas, os quais desejavam a libertação total do trabalho servil no país de um momento para o outro. Duas leis são claramente emancipacionistas: a Lei do Ventre-Livre de 1871 (nº 2.040) e a Lei do Sexagenário de 1885 (nº 3.270).

Antes delas, houve as leis Diogo Feijó de 1831 e Eusébio de Queiros de 1850. Ambas, tratavam da extinção do tráfico negreiro.

A primeira afirmava que os africanos trazidos à costa brasileira, uma vez apreendidos por forças públicas do Império, seria tornados livres, a partir da data de sua entrada em vigor. A segunda tornava – acompanhando o que determinava a lei inglesa que proibia o (triste) tráfico negreiro no Atlântico – ato de pirataria a importação de mão de obra escrava da África.

A pirataria era crime passível de trabalhos forçados de até 20 anos, segundo o Código Criminal (ou Penal) de 1830 (arts. 82 a 84).

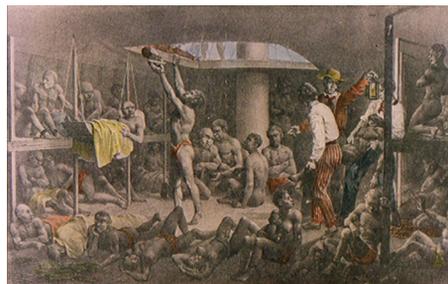


Figura 3.22: *Navio negreiro* (1830), de J.M. Rugendas (1802-1858).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Navio_negreiro_-_Rugendas.jpg

Acabar com a escravidão era algo que envolvia acabar com hábitos e costumes arraigados na sociedade que eram lastimáveis. Ter escravos criava uma elite parasitária e difundia na sociedade a visão de que o trabalho é algo para indignos. Isto era algo que colidia com ideologia liberal difundida pelos ingleses, a partir da obra de Adam Smith (1723-1790), o fundador da Economia como ciência moderna.

Para se ter uma ideia de um desses hábitos lastimáveis, D. Pedro I, em discurso, condenou:

Todo senhor de escravo desde pequeno começa a olhar o seu semelhante com desprezo, acostuma-se a proceder a seu alvedrio (arbítrio), sem lei nem roca, às duas por três julga-se, por seu dinheiro e pelo hábito contraído, superior a todos os mais homens, espezinha-os (humilha-os) quando empregado público, e quando súdito em qualquer repartição não tolera nem sequer a menor admoestação (repreensão com brandura), que logo o seu coração, pelo hábito de vingar-se e de satisfazer-se as suas paixões, lhe esteja dizendo: “Se tu foras meu escravo...”

Fonte: LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.129.

Não bastaria, portanto, declarar o fim do regime de trabalho escravo, era preciso preparar as condições socioeconômicas, educacionais e jurídicas para tanto. Fazer uma reforma agrária, dar terras e condições de produção aos libertos. Criar um ambiente de igualdade entre cidadãos brasileiros.

Para as principais lideranças políticas de então, isso não poderia ser feito de modo abrupto. Eram lideranças “emancipacionistas”, sendo o fim do tráfico negreiro e o início da imigração europeia não portuguesa, medidas a serem tomadas em prazos mais curtos.

O emancipacionismo pode ser visto em José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), político influente, considerado como o “Patriarca da Independência”:

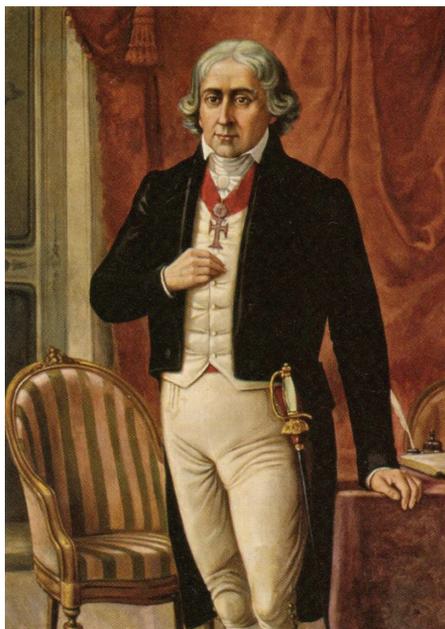


Figura 3.23: José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), de Benedicto Calixto (1853-1927).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>
Ficheiro:Calixt33.jpg

É tempo, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, responsáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil.

Fonte: Carlos Guilherme da Mota. Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico, Lourenço Dantas Mota (org.), Ed. Senac, 1999, v. I. Disponível em: http://memorial.org.br/revistaNossaAmerica/24/port/48-jose_bonifacio.htm. Acesso em: 29 jul. 2012.

A questão da abolição envolvia, entre outros aspectos, a indenização dos proprietários, pois os escravos não eram considerados senão propriedades de seus senhores. Afinal, a

Constituição de 1824, no caput do artigo 179, garantia o direito inviolável à propriedade. Havendo desapropriações pelo Estado, caberiam indenizações.

A libertação de escravos, contudo, poderia acontecer por ato privado como a concessão de uma carta de alforria pelo senhor ao escravo por uma questão meramente pessoal ou econômica.

Havia, por exemplo, casos de escravos que exerciam ofícios especializados (ferreiros, aguadeiros, marceneiros, vendedores ambulantes ou mesmo pedintes e prostitutas) nas grandes cidades brasileiras da época, e que ficavam com parte da renda que geravam para os seus senhores. Alguns desses senhores não eram necessariamente ricos ou grandes proprietários de escravos. Muitos tinham os chamados “escravos de ganho” como uma espécie de poupança ou pecúlio, de obtenção de renda.

O fato é que, conseguindo juntar o valor de sua alforria, os “escravos de ganho” compravam sua liberdade e se tornavam “libertos”.

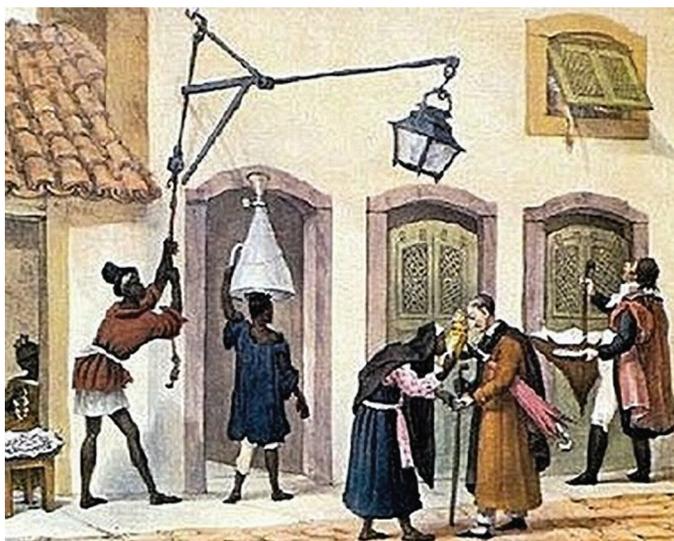


Figura 3.24: Cena carioca de 1820. Escravo dá as esmolas ao padre, enquanto os demais vendem produtos ou realizam serviços. Autoria de Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jean-Baptiste_Debret_Coleta_de_esmolas_para_irmandades_\(acendedor_de_lampi%C3%B5es\).png](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jean-Baptiste_Debret_Coleta_de_esmolas_para_irmandades_(acendedor_de_lampi%C3%B5es).png)

Contudo, a Constituição de 1824 não reconhecia o direito de um “liberto” exercer sua cidadania política de modo pleno, conforme se lê no artigo, a seguir (na grafia da época):

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembleia Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitu%C3%A7ao24.htm

Ou seja, o Império dividia os seus cidadãos em primeira e segunda classe, tendo ainda a massa de escravos que eram considerados apenas como propriedade de seus senhores. Os libertos podiam participar apenas como votantes no primeiro turno das eleições para a formação de um colégio de eleitores, caso tivessem a renda anual de cem mil réis. Para cada cem votantes, elegia-se um eleitor para o segundo turno, no qual eram eleitos os Deputados e Senadores. Os libertos estavam impedidos de votarem ou serem votados no segundo turno.

Outros impedidos de votarem e serem votados eram, em linhas gerais, as mulheres e os homens solteiros e pobres que não tivessem alcançado os 25 anos. Se bacharel, casado, oficial de armas ou emancipado, o cidadão podia votar aos 21 anos, mas tinha de ter renda mínima.

O curioso é que não era vedado ao analfabeto votar, o que demonstrava o lastimável grau de desenvolvimento da educação no Brasil – mesmo entre as elites (apenas 15% dos brasileiros eram alfabetizados). Para ser senador do Império, cargo vitalício, um dos critérios era o de uma renda ainda maior, de 800 mil-réis anuais (algo bastante alto para época), e a idade mínima de 40 anos.

Historiadores sustentam que, com as regras eleitorais de então, em 1822, apenas 1,5% dos brasileiros votavam ou podiam ser eleitos às assembleias, às câmaras e ao Senado Imperial.

Outra marca da desigualdade e da injustiça está no art. 179. Nele, a Constituição falava em direitos civis invioláveis dos cidadãos, entre os quais: “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas crueis (inciso XIX)”.

Mas, como não eram considerados cidadãos, aos escravos restava a dureza do Código Criminal do Império, em seu art. 60 (na grafia da época):

Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de **galés**, será condemnado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o juiz designar. O numero de açoites será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta.

Fonte: BRASIL. Código Criminal do Império. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: [http://www.2camara.gov.br/legislação/publicações do imperio/coleção3.html](http://www.2camara.gov.br/legislação/publicações%20do%20imperio/coleção3.html)

No Império brasileiro, o escravo podia ser ainda condenado à morte, se matasse o seu senhor, membro de sua família ou ainda o feitor da fazenda. O cidadão branco ou livre que participasse de rebelião em favor dos escravos ou que incentivasse fugas seria também passível de condenação à morte, conforme se lê para o crime de insurreição:

Art. 113. Julgar-se-ha commettido este crime, retinindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força.

Penas – Aos cabeças – de morte no gráo maximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze annos no minimo; – aos mais – açoites.

Pena de galés

No Império brasileiro, significava pena de trabalhos forçados e exposição de correntes.

Art. 114. Se os cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerão nas mesmas penas impostas, no artigo antecedente, aos cabeças, quando são escravos.

Art. 115. Ajudar, excitar, ou aconselhar escravos á insurgirse, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim.

Penas – de prisão com trabalho por vinte annos no gráo maximo; por doze no médio; e por oito no mínimo.

Fonte: BRASIL. Código Criminal do Império. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: [http://www.2camara.gov.br/legislação/publicações do imperio/coleção3.html](http://www.2camara.gov.br/legislação/publicações%20do%20imperio/coleção3.html)

A importância da fé católica na manutenção do poder

Outro aspecto importante da Constituição de 1824, que se relaciona à vida da população brasileira, está no art. 5. A Igreja Católica manteve a tradição da Coroa portuguesa e, com isso, a condição de religião oficial do Estado brasileiro, embora se respeitasse o direito ao culto de outras religiões ou credos.

Os praticantes de outras religiões, contudo, só poderiam fazer suas cerimônias e atos de fé em ambientes privados – cujos prédios e instalações não se assemelhassem a templos. Garantia-se também que não haveria perseguições por motivos religiosos. Mas, pelas regras eleitorais, os não católicos eram impedidos de votar e/ou de serem votados.

A questão religiosa no Império será retomada na próxima aula, quando analisarmos as condições que levaram à Proclamação da República, em 1889.

O fato é que a religião era algo (e ainda é) importantíssimo para o exercício do poder, já que trata de sua legitimidade. Na

República se diz que o poder tem fonte popular, que emana do povo.
Numa Monarquia Absolutista, viria do poder divino!

Devemos nos lembrar que, a partir da Reforma Protestante do século XVI, a Europa passou por várias guerras e disputas religiosas que tiveram influências no processo de colonização das Américas. Basta ver o exemplo da colonização dos Estados Unidos: seus pioneiros fugiram da perseguição religiosa na Inglaterra.

A questão religiosa é importante ainda para que se forme um sentimento de unidade cultural no país, apesar de tantas diferenças existentes entre a população. No Brasil, as relações entre a Igreja Católica e o Estado foram estreitas, desde a chegada de Cabral e a realização da primeira missa.

Tínhamos uma população indígena dispersa por um grande território e que foi alvo da ação da catequese. E, depois, houve a escravização de milhões de africanos de origens culturais diversas, inclusive, a presença de muçulmanos. Sem querer simplificar por demais, o Catolicismo contribuiu para o controle social pelas elites coloniais e pelo Estado português.

Na América espanhola, o processo, a propósito, parece ter sido semelhante.

O fim do I Reinado: a abdicação de Pedro I (ou Pedro IV)

Não bastassem as dificuldades políticas internas e o seu desgaste pessoal – e ainda as tensões no Uruguai que levariam o Brasil a entrar em guerra com as Províncias Unidas entre 1825 e 1828 – o fato é que Pedro I decidiu regressar a Portugal para assumir o trono deixado pela morte de D. João VI, em 1826.

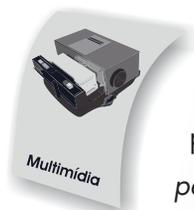
Lá, ele seria o rei Pedro IV. Mas a Constituição brasileira de 1824, em seu artigo 116 dizia:

O Senhor D. Pedro I, por Unanime Acclamação dos Povos, actual Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo, Imperará sempre no Brazil.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm

Ou seja, não poderia ser imperador do Brasil e rei de Portugal, ao mesmo tempo. Também pelas leis portuguesas, Pedro IV não poderia ser Pedro I. Teria de abdicar de uma delas e assim o fez, em favor de sua filha primogênita, do casamento com a imperatriz Leopoldina (1797-1826): Maria da Glória (1819-1853), nascida no Rio de Janeiro.

Como Maria II ainda era menor de idade, Pedro IV nomeou seu irmão D. Miguel de Bragança como tutor. Este, por sua vez, usurpou o trono e se declarou rei de Portugal, em 1828, contra sua sobrinha. Em 1831, Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho Pedro, ainda menor de idade. Estava desgastado no Brasil. Retornaria a Portugal e entraria em guerra com seu irmão Miguel, depondo-o em 1834 – mesmo ano de sua morte por tuberculose.



Sobre o I Reinado, a figura política e a vida pessoal de Pedro I, indicamos o filme *Independência ou morte*, dirigido por Carlos Coimbra (1972). Com Tarcísio Meira e Glória Menezes.



Atende ao Objetivo 2

2. Pela Constituição de 1824, o catolicismo era a religião oficial do Estado.

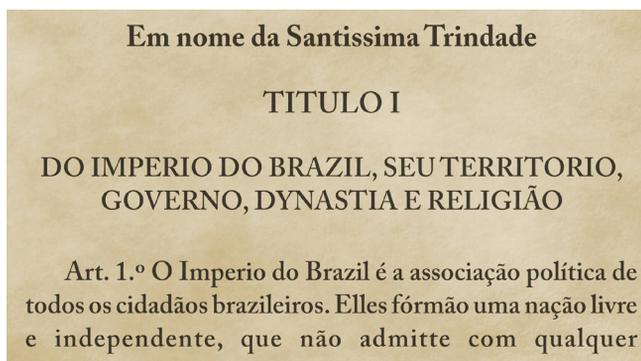


Figura 3.25: Primeira página da Constituição de 1824.

Leia o artigo e responda as seguintes questões:

- De que modo a religião legitimava o poder do imperador? Para a sua resposta, veja o que está escrito na primeira página do texto constitucional.
- Do ponto vista administrativo, que vantagem para o Império seria ter padres como funcionários públicos?
- Em que a adoção de uma religião oficial pode ter contribuído para a integridade territorial do Estado brasileiro àquela época?

Resposta Comentada

a) O caráter religioso do Estado brasileiro tinha uma explicação lógica, relacionada à fonte do poder do imperador. Numa república atual, considera-se que o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Na Monarquia, o poder teria origem divina e em nome de Deus é exercido pelo rei e por seus descendentes, isto é, por sua dinastia. A Constituição de 1824 começava seu texto invocando o poder da Santíssima Trindade (o Pai, o Filho e o Espírito Santo).

b) Num país de analfabetos e de estrutura educacional precária, os padres tinham um nível de instrução bem acima da média da população, o que poderia dar ao serviço público certa eficiência. Outro aspecto era o da distribuição espacial das paróquias pelo território do Brasil e de sua capacidade de reunir informações, inclusive, os registros civis.

c) Embora admitisse a prática de outras religiões no Império, a determinação de uma religião oficial, entre outros aspectos, visava ao controle ideológico, à vigilância, a uma homogeneização cultural, incluindo-se aí os escravos, os indígenas, os cristãos-novos (judeus). A escolha de uma religião oficial foi um ato de significado semelhante, talvez, à imposição de uma língua oficial. Homogeneidade cultural e linguística é um fator de integridade do Estado nacional.

CONCLUSÃO

A transmigração da Corte portuguesa, a influência dos acontecimentos decorrentes das Guerras Napoleônicas nas Américas e o interesse britânico em eliminar Portugal como intermediário entre os seus interesses e a economia brasileira levaram o Brasil a um

processo de Independência bastante peculiar, se comparados com os de outros países da América.

A Carta Magna de 1824 resultou do campo de forças políticas e da cultura administrativa de então. Refletia um Brasil desigual que manteve muitas das marcas do passado colonial, sobretudo nas questões do indígena e do escravo.

A Constituição, embora não impedisse a abolição da escravatura ou mesmo o emancipacionismo de leis como a do Ventre-Livre, deu base à elaboração de um Código Criminal extremamente severo com o escravo.

A Constituição, de uma certa forma, não tinha a capacidade ser um instrumento que acelerasse a modernização capitalista das relações de trabalho e o acompanhamento do progresso científico e tecnológico do século XIX, tornando o país capacitado a um maior grau de autonomia no campo internacional. Mas, foi sob sua vigência que o Império teve a capacidade de controle e repressão às províncias, gerando a manutenção de sua integridade territorial.

O arranjo político-institucional do Império, sem dúvida contribuiu, para que o país se inserisse na divisão internacional do trabalho como uma economia agroexportadora – e dependente, sobretudo, do poder financeiro e militar da Grã-Bretanha.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Nesta aula, procuramos estabelecer relações entre a I Revolução Industrial, a influência britânica e o processo de formação político-institucional do Império brasileiro, destacando a questão da abolição da escravidão.

O que se quer perguntar a você é:

a) Em que bases filosóficas se assentava a concepção dos ingleses de que era inevitável o fim da escravidão no Brasil e nas Américas como um todo? Descreva um fator.

b) em que para o Brasil, além da questão da justa incorporação do escravo à condição de cidadão brasileiro, a abolição permitiria modernizar sua economia? Descreva um fator.

Resposta Comentada

a) A base filosófica vem do Liberalismo, cujos desenvolvimento se relacionou à lógica da I Revolução Industrial e do capitalismo, ou seja, a de que o trabalho tem de ser livre, remunerado por sua produtividade, de acordo com as leis de mercado.

b) A economia escravocrata, além de moralmente condenável, fazia a retenção de capitais que podiam ser empregados em negócios fabris, ao invés do tráfico negreiro. Outro aspecto estava no que o próprio D. Pedro I defendia: a escravidão tornava a sociedade brasileira viciada na exploração servil, renunciando ao trabalho como fator de dignidade pessoal e incentivo à elevação da produtividade social.

RESUMO

O Brasil entre 1808 e 1831, passou de colônia a país independente, mantendo muitas das estruturas sociais injustas, desiguais e violentas praticadas desde o início de sua colonização. A abolição da escravatura não ocorreu e a transformação do indígena em cidadão o deixou ainda mais vulnerável à perseguição, ao acultramento forçado e ao genocídio.

O processo da Independência sem que se desse uma revolução a implantação de um regime republicano não pode ser compreendido sem o entendimento da influência das Guerras Napoleônicas, da transmigração da Corte em 1808, das características de personagens como D. João VI e D. Pedro I, do poder da Igreja, do caráter conservador das elites.

Não pode ser compreendido sem que se observe a capacidade de influência e intervenção da Grã-Bretanha em Portugal e no Brasil. Foi o patrocínio político e militar britânico que viabilizou a fundação de uma Monarquia Constitucional com separação de poderes, direito (restrito) de voto, controle rígido das províncias e oferta de garantias e direitos civis – excluindo-se deles o escravo, passível de punições severas pelo Código Criminal de 1830.

Sem a Grã-Bretanha, talvez, o Império tivesse maior dificuldade de manter a integridade do território brasileiro herdado da Colônia. O Império, contudo, não foi capaz de manter a soberania sobre a Província Cisplatina, aceitando a solução de fundação do Uruguai como um Estado-tampão.

Mas, o apoio britânico não foi gratuito. Com a celebração de tratados bastante vantajosos a produtos manufaturados ingleses, o surgimento de indústrias no país era praticamente inviável no país, no início do século XIX.

Os efeitos do “meio técnico” serão no sentido de uma inserção do Brasil como produtor de gêneros primários, destacando-se o início da imigração europeia não portuguesa, a interiorização do povoamento pela abertura de áreas de matas virgens ao cultivo do café em regiões do atual Sudeste brasileiro que estiveram à margem da economia colonial, quando do ciclo da mineração.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, continuaremos a estudar impactos do “meio técnico” na formação, povoamento e ocupação do território brasileiro durante II Reinado, passando antes pelo Período Regencial (1831-1840).

Teremos já os efeitos da II Revolução Industrial sobre a economia e a sociedade brasileiras, especialmente, a modernização dos transportes com a introdução das ferrovias e o aprofundamento da questão da abolição da escravatura, além da entrada de mais imigrantes no país.

Trabalharemos ainda os efeitos de movimentos de secessão e os conflitos internacionais como o da Guerra do Paraguai, terminando com a derrubada do Império em 1889, por um golpe militar.

Leituras recomendadas

A leitura das obras a seguir seria importante para a complementação de sua formação.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GEIGER, Pedro. *As formas do espaço brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Filmes recomendados

Carlota Joaquina: princesa do Brasil. De Carla Camurati, 1995.

Independência ou morte. De Carlos Coimbra, 1972.

O vale. De Marcos Sá Carneiro e João Moreira Salles, 2006.

Aula **4**

Formação,
povoamento e
consolidação do
território brasileiro
no “meio técnico”
durante o II Reinado:
o período das
regências
(1831-1840)

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Apresentar os efeitos socioeconômicos, culturais e político-institucionais do “meio técnico” sobre o processo de povoamento do território brasileiro durante o período regencial (1831-1840).

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. descrever aspectos da ocupação, povoamento, formação e consolidação territorial do Estado brasileiro, relacionando a organização da economia em “arquipélago ou ilhas” ao potencial de ocorrência de revoltas e de movimentos separatistas nas províncias durante o Período Regencial;
2. reconhecer, no jogo político-partidário do Período Regencial, elementos e fatores sociais e históricos que levariam o Império no reinado de Pedro II (1840-1889) a uma conjuntura de relativa estabilidade e prosperidade, o que propiciaria a inserção do Brasil na II Revolução Industrial (1860-1960/70), sem a alteração do caráter agrário-exportador e escravista de sua economia.

INTRODUÇÃO

Caro (a) Aluno (a),

Nesta aula, continuaremos o estudo de impactos do “meio técnico” durante o Período Regencial. Em termos objetivos, trabalharemos:

- a manutenção do controle do poder central sobre as oligarquias e sobre as populações das províncias, visando à redução do potencial de secessão relacionado às revoltas regionalistas que ocorreram ao longo do período em que D. Pedro II ainda não havia atingido a maioria;
- desenvolvimento das forças políticas durante as regências e o crescimento da participação do café como elementos fundamentais para que o reinado de Pedro II ganhasse a estabilidade necessária à continuidade da inserção do Brasil na economia internacional, mesmo mantendo-se arcaico em vários de seus aspectos - sobretudo na questão da escravidão;
- a valorização política da Geografia e de seu ensino no Brasil, considerando-se a importância do surgimento de uma identidade brasileira acima das identidades regionais locais.



Figura 4.1: Mapa do Império do Brasil publicado no Atlas do Império do Brasil, de 1868 (o primeiro do país).

Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003016.pdf>

O poder central × oligarquias: o potencial de secessão e a repressão de revoltas e movimentos regionalistas entre 1831 e 1889

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o Brasil entraria em uma fase de instabilidade política que colocaria em risco a integridade do território brasileiro. Até que se declarasse a maioria de D. Pedro II, em 1840, o Brasil foi governado por regentes.

Nas regências, tivemos uma primeira fase em que se deu maior autonomia às províncias, por influência de políticos liberais. A autonomia, porém, não contentou algumas das elites regionais e locais, que acabaram por se revoltar contra o Império. Numa segunda fase, políticos conservadores iniciaram o fortalecimento do Poder Central.

O fato é que, passadas as regências, o ciclo das revoltas regionais separatistas se encerraria. Depois, teriam significado religioso ou de reação a medidas específicas da administração pública.

O Período Regencial (1831-1840)

Para o historiador José Murilo de Carvalho, em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, o ano de 1831 poderia ser considerado, num certo aspecto, como o ano que complementaria o de 1822, ou seja, o da independência do país. Isso se for considerado que a população do Rio de Janeiro saiu, em grande número para a época (cerca de 4.000 pessoas), às ruas e à sede do governo, no Campo de Santana, para, em conjunto com militares e políticos, exigir a renúncia do imperador em virtude de atos e decisões tidos como autoritários e impopulares.

D. Pedro I era acusado de ser absolutista, o que ia contra o pensamento liberal que se difundia. Numa avaliação histórica, D. Pedro I, de algum modo, cumprira uma tarefa de evitar o retorno

ao pacto colonial de antes de 1808, assim como de afastar os riscos às elites do “haitismo ou haitinismo” no Brasil, conforme abordamos na Aula 3.

Entretanto, o seu desgaste político era enorme, inclusive como reflexo da perda da Província Cisplatina, em 1828. Até a morte de D. Pedro I, em 1834, havia segmentos políticos, incluindo cidadãos portugueses abastados, que defendiam o seu retorno, a sua restauração.

Sua abdicação, contudo, não viria a ensejar a implantação de um regime republicano, pois a Monarquia tinha apelo popular, embora o exemplo dos EUA sempre soasse como uma alternativa, uma possibilidade. Isso, aos olhos de hoje, parece contraditório, mas não o era naquele momento.

O fato é que a Monarquia tinha então legitimidade e, assim, os instrumentos legais, fiscais e militares para evitar o separatismo e a desintegração do território estavam ancorados numa Constituição (1824) que previa, entre outros aspectos, que ministros de Estado e governadores de províncias fossem escolhidos, nomeados e exonerados sempre pelo imperador, em razão de seus interesses.

Além do mais, o Império brasileiro, naquele momento, contava também com o fundamental apoio dos britânicos, que não incentivavam movimentos regionalistas separatistas. Conforme abordamos na Aula 3, os apoios político e militar ingleses vinham no bojo de acordos de comércio e de amizade que lhes eram bastante favoráveis e que seriam mantidos até a década de 1840.



Figura 4.2: D. Pedro II aos quatro anos (1830). Autoria de Arnaud Pallière (1874-1862).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_II_do_Brasil_aos_4_anos.png.

D. Pedro II (1825-1891), contudo, era ainda uma criança quando da abdicação de seu pai. A Constituição de 1824, no art. 121, previa, para casos como esses, a nomeação, pela Assembleia Geral (o Congresso Nacional de então), de regentes, até que a maioridade aos 18 anos permitisse o seu coroamento.

Foram, então, quatro as regências: a Provisória Trina (com três regentes), a Permanente Trina, a Una do Padre Feijó e a Una de Araújo Lima. Encerraram-se em 1840, quando D. Pedro II subiria ao trono, aos 14 anos, no chamado “Golpe da Maioridade”. Golpe, porque a maioridade decorreu de uma mera declaração da Assembleia Geral, em flagrante descumprimento ao texto original da Constituição.



Figura 4.3: D. Pedro II aos 16/17 anos (1842).
De J.M. Rugendas (1802-1858).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_II_of_Brazil_circa_1842.jpg.

As regências e o Ato Adicional de 1834

Os governos regenciais tiveram duas fases: uma liberal e outra conservadora. A grande diferença entre liberais e conservadores estava na visão que tinham da manutenção da integridade do Império. Para os liberais, maior autonomia às províncias seria o fator de construção do Império de uma forma mais equilibrada. Para os conservadores, a autonomia era o mesmo que anarquia.

Em termos jurídicos, a discordância entre liberais e conservadores se apresentava no chamado Ato Adicional de 1834. Por essa lei, toda uma série de medidas permitiu certa descentralização administrativa favorável às províncias. Em 1837, os conservadores fariam uma nova lei que interpretava o Ato Adicional de 1834, segundo uma concepção centralizadora. Essa questão de maior ou menor autonomia provincial só seria resolvida com a ascensão ao trono por D. Pedro II.

Regência Trina Provisória (abril-julho de 1831)

Era formada por Nicolau de Campos Vergueiro (Senador Vergueiro), José Joaquim de Campos (Marquês de Caravelas) e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias). Foi marcada pela agitação política e por rebeliões militares dos primeiros momentos da abdicação de Pedro I.

O ambiente político era marcado por três grupos que seguiam de algum modo princípios liberais, mas que não defendiam o fim da escravidão. Eram:

- os liberais exaltados, os denominados “jurujubas” (referência a local de encontro em Niterói) ou farroupilhas (termo pejorativo, em razão das roupas mais simples usadas por um de seus líderes, Cipriano Barata). Eram defensores do federalismo, do fim do Poder Moderador e da vitalidade do Senado;
- os restauradores, que desejavam a volta de D. Pedro I. Eram chamados de “**caramurus**”, termo que reforçava a sua relação com portugueses aqui radicados.
- os liberais moderados, que defendiam a monarquia, mas com maior autonomia das províncias. Eram conhecidos como “**ximangos**”.

Regência Trina Permanente (1831-1834)

Composta pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva e pelos deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. A figura de maior destaque nesse período foi a do padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843), Ministro da Justiça.

Em 1834, com a modificação da Constituição por um ato adicional (lei que complementa o texto constitucional original, em razão de questões de natureza maior), a regência trina seria transformada em uma.

Caramuru

Palavra da língua tupi que significa moreia (isso mesmo, o peixe que parece uma enguia). Os tupinambás no litoral de Salvador, Bahia, acolheram e deram esse apelido a um naufrago português, de nome Diogo Álvares Correia (1475-1557), em 1510. Os defensores de interesses portugueses no Brasil das Regências eram denominados pejorativamente de caramurus.

Ximango

Palavra do idioma guarani que se refere a uma ave de rapina que se alimenta de carniça ou de animais doentes.

Talvez, por isso, tenha sido atribuído um caráter pouco nobre a essa ave – e por uma “maldosa” analogia aos liberais moderados. Seu habitat é o Pampa Gaúcho na fronteira com Uruguai e Argentina.

Pelo Ato Adicional, entre outros aspectos, foram criadas as Assembleias Legislativas das Províncias, o que deu maior autonomia administrativa aos governos locais. Pelo mesmo Ato, foi instituído o Rio de Janeiro como Município Neutro, dissociando-o da Província Fluminense. Niterói passaria a ser capital desta última. O Município Neutro é o Distrito Federal na denominação do Império.

Para os políticos conservadores do Império, o Ato Adicional de 1834 teria estimulado, de algum modo, as revoltas nas províncias e jogou o país em uma instabilidade política constante. Seria por eles chamado de “carta da anarquia”.

Com relação à Guarda Nacional, os grandes fazendeiros se tornaram sócios, de algum modo, da manutenção da ordem interna, esvaziando o poder dos militares do Exército. Os grandes fazendeiros e suas milícias (de jagunços) passaram a ser as forças de segurança do Estado.

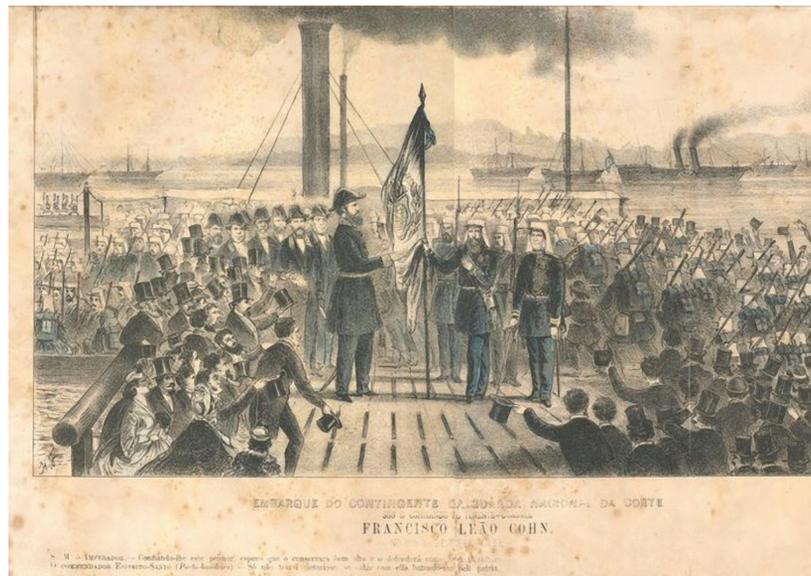


Figura 4.4: Embarque do contingente da Guarda Nacional da Corte, sob o comando do tenente coronel Francisco Leão Cohn, no dia 26 de fevereiro de 1865. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Embarque_da_Guarda_Nacional_em_26-2-1865.jpeg.

Reproduzindo notas da imagem anterior:

S. M. Imperador, confiando-lhe este penhor, espera que o conservará bem alto e o defenderá como com brasileiro. o comendador Espírito Santo, porta bandeira, – Só não trarei vitorioso, se cair com ela batendo-me pela pátria.

Fonte: Suplemento da Revista Ilustrada (revista publicada durante o Império).

Em linhas gerais, a Guarda Nacional foi criada no contexto político da abdicação de D. Pedro I, em que o Exército Brasileiro era composto por tropas mal treinadas e equipadas, além da presença de mercenários estrangeiros. Muitos de seus oficiais eram alemães ou ingleses. Para as elites políticas dominantes à época, o Exército era pouco confiável, o que se confirmaria pela ocorrência de revoltas militares em 1831 em cidades como Rio de Janeiro e Recife.

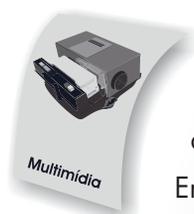
Participavam como oficiais da Guarda Nacional os cidadãos (libertos e escravos não eram considerados cidadãos, conforme trabalhamos na Aula 3) que tivessem direito a votar e serem votados, ou seja, que tivessem renda superior a duzentos mil réis anuais, sendo nomeados pelos juízes de paz, pelos presidentes das províncias, pelo ministro da justiça. A Guarda Nacional tinha poder de polícia.

Em caso de guerra, seriam forças auxiliares do Exército. Na Guerra do Paraguai, a Guarda Nacional seria responsável por cerca da metade do efetivo mandado aos campos de batalha pelo Brasil. Na verdade, o Exército e a Guarda Nacional eram concorrentes.



Figura 4.5: Artilharia da Guarda Nacional em ação na Revolta da Armada (revolta da Marinha contra o governo republicano de Floriano Peixoto) em 1894. Autoria de Juan Gutierrez de Padilla (1859-1897). Acervo do Museu Histórico Nacional.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Guarda_Nacional_na_Revolta_da_Armada.jpg

Com a República, proclamada por oficiais do Exército, a Guarda Nacional não teria como não perder sua importância no Estado brasileiro, embora permanecesse por um bom tempo, no século XX, como referência simbólica ao poder dos senhores de terras do interior no fenômeno político denominado como “Coronelismo”. A Guarda Nacional foi extinta na década de 1920.



Ficou interessado em saber mais sobre a Guarda Nacional?

Então, visite o site [http://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_(Brasil)). Lá você terá mais informações sobre o que foi a Guarda Nacional e sua importância na história do Brasil.

Voltando à Regência, cabe registrar que as forças políticas do início das regências haviam-se alterado na segunda metade da década de 1830. Os restauradores ou “caramurus”, após a morte de D. Pedro I, em 1834, se uniram a segmentos mais conservadores dos liberais moderados, fundando o Partido Conservador em 1836. Os liberais moderados receberam segmentos dos “jurujubas” e fundaram o Partido Liberal em 1837.



Figura 4.6: Regente Diogo Antônio Feijó: o Liberal. Autoria de S. Sisson. (1824-1893).
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_Ant%C3%B4nio_Feij%C3%B3.

A Regência Una do padre Feijó

Após ter sido o homem forte das regências trinas, o padre Feijó seria eleito, na Assembleia Geral, o Regente Uno. Sua plataforma liberal, contudo, não se sustentaria, em razão da instabilidade política e da ocorrência de revoltas separatistas.

Era acusado pela oposição de colocar em risco a integridade territorial, desde a edição do Ato Adicional de 1834. Perderia, deste modo, sustentação política e renunciaria em 1837. Seu sucessor foi o conservador e adversário Pedro Araújo Lima, o Marquês de Olinda.

Regência de Pedro Araújo Lima (1837-1840)

Nela se fez a revisão do Ato Adicional pela Lei Interpretativa do Ato Adicional. Isso mesmo: uma lei que interpretava outra lei, que, por sua vez, mudara a Constituição. Parece golpe, não? Coisas do Brasil...



Figura 4.7: Regente Pedro de Araújo Lima: o Conservador.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_de_Ara%C3%BAjo_Lima_\(marqu%C3%AAs_de_Olinda\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_de_Ara%C3%BAjo_Lima_(marqu%C3%AAs_de_Olinda).jpg).

Pela nova lei, o Estado brasileiro reduzia a autonomia administrativa das províncias. Findou-se com o Golpe da Maioridade. Na verdade, a decretação da maioria de Pedro II fora também uma tentativa dos liberais de enfraquecer os conservadores e retornar ao poder após a renúncia de Feijó.

A importância da Geografia: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

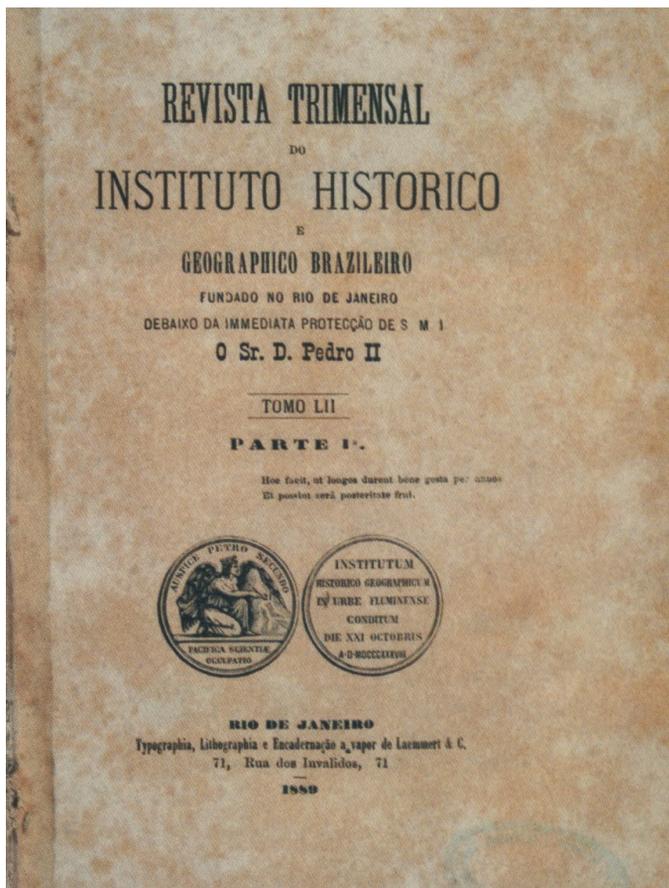


Figura 4.8: Capa da Revista do IHGB. Edição de 1889.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:IHGB_revista_1889.jpg.

Durante a regência de Pedro de Araújo Lima, em 1838, foi fundado o IHGB, com o objetivo de reunir informações históricas e geográficas de um país recentemente tornado independente e que, por ser enorme e pouco povoado, tinha estatísticas, mapas e estudos escassos e deficientes sobre a população e as riquezas do território.

Sua fundação estava no contexto de fortalecimento do Poder Central diante das revoltas do Período Regencial. Também foram

fundadas, na regência de Araújo Lima, a Academia Imperial de Belas Artes, o Arquivo Público do Império e o Colégio Pedro II.

O IHGB reunia segmentos importantes da intelectualidade (obviamente conservadora) do país, cientistas e naturalistas brasileiros e estrangeiros, e contava com recursos dos cofres do Império para o seu custeio. D. Pedro II participava e presidia constantemente suas sessões. Havia correspondentes estrangeiros e, com isso, troca de acervos com instituições congêneres de todo o mundo.

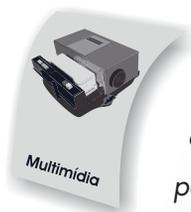
Em consequência, o IHGB reuniu um dos maiores acervos de informações e mapas sobre o Brasil do século XIX, sendo a sua biblioteca, localizada em sua sede, na Av. Augusto Severo, nº 8, no Centro do Rio de Janeiro, uma das maiores de toda a América Latina. É uma notável fonte de dados e publicações para pesquisa.

Em 1854, o IHGB publicou o livro *História geral do Brasil* do historiador, militar e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagem (1816-1878), o Visconde de Porto Seguro. Ainda hoje essa obra tem importância pelas fontes documentais que foram levantadas pelo seu autor.



Figura 4.9: Foto da sede atual do IHGB, no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.ihgb.org.br/ihgb7.php>



Quer conhecer melhor o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)? Então acesse a *home page* <http://www.ihgb.org.br/ihgb5.php>. Neste site, além de poder se aprofundar sobre a história do Instituto, você vai conhecer suas instalações, seu acervo, pesquisadores associados e até atividades oferecidas ao público. Não deixe de fazer essa visita virtual e boa viagem!

Revoltas regionais e separatismo durante as regências e no II Reinado

Mas por que se antecipou a maioria de Pedro II, ainda adolescente?

Entre as respostas, estava justamente a ocorrência de movimentos de bases regionalistas e separatistas que, de alguma maneira, na visão das elites de então, se desenvolveram pela ausência de um imperador governando.

Pedro II, mesmo sem ser ainda adulto, era visto como capaz de ocupar o espaço político que os regentes não tiveram a legitimidade para ocupar e, com a devida autoridade, manter a integridade territorial do país.

O poder simbolizado pelo Imperador, de certa maneira, supria a falta de um sentimento nacionalista ou de uma identidade nacional brasileira, como fator de integração das diversas populações distribuídas pelo “arquipélago” brasileiro. José Murilo de Carvalho sustenta que, somente com a Guerra do Paraguai (1864-1870), a difusão e a assunção de uma identidade nacional brasileira começariam a ser mais fortes do que os sentimentos regionalistas nas províncias.

Nas revoltas durante as regências, houve forte participação popular, os conflitos foram bastante violentos, e comuns eram as manifestações de intolerância de brasileiros natos contra portugueses.

Havia também questões religiosas e étnicas. Na Bahia, a questão religiosa envolvia o islamismo dos escravos malês, isto é, aqueles provenientes da região do Golfo de Benim, África.

O regente Feijó, que mesmo sendo um padre, era membro da Maçonaria, propôs alterações no funcionamento da Igreja Católica, inclusive o fim do celibato. Pela Constituição de 1824, a Igreja Católica era submetida ao Estado brasileiro. Daí, o regente propor o fim do celibato. Isso trouxe reações diversas não apenas entre as elites mais conservadoras, como também entre as populações das províncias.

Sobre o fato, o professor José Murilo de Carvalho afirma:

Havia, também, um arraigado catolicismo (excetuando-se a Revolta dos Malês, na Bahia, de 1835) que julgavam ameaçado pelas reformas liberais da Regência, atribuídas vagamente a alguma conspiração maçônica. O importante é perceber que possuíam valores considerados sagrados, que percebiam formas de injustiça e que estavam dispostos a lutar até a morte por suas crenças. Isto era muito mais do que a elite, que os considerava selvagens, massas-brutas, gentalha, estava disposta a fazer.

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 70.

Entre os militares que atuaram em favor das regências contra os movimentos regionais, destacou-se o então major Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880). No Maranhão, ele comandou as tropas imperiais contra o movimento da Balaiada, as quais haviam dominado Caxias, a segunda maior cidade daquela província então. Por sua “eficiente” atuação, ganharia do Imperador o título de “Barão de Caxias”.

Depois, por comandar a repressão a outras revoltas, governar o Rio Grande do Sul e ser o comandante do Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai, na fase final do conflito entre 1866 e 1870, ao já marechal Lima e Silva, seriam conferidos os títulos de: “Duque de Caxias”, o único Duque de todo o Império; “Pacificador”; “Patrono do Exército brasileiro”.



Figura 4.10: Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Foto de 1878.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lu%C3%ADs_Alves_de_Lima_e_Silva.jpg.

A propósito, as revoltas que ocorreram no Período Regencial foram:

- I. Federação do Guanais (1832), Revolta dos Malês e Sabinada (1837), na Bahia.

Foram duas revoltas nativistas ocorridas na Bahia. A Sabinada, de uma certa forma, deu continuidade à anterior, do Guanais, isto é, a revolução de inspiração republicana liderada por um cidadão de nome Bernardo Miguel Guanais Mineiro, ocorrida em duas cidades do Recôncavo Baiano, São Félix e Cachoeira.

Derrotado por Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (1788-1848), o Visconde de Pirajá, após três dias de lutas, Guanais

Mineiro foi preso na Fortaleza do Mar (Fortaleza de São Marcelo) em Salvador. Em 1833, liderou um motim e controlou a fortaleza, que é uma ilha que fica bem em frente ao Porto de Salvador, de onde bombardeou o centro da cidade. Após negociações com o governo, voltou ao interior baiano, de onde não mais saiu.

A Revolta dos Malês (1835) trouxe a questão religiosa e foi rapidamente reprimida, levando 40 pessoas à morte, segundo o professor José Murilo de Carvalho. Os malês eram liderados por um certo Mala Abubaker e traziam forte ressentimento contra os brancos. Visava à implantação de uma monarquia islâmica, mantendo-se a escravidão para aqueles que não fossem muçulmanos. Durou apenas dois dias (24 e 25 de janeiro).

Em 1837, seria a vez do médico e jornalista Francisco Sabino Vieira liderar novo movimento em Salvador, proclamando uma república. O movimento se aproveitou da campanha de alistamento militar obrigatório, que gerou forte reação popular. Não teve, contudo, o apoio da população de escravos de Salvador, sendo uma rebelião urbana associada a segmentos médios. A repressão do governo imperial, apoiada pelos grandes fazendeiros, levou o movimento a durar apenas quatro meses, sendo cerca de mil o número de mortos.

Sabino Vieira foi condenado ao desterro (exílio interno) na Fortaleza do Príncipe da Beira, no interior da Província de Mato Grosso (hoje, Estado de Rondônia). Faleceu numa fazenda no interior mato-grossense em 1846.

II. Cabanada, em Pernambuco (1832-1835); Balaiada, no Maranhão (1838-1840); Cabanagem, no Pará (1835).

Sobre esses movimentos, o professor José Murilo de Carvalho nos ensina:

Algumas rebeliões da Regência tiveram caráter nitidamente popular. Nas capitais revoltaram-se com frequência as tropas de linha, cujos componentes eram na totalidade provenientes das camadas mais pobres da população. Era comum a

expressão “tropa e povo” para indicar os revoltosos. Mas foi nas áreas rurais que aconteceram as revoltas populares mais importantes. A primeira delas deu-se em 1832, na fronteira das províncias de Pernambuco e Alagoas. Chamou-se a Revolta dos Cabanos. Os cabanos eram pequenos proprietários, índios, camponeses, escravos. Defendiam a Igreja Católica e queriam a volta de D. Pedro I. Seu líder era um sargento, filho de padre, que desertara do Exército. Durante três anos enfrentaram as tropas do governo em autêntica guerrilha travada nas matas da região. Os últimos rebeldes foram caçados um a um nas matas, como animais.

[...] Outra revolta popular aconteceu em 1838 no Maranhão, perto da fronteira com o Piauí, em região de pequenas propriedades. Ficou conhecida como Balaiada porque um dos líderes era fabricante de balaios. Outro líder era vaqueiro. A eles se juntou também um ex-escravo à frente de uns 3 mil escravos fugidos das fazendas das regiões vizinhas. Os “balaios” chegaram a reunir 11 mil homens em armas e ocuparam Caxias, a segunda maior cidade da província. Mas divisões internas entre livres e escravos enfraqueceram o movimento, que foi finalmente derrotado em 1840. O vencedor dos “balaios”, Luís Alves de Lima, foi recompensado com o título de barão de Caxias.

[...] A revolta popular mais violenta e dramática foi a Cabanagem, na província do Pará, iniciada em 1835. Os rebeldes eram na maioria índios, chamados “tapuios”, negros e mestiços. A capital da província, Belém, foi tomada, e boa parte da população branca, cerca de 5 mil pessoas, formada de comerciantes e proprietários brasileiros e portugueses, refugiou-se, junto com o presidente, em navios de guerra estrangeiros. A província caiu nas mãos dos rebeldes, que a proclamaram independente, sob o comando de um extraordinário líder de 21 anos chamado Eduardo Angelim. A luta continuou até 1840 e foi a mais sangrenta da história do Brasil. O novo presidente, um general, recuperou a

capital abandonada pelos rebeldes e iniciou uma campanha sistemática de repressão. Militarizou a província, deu ordens de fuzilar quem resistisse, obrigou todos os não-proprietários a se alistarem em corpos de trabalhadores. Violência e crueldade marcaram a ação dos dois grupos de antagonistas. Soldados do governo eram vistos nas ruas exibindo, em torno do pescoço, rosários feitos de orelhas de cabanos. Uns 4 mil cabanos morreram somente em prisões, navios e hospitais. Calculou-se o número total de mortos em 30 mil, divididos igualmente entre os dois campos em luta. Esse número representava 20% da população da província. Foi a maior carnificina da história do Brasil independente.

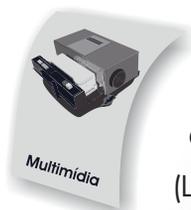
Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.68-69.

Cabe registrar que vastas porções do oeste da Província do Grão-Pará (ou Pará) se mantiveram a favor do Império contra a Cabanagem. Em 1850, o governo do Rio de Janeiro faria o desmembramento desses territórios, criando a Província do Amazonas. Além de buscar o apoio dos amazonenses contra eventuais novos movimentos em Belém do Pará, era importante para o Império fortalecê-los, em razão de possíveis problemas fronteiriços com o Peru.



Figura 4.11: Habitação típica da Amazônia às margens dos barrancos dos rios: a paisagem vivida pelos Cabanos permanece nos dias de hoje.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Amazonia-moradia.jpg>



O jogo da Cabanagem

Caro aluno, o Laboratório de Realidade Virtual (LaRV), da Universidade Federal do Pará, desenvolveu um interessante jogo pedagógico que tem a Cabanagem como tema. O jogo trabalha informações geográficas e históricas daquele momento da história de Belém e da então Província do Pará.

O site para *download* gratuito é: http://www.larv.ufpa.br/?r=jogo_cabanagem

A República de Piratini: o separatismo Farroupilha

Vamos dar um maior destaque à Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, devido ao contexto geopolítico da definição/consolidação de fronteiras e territórios e do controle/abertura da navegação internacional na Bacia do Prata.



Figura 4.12: Cena da Guerra dos Farrapos. Reprodução parcial de óleo do acervo da prefeitura de São Paulo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Guerra_farrapos.jpg

Foram dez anos de guerra entre as forças imperiais e um exército formado sob comando de caudilhos, isto é, grandes estancieiros ou proprietários de terras, políticos e militares gaúchos. Apesar de o termo farrapos ter sido criado para reduzir, menosprezar as forças regionais, o conflito envolvia questões de grande importância, como a disputa com a Argentina por influência política no Prata (o que envolveria ainda a Bolívia e o Paraguai). Estava ainda relacionado aos desdobramentos da independência do Uruguai, na Guerra da Cisplatina (1825-1828) (já analisada na Aula 3).

Do ponto de vista econômico, a manutenção de uma baixa taxação ao charque proveniente do Uruguai, associada a uma taxa de câmbio do mil-réis, favorável a produtos importados, trazia dificuldades à produção das charqueadas e dos curtumes do Rio Grande do Sul. Cabe lembrar que a economia gaúcha, desde o Período Colonial, estava articulada às ilhas de produção aurífera e de cana-de-açúcar como abastecedora de carne bovina. O charque barato era fundamental ao abastecimento alimentar e, especialmente, à manutenção dos escravos. Para ser barato, a oferta tinha de ser a maior possível, o que incentivava a abertura do mercado brasileiro ao similar importado do Prata.

A manutenção de influência do Brasil no Uruguai independente também passava pelo favorecimento dos interesses econômicos desses vizinhos no mercado brasileiro: eram cobrados apenas 4% de impostos para o uruguaio, enquanto o Império arrecadava incríveis 25% para o charque gaúcho, segundo Eduardo Bueno.

Mas, o exemplo do Uruguai, independente e republicano, também era um fator que atraía parte das elites gaúchas a um projeto separatista. Havia, inclusive, a possibilidade de união de gaúchos e uruguaio num novo país, caso os farrapos tivessem sucesso em seu movimento. Também não agradava aos gaúchos a imposição de presidentes ou governadores de fora da província pelo Imperador.

Há diversas estimativas sobre quantos combatentes de ambos os lados pereceram nos campos da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entre 3 e 5 mil pessoas faleceram ao longo de dez anos, em que 56 batalhas se deram entre os imperiais e os farrapos. No auge da disputa, o exército farroupilha chegou a ter cerca de 3 mil homens contra 11 mil das forças de Pedro II.

Além de batalhas em terra, houve ainda disputa naval pelo controle dos litorais gaúcho e catarinense. O Império pretendia isolar o Rio Grande do Sul e também Santa Catarina (onde também fora proclamada uma república confederada aos farrapos, a República Julliana), evitando a entrada de suprimentos e armamentos. Isso levou os farrapos à criação de um estaleiro na Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. Construíram dois barcos ou lanchões de guerra, mas tiveram que os levar ao Porto de Laguna, no litoral catarinense, por terra (por cerca de 90 km), já que a Marinha Imperial bloqueava a entrada da mesma lagoa: ou seja, um fato espetacular!

A Marinha Rio-Grandense contou com a participação do revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi (1807-1882), que chegou a ser um de seus oficiais. Garibaldi, aliás, seria considerado depois um dos heróis da unificação do Estado Italiano em 1868. Na década de 1830, ele estava exilado no Brasil e conheceu o coronel Bento Gonçalves (1788-1847), o maior dos líderes dos Farrapos.



Figura 4.13: Bento Gonçalves. Retrato em óleo sobre tela, século XIX, Autoria de Guilherme Litran. Acervo do Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre/RS.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MuseuJulio10.jpg>

Sobre a Farroupilha, Garibaldi, a propósito, declarou:

Eu vi corpos de tropas mais numerosas, batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das nações.

Quantas vezes fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos que vi realizar por essa viril e destemida gente, que sustentou, por mais de nove anos contra um poderoso império, a mais encarniçada e gloriosa luta!

Fonte: *Bicentenário de um herói*. TCE Notícias/Correio do Povo.

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Giuseppe_Garibaldi.

Acesso em: 01 jul. 2007.



Figura 4.14: Giuseppe Garibaldi em 1866.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Giuseppe_Garibaldi_\(1866\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Giuseppe_Garibaldi_(1866).jpg).

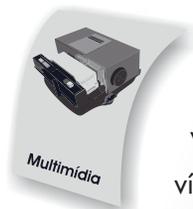
A República de Piratini, como foi denominada, não obteve o reconhecimento diplomático da Grã-Bretanha, o que criava dificuldades de acesso a recursos no exterior que financiassem os esforços militares ante a persistente reação militar e política do Governo Imperial. A vitória final das tropas imperiais teve o comando do Duque de Caxias que, nomeado governador do Rio Grande do Sul, defendeu e obteve junto à Corte termos honrosos para a rendição farroupilha: não é à toa, portanto, que a segunda maior cidade gaúcha em população, Caxias do Sul, fundada em 1913, viria a ter o seu nome como uma homenagem ao “Pacificador”.

No Rio Grande do Sul, os ideais e os feitos da República de Piratini e dos Farrapos são lembrados nos CTG'S ou Centros de Tradições Gaúchas, conservando aspectos do folclore, da cultura e da forte identidade regional. Hoje, a cultura gaúcha está em todo o Brasil, já que agricultores e pecuaristas gaúchos participaram, ao longo do século XX, da abertura de novas áreas de produção no Centro-Oeste, no Nordeste e na Amazônia.



Figura 4.15: Brasão Farroupilha.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brasao_Estado_RioGrandedoSul_Brasil.svg.



No site <http://www.youtube.com/watch?v=j8SB3eaPPao>, você tem acesso a um vídeo pedagógico, intitulado *Cecília e a Guerra dos Farrapos*, produzido para a Semana Farroupilha de 2010.

Gostaríamos de indicá-lo. É interessante, pois mostra como se pode trabalhar em sala de aula com vídeos disponíveis na web.



Atende ao Objetivo 1

1. Você tem, a seguir, dois textos. O primeiro traz trechos do *Manifesto do Povo Gaúcho*, assinado por um certo Irton Marx, que nas décadas de 1980 e 1990 difundia o suposto direito dos gaúchos de retomar o separatismo do tempo da Farroupilha. O segundo é a transcrição do Art. 34 da Constituição Federal de 1988. Leia-os.



Figura 4.16: Bandeira da República do Pampa.
Fonte: http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5e/Bndeira_da_Rep%25C3%25BAblica_do_Pampa.jpg.

Texto 1

Manifesto do povo gaúcho

Não suportamos mais a demonstração de má vontade do governo do Brasil em relação ao “País dos Gaúchos”, ou à República do PAMPA GAÚCHO. A desorganização e a corrupção generalizada por todo o território brasileiro, a indiferença para com a sua e

a nossa gente, nos impelem a tomar uma decisão tão drástica que é o buscar a nossa própria autonomia, resgatando nossa história, firmando-nos como um povo autônomo, que olha o futuro com raro brilhantismo.

[...] Durante o governo imperial, fomos só explorados pelos governantes da época; hoje somos marionetes dos interesses econômicos abusivos dos mais privilegiados do Brasil. Como um povo inteligente que somos, o mais politizado de todo o território brasileiro, somos forçados a ter que sentir na carne os efeitos dos dissabores provenientes das irresponsabilidades brasileiras.

[...] Por este motivo, não nos dispomos mais a servir como sendo meros consumidores dos produtos enlatados do centro do Brasil, nem mesmo como simples pagadores de impostos federais, cujo retorno só acontece em forma de migalhas muito choradas em demonstração de piedade ou para servir aos interesses políticos daqueles gaúchos que traem nossa gente para manterem-se sempre por cima dos seus demais compatriotas do PAMPA.

[...] Sabemos que durante dezenas de anos nós alimentamos grande parte do Brasil, mas o governo, ao invés de reconhecer este fato, prefere fazer obras e investimentos em regiões cujos povos não possuem um mínimo de tradição em trabalhar e de pensar um pouco mais.

[...] Nós não aguentamos mais esta situação. Os bons pagam altos tributos pela sua dedicação às causas melhores, ao passo que os indiferentes são favorecidos o tempo todo. Afora Santa Catarina, que também se desenvolveu por suas próprias forças, que respeitamos e adoramos e queremos que se junte a nós neste movimento, nada temos em comum com praticamente todo o Brasil, que nos faz engolir à força a cultura de outras regiões, minando e confundindo nossos costumes, tirando a nossa própria identidade e maneira de ser.

Espalhados por todo o território do Brasil, os migrantes gaúchos fazem muitas terras prosperarem, como, por exemplo, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Mato Grosso. Mas muitos tiveram que sair chorando da terra gaúcha por causa do sistema ideológico feudalista imposto pelo Brasil, sendo forçados a abandonar, por situações diversas, o torrão ao qual tanto amam e adoram. Mas queremos que todos eles voltem para a sua terra natal, que é o lugar que lhes pertence.

VIVA A LIBERDADE, VIVA A PROCLAMAÇÃO

DA REPÚBLICA DO PAMPA GAÚCHO!

Irton Marx

Fonte: <http://www.pampalivre.info/manifest.htm>

Texto 2

Constituição Federal de 1988

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

- I - manter a integridade nacional;
- II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

Considerando a proposta de criação da República dos Pampas:

- a. mostre que, a exemplo da Revolução Farroupilha, o discurso regionalista pode estar associado à questão do pagamento de tributos pelas economias locais/regionais;
- b. identifique, no próprio “*Manifesto do Povo Gaúcho*”, aspectos da economia e da população gaúcha que enfraquecem o discurso separatista no Brasil atual;
- c. relacione o texto da Constituição Federal ao insucesso do separatismo gaúcho.

Respostas Comentadas

- a. Na Farroupilha, a questão da tributação do charque foi um dos elementos que levaram à revolta contra o Poder Central. No Manifesto, a questão também aparece, quando diz: *“Nós não aguentamos mais esta situação. Os bons pagam altos tributos pela sua dedicação às causas melhores, ao passo que os indiferentes são favorecidos o tempo todo.”*
- b. A economia do Rio Grande do Sul está – como sempre esteve, desde a Colônia - vinculada ao mercado brasileiro como um todo, sendo abastecedora e consumidora; a população gaúcha e sua cultura estão mais do que integradas (sem inferioridade nem superioridade) à identidade nacional brasileira, sendo que a abertura de novas áreas agrícolas do Centro-Oeste, da Amazônia, e mesmo do Nordeste, vem sendo feita, entre outros, por contingentes de gaúchos. Será que esses gaúchos gostariam de voltar ao Rio Grande do Sul e abandonar os negócios que construíram Brasil afora?
- c. O art.34 permite legalmente que a União, por meio da Polícia Federal, faça a repressão a quaisquer movimentos separatistas no Brasil, resguardando sua integridade territorial.

As revoltas e rebeliões entre 1840 e 1889: a montagem da

estabilidade do reinado de Pedro II

Subindo ao trono, D. Pedro II enfrentaria, até a sua deposição em 1889, dois tipos de revoltas ou rebeliões populares nas províncias. Essas rebeliões não se caracterizavam por riscos separatistas, mas foram reprimidas com violência pelos Poderes do Estado, especialmente com relação à participação popular. Em alguns casos, contudo, foi concedida anistia às lideranças revoltosas,

o que estava de acordo com uma política de conciliação com as elites provinciais.

Disputas entre liberais e conservadores

O primeiro tipo de revolta ainda trazia questões do período regencial, envolvendo as disputas entre liberais e conservadores pelo controle da Assembleia Geral. Após o Golpe da Maioridade, a disputa entre esses grupos passava, entre outros aspectos, pela reforma do Código de Processo Criminal, que havia sido editado pelos liberais em 1832. Pela reforma, em 1842, alterava-se o poder das oligarquias locais em controlar a polícia e a justiça nos municípios, em favor do poder dos governadores e do próprio Imperador.

Em São Paulo e Minas Gerais, o enredo foi o mesmo: membros do Partido Liberal entraram em armas contra o Império. Em São Paulo, uma das lideranças era o ex-regente Padre Feijó, o que mostrava de certa forma seu ressentimento aos conservadores. O então coronel Luís Alves de Lima Silva, ainda Barão de Caxias, foi chamado a intervir em ambas, vencendo-as com bastante dificuldade, no caso da Revolução Liberal em Minas Gerais.

Entre 1848 e 1850, seria a vez dos liberais se insurgirem em Pernambuco na revolta conhecida como Praieira. Este era um período de revoluções na Europa, havendo inclusive a presença e difusão de ideias socialistas. Em Pernambuco, a razão para o nome residia no fato de que o jornal do Partido Liberal funcionava na rua da praia no Recife.

Não se pode deixar de mencionar que a Praieira tinha apoio popular, especialmente de pequenos proprietários marginalizados do circuito de maior riqueza da província, além de combater as regras de alistamento militar: servir era algo de que a maioria dos jovens brasileiros fugiam, pois as condições dos quartéis e navios de guerra geralmente eram deficientes e os códigos de disciplina permitiam toda uma sorte de castigos corporais e humilhações morais.

Revoltas populares e religiosas

O segundo tipo foram as revoltas em que populações reagiram (ou foram levadas a reagir) a medidas modernizantes implantadas pelo Império. Houve também as de conteúdo religioso. Aqui, já não havia riscos de separatismo. Foram explosões de violência.

- I. *A Revolta do Ronco da Abelha*. Ocorreu entre 1851 e 1852, tendo, como fator principal de insurreição popular em Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas e Sergipe, o projeto de censo populacional do Império e de criação do registro civil. A organização dessas estatísticas e informações poderia ser importante do ponto de vista eleitoral, não? Será que as oligarquias locais tinham interesse em sua realização? Ao que parece, não tinham.
- II. *Movimento do Quebra-Quilos*. Ocorreu entre 1874 e 1875, na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas e no Rio Grande do Norte. Houve a introdução do sistema métrico de origem francesa no Brasil, por adesão do governo imperial, em 1862, o que ia contra a prática da população que usava pesos e medidas diversas (como arrobas, léguas, etc.).

No contexto da introdução do novo sistema, houve cobrança de novos impostos nas tradicionais feiras nordestinas dos sábados, além da manipulação a que o povo (humilde e pouco informado) poderia ser submetido pelos proprietários de terras contra os seus arrendatários (meeiros e parceiros), pelos comerciantes em geral e pelos próprios governos locais.

O resultado foram cidades e vilas saqueadas. A repressão foi rápida e forte, como de costume, quando se referia ao povo. O nome do principal líder do movimento foi um certo João Vieira, o "João Carga D'Águas", natural de Fagundes, Paraíba.

- III. *A Revolta dos Muckers*. Ocorrida em 1874, na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul, mais precisamente no atual município de São Leopoldo.

Essa revolta trazia as marcas da colonização alemã e as deficiências pelo não cumprimento das promessas de apoio do Império, além do caráter messiânico de suas lideranças. Uma certa Jacobina Maurer dizia ser a encarnação de Cristo, e isso gerou uma série de eventos que levaram à intervenção da força pública na região.

Esse caráter messiânico voltaria a ser visto no interior do Brasil, posteriormente no sul do Brasil, na Revolta do Contestado, em Santa Catarina, na década de 1910. E no Nordeste, na Revolta dos Canudos, na década de 1890. Voltaremos a falar dessas revoltas ligadas à religião na Aula 5.



Você poderá ter mais informações sobre a Revolta dos Muckers pelo filme do diretor Fábio Barreto, de 2002, intitulado *A paixão de Jacobina*, com a atriz Letícia Spiller.

As bases políticas da estabilidade de Pedro II

No final da década de 1840, o Imperador introduziu uma mudança fundamental na Constituição, fazendo com que deixasse de ser o titular do Poder Executivo – embora permanecesse como titular do Poder Moderador.

Na Aula 3, fizemos alusão aos quatro poderes do Império. Havendo qualquer dúvida, volte àquela aula.



Figura 4.16: D. Pedro II aos 22 anos, em 1848.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_II_of_Brazil_1848.jpg.

O Imperador continuava como chefe de Estado, mas não era mais o chefe de Governo. Pelo Poder Moderador, mantinha o controle dos demais poderes. Isso tirava dele o peso das decisões e dos erros cometidos no dia a dia da administração pública, além de permitir que governos de liberais e conservadores se alternassem.

O governo, isto é, o Poder Executivo passava a ser exercido pelo presidente do Conselho de Ministros, indicado pelo Imperador. Com isso, crises que podiam levar as províncias a revoltas contra o Imperador se encerraram. Havendo crises, o governo (liberal ou conservador) caía, e o Estado se mantinha. O ambiente político do Império se mantinha relativamente estável até o final da década de 1880, quando haveria a sua queda.

O nacionalismo brasileiro que se formava também contribuía para a estabilidade.

O Colégio D. Pedro II e o ensino da Geografia

Na questão do nacionalismo brasileiro, destacamos o reconhecimento, pelas elites do Império, da importância da educação como fator importante para a difusão de uma identidade brasileira, já no século XIX, mesmo sendo uma sociedade escravocrata e bastante injusta.

Na Aula 1, trabalhamos o tema, dando destaque ao período republicano, sobretudo após o fim da República Velha, em 1930.

O fato é que a fundação do Colégio Pedro II, em 1837, pelo ministro conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) durante a regência de Araújo Lima, havia sido norteadada pela necessidade de desenvolvimento da educação pública a partir de interesses do Estado.

Na aula inaugural do Colégio Pedro II, em abril de 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos discursou:

Nenhum cálculo de interesse pecuniário, nenhum motivo menos nobre e menos patriótico, que o desejo de boa educação da mocidade e do estabelecimento de proveitosos estudos, influuiu na deliberação do Governo. Revela, pois, ser fiel a este princípio: manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; prescrever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos, que ilaqueam a credulidade dos pais de família com promessas de fáceis e rápidos processos na educação de seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios e métodos que a razão desconhece, e, muitas vezes, assustada, reprova. Que importa que a severidade de nossa disciplina, que a prudência e a salutar lenteza com que procedemos nas reformas, afastem do Colégio muitos alunos? O tempo, que é sempre o condutor da verdade e o destruidor da impostura, fará conhecer o seu erro. O Governo só fita a mais perfeita educação da mocidade: ele deixa

(com não pequeno pesar) as novidades e a celebridade aos especuladores, que fazem do ensino da mocidade um tráfico mercantil, e que nada interessam na moral e na felicidade de seus alunos. Ao Governo só cabe semear para colher no futuro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Pedro_II



Figura 4.17: Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1858. Autoria de Sébastien Auguste Sisson (1824-1893).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bernardo_Pereira_de_Vasconcelos.jpg.

A Geografia e o nacionalismo no Império brasileiro: o primeiro Atlas Geográfico do Brasil

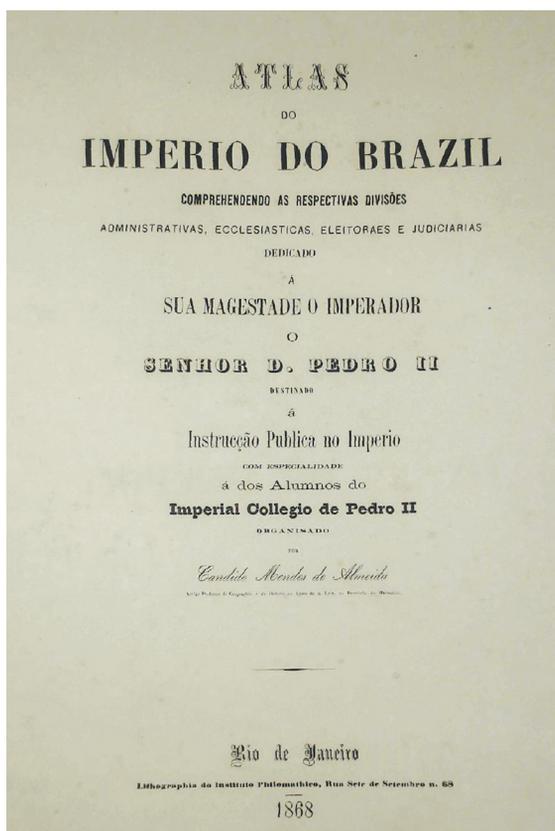


Figura 4.18: Capa do Atlas do Império do Brasil, de 1868.

Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003016.pdf>

O Atlas traz as divisões administrativas, eclesiásticas e judiciais (comarcas). O interessante é que, ao apresentar o Atlas e ao justificar sua importância à formação das novas gerações, o advogado, professor e senador do Império Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) defendeu o ensino da Geografia como fundamental ao esforço de mostrar o potencial econômico do Brasil naquela fase histórica do século XIX.

Eis alguns trechos da apresentação do Atlas, que selecionamos da página 4, com a grafia da época:

a essa Patria que he nossa segunda família, desejamos que seja bem conhecida e apreciada por seus filhos, como pelos estranhos. He uma gemma cujas scintillações anciamos que todos contemplem. [...] Para este santo desideratum muitíssimo auxilia o intelligente cultivo da Geographia: por que he este meio que um paiz se faz conhecido, ainda daqueles que não o habitão, e pôde fazer valer os seus recursos, e suas qualidades meritórias.

Façamos, se fôr possível, cada vez mais conhecidas as nossa formosas plagas, aos povos irmãos de todos os ângulos do nosso Planeta, convidemo-los de um modo cortez e animador a virem auxiliar-nos no amanho deste grande e opulento patrimônio.

[...] Dahi, a necessidade de saber o que he, e o que vale o território patrio. Dever imperioso que a Geographia nos habilita a satisfazer. A Patria he a Caza em ponto grande. Como dirigir bem seu domicilio quem lhe desconhecesse os compartimentos? Como nas dúvidas com os vizinhos, discriminar o nosso do domínio alheio? [...]

O desenvolvimento de qualquer indústria existente, a introdução de novas, o alargamento das relações commerciaes, os pontos de defesa de um Paiz, não se poderão estabelecer e crear com vantagem, se a Geographia com a sua luz não viesse aponta-los à sagacidade e intelligencia de qualquer governo, por mais inspirado que fosse. Eis por tanto demonstrada a necessidade desta sciência para o Estadista, e para o Legislador. Ella é tambem indispensavel para o Administrador [...] O Commerciante, essa entidade tão necessária para a transmissão dos productos aos consumidores, libertando o productor dos incommodos da distribuição dos objetos que fabrica, não poderia satisfazer cabalmente sua missão, se o seu horizonte ficasse limitado ao torrão onde nasceu ou onde só funcionasse. Nunca melhoraria sua posição, nem a dos que dependessem de sua profissão. O mesmo succede com o industrial de qualquer classe.

[...] Se ha evidente utilidade deste estudo, convem que não seja o privilegio de determinados indivíduos ou das classes elevadas. He mister que o beneficio alcance à todos, sem o que nunca a Geographia tocará entre nós a sua mais alta expressão, não dando os fructos que todos devemos esperar. O que sobretudo convem, he que seja uma sciência eminentemente popular.

Se a Música e a Pintura fossem o apanágio das classes abastadas na Italia e na Alemanha, estas artes chegarião ali à altura que conhecemos? [...] Se a Mechanica não estivesse tão popularizada na Inglaterra e nos Estados Unidos da America Septentrional, serião essas duas nações as mais industriosas do Universo?

Esses dous povos à quem a Mechanica he tão familiar, também cultivão com a mesma paixão a Geographia: e he esta também uma das poderosas causas porque se tem apossado do commercio de toda a terra, navegando em todos os mares.

Este trabalho, que ora apresentamos ao publico do nosso paiz, como acima já notamos, tem principalmente por fim auxiliar a instrucção da mocidade, máxime a que frequenta os estabelecimentos nacionais de instrucção secundaria, em que ocupa o primeiro lugar o Collegio Pedro II.



No site <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003016.pdf>, você tem acesso ao arquivo digitalizado do Atlas, publicado em 1868, feito por Cândido Mendes de Almeida (1818-1881).



Figura 4.19: Alunos do Colégio Pedro II em seus uniformes no ano de 1855.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Colégio_Pedro_II_school_uniforms1855.jpg.



Atende ao Objetivo 2

2. Considerando a leitura do texto de apresentação do *"Atlas do Império do Brasil"*,
- a. relacione a publicação de informações geográficas para a atração de mão de obra imigrante para o Brasil.
 - b. em que a popularização da Geografia poderia contribuir para que o Brasil se tornasse uma potência comparável aos EUA e à Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX?
 - c. como o ensino da Geografia se associaria ao nacionalismo que o Império buscava desenvolver entre a população brasileira?

CONCLUSÃO

Com a montagem de um sistema político relativamente estável, após a superação das revoltas e do separatismo durante as regências, o Brasil de D. Pedro II se encaminharia para a II Revolução Industrial com as contradições:

- de uma economia agrário-exportadora em “arquipélago”;
- de elites que admiravam o progresso técnico sem alteração das estruturas sociais;
- de um país que constitucionalmente reconhecia a cidadania de apenas uma parte da população;
- de uma sociedade que falava em difundir e popularizar o ensino e a educação pública, mantendo, contudo, o escravismo.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Veja os dados abaixo:

Exportações do Brasil / Produtos Agrícolas

	Açúcar	Algodão	Café
Década de 1830:	30%	21%	18%
Década de 1880:	12%	10%	60%

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 49.

internacionais e o consumo do café no exterior eram muito bons. Os ganhos com o café estavam geograficamente próximos da Corte, da alfândega do Rio de Janeiro, produzidos pelas elites de barões e baronesas de Minas, Rio, São Paulo e Espírito Santo. Agora, quem garantia o poder financeiro do Império era o “Rei Café”. As demais províncias passavam a participar do jogo político que dava acesso às decisões do que fazer com os recursos dos cofres do Império. Por isso, as revoltas tenderam a não mais trazer a questão do separatismo, embora tivessem ocorrido por motivos religiosos ou por reações a medidas modernizantes da Administração Pública.

RESUMO

Nesta aula, procuramos mostrar como o Estado brasileiro, em meio a um ambiente político conturbado, decorrente da abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho menor, em 1831, manteve sua integridade territorial diante de revoltas nas províncias que traziam projetos separatistas e republicanos.

A tentativa de atender às demandas das províncias por maior autonomia, inclusive do ponto de vista tributário, pelas regências liberais (entre 1831 e 1837), levou à edição do Ato Adicional de 1834. Defendido pelo regente Feijó, o Ato Adicional, contudo, seria visto como fator acelerador de demandas provinciais e de movimentos separatistas.

Também é dessa fase a criação da Guarda Nacional, cujo significado era o de transferir aos grandes fazendeiros o ônus pela manutenção de forças a serviço do Império, ao mesmo tempo em que diminuía o poder de influência do Exército brasileiro – o mesmo Exército do qual viriam posteriormente os oficiais que derrubariam a Monarquia em 1889.

A partir de 1837, com a Regência de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, ocorreria uma revisão das medidas de maior autonomia

provincial e, portanto, o recrudescimento do Poder Central com a repressão violenta das revoltas, o que teve na pessoa do Duque de Caxias a sua expressão maior.

Na regência de Araújo Lima, fundaram-se o IHGB e o Colégio Pedro II, o que pode ser lido como o reconhecimento pela Administração pública da importância de informações geográficas e da educação para os interesses do Império. Afinal, o Império não poderia continuar a manter tão vasto território, dividido em “ilhas econômicas”, apenas pelo poder das armas ou do simbolismo do poder pessoal do Imperador. O nacionalismo iria se desenvolver a partir desse período histórico.

Com a decretação da maioria precoce de D. Pedro II, o Estado brasileiro, que se beneficiava do crescimento das exportações de café (e de preços animadores do produto) no mercado internacional, adquiriria relativa estabilidade, passando a ser uma Monarquia Constitucional – no aspecto de que o Imperador não é chefe de Governo, mas de Estado – com a solução política da manutenção do Poder Moderador.

Trabalhamos o caráter popular das revoluções e movimentos separatistas, dando destaque à Guerra dos Farrapos, em razão da importância da fronteira sul com os países do Prata. Registramos que nenhuma dessas revoluções defendia o fim da escravidão no país, embora se dissessem liberais.

Após o Período Regencial, as revoltas seriam de caráter religioso ou como reações a medidas modernizantes implantadas pelo governo imperial.

A Geografia, como ciência e como disciplina escolar, seria desenvolvida, conforme pudemos ler na apresentação do primeiro Atlas Geográfico publicado no Brasil, para os alunos do Colégio Pedro II.

Era este Brasil Imperial, o qual não se desintegrara e começara a criar um incipiente sentimento nacionalista, que estaria preparando-se para receber as demandas da II Revolução Industrial. Entre essas demandas, estariam o fim da escravidão e a entrada de mão de obra imigrante.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, teremos já os efeitos da II Revolução Industrial sobre a economia e a sociedade brasileiras, especialmente a modernização dos transportes, com a introdução das ferrovias, e o aprofundamento da questão da abolição da escravidão, além da entrada de mais imigrantes no país.

Leituras recomendadas

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

Vídeos recomendados

Cecília e a Guerra dos Farrapos. Vídeo pedagógico acessível pelo site: www.youtube.com/watch?v=j8SB3eaPPao

Jogo virtual recomendado: *O jogo da Cabanagem*. Universidade Federal do Pará. Disponível pelo site: http://www.larv.ufpa.br/?r=jogo_cabanagem

Aula 5

Formação,
povoamento e
consolidação do
território brasileiro
no “meio técnico”
no Império
brasileiro

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Apresentar efeitos socioeconômicos, culturais e político-institucionais do “meio técnico” sobre o processo de povoamento do território brasileiro durante o II Reinado (1840-1889).

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. descrever aspectos do povoamento do território brasileiro durante o “meio técnico”, enfatizando impactos no funcionamento das cidades e da economia em “arquipélago ou ilhas” decorrentes da inserção do país na II Revolução Industrial durante o II Reinado;
2. reconhecer impactos da implantação de infraestrutura portuária, de comunicações e ferroviária na segunda metade do século XIX sobre a distribuição da população no território brasileiro.

O povoamento do vasto território brasileiro e o crescimento e funcionamento das cidades passariam a receber e a refletir os efeitos da implantação dos investimentos em transportes e em comunicações.

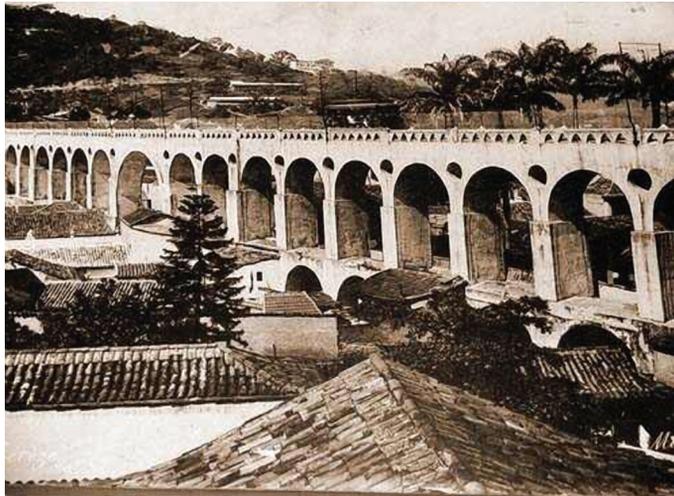


Figura 5.2: Aqueduto da Carioca transformado em viaduto para bondes (Rio de Janeiro/Brasil) – Foto de 1896. Autoria de Marc Ferrez (1843-1923).

Fonte: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7646

A II Revolução Industrial e o Império brasileiro

A II Revolução Industrial (1860-1960/70) teve entre as suas características o desenvolvimento ainda maior da capacidade de produção, seja das fábricas em particular, seja das economias dos países industrializados como um todo. Isso esteve relacionado ao desenvolvimento do uso do petróleo e da energia elétrica como fontes de energia em escalas que (se somaram e) superaram aquela do carvão mineral.

Surgiram novos setores de grande lucratividade nas áreas da química, da farmacêutica, do petróleo, da eletricidade, do aço, do cimento, das ferrovias e bondes, dos telégrafos e telefonia, dos armamentos, sem contar os setores elétrico e automobilístico (cujo desenvolvimento ocorreu já na virada do século XIX para o século XX).

A Grã-Bretanha e a França assistiriam, contudo, ao desenvolvimento de potências concorrentes como a Alemanha, a Itália, o Japão, os EUA, a Rússia (depois, URSS).

O acirrado grau de concorrência entre essas potências levaria o mundo, entre outros aspectos, a disputas pelo controle de novas áreas coloniais na África e na Ásia, sem contar a busca por influência e mercados nos países já independentes da América Latina.

Ou seja, a concorrência entre as grandes potências da II Revolução Industrial conduziram o mundo ao que a historiografia denominou como Imperialismo ou Neocolonialismo... e às grandes guerras mundiais do século XX.

Apenas na década de 1970, a II Revolução Industrial se esgotaria, sendo a crise do petróleo de 1973 considerada como um marco final, pois os preços elevados da energia inviabilizavam a organização da economia nos moldes até então estruturados.

Voltando ao princípio da evolução da II Revolução Industrial: se ela trazia um potencial, uma escala de produção maior do que a fase que a antecederia, demandava, porém, a construção de infraestrutura e equipamentos para o abastecimento das indústrias e para o acesso a mercados consumidores.

No século XIX, com o desenvolvimento e domínio de novas tecnologias de transportes terrestres, fluviais e marítimos, a exploração das riquezas minerais, da produção agropecuária, da mão de obra e dos mercados consumidores das Américas, da Ásia e da África seria intensificada.

Também eram essas regiões destinos para capitais e tecnologias europeias e norte-americanas. Grandes negócios e

lucros bastante satisfatórios foram auferidos por bancos e por empresas de engenharia e de serviços dos países industrializados no financiamento e construção de portos, redes telegráficas, bondes e estradas de ferro em várias cidades e regiões mundo afora.

○ Brasil não ficou fora disso...

Os transportes e a modernização do “arquipélago econômico”



Figura 5.3: Estrada de Ferro Rio e Minas. Estação General Carneiro (1884). Autoria de Marc Ferrez (1843-1923).

Fonte: VASQUEZ, Pedro Karp. Nos trilhos do progresso: A ferrovia no Brasil imperial vista pela fotografia. São Paulo: Metalivros, 2007. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Railroad_station_in_minas_gerais_1884.jpg

Uma marca da II Revolução Industrial no Brasil: o empreendedorismo do Visconde de Mauá

A II Revolução Industrial foi marcada, entre outros aspectos, pela presença de mega empresários que se transformaram em verdadeiros mitos da história da Economia e da Administração de empresas. O extraordinário crescimento da economia norte-americana na segunda metade do século XIX, por exemplo, se

confundiu com as trajetórias de empreendedores que, mesmo com poucos capitais iniciais para investimentos, criariam grandes negócios industriais, conglomerados financeiros, a exemplo de John D. Rockefeller (1839-1937), na indústria do petróleo, e Thomas Alva Edison (1847-1931), no setor elétrico.

A economia brasileira não ficou fora disso. Tivemos um empresário de grande envergadura que foi sócio de capitais estrangeiros – notadamente ingleses. Trata-se de Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), mais conhecido, talvez, pelos seus títulos de nobreza: *Barão de Mauá* (1854) e depois *Visconde de Mauá*, *com grandeza* (1874).



Figura 5.4: Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá (1872). Autoria de Édouard Viénot.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Irineu_evangelista_de_sousa_the_viscount_of_maua.png

De origem humilde, gaúcho de nascimento, órfão de pai na infância, Irineu Evangelista de Souza foi um autodidata que começou a trabalhar bem cedo num armazém do porto do Rio de Janeiro. Favorável à abolição, desenvolveu-se inicialmente em ramos de importação e exportação, cujo sucesso o levou à abertura de negócios inovadores para a economia brasileira da época. Eram negócios em setores de infraestrutura de telecomunicações, de transportes marítimos e ferroviários, de bondes urbanos, de iluminação pública e de finanças.



A telegrafia e a ferrovia



WhisKiTo

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/whiskito/2763727377/>

A telegrafia foi fundamental à sociedade como um todo. Seu desenvolvimento está relacionado diretamente ao desenvolvimento dos transportes ferroviários, pois o movimento dos trens só poderia ganhar eficiência e segurança com o controle dos percursos entre as estações ao longo das linhas. Os cabeadamentos eram instalados ao longo das ferrovias, permitindo a comunicação com as centrais de controle de tráfego. Por isso, pode-se dizer que eram negócios que caminhavam juntos. O serviço ferroviário potencializava também o funcionamento dos correios.

Mauá foi responsável pela implantação do primeiro cabo telegráfico transoceânico ligando o Brasil à Europa. Os efeitos disso para a época foram sensíveis, pois diminuía a sensação de isolamento que o país tinha em relação aos grandes centros mundiais de comércio, poder e cultura.

Na Ponta da Areia, em Niterói (RJ), fundou um estaleiro que construiu mais de 70 navios à vela e a vapor tanto mercantes quanto de guerra. Participou da criação de empresas de navegação no Amazonas, em 1852. Ambos os empreendimentos, após um período inicial de êxito, foram à falência, após a adoção de medidas do governo imperial que facilitaram a importação de navios e abriram a navegação internacional do Amazonas.

A construção da primeira ferrovia brasileira, em 1854, ligando um porto no fundo da Baía da Guanabara, em Magé (RJ), a Petrópolis demonstrava seu arrojo. O projeto de engenharia tinha a construção de um cais que recebia navios a vapor, vindos do Rio de Janeiro. No próprio cais, passageiros e cargas desembarcavam e faziam novo embarque nas composições.

O nome oficial da Estrada de Ferro Mauá, a propósito, era *Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis*.



Figura 5.5: Baronesa: a primeira locomotiva da Estrada de Ferro Mauá e do Brasil. Museu do Trem no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.rffsa.gov.br/imagem/Baroneza.jpg>

A Estrada de Ferro Mauá recebia em Petrópolis os carregamentos do café produzidos desde as nascentes do Rio Piabanha, na Bacia do Paraíba do Sul, até parte da Zona da Mata Mineira. Os carregamentos, num primeiro trecho, vinham pelos 140 km da estrada União-Indústria, uma estrada para carroças e diligências. Fora construída entre Petrópolis e Juiz de Fora (MG) por um outro empreendedor relevante da época de nome Mariano Procópio (1821-1872).

Pela Estrada de Ferro Mauá, o café chegava a Magé, sendo embarcado para o porto e alfândega do Rio de Janeiro, rumo à exportação.



A Estrada União-Indústria

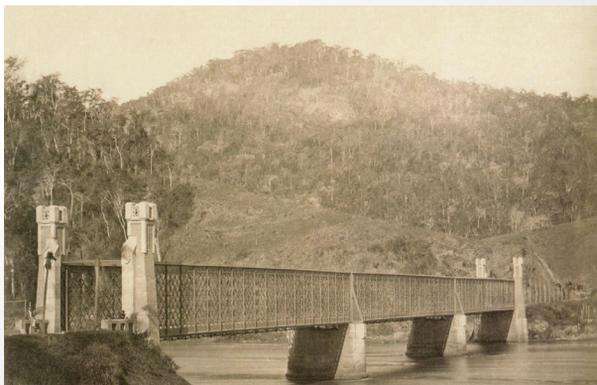


Figura 5.6: Ponte de Entre-Rios na Estrada União e Indústria na província do Rio de Janeiro, 1865. Autoria de Revert Henrique Klumb.

Fonte: VASQUEZ, Pedro Karp. O Brasil na fotografia oitocentista. São Paulo: Metalivros, 2003. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ferrovias_rio_de_janeiro_1865_00.jpg?uselang=pt-br

Situada entre Petrópolis e Juiz de Fora, foi a segunda estrada para carruagens e carroças (ou carretas) construída com capitais privados no Brasil dos tempos imperiais. A primeira foi no Vale do Mucuri entre a cidade de Teófilo Otoni (MG) e o porto de Belmonte (BA).

A posterior construção de ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II iria esvaziar a importância da União-Indústria como estrada de ligação entre a Zona da Mata Mineira e o Rio de Janeiro, via Petrópolis. Mas, foi uma grande realização técnica para a época.

No século XX com o rodoviarismo, a União Indústria se revalorizaria, sendo um trecho da BR-040, Rio-Belo Horizonte-Brasília. Em 1979, a construção da nova rodovia Rio-Juiz de Fora a levaria a perder novamente sua importância nacional. Porém, permaneceu relevante

à geografia e à economia da região serrana do Rio de Janeiro e da Zona da Mineira, como caminho de ligação entre zonas rurais, bairros distantes e distritos de municípios da região.

No trecho serrano fluminense, a propósito, é forte a atividade industrial (bebidas, têxtil e de móveis/decorações) e de serviços associada: ao movimento trazido pelas residências de campo de classes mais abastadas do Grande Rio; e também a um turismo mais elaborado que se vale da beleza da paisagem, da qualidade da gastronomia e de certa evocação à presença de colonos alemães na região no século XIX. O maior movimento ocorre no distrito de Itaipava, Petrópolis. Pelo vídeo disponível no site <http://www.youtube.com/watch?v=bA3aL49Awfs>, você tem acesso a mais informações sobre a importância histórica da União-Indústria e poderá conhecer o Museu Rodoviário, o único do país, situado em Comendador Levy Gasparian, Três Rios, RJ. É uma boa dica para excursões com alunos do Ensino Básico.

Do ponto de vista de engenharia, a Estrada de Ferro Mauá provava ser possível vencer as escarpas da Serra do Mar e atingir o interior planáltico. Seria o exemplo para outras iniciativas. Uma delas, a Estrada de Ferro D. Pedro II, alcançaria posteriormente a mesma região do Planalto brasileiro e faria concorrência fatal. Os 18 km de extensão, entre Petrópolis e Magé, foram por isso paralisados já em 1888.

Todavia, o Visconde de Mauá era acionista também da estratégica Estrada de Ferro D. Pedro II, sobre a qual falaremos mais adiante. Ele parecia entender que não há como competir com a evolução tecnológica.

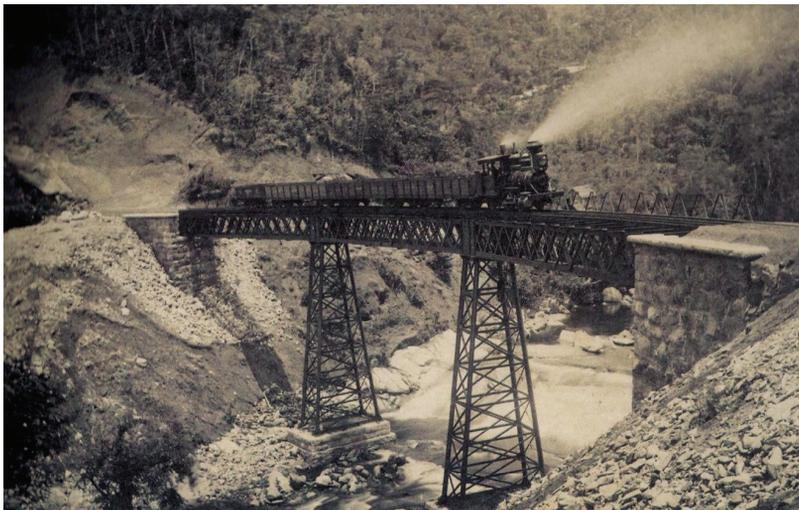


Figura 5.7: Estrada de Ferro em Petrópolis (RJ). 1885. Marc Ferrez (1843-1923).
Fonte: IAGO, Pedro Correa do. *Coleção Princesa Isabel*: Fotografia do século XIX. Capivara, 2008.
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Petropolis1885.jpg>

Outras ferrovias importantes para a economia brasileira que tiveram Mauá como acionista foram:

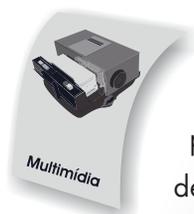
- *Estrada de Ferro Recife - São Francisco*: De capital majoritariamente inglês, foi a segunda a ser inaugurada no Brasil, em 1858. Não chegaria ao “Velho Chico”, mas seus trilhos teriam influência na geografia do Nordeste brasileiro, valorizando as cidades por onde passava entre o Recife e o Cabo de Santo Agostinho. Seu traçado ligava áreas de canaviais e engenhos/usinas de açúcar ao porto de Recife. Ou seja, modernizou a circulação naquela tradicional “ilha” do “arquipélago econômico” do açúcar;
- *Ferrovias Santos - São Paulo - Jundiaí*: Também conhecida como Ferrovias Inglesas, em 1867. A Ferrovias Inglesas foi a responsável pela ascensão do Porto de Santos à condição de principal localização portuária de todo o país, superando a do Rio de Janeiro já no início do século XX.

Voltando à atuação empresarial de Mauá, ele extrapolou os mercados de Rio de Janeiro e São Paulo, vindo a controlar empresas e negócios no Uruguai, na Argentina, nos EUA, na França e na

Inglaterra. Os orçamentos das companhias de Mauá chegaram em alguns anos (em 1867, por exemplo) a ser bem superiores ao do próprio Império.

Mauá, no ranking das grandes fortunas do século XIX, chegou a estar entre os dez mais ricos e influentes do mundo. Isso sem dúvida atraía sócios e admiradores, mas também a inveja e a má vontade dos nobres escravocratas do Império e, talvez, do próprio D. Pedro II.

Como empreendedor, exposto ao ambiente político do Império e de suas elites agrárias e escravocratas, enfrentaria mais de uma vez dificuldades e a falência. Mauá era vulnerável a intrigas dos nobres com o imperador. Afinal, se ele era o “Rei” dos negócios, D. Pedro II era o imperador. A vulnerabilidade de Mauá estava no fato de que o Estado poderia abrir ou fechar o mercado interno à concorrência estrangeira. Morreria idoso em Petrópolis, sem deixar, todavia, de honrar as suas dívidas.



Em 1999, o cineasta Sérgio Rezende realizou a produção de um filme sobre a vida do Visconde de Mauá. Com Paulo Betti e Malu Mader, o filme foi sucesso de público e crítica e é hoje uma indicação constante de muitos cursos de Administração, Economia e Empreendedorismo. O título é: *Mauá – o imperador e o rei*.

Há também o excelente livro (um *best-seller* nacional) de autoria de Jorge Caldeira, intitulado: *Mauá, empresário do Império*, editado pela Cia. das Letras, em 1995.

Origens dos capitais para a modernização dos transportes

Os generosos incentivos do Império



Figura 5.8: Inauguração da ponte ferroviária da Estrada de Ferro de D. Pedro II sobre o Rio Paraíba do Sul em Barra do Piraí (RJ), 1888. Autoria de Marc Ferrez (1943-1923).

Fonte: VASQUEZ, Pedro Karp. *Nos trilhos do progresso: a ferrovia no Brasil imperial vista pela fotografia*. São Paulo: Metalivros, 2007. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Inauguration_of_railroad_bridge_brazil_1888.jpg?uselang=pt-br

Em artigo publicado na Revista do BNDES, em 2002, a economista Tagore Siqueira explica que, além de capitais estrangeiros (ingleses, sobretudo), a modernização da infraestrutura de transportes e comunicações no Brasil do II Reinado recebeu incentivos do Estado (tanto dos cofres do Império quanto das províncias).

Isso teve a ver com a estabilidade política sobre a qual já tecemos considerações na Aula 4, pois tanto o Partido Conservador quanto o Partido Liberal apoiavam a modernização dos transportes no Império e a concessão de incentivos a investidores privados.

Em 1835, houve uma primeira lei que incentivava a construção de ferrovias. Tratava-se da Lei Feijó. Segundo Siqueira (2002), ela oferecia isenção de taxas de importação para material ferroviário por 15 anos. Além disso, previa a concessão por 40 anos para as linhas férreas que fossem construídas ligando as capitais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia ao Rio de Janeiro.

Mas os efeitos desejados da Lei Feijó não foram alcançados. Siqueira (2002, p.171-172) complementa:

Apenas com a promulgação da Lei 641, de junho de 1852, após 17 anos da primeira iniciativa institucional, foi deflagrada a construção de ferrovias em território nacional [ver Pessoa Junior (1886) e Cunha (1909)]. Os principais fatores estabelecidos pela nova lei que estimularam a realização de investimentos na área de transporte ferroviário foram:

- o aumento do período de concessão para 90 anos, com a possibilidade de a companhia negociar a compra da linha após 30 anos;
- a garantia do monopólio dos serviços na região em que a via férrea fosse implantada, proibindo-se concorrentes numa distância de 32 km de cada lado dos trilhos;
- a garantia da não intervenção do governo na tarifa cobrada;
- e a garantia de uma taxa de retorno de 5% sobre o capital investido na construção da ferrovia.



Figura 5.9: Mapa 2. As ferrovias construídas entre 1854 e 1870. Autoria de Moacir M.F. Silva.

Fonte: SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras. In: *I Centenário das ferrovias brasileiras*. IBGE: Rio de Janeiro, 1954, p. 3. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/centenarioferrovias1954.pdf>

Das condições acima oferecidas pelo Império, a que falava em monopólio concedido pelo Estado iria ter claros efeitos na geografia da população, da urbanização e da economia de várias regiões brasileiras.

Havendo a concessão à construção e exploração de uma ferrovia, criava-se uma linha total de 64 km, na qual outra companhia não poderia operar. Ou seja, criava-se uma exclusividade e obrigação de que toda a circulação de passageiros e mercadorias seria destinada às estações de uma mesma companhia ferroviária.

Isso amarrava a circulação de mercadorias e pessoas ao eixo da ferrovia, estruturando ou reestruturando a vida regional. Cidades que tinham centralidade e importância no emaranhado de picadas

e peabirus das “ilhas econômicas”, se não estivessem no eixo das novas ferrovias, se não fossem sedes de estações, perderiam importância comercial, política e demográfica.

Algumas deixaram de existir ou ficaram à margem do movimento econômico.

De certa forma, foi esse o caso de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro. A Estrada de Ferro São Paulo e Rio (depois incorporada à Estrada de Ferro Central do Brasil), ao servir ao Vale do Paraíba a partir de Cachoeira Paulista (SP) em direção à capital paulistana, reduziu o volume do café transportado por tropas de burros que desciam a Serra do Mar para o seu porto, pela centenária Estrada Real. De lá, o produto era embarcado em pequenos navios para a alfândega do Rio de Janeiro.



Figura 5.10: Paraty (RJ) vista de sua baía.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paraty.jpg>

Com isso, a Cidade de Paraty entraria em uma condição de relativa estagnação, até que o patrimônio arquitetônico e histórico de seu secular centro fosse valorizado, a partir da década de 1930.

Já a vizinha Angra dos Reis teria o seu porto servido por uma ferrovia, a Oeste de Minas, ligando-a à região central de Minas Gerais (produtora de minérios). Isso a faria crescer e ser maior do que Paraty às custas, é bem verdade, de sua descaracterização como cidade fundada no período colonial.



Figura 5.11: Angra dos Reis (RJ). A praia, o Convento de São Bernardino de Sena e o crescimento desordenado.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:AngraConvent.jpg>

Siqueira descreve ainda que as garantias de retorno, pela posterior Lei 2.540 de 1873, subiriam de 5% para 7% sobre o capital investido. A consequência foi o incremento do número de projetos de construção de ferrovias em todo o país. Praticamente, um segundo ciclo de construção de ferrovias.

Siqueira, à página 173, ilustra o fato para o Nordeste brasileiro, por meio da tabela a seguir:

Tabela 5.1: Principais companhias ferroviárias implantadas na segunda metade do século XIX no Nordeste

COMPANHIA	ORIGEM DO CAPITAL	CAPITAL (Libras)	ESTADO	DATA DE INAUGURAÇÃO	PRINCIPAIS ITENS TRANSPORTADOS
Recife to São Francisco Railway Co. Ltd.	Reino Unido/ Capital privado	1.685.000 (Capital inicial)	Pernambuco	1858	Passageiros, cana-de-açúcar, açúcar e madeira
Bahia and San Francisco Railway	Reino Unido/ Capital privado	1.800.000 (Capital inicial)	Bahia	1863	Passageiros, cereais, animais e madeira
Brazilian Imperial Central Bahia Railway	Reino Unido/ Capital privado	1.462.500 (Capital em 1887)	Bahia	1866	Passageiros, cereais, animais e madeira
Via Férrea Sul de Pernambuco	Governo do Estado	-	Pernambuco	Década de 1870	Passageiros, água e alimentos *
Cia. Cearense de Via Férrea de Baturité	Capital privado local	-	Ceará	1871	Passageiros, água e alimentos *
Ferrovia de Sobral	Governo do Estado	-	Ceará	1881	Passageiros, água e alimentos *
The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.	Reino Unido/ Capital privado	562.500	Pernambuco	1882	Passageiros, cana-de-açúcar, açúcar, algodão, tecidos e madeira
Alagoas Railway Co. Ltd.	Reino Unido/ Capital privado	512.200	Alagoas	1882	Passageiros, cana-de-açúcar, açúcar, cereais e algodão
Conde d'Eu Railway Co. Ltd.	Reino Unido/ Capital privado	675.000	Paraíba	1882	Passageiros, água, cereais, sal, animais e açúcar
Imperial Brazilian and Nova Cruz Railway Co. Ltd.	Reino Unido/ Capital privado	618.305	Rio Grande do Norte	1883	Passageiros, água e alimentos
Central de Pernambuco	Governo do Estado	-	Pernambuco	1895	Passageiros, água e alimentos *
Prolongamento da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco	Governo do Estado	-	Bahia	1896	Passageiros, água e alimentos *

* A principal meta era atender às populações do sertão nos períodos de longas estiagens.

Fontes: Brasil, Ministério da Agricultura, Comércio e obras públicas (1866-1892) e Diretoria Geral de Estatísticas (1893-1909 e 1910-1937).

A garantia de retorno sobre o capital funcionou, contudo, como uma espécie de “faca de dois gumes”.

Primeiro, porque fez com que se organizasse o setor ferroviário sem uma articulação maior entre as companhias. Cada empreendedor fazia o seu projeto do ponto de vista técnico que lhe aprovesse, com fornecedores de locomotivas, peças e trilhos diversos. Havia inclusive a questão das bitolas diferentes.



Bitolas ou o espaçamento entre os trilhos

Havia ferrovias de bitolas estreitas (entre 600 mm e 1.037 mm) e outras de bitolas largas (acima de 1.045 mm), o que dificultava que uma composição, vinda de um ramal, entrasse em outra de bitola diferente. É possível articular estradas de ferro de bitolas diferentes instalando mais dois trilhos, contudo é preciso investir mais recursos para tanto. Isso raramente ocorreu no Brasil...

Depois, porque, se atraiu empreendedores, atraiu também especuladores e negociastas.

A história das ferrovias brasileiras no século XIX acabou sendo marcada pelo fato de que se podia ter lucros, mesmo com estradas mal projetadas, mal construídas, dependentes de peças e equipamentos importados. Algumas delas, no interior mineiro e fluminense, eram conhecidas popular e pejorativamente como “cata-café”, em razão de serem utilizadas de modo pleno apenas em períodos de safras de produtos de exportação.

As melhores ferrovias do país foram aquelas que serviam à economia de exportação, mas que também cruzavam áreas de maiores densidades demográficas. Essas ferrovias eram aquelas pelas quais os trens desciam a encosta do Planalto brasileiro cheios de minérios, madeiras de lei, café, algodão, açúcar, etc. e voltavam com bens importados e com passageiros o ano todo, inclusive imigrantes. Elas passavam por áreas de planaltos não ondulados ou acidentados no interior do país, com trajetos mais retilíneos.

E onde estavam essas ferrovias?

Em São Paulo, principalmente. Para quem investiu nas ferrovias paulistas, o que interessava era o bom funcionamento das companhias em geral. A probabilidade de lucros era geralmente alta, superior ao que o Império garantia como retorno anual aos investimentos. Prejuízos não eram interessantes.

Em outras regiões do Brasil, o generoso incentivo governamental (que expunha a vontade pessoal de D. Pedro II em acompanhar a modernização técnica de seu tempo) serviu para a fundação de companhias ferroviárias ineficientes.

Como o movimento anual das ferrovias implantadas não justificava muitas vezes sequer seu custeio, sequer que ficassem abertas, os prejuízos eram assumidos pelos cofres públicos. Muitas vezes, as estradas eram construídas com curvas desnecessárias, aumentando seus trajetos e os custos de suas obras e posterior manutenção, em favor de empreiteiros estrangeiros que se aproveitavam do desconhecimento técnico de parte dos engenheiros nacionais e do despreparo do próprio Estado.

À medida que as empresas tinham prejuízos, não pagavam as dívidas contraídas no exterior quando de suas respectivas fundações. Sobrava o ônus para o Estado que avalizara os empréstimos.

Era, assim, um bom negócio para os especuladores: construir ferrovias ineficientes e ser ressarcido pelo Estado; lucrar num patamar superior ao que o movimento da economia regional poderia permitir.

O resultado foi que, excluindo as ferrovias de São Paulo e algumas que transportam minérios, a maior parte da malha construída acabaria sendo estatizada no início do século XX. A ineficiência dessa malha justificaria a decisão de governos da República de investir em rodovias, o que, por sua vez, se comprovou em um erro que estamos pagando na atualidade.



Rio and Minas Railway



Figura 5.12: Estrada de Ferro Minas e Rio. Estação de Cruzeiro (SP). 1885. Autoria de Marc Ferrez (1843-1923). Fonte: VASQUEZ, Pedro Karp. *Nos trilhos do progresso: A ferrovia no Brasil Imperial vista pela fotografia*. São Paulo: Metalivros, 2007. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Railroad_station_brazil_1885.jpg?uselang=pt-br

A Ferrovia Rio e Minas, inaugurada em 1884, foi um perfeito exemplo do que apresentamos. Já em 1902, estava nas mãos do governo federal, repassada pelo controlador inglês. Custou 76.000 contos de réis, quando, com um projeto bem elaborado, teria saído pela metade.

A figura 5.12 traz a foto da Estação de Cruzeiro, no Vale do Paraíba paulista, de onde partia, vencendo a Serra da Mantiqueira e alcançando Três Corações, no Sul de Minas Gerais. O Imperador tinha interesse estratégico em sua construção, pois significava levar trilhos em direção à Bacia do Rio Paraná e daí à fronteira do país com o Paraguai: eram os ecos recentes da grande guerra no centro da América do Sul.

Segundo um importante engenheiro da época, Carlos Euler Jr. (construtor do Bondinho do Corcovado, no Rio de Janeiro), a Rio and Minas foi mal projetada com bitola estreita, curvas de raios mínimos e rampas máximas, que desgastavam rapidamente os trilhos e as rodas dos trens e exigiam um consumo maior de combustível. Encontra-se hoje desativada. Em apenas alguns de seus trechos, pela beleza de seu trajeto entre a Mantiqueira e o Sul de Minas Gerais, tem o tráfego turístico.

A liberação de capitais com o fim do tráfico negro

Ocorre que a II Revolução Industrial e o seu espírito capitalista começavam a oferecer melhor emprego para braços e capitais no Brasil. E isso tem a ver com o fim da escravidão que viria mais cedo ou mais tarde: não adiantava tentar tapar o sol!



Figura 5.13: Emancipação dos escravos. Caricatura de Ângelo Agostini. Capa da “Revista Ilustrada”, n. 229, 1880.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emancipa%C3%A7ao.jpg>

Como apresentamos na Aula 3, com a questão do emancipacionismo, lembramos que, a partir de 1850, a Lei Eusébio de Queirós fora editada em resposta à pressão diplomática e militar britânica pelo imediato fim do tráfico de escravos, realizado pelos navios negreiros ou “tumbeiros” (como eram chamados à época) no Atlântico Sul.

A Grã-Bretanha se reconhecia no direito, a partir de sua lei conhecida como Bill Aberdeen de 1845, de arrestar e/ou afundar navios negreiros ao sul do Equador.

O contrabando de escravos continuaria, é bem verdade, até a abolição em 1888, mesmo com os riscos da repressão britânica. Os escravos eram desembarcados em praias e locais distantes e não mais nos principais portos das cidades para serem vendidos por preços muito mais altos do que antes. O Porto de Galinhas, em Pernambuco, por exemplo, era um desses pontos de desembarque: “galinhas” eram, na verdade, os escravos.

E ainda havia o fato de que a anterior proibição inglesa de tráfico ao norte do Equador e a abolição em outras nações americanas significavam uma redução de demanda para os tradicionais aprisionadores africanos de escravos em regiões como Daomé e Benim. Havia, com isso, um potencial excesso de escravos que poderiam ser vendidos a preços baratos na África e destinados ao Brasil.

Como o preço da “peça” caíra na África e as lavouras de café tinham uma demanda crescente por braços, o potencial de lucros para os contrabandistas era bastante elevado. Como a Lei Eusébio de Queirós assemelhava o tráfico a crime de pirataria, o qual tinha penas severas, e os ingleses cumpriam o que a sua legislação determinava, o tráfico não teve como não se tornar cada vez menor.

Aos poucos, o desumano negócio dos “tumbeiros” deixaria de ser o mais rentável de toda a economia brasileira. Mas se intensificaria o tráfico interprovincial já bastante ativo, sendo as regiões cafeicultoras do Vale do Paraíba o destino de escravos (nascidos no Brasil) vendidos por senhores de terras do Nordeste.

Parcelas dos capitais antes empregados no tráfico negreiro passariam a ser utilizados em negócios imobiliários e bancários, sem contar novos ramos como: as fábricas de tecidos, chapéus, cerveja, etc; as ferrovias e os bondes urbanos; as redes de telégrafos; a geração de eletricidade, força e luz; as redes de abastecimento de águas e de esgotamento sanitário; as companhias de navegação fluvial; iluminação pública; as companhias de colonização.

Esses capitais estrangeiros se aproveitariam da existência de um mercado financeiro incipiente no país, que já contava com o funcionamento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, formalmente fundada em 1845: a primeira do Brasil.

A partir de 1850, foram regulamentadas as sociedades anônimas, o que favoreceria, entre outras, a constituição das companhias ferroviárias e de navegação fluvial.



Os capitais da escravidão e o setor imobiliário no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, alguns bairros surgiram com o investimento de capitais que antes eram empregados no tráfico negreiro. Um deles é o de Vila Isabel, fundado pelo empreendedor João Batista Vianna Drummond, o Barão de Drummond, em 1872. Ele havia adquirido a antiga Fazenda dos Macacos, em 1871, pertencente à imperatriz Maria Amélia, segunda esposa de D. Pedro I. Urbanizado em padrões franceses, o loteamento e o bairro do Barão de Drummond levariam o nome de Isabel, em homenagem à Princesa, sendo a denominação de sua principal via, o Boulevard 28 de Setembro, uma referência à data de assinatura da Lei do Ventre Livre (1871). Em 1873, Drummond organizaria uma companhia de bondes, ligando Vila Isabel ao centro do Rio (a partir

de 1875). Na Vila, tínhamos ainda a implantação de uma fábrica de tecidos e de vilas operárias. Tanto o prédio da fábrica (hoje ocupado por um hipermercado) quanto casas das vilas operárias não foram demolidos ao longo do século XX, o que permite uma ideia atual do que foi o início da implantação de indústrias no país.



Figura 5.14: Prédio da fábrica da extinta Cia. de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, fundada em 1885.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Antiga_f%C3%A1brica_de_tecidos_Confian%C3%A7a.jpg

Foi também de Drummond a organização de um jogo lotérico com números associados a animais de que tanto se falava na história do Brasil, desde então: iria ser considerada uma contravenção penal. O “jogo do bicho” era inicialmente uma forma de se obter os recursos para a manutenção de um jardim zoológico no local onde funcionava a sede da Fazenda dos Macacos. Depois, Vila Isabel seria conhecida como área de intensa vida cultural, imortalizada pela obra de compositores e poetas, como Noel Rosa (1910 -1937).



Atende ao Objetivo 1

1. No Rio de Janeiro, quando algo é grande é... *"do tamanho de um bonde."*

Quando algo é grande em Minas Gerais é... *"trem besta, Sô!"*

Caro (a) aluno (a), as frases acima são de nossa responsabilidade. Com elas queremos chamar a atenção para o fato de que a implantação de transportes por trilhos foi algo que revolucionou, não só a geografia e a economia do Brasil, como também a cultura, sendo um exemplo à adaptação e incorporação de palavras inglesas (ligadas às ferrovias) para o Português falado no dia a dia do povo. No caso dos bondes, a denominação inglesa é *tramway*. Bond era o bilhete, a passagem, mas houve a associação pela população entre o bilhete e o meio de transporte.

Os bondes e os trens revolucionariam ainda a organização interna das cidades, sendo o caso do Rio de Janeiro extremamente interessante. Isso porque a distribuição das linhas de bondes e trens seria um dos elementos que influenciaria a construção do espaço carioca, ao longo do século XX, inclusive no aspecto da segregação social. O Rio teria se tornado uma *"cidade partida"* entre classes sociais que a habitam (essa expressão foi difundida pelo jornalista Zuenir Ventura em livro de mesmo título, publicado em 1994).

Debata com os colegas, se possível, essa relação entre os trajetos das linhas de bondes e dos trens com a estruturação do Rio de Janeiro como uma *"cidade partida"*.

Resposta Comentada

A expressão “*cidade partida*” vem da constatação de que a expansão do Centro do Rio rumo às zonas Norte, Sul e Oeste, a partir da implantação de bondes e trens, foi criando áreas e bairros habitados por classes sociais de níveis diferentes de renda, de qualidade de vida, sendo os equipamentos e investimentos urbanos desigualmente distribuídos, em favor dos mais abastados. Apesar de serem bairros ou áreas contíguas e de pertencerem a uma mesma sociedade (capitalista), não estão devidamente integrados, gerando um crescente estado de segregação espacial. A violência urbana seria um de seus efeitos mais evidentes e graves.

Quanto aos bondes e trens, observa-se que os últimos não tiveram linhas construídas na zona Sul e em alguns bairros de classes médias da zona Norte, a exemplo de Tijuca e Vila Isabel. O trem parecia desvalorizar os bairros por onde passava, sendo associado aos subúrbios. A paisagem dos subúrbios ao norte e a oeste do Centro do Rio de Janeiro foi marcada pelos trilhos das Ferrovias Leopoldina e Central do Brasil.

Sem correr o risco de exagerar, pode-se dizer que em países europeus o trem não foi visto como um transporte para “suburbanos”, no sentido pejorativo que se deu no Rio de Janeiro. Os bondes cariocas foram retirados de circulação em 1966 (com exceção do Bairro de Santa Teresa) e a zona Sul recebeu trilhos, só que não os da Central do Brasil... mas os do Metrô!

Ferrovias e indústrias no século XIX: as sementes da posterior quebra do “arquipélago econômico” no século XX

Outro ícone do empreendedorismo no Brasil foi o senador Teófilo Ottoni (1807-1869). Em 03 de maio de 1865, no jornal “Correio Mercantil” do Rio de Janeiro, ligado ao Partido Liberal, o senador Ottoni defendia a possibilidade de criação de uma indústria têxtil forte no país, desde que se investissem recursos na estrutura de transportes:



Figura 5.15: Teófilo Benedito Ottoni. Autoria de Joaquim Pedro de Sousa (1818-1878). Biblioteca Nacional de Portugal.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Te%C3%B3filo_Benedito_Ottoni.jpg.

É doloroso ver que Minas Novas e Pitanguy mandem ao Rio de Janeiro vender algodão, que exportado para a Inglaterra, com o ônus de 7% de direitos, além do frete, é convertido em tecidos nas manufaturas inglesas, voltando ainda acrescido o seu custo com o preço da mão de obra, frete de retorno, 25% de direitos de importação, e mais 20% de frete para o interior tenha de ser vendido com lucro do negociante ao próprio agricultor que o plantou, beneficiou, colheu, descarrou, imprensou e exportou...

Em toda a parte da Província, onde se planta algodão, se fia e se tece... Não há grandes fábricas, mas geralmente se trabalha em família. Tem havido tentativas para o estabelecimento de teares e filatórios em maior escala, mas quase todos têm encontrado embaraços, nascidos principalmente das dificuldades que ao comércio interno opõem a falta de vias de comunicação...

A melhor guerra que se pode fazer aos ingleses é aquela que atacar as fontes de sua propriedade. Qual é a maior riqueza da Grã-Bretanha? São as suas manufaturas. Entre as manufaturas inglesas, quais são as mais produtivas? Incontestavelmente as de algodão. Pois estabelecamos nós, também filatórios e teares, e seja esta a nossa guerra contra os ingleses.

Fonte: OTTONI, T.B. Considerações sobre uma rede de comunicações fluviais e férreas, tendo por tronco principal a Estrada de Ferro D. Pedro II, e o Rio São Francisco com os seus afluentes navegáveis, e sobre diversos ramais, a decretar pela Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. *Correio Mercantil*, 03 mai. 1865.



O *Correio Mercantil* foi um importante jornal durante o II Reinado. Machado de Assis (1839-1908) e José de Alencar (1829-1877) estiveram entre os intelectuais que escreviam nele. Seu acervo está microfilmado e é acessível na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Otoni tinha adversários entre os membros do Partido Conservador – e mesmo entre os seus colegas liberais – que defendiam a manutenção de um Brasil de economia primária, exportador de matérias-primas agrícolas ou minerais e importador de manufaturados. Na verdade, a distinção ideológica entre conservadores e liberais era bastante fraca, embora houvesse disputas constantes e aguerridas, muitas de caráter pessoal. Assim como no Brasil de hoje, o quadro partidário é, por vezes, pouco definido em termos ideológicos, quando se trata dos maiores partidos.

Mas, não eram só os grandes fazendeiros e coronéis da Guarda Nacional (muitos com títulos de nobreza, mas analfabetos)

que estavam satisfeitos com a relativa prosperidade do Império escravocrata entre 1850 e 1880.

Para muitos comerciantes de “beira de porto” ou bem situados na cadeia de exportação-importação-distribuição de bens entre os portos do litoral e as regiões interioranas alterações no padrão da economia poderiam ser de grandes riscos aos negócios já estabelecidos.

Muitos desses negócios das elites tradicionais brasileiras eram verdadeiros monopólios, garantidos por uma teia de relações pessoais/familiares e pela retribuição do Estado a favores prestados pelos grandes fazendeiros e oficiais da Guarda Nacional ao Imperador e vice-versa.

Também a boa mira dos jagunços nas tocaias era um fator de garantia de interesses, conservando concorrentes distantes de bons negócios.



Tocaias grande, de Jorge Amado



André Koehne

Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jorge_Amado_caricatura.jpg

Caro (a) aluno (a),
o uso de textos literários no dia a dia das aulas de Geografia é algo que traz bons resultados, principalmente, quando se monta um trabalho conjunto com os colegas de Português/Literatura.

Veja o caso da obra de Jorge Amado sobre a formação da sociedade brasileira, com especial foco na abertura da fronteira agrícola do Sul da Bahia com a economia do cacau.

O doce do chocolate não foi obtido sem muitas disputas por posse e propriedade de terras, sem muito sangue derramado em conflitos armados, em um sem número de assassinatos e tocaias, envolvendo coronéis, famílias de pequenos agricultores, indígenas, escravos e libertos. Não foi obtido sem a presença do imigrante (de origem turca ou libanesa quase sempre), sem o cravo e a canela da mulher brasileira...

Fica então uma dica: a leitura da obra do grande escritor baiano Jorge Amado. Em especial, do livro *Tocaiá grande, a face obscura*, publicado primeiramente, em 1984. Resumindo bem, é história de uma cidade chamada *Irisópolis*, nome referente ao arco-íris, a uma visão idílica que procurava negar as origens violentas de sua formação – tal qual muitas vezes se fez com o discurso sobre a cordialidade do brasileiro.

Politicamente, riscos poderiam ocorrer para aquelas frações das elites com a transformação do país em economia industrial e urbana. Gente diferente que vinha de origens humildes, a exemplo de Mauá e de Ottoni, imigrantes com valores sociais, econômicos e culturais distintos, trabalhadores assalariados, sindicatos poderiam passar a disputar a cena política, as terras, os recursos do Estado. Então, mudar para o quê?

No caso de Teófilo Ottoni, a atração pela mudança envolvia o aproveitamento de um mercado potencial que ele vislumbrara dentro de sua província, Minas Gerais. As regiões daquela província não se comunicavam entre si, diretamente. Os caminhos iam para o litoral, para o Rio de Janeiro, quase sempre. Do Rio, voltavam para Minas.

Ou seja, a estrutura em “arquipélago” se reproduzia no território mineiro, o que gerava riscos de sua fragmentação em novas províncias ou de absorção do movimento econômico pelas vizinhas. Para a economia mineira, estradas de ferro que interligassem as regiões da província seriam fundamentais para a manutenção do território e da posição política de frações de suas elites no conjunto do Império.

Afinal, mantendo-se o território, mantinha-se a população. Esta, quanto maior fosse (hoje, ocorre o mesmo), maior o número de deputados que se elegeria à Assembleia Geral e, daí, sua influência junto ao Poderes do Estado Central... e aos cofres imperiais.

Como era de se esperar, houve reações aos interesses das elites mineiras representadas por Ottoni e à “guerra” à Grã-Bretanha. Isto pode ser visto, com as palavras do Engenheiro cearense João Ernesto Viriato de Medeiros (1823-1900), também membro do Partido Liberal e Senador do Império (1882 e 1889):

Os fenômenos que S. Ex. aponta, e cuja explicação só acha na falta de vias de comunicação, são os mais naturais do mundo, e mostram que os habitantes dos lugares citados pelo Sr. Senador conhecem e praticam melhor os princípios que S. Ex. ignora ou parece ignorar.

Com efeito, se os municípios do Rio Verde e Sapucaí preferem comprar sola no Rio de Janeiro em lugar de comprá-la no Curvelo, é pela mui simples razão de que a distância que vai dos mais distantes pontos destes municípios ao Rio de Janeiro é menor do que a deles vai ao Curvelo, [...] e ainda mesmo que assim não fosse, bastava a circunstância de encontrarem os ditos municípios na capital do Império, o mais vasto mercado da América do Sul, onde sempre acharam vantajosa troca aos seus produtos, para buscarem de preferência esse mercado, no qual os maiores preços neles obtidos compensariam pequenas diferenças de distâncias e também de menores preços, que em mercados pouco ricos achariam nos gêneros de que necessitam [...]

Por que razão não farão a mesma queixa os habitantes de todas as outras Províncias do Brasil, que exportam algodão, açúcar, tabaco, couros e muitos outros gêneros no seu estado mais ou menos bruto, para países estrangeiros; importa-os depois de fabricados, ou antes, depois de transformados pelo trabalho estrangeiro? É pela razão simples de que os capitais e o trabalho tendem sempre a um vantajoso emprego, e naqueles países (a exemplo do Brasil) é mais vantajoso empregá-los em colher as matérias primas, exportá-las e depois importá-las já manufaturadas sob diversas formas, do que estabelecer fábricas, nas quais aquelas matérias passassem no estado necessário aos mercados dos mesmo países.

Estas tão comezinhas ideias de Economia Política, Sua Excelência amaldiçoa, e quer a todo transe Estradas de Ferro para Minas, a fim de que ela se transforme da noite para o dia em Inglaterra brasileira, e abasteça não somente o resto do Brasil, mas lute braço a braço com o ousado bretão. Descanse Sua Excelência e não se assustem os poderes do Estado: nada disso acontecerá. Minas, só será fabril, quando tiver muitos milhões de habitantes que não achem melhor emprego para seus braços e os seus capitais.

O que Minas urgentemente reclama, como o fazem diversas outras Províncias do Império, é uma divisão racional de seu território [...] Esta medida cuja aplicação acho indispensável à Minas o é mais ou menos ao resto do Brasil. É uma medida político-administrativa que não pode deixar de trazer grandes benefícios ao país... Pelo lado político, a cimentação da integridade do Império tomará tal solidez, que jamais poderá ficar à mercê de facções ambiciosas, de deputações perigosamente influentes pelo número.

Fonte: http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1802&li=18&lcab=1882-1884&lf=18

Na República, somente após a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, o Brasil começaria a romper com os interesses que mantinham a estrutura em “arquipélago”, interesses tão bem defendidos por pessoas influentes como o Senador Medeiros. O fato é que as sementes de um Brasil urbano e integrado por um grande mercado interno haviam sido lançadas por empresários como Teófilo Ottoni e Mauá.

A estrada de ferro D. Pedro II ou Central do Brasil: uma pioneira geopolítica da integração nacional

Ao lado de seu irmão Cristiano Ottoni, importante engenheiro civil e ferroviário, Teófilo Ottoni participaria da definição do trajeto da Estrada de Ferro D. Pedro II, posteriormente denominada Central do Brasil.



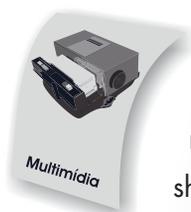
Figura 5.16: Estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1870. Autoria de Marc Ferrez. Biblioteca Mario de Andrade.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Esta%C3%A7%C3%A3o_Central_Estrada_de_Ferro_Central_do_Brasil,_1870.jpg

Saindo de sua garagem central no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, a Estrada de Ferro D. Pedro II ou Central do Brasil sobe a Serra do Mar, após passar pela Baixada Fluminense, entre Paracambi (RJ) e Mendes (RJ). Daí, chega por Barra do Piraí ao Rio Paraíba do Sul (veja a figura 5.8), de onde se bifurca em duas seções:

- a que sobe o vale do mesmo Paraíba do Sul em direção a Cachoeira Paulista (onde encontrava os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo e Rio, depois encampada pela Central do Brasil) com destino a São Paulo, passando por Taubaté (SP) – cidade que rivalizava, então, com a capital paulista em poderio econômico.
- a que desce o Paraíba do Sul até a proximidade do município de Três Rios (RJ). Dali, a Estrada de Ferro de D. Pedro II busca passagem por entre as encostas da Serra da Mantiqueira, servindo antes à cidade de Juiz de Fora. No alto da Mantiqueira, chega a Barbacena, dali a Ouro Preto, que até 1896 foi a capital de Minas. De Ouro Preto, passando pela região central e mineradora de Minas, a ferrovia buscava a Serra do Curral (onde se fundaria Belo Horizonte, em 1896), para entrar no Vale do Rio São Francisco, pelo Rio das Velhas. No Rio São Francisco, os trilhos atingiriam a cidade de Pirapora (MG).

Dali em diante, o Velho Chico é navegável até a Cachoeira de Paulo Afonso (BA). Por afluentes do mesmo São Francisco, seria possível vencer o divisor com a Bacia do Araguaia-Tocantins, já no Centro-Oeste brasileiro, e assim alcançar cidades paraenses como Marabá e Belém.



Pelo site <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Estrada-de-Ferro-Central-do-Brasil.shtml>, você pode verificar o mapa da Central do Brasil e como o seu traçado procura a interligação do Rio de Janeiro ao Centro-Oeste e ao Norte do país.

Ou seja, a Estrada de Ferro de D. Pedro II, Central do Brasil na República, foi um ponto inicial de um projeto geopolítico de integração nacional, que romperia a estrutura em “ilhas econômicas”. Durante o governo Vargas, nos anos 1930, os trilhos da Central do Brasil se uniriam a um ramal vindo de Salvador, ligando, enfim, o Nordeste e o Sudeste brasileiros.

Não há como deixar de mencionar que, ao Estado brasileiro, seja sob regime monárquico ou republicano, a construção de redes de transportes amarradas à capital era uma forma de reduzir o potencial de separatismo num país imenso. Além disso, havia a questão do acesso às fronteiras a oeste com os vizinhos sul-americanos.



Figura 5.17: Engenheiro Cristiano Benedito Ottoni.

Fonte: <http://www.cristianoottoni.com.mg.gov.br>

Só mais um detalhe sobre os irmãos Ottoni: eles advogavam a transferência da capital para o Vale do São Francisco e propuseram que Pirapora fosse a nova capital.

A posterior construção de Brasília por um político mineiro, o Presidente Juscelino Kubistchek, foi de certa forma a modernização do projeto de Teófilo e Cristiano Ottoni.

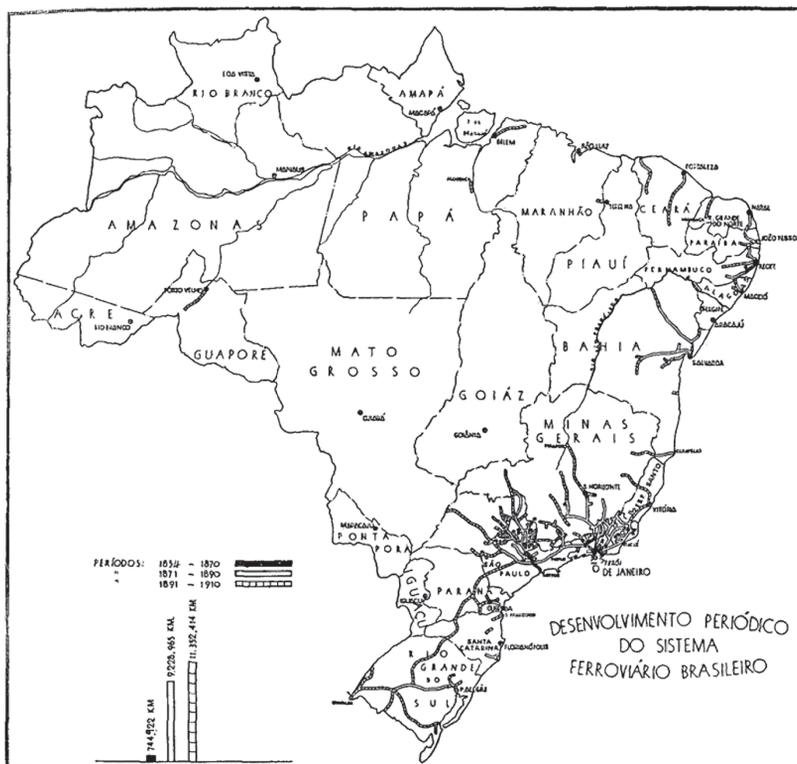


Figura 5.18: O desenvolvimento do sistema ferroviário dos anos de 1854 a 1910. De autoria de Moacir M.F. Silva.

Fonte: SILVA, Moacir M.F. Geografia das estradas de ferro brasileiras. In: *1 Centenário das Ferrovias brasileiras*. IBGE: Rio de Janeiro, 1954, p. 5. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/centenarioferrovias1954.pdf>



Não deixe de acessar o texto de Adriano Novaes pelo site <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf>. Nele, há um resumo da formação da rede de circulação ferroviária no Estado do Rio de Janeiro até o princípio do século XX, passando antes por uma revisão da circulação pelas estradas carroçáveis e de grandes picadas que ligavam a terra fluminense a Minas e a São Paulo.



Atende ao Objetivo 2

Caro (a) aluno (a),

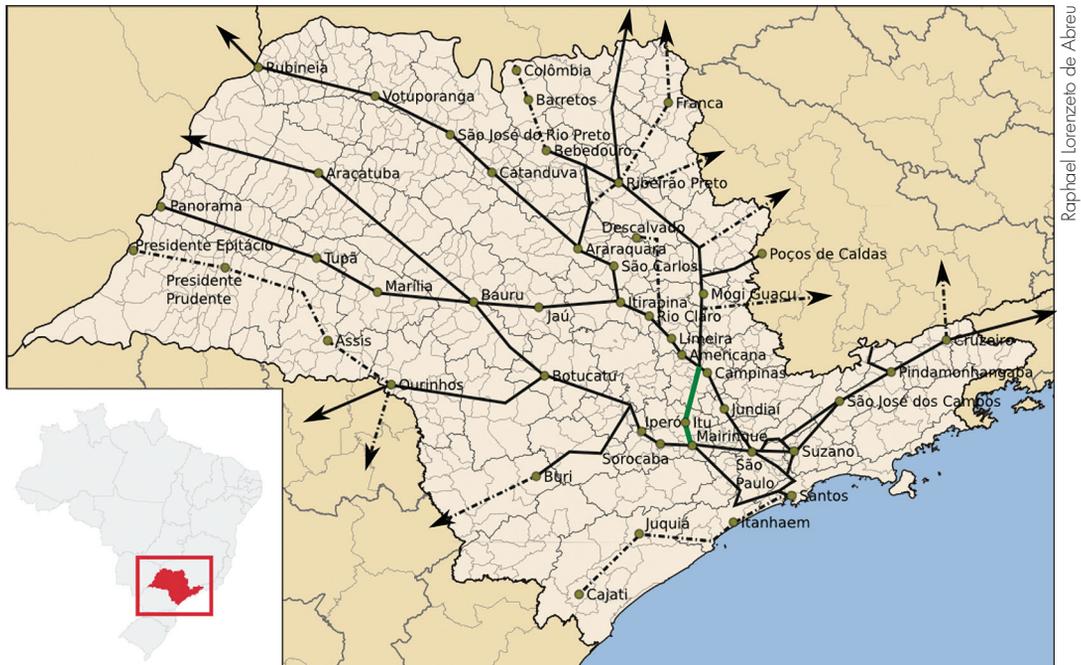
faça a leitura do texto abaixo:

Sim! Trinta anos ainda não são decorridos, e a Província de S. Paulo era pobre, tão pobre que para viver necessitava de auxílios paternais do Estado. Foi preciso o braço forte do Poder Geral para arrancá-la das beiradas de uma decadência marasmódica, onde se achava estacionada. Um dia, novos horizontes rasgaram-se ao seus olhos, porque um poderoso instrumento de progresso, patenteou ao mundo as suas enormes riquezas até então ignoradas. Foi a inauguração da sua primeira via férrea, a estrada inglesa de Santos-Jundiaí.

Fonte: Projeto de lei de criação da Província do Sapucaí, p.12, de 1889. Autoria do Senador do Império Joaquim Floriano de Godói (1826-1907). Acervo do IHGB, no Rio de Janeiro.

Agora, verifique os mapas a seguir:

Mapa 2 - Ferrovias do Estado de São Paulo



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_Sao_Paulo_Boa_Vista_Guaiana.png

Com base na leitura do texto e na verificação dos Mapas 1 e 2, escreva um parágrafo sobre como as ferrovias construídas no território paulista deram à cidade de São Paulo as condições para se tornar, já na virada do século XIX para o século XX, a capital econômica do Brasil.

Resposta Comentada

A Estrada Inglesa era praticamente a detentora da exclusividade de acesso entre Santos e São Paulo, pela Serra do Mar. De São Paulo, partiam as linhas das demais companhias ferroviárias, cujas concessões permitiam o aproveitamento do movimento econômico nas áreas de expansão agrícola do interior da então província bandeirante.

As ferrovias paulistas, quando alcançavam os seus respectivos pontos finais no interior do Estado, diziam ter chegado às suas “Altas”. Daí, as denominações regionais de Alta Sorocabana, Alta Mogiana, Alta Paulista.

Queremos lembrar que, ao atingir o vasto, suave e “vazio” (entre aspas, porque havia índios e posseiros) planalto paulista, as ferrovias, o imigrante e os projetos de colonização encontraram um imenso território disponível à expansão das lavouras de café e de pastos para uma pecuária bovina de boa produtividade (e mais próxima às áreas de abate e consumo do Sudeste que a pecuária de Goiás e de Mato Grosso). A capital paulista passou a centralizar o movimento de mercadorias, passageiros e recursos financeiros entre o litoral santista e o interior.

Com essa pujança, São Paulo veria sua população e economia crescerem e teria força política para reclamar um maior acesso aos recursos dos cofres do Império, recursos esses importantes à implantação de infraestrutura de transportes, comunicações etc. Com essa infraestrutura, São Paulo ultrapassaria o Rio de Janeiro em volume de produção industrial em 1907 e, em população, na década de 1950.

CONCLUSÃO

O Brasil se inseriu na II Revolução Industrial, modernizando em termos técnicos o funcionamento de sua economia agrário-exportadora. Os capitais estrangeiros, a generosidade dos incentivos governamentais, o fim do tráfico negreiro, o ingresso de divisas com as exportações crescentes de café, o espírito empreendedor de alguns empresários trouxeram ao país as ferrovias, o telégrafo, os bondes, as indústrias, os imigrantes etc.

A estrutura espacial em “arquipélago econômico” se manteria, conforme verificamos na **Figura 5.9**, por meio da representação das linhas ferroviárias construídas entre 1854 e 1890. As ferrovias implantadas mudariam, contudo, a qualidade da circulação de riquezas e de pessoas, o que se refletiria no crescimento de algumas cidades e portos, no enfraquecimento de outros e na fundação de novas regiões de produção. Santos ultrapassava o Rio de Janeiro. São Paulo concentrava as melhores ferrovias e o maior movimento financeiro.



Figura 5.19: Porto de Santos em 1870. Autoria de Marc Ferrez.

Fonte: Biblioteca Mario de Andrade. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Porto_de_Santos,_1870.jpg

Nesse processo, a economia cafeeira e as elites de São Paulo se valorizariam, gerando intensa competição com os interesses de frações das classes dominantes de outras províncias do Império. Mas, as elites paulistas tinham crescentes aspirações republicanas...

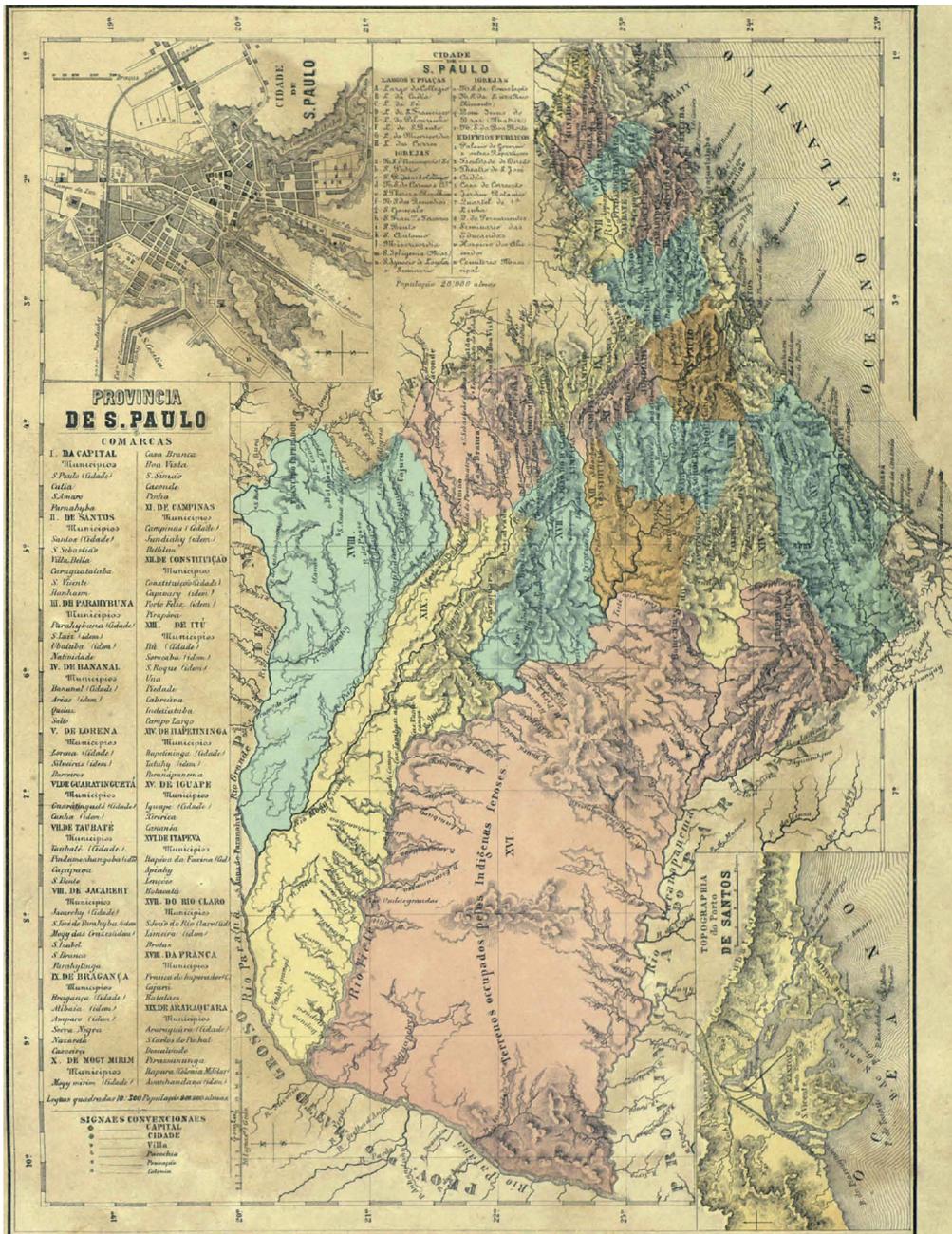
Com isso, estavam colocadas no panorama político contradições que levariam o II Reinado à perda de força política, a partir da década de 1880, com a consequente implantação de um regime republicano.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 1 e 2

No Mapa 3 a seguir, trazemos o Atlas do Império do Brasil de 1868, representando a Província de São Paulo, com destaque para o extremo oeste de seu território, na fronteira com o Mato Grosso e com o Paraná: “Terrenos Ocupados por Indígenas Ferozes”.

Mapa 3



Fonte: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473>

colonial (as “ordenações”) e foi mantido de algum modo pela legislação imperial (Lei 601 de 1850 ou Lei de Terras).

É triste constatar que as tribos, se tivessem sua existência desconsiderada pelo Poder Público ou (pior) se fossem fisicamente eliminadas por jagunços a serviço de grileiros e/ou grandes fazendeiros, as terras passavam a ser consideradas como patrimônio do Estado e, assim, disponíveis para a apropriação privada, segundo as leis então em vigor. As terras indígenas, a exemplo das do Oeste de São Paulo, acabaram sendo incorporadas, assim, ao mercado fundiário.

RESUMO

A economia do Império estava sendo submetida a demandas de modernização trazidas pela II Revolução Industrial, e isso levaria a transformações na sociedade brasileira – a exemplo do fim do tráfico negreiro com a Lei Eusébio de Queirós, em 1850.

Esse processo possuía contradições diversas e no campo político seria marcado pela alteração do poder entre os segmentos e frações das elites, com a ascensão de novos atores e agentes econômicos e políticos. O jogo entre eles, a propósito, levaria ao aparecimento de condições históricas que colocariam o Império no caminho de sua superação pela República, no final da década de 1880.

Em termos espaciais, a economia brasileira receberia os impactos da implantação de investimentos em novos negócios, em indústrias, em ferrovias, sem contudo romper com a estrutura em “arquipélago econômico”. As cidades do país foram impactadas por essa nova economia: algumas cresceram, outras decaíram em importância. Portos tornaram-se maiores, outros estagnaram. Regiões “vazias” receberam populações novas trazidas pelos trilhos das ferrovias.

Mas, as sementes da superação das “ilhas econômicas” estavam lançadas, a partir da visão de empreendedores como Mauá e os irmãos Ottoni. O trajeto da Estrada de Ferro D. Pedro II, ou Central do Brasil, foi talvez o embrião da posterior formação de um mercado nacional interligado no século XX.

As fontes de financiamento para a implantação dos negócios da II Revolução Industrial foram: os capitais estrangeiros; os capitais transferidos pelo fim do tráfico negreiro e os incentivos governamentais “generosos” oferecidos na legislação do Império. Neste último caso, os incentivos influenciaram a implantação de um parque ferroviário ineficiente, com exceção das estradas de ferro de São Paulo. Isso, sem dúvida, facilitou o posterior crescimento de São Paulo como a capital econômica do Brasil.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, continuaremos a estudar aspectos da organização territorial do Estado brasileiro durante o “meio técnico”, enfatizando impactos no funcionamento da economia em “arquipélago ou ilhas”, decorrentes da inserção do país na II Revolução Industrial durante o longo reinado de D. Pedro II.

Destacaremos a Abolição da Escravatura e suas relações com a difusão de sentimento nacionalista, de identidade nacional decorrente da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Abordaremos a crise final do Império como uma consequência das transformações introduzidas pela II Revolução Industrial no país.

Aula 6

Formação,
povoamento e
consolidação do
território brasileiro
no “meio técnico”
e a queda do
Império brasileiro:
Guerra do
Paraguai, abolição
da escravatura e
identidade nacional

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Apresentar efeitos socioeconômicos, culturais e político-institucionais do “meio técnico” sobre o processo de povoamento do território brasileiro e formação/consolidação da identidade nacional durante o II Reinado (1840-1889).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a deposição da Monarquia, em 1889, como um efeito político-institucional do processo de inserção da economia e da sociedade brasileira na II Revolução Industrial, durante a segunda metade do século XIX;
2. reconhecer a importância da Guerra do Paraguai para a afirmação da identidade nacional brasileira e para o incremento da interiorização e do povoamento do território brasileiro;
3. descrever as condições históricas e demográficas que levaram à abolição, em 1888, destacando a existência de contradições diversas no processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado.

INTRODUÇÃO

Caro (a) Aluno (a),

nesta aula, continuamos a trabalhar os efeitos do “meio técnico” sobre o povoamento e a formação da identidade nacional brasileira, destacando os efeitos da Guerra do Paraguai e da abolição da escravatura. Além disso, vamos analisar elementos históricos que fizeram com que a Monarquia deixasse de ser conveniente à evolução política e econômica do país, sendo substituída pela República.

A crise final da Monarquia como um efeito do desenvolvimento do “meio técnico” no Brasil

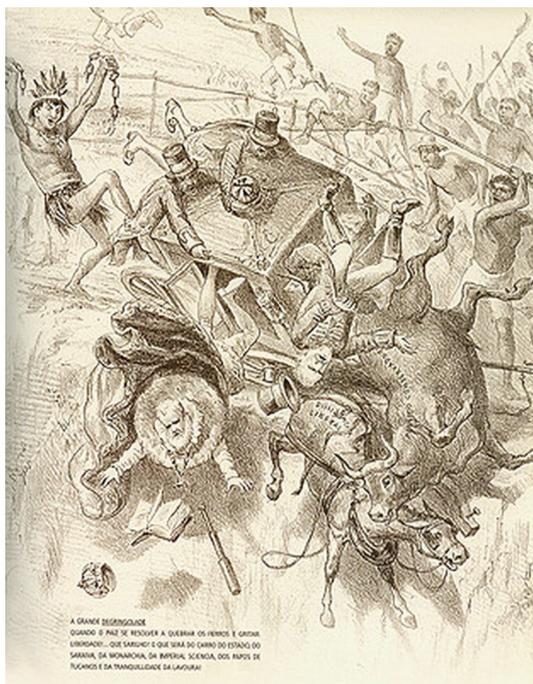


Figura 6.1: *A grande degradingolade.* Autoria de Ângelo Agostini (1843-1910)

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angelo_Agostini,_1885,_A_grande_degradingolade.jpg

Legenda da **figura 6.1** (com a grafia da época):

A grande degradingolade. Quando o paiz se resolver a quebrar os ferros e gritar: Liberdade!... Que sarilho! O que será do carro do Estado, do saraiva, da monarchia, da imperial sciencia, dos papos de tucanos e da tranquilidade da lavoura!

Em 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), até a véspera um declarado monarquista, liderou o golpe de Estado que, de uma certa forma, surpreenderia a população do país.

Não se pode negar que a República não estivesse no horizonte político da nação, mas seria algo para algum momento futuro... talvez, após a morte de D. Pedro II, uma figura efetivamente carismática. No Brasil, aliás, o carisma sempre foi um fator de autoridade extremamente considerado pela população.

O longo II Reinado, que se iniciara com o “Golpe da Maioridade” em 1840, chegava ao fim e com ele o Império brasileiro. Sua evolução jurídica e institucional garantiria a estabilidade política e econômica fundamental para a implantação do “meio técnico”, ou seja, dos efeitos da II Revolução Industrial no território brasileiro – lamentavelmente, sem a superação do caráter agrário-exportador herdado dos tempos do “meio natural”.

A estabilidade do Império havia sido alcançada pela alternância entre liberais e conservadores no governo especialmente entre 1853 e 1868. Nessa fase, conhecida na história do país como o “Gabinete da Conciliação”, as receitas com a exportação, principalmente as do café, propiciaram investimentos em infraestrutura ferroviária e hidroviária, que modernizaram, mas não alteraram a estrutura econômica em “arquipélago”.



Figura 6.2: Fala do Trono. Abertura da Assembleia Geral em 1872. Autoria de Pedro Américo (1843-1903).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fala_do_trono.jpg?uselang=pt-br

A **Figura 6.2** representa, talvez, o momento máximo da vida de D. Pedro II e do próprio Império. Em 1872, aos 47 anos de idade, o Imperador abria os trabalhos anuais da Assembleia Geral, em toda a sua majestade, pompa e circunstância. Naquele ano, o Brasil comemorava os cinquenta anos (ou o “jubileu de ouro”) da Independência e, portanto, do Império.



Por que se denominou Império Brasileiro, se antes, entre 1816 e 1822, éramos um Reino (Unido ao de Portugal e Algarves)?



Figura 6.3: Dia do Fico. A autoria de Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dia_do_Fico.jpg

D. Pedro I poderia ter denominado o Brasil como um Reino, mas preferiu Império, alegando que a sua permanência no “Dia do Fico” e a própria Independência haviam sido não de sua própria vontade, e sim da vontade maior do povo... do império do povo.

Contudo, na mesma década de 1870, surgiriam (ou se aprofundariam) questões políticas e contradições sociais que geraram um desgaste contínuo do Império, inclusive com a Igreja Católica. Haveria o crescimento do ideal republicano entre setores das elites provinciais, especialmente as de São Paulo.

Em 1870, o “Manifesto Republicano” foi publicado, atacando a centralização do Império em relação às províncias. No ano de 1873, seria fundado o Partido Republicano em São Paulo. A economia brasileira havia crescido no contexto da II Revolução Industrial e o peso das províncias mudado, não aceitando mais o poder de nomeação de seus governadores pelo Imperador.



O “Manifesto Republicano” foi escrito pelos dissidentes do Partido Liberal: Quintino Bocaiuva e Joaquim Saldanha Marinho, em 1870. Ele foi a base para a fundação de partidos republicanos nas províncias do Império. A íntegra do “Manifesto Republicano” está no site: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/manifesto-republicano.pdf>



Atende ao Objetivo 1

1. Abaixo, temos um trecho do Manifesto Republicano. Pedimos que você o leia:

[...] a dependência administrativa em que foram colocadas as províncias, até para os atos mais triviais; o abuso do efetivo sequestro dos saldos dos orçamentos provinciais para as despesas e para as obras peculiares do município neutro; a restrição imposta ao desenvolvimento dos legítimos interesses das províncias pela uniformidade obrigada, que forma o tipo da nossa absurda administração centralizadora, tudo está demonstrando que posição precária ocupa o interesse propriamente nacional confrontado com o interesse monárquico que é, de si mesmo, a origem e a força da centralização [...] A autonomia das províncias é, pois, para nós, mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira. O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Perante à Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante à América passamos por ser uma democracia monarquizada, onde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

Agora, pedimos que você:

a) Responda, de acordo com o texto, se o movimento republicano trazia riscos de separatismo de províncias.

b) Indique a parte do texto que mostra uma mudança no eixo da política externa proposta pelos republicanos.

Resposta Comentada

a) Não. O Manifesto Republicano demonstrava o fortalecimento de forças políticas regionais. Maior autonomia fiscal era o grande objetivo das elites provinciais. Logo após o fim da Guerra do Paraguai, seria um absurdo político defender posições separatistas, conforme se pode ler no trecho: *“pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.”*

b) *“Perante à América passamos por ser uma democracia monarquizada, onde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.*

Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.”

A Guerra do Paraguai e a identidade nacional brasileira

A República também passava a ter adeptos crescentes entre parcelas mais jovens da oficialidade do Exército – os denominados “científicos” – que seguiam o Positivismo de Auguste Comte, sobre o qual já falamos na Aula 1. Além disso, faleceria uma geração de importantes líderes políticos e militares leais à Monarquia e a D. Pedro II, a exemplo de Caxias, o “Pacificador”.

O próprio Imperador havia envelhecido bastante e sofria de problemas cardíacos e dos efeitos da diabetes, agravados após a Guerra do Paraguai, a maior guerra internacional deflagrada em todo o mundo entre 1815 (a derrota de Napoleão Bonaparte) e 1914 (a I Guerra Mundial), em termos do número de mortos: as estimativas chegam a cerca de 200.000 pessoas.

A Guerra do Paraguai (1864-1870), pelo esforço que demandou a toda a sociedade, foi um fator de união nacional, havendo, inclusive, a presença de escravos nas tropas enviadas aos campos de batalhas, ou seja, a inclusão, no esforço de guerra, daqueles que não eram sequer reconhecidos como cidadãos, como pessoas.

O Brasil pareceu tornar-se uma nação, apesar de suas dimensões territoriais, da diversidade de sua população, da enorme desigualdade e da injustiça social expressa e regulamentada em sua Constituição e nas legislações criminal, eleitoral e fundiária.

A vitória sobre os paraguaios contribuiu, assim, para acelerar o inevitável esgotamento do regime escravagista, uma vez que milhares de escravos e de libertos haviam sido voluntários e lutaram com bravura contra as aguerridas e valentes tropas inimigas, conhecedoras dos terrenos e teatros de guerra.

Um dos heróis da Guerra do Paraguai foi justamente o marinheiro-artilheiro Marcílio Dias (1838-1865), morto em combate por ter o braço decepado, ao defender a bandeira brasileira durante a Batalha do Riachuelo (1865).

Regressar vivo dos pantanais e charcos do Rio Paraguai garantia a alforria ao soldado-escravo, mas não encerrava o horror das senzalas, da exploração e degradação servis. A ilustração abaixo, feita à época pelo jornalista e caricaturista Ângelo Agostini (1843-1910), diz tudo...



Figura 6.4: De volta do Paraguai. De Ângelo Agostini (1843-1910).

Fonte: Ilustração publicada originalmente em: A Vida Fluminense, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angelo_Agostini,_1870,_De_Volta_do_Paraguai.jpg

Havia ainda a questão sucessória. O Conde D'Eu, marido da herdeira do trono, a princesa Isabel, além de ser de outra nacionalidade, não era bem visto pela população. A outra filha de Pedro II, a princesa Leopoldina Teresa, morrera ainda jovem em 1871. Os filhos da princesa Isabel eram ainda menores de idade e não seria prudente que D. Pedro II, ainda vivo, abdicasse em nome do mais velho deles, de nome Pedro de Alcântara. Repetir o que acontecera no fim do I Reinado, de fato, não seria politicamente possível.

Parecia não haver sucessor para D. Pedro II, embora a Monarquia tivesse ainda força e adeptos entre segmentos das elites e mesmo entre o povo, apesar de sua relação com o escravismo e toda uma série de injustiças sociais. Entre os próprios escravos, inclusive, havia aqueles que eram considerados reis, como os “Reis do Congo”.



Os Reis do Congo ou O Congado



Figura 6.5: *Congada* (1835). A autoria de Johann Moritz Rugendas (1802-1858).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendascongada.jpg>

Durante a Colônia, os portugueses buscaram, entre outras estratégias, a utilização de elementos do catolicismo não apenas para o controle sobre os contingentes de africanos (considerando a possibilidade de fugas, a

formação de quilombos e de rebeliões) que chegavam aos milhares pela costa, como também para a construção de canais e mecanismos de cooptação, convivência e tolerância (apesar da violência e do racismo próprios ao regime servil) entre senhores e escravos. Permitia-se o sincretismo religioso e formaram-se irmandades católicas (como as de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito) de negros provenientes de mesmas regiões africanas. No caso do Congo, por exemplo, suas irmandades tinham como lideranças os “chamados Reis do Congo”. Suas festas eram “os congados ou congadas”, embaladas por ritmos africanos e ameríndios, a exemplo da batida inconfundível do maracatu.



Figura 6.6: Festa do Maracatu em Pernambuco em 2005. Observe o Rei e seu cortejo.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maracatu.jpg>

A sustentabilidade política do Império se esvaiu após o fim da Guerra do Paraguai. As elites ligadas à expansão cafeeira e a seus negócios em São Paulo eram distintas daquelas sobre as quais o Império se firmara no escravocrata Vale do Paraíba do Sul.

A crise parecia ser insolúvel, conforme relata o importante historiador e professor do Colégio Pedro II, Capistrano de Abreu (1853-1927):

Só o Imperador não dava por isso, embebido em seus estudos de sânscrito, persa, árabe, hebraico e tupi. Pode se dizer que foi com um certo alívio que, na tarde de 16 de novembro de 1888, D. Pedro II recebeu do major Sólton Ribeiro, comandante da cavalaria, a comunicação de que fora deposto e deveria deixar o país ‘o mais breve possível’.

Fonte: BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012. p. 217.

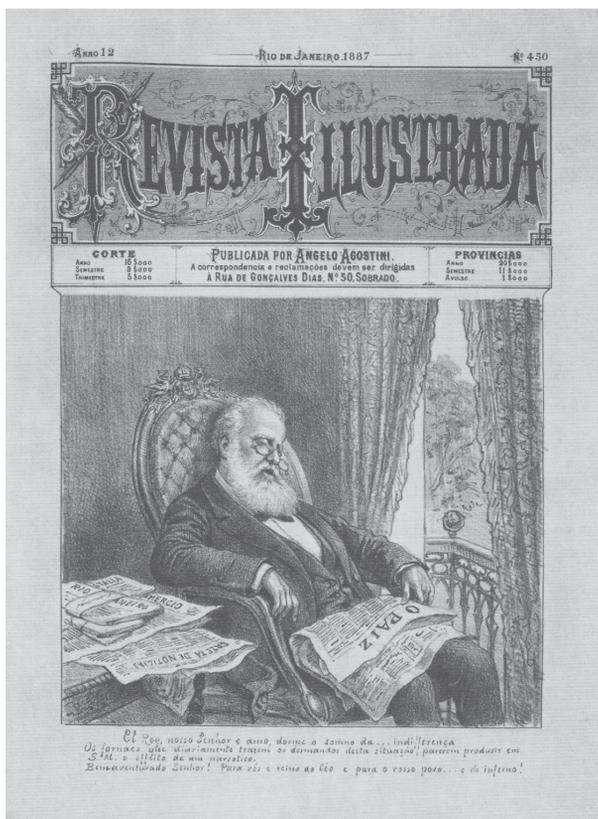


Figura 6.7: El Rey, Nosso Senhor e Amo. De Ângelo Agostini (1843-1910).

Fonte: Caricatura publicada em Revista Ilustrada, ano 12, n. 450, 05/02/1887. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_II_angelo_agostini.jpg

Legenda da **Figura 6.7** (com a grafia da época):

“El Rey, nosso senhor e amo, dorme o sonno da... indiferença. Os jornaes, que diariamente trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em S.M. o efeito de um narcotico. Bem aventurado senhor! Para vós o reino do céo e para o nosso povo... o do inferno!”



Ângelo Agostini (1843-1910) e a “Revista Illustrada”: a caricatura do Império escravista.



Figura 6.8: Autorretrato do cartunista Ângelo Agostini (1858).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Agostini_autoretrato.jpg

Nesta aula, utilizaremos algumas das caricaturas e charges políticas de autoria de Ângelo Agostini. Ele é considerado um pioneiro e um grande mestre do desenho, das belas artes e da imprensa política no Brasil do II Reinado e da República Velha. Republicano, de origem italiana, chegou ao Brasil em 1860, participando da criação de revistas e jornais de perfis críticos, de humor refinado, com a crônica daqueles tempos de Monarquia tropical, aristocracia arcaica e escravismo, assim como do dia a dia de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Foi pioneiro na produção de histórias em quadrinhos no país com as publicações: *Nhô Quim ou Impresões de uma Viagem à Corte*; *Zé Caipora*; *Tico-Tico*. Representava o Brasil quase sempre por um indígena, por vezes de aparência frágil. Isso não deixava de ser uma crítica ao romantismo com que escritores, músicos e pintores idealizavam a formação do povo brasileiro, a partir do bom indígena – aquele que heroicamente aceita a presença do europeu e com este coopera. Voltaremos a falar sobre a imagem monumental do bom indígena mais à frente.



Figura 6.9: “O Brasil, terra de Santa Cruz e uma cruz cada vez mais pesada!”. Caricatura de 1877. Autoria de Ângelo Agostini (1843-1910).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angelo_Agostini,_1877,_O_Brasil,_terra_de_Santa_Cruz.jpg

Em 1876, Agostini fundou a *Revista Ilustrada*, marco na história da imprensa nacional, entre outros aspectos, por não aceitar patrocínios e viver apenas de sua vendagem. Pela qualidade visual, permitia aos analfabetos, aliás a maioria da população, acesso à informação e ao entretenimento.

Segundo Joaquim Nabuco (1849-1910), um dos mais importantes jornalistas, historiadores e juristas do século XIX, a “Revista Ilustrada era a Bíblia abolicionista do povo que não sabia ler”.

Registra-se, contudo, que, de acordo com o jornalista Eduardo Bueno, a produção da charge política e do humor das caricaturas nos jornais da época mostrava um ambiente de certa tolerância em relação à liberdade de imprensa. Isso era algo que vinha da personalidade do próprio D. Pedro II. Ao longo da República e de seus presidentes, nem tanto...

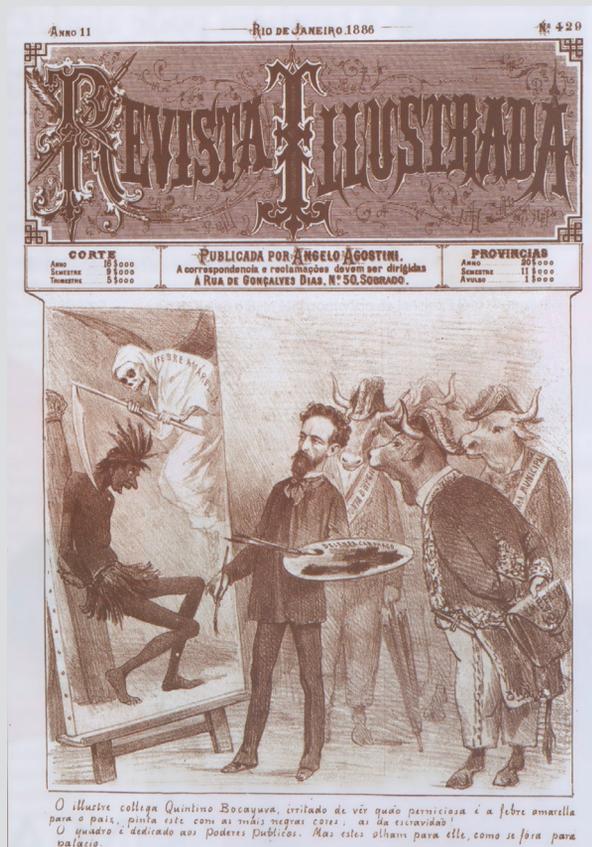


Figura 6.10: Revista Ilustrada, ano 11, número 429, 1886. Desenho de Ângelo Agostini.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Revista_Illustrada_429.jpg

A capa registra o então jornalista Quintino Bocaiuva (1836-1912) pintando um quadro alusivo ao avanço da febre amarela (a morte), enquanto os poderes públicos assistem impassíveis à cena, representados como vacas e bois (de presépio). O Brasil é representado pelo índio doente.

Quintino Bocaiuva fora um dos escritores do Manifesto Republicano e fundara o jornal “O Paiz”. Posteriormente, nos primeiros anos da República, seria ministro de Estado e Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Se você quiser saber mais sobre Agostini e a charge política no Império, sugerimos o artigo de Maria da Conceição Francisca Pires, intitulado: *Centenário do Traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1876-1888)*, disponível no site: http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Maria_Conceicao.pdf.

E o melhor: todo o acervo da *Revista Ilustrada* está disponível em meio digital pela “Homeroteca Digital” da Biblioteca Nacional. O site para acesso é: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Manifestações do nacionalismo brasileiro na Guerra do Paraguai



Figura 6.11: Soldados da Província do Ceará em operações de guerrilha. Autoria de Bate e Cia.

Fonte: Salles, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Memórias & Imagens*. Biblioteca Nacional. 2003. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:GuerradoParaguai1866_70_cearenses.jpg

Com a Guerra do Paraguai, houve um efeito importante para o Estado brasileiro: contrastando com o separatismo em províncias do sul e do norte/nordeste do país durante a primeira metade do século XIX, firmara-se um sentimento, uma identidade brasileira mais forte do que as identidades locais/regionais. Gente de todo o país se engajaria no conflito, muitos como “voluntários da pátria”.

A **Figura 6.11** mostra, justamente, o exemplo de um batalhão com soldados cearenses, em operações de guerrilha nos cerrados e charcos do Mato Grosso.

O professor José Murilo de Carvalho, às páginas 37 e 38, nos ensina:

As guerras são fatores importantes na criação de identidades nacionais.

A do Paraguai teve sem dúvida este efeito. Para muitos brasileiros, a idéia de pátria não tinha materialidade, mesmo após a independência. Vimos que existiam no máximo identidades regionais. A guerra veio alterar a situação. De repente havia um estrangeiro inimigo que, por oposição, gerava o sentimento de identidade brasileira. São abundantes as indicações do surgimento dessa nova identidade, mesmo que ainda em esboço. Podem-se mencionar a apresentação de milhares de voluntários no início da guerra, a valorização do hino e da bandeira, as canções e poesias populares. Caso marcante foi o de Jovita Feitosa, mulher que se vestiu de homem para ir à guerra a fim de vingar as mulheres brasileiras injuriadas pelos paraguaios. Foi exaltada como a Joana d'Arc nacional. Lutaram no Paraguai cerca de 135 mil brasileiros, muitos deles negros, inclusive libertos.

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

A arte, a música e a literatura produzidas no Brasil, à época, foram também fortemente influenciadas pelo conflito.



Jovita Feitosa e Anna Nery: o valor da mulher brasileira



Figura 6.12: Jovita Feitosa. Primeiro-Sargento do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Fonte: Revista Nossa História, ano 2, n. 13, pág. 39. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jovita_Feitosa.jpg

Era cearense de nascimento, sendo seu nome de batismo Antonia Alves Feitosa (1848-1867). Alistou-se como se fosse homem (cabelo cortado, chapéu de couro) no interior do Piauí, aos 17 anos. Por sua vontade incomum de servir ao Exército, acabou por ser enviada ao Rio de Janeiro por iniciativa do então governador do Piauí, sendo recebida efusivamente pelo povo das cidades por onde passou até chegar à Corte.

Jovita Feitosa recebeu o posto, inicialmente, de segundo-sargento. Sua biografia relata, contudo, a morte precoce aos 19 anos por suicídio. Ela teria entrado em forte depressão, em razão de duas situações de sua vida: a decepção por não ter sido permitida como combatente, embora fosse autorizada a participação nos quadros femininos de apoio; um caso de amor mal resolvido com um cidadão inglês. Talvez, por isso, seja pouco lembrada pela historiografia oficial.

Mais informações sobre Jovita Feitosa são encontradas no site <http://www.jaicos.com/fp171jovita.html>.

Outra figura feminina de destaque no conflito foi a baiana Anna Justina Ferreira Nery (1814-1883), que foi à Guerra do Paraguai como voluntária na qualidade de enfermeira, acompanhando seus filhos que eram oficiais do Exército. Um deles faleceu em campo de batalha, assim como um sobrinho. Foi conhecida à época como a “mãe dos brasileiros”.

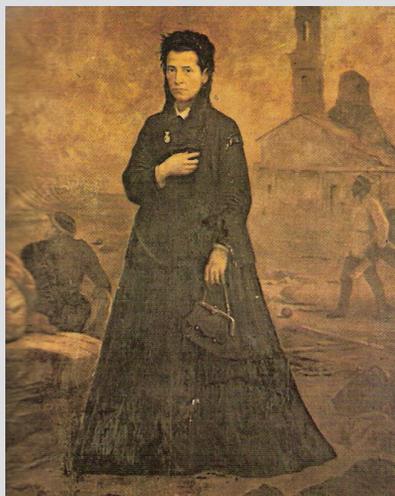


Figura 6.13: Quadro de Anna Nery. Autoria de Victor Meirelles (1890).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ana_Neri1.jpg

Pelos seus serviços à Pátria e à Enfermagem, Anna Nery foi homenageada pelo governo imperial, e no século XX pelo presidente Getúlio Vargas (em 1938). Na década de 1920, a Escola de Enfermagem da Universidade do Brasil, atual UFRJ, recebeu, a propósito, o seu nome. Pela Lei n.º 12.105 de dezembro de 2009, Anna Justina Ferreira Nery tem o seu nome no livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília - DF.

Ainda sobre Ana Neri e sua participação na Guerra do Paraguai, há um filme do seriado Brava Gente, dirigido por Roberto Farias e texto do escritor José Louzeiro. Foi estrelado por Marília Pera e Lima Duarte, entre outros atores. Maiores informações sobre o filme, você pode ter acessando o site <http://canalviva.globo.com/programas/brava-gente/episodios/5794.html>.

Jovita Feitosa e Anna Nery podem ser lembradas não só no contexto da Guerra do Paraguai, como também no contexto de uma luta muito importante para o Brasil do século XXI: o devido reconhecimento ao valor da Mulher, sua luta pelo acesso à cidadania e à igualdade de oportunidades e de renda com a população masculina.

Literatura

Na literatura, a título de ilustração, cita-se o livro *A retirada de Laguna* publicado em 1869, do engenheiro militar Alfredo D'Escragnole Taunay (1843-1899), o Visconde de Taunay.

Sua narrativa é detalhada e traz uma das missões mais difíceis para soldados e oficiais brasileiros durante o conflito. Uma coluna com cerca de 2.000 soldados adentrou o território paraguaio, mas perdeu a capacidade de ser abastecida pela retaguarda do Exército, no Mato Grosso.

Descrevendo a rusticidade das paisagens, o impacto de doenças – sobretudo o cólera – e a ferocidade do inimigo, Taunay relatou como a retirada, em tais condições, minava o moral dos brasileiros. Somente 700 militares conseguiram voltar vivos ao Mato Grosso, muitos dos quais feridos e muito doentes.



Figura 6.14: Cemitério onde foram enterrados os soldados mortos durante a Retirada da Laguna, na Guerra do Paraguai, localizado no município de Jardim, Mato Grosso do Sul.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cemit%C3%A9rio_dos_Her%C3%B3is2.JPG?uselang=pt-br



D. Pedro II e a “monumentalização” do Brasil pela literatura, pela música e pela arte

Havia o interesse pessoal do imperador Pedro II em deslanchar o que historiadores denominam como um projeto de “monumentalização” do Brasil, por meio da difusão de padrões culturais e artísticos importados da Europa.

Tratava-se de um projeto político-cultural que valorizava aspectos da história, do território, da vida e do

povo brasileiro, mas que era marcado por um nacionalismo conservador. Buscava uma reinvenção do Brasil como civilização branca, embora tropical. Tudo de acordo com o romantismo que marcava o cenário artístico europeu à época.

Na literatura, a intenção de “monumentalizar” o Brasil é explícita, entre outros escritores, pela extensa obra de José de Alencar (1829-1877). Alencar foi jornalista e ministro de Estado. Escreveu crônicas, peças de teatro e romances.

Sua maior contribuição à “monumentalização” do Brasil, talvez, tenha sido no chamado romance “Indigenista”. Não foi o único escritor da época que tenha trabalhado com a mistificação do bom índio. Porém, sua trilogia indígena “O Guarani” (1857), “Iracema” (1865) e “Ubirajara” (1874) teve grande público.

Nele, seus heróis são descritos como bons selvagens, belos, saudáveis, solidários, senão subservientes aos brancos colonizadores.

Em sua visão ufanista, o Imperador financiaria ainda bolsas de estudos na Europa para pintores e músicos, entre os quais o Maestro Carlos Gomes (1836-1896). Este último, vivendo na Itália, compôs, entre outras obras, a ópera “O Guarani”, uma versão musical do romance de José de Alencar.

A monumentalização do Brasil, todavia, já era criticada durante o Império, porque:

- o negro parecia ser ignorado na construção da cultura, da economia e da sociedade;
- os índios estavam sendo dizimados pela abertura da fronteira agrícola ao longo do século XIX, especialmente após a edição da Lei de Terras de 1850, conforme desenvolvemos na aula 5.

Pintura

Nas obras dos pintores Victor Meirelles (1832-1903) e Pedro Américo (1843-1903), a vitória brasileira na Guerra do Paraguai seria retratada de modo monumental e triunfal, sendo seus quadros bastante conhecidos entre os alunos do Ensino Médio até o presente, considerando que vêm sendo reproduzidos em muitos dos livros didáticos de História e Geografia.

Victor Meirelles retratou episódios importantes na evolução da Guerra, especialmente as batalhas navais. Abaixo, destacamos a Batalha do Riachuelo (ocorrida em 1865).



Figura 6.15: O Combate Naval do Riachuelo (1882-1883).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Meirelles_-_batalha_naval_do_riachuelo.jpg

Pedro Américo também retrataria versões de batalhas em grandes painéis. As batalhas campais que retratou continham diversas referências a militares importantes, os quais seriam tratados como heróis nacionais pela historiografia oficial. Veja a propósito o painel sobre a Batalha de Campo Grande, ocorrida em 1869.



Atende ao Objetivo 2

Na **Figura 6.17**, a seguir, temos outro grande painel de Pedro Américo. Desta vez, sobre a Batalha do Avaí, ocorrida em 1868. Observe atentamente a maneira como o pintor dispõe as figuras brasileiras e paraguaias e responda:

a) Como são representados os soldados paraguaios? E os soldados brasileiros?

b) Qual o objetivo de representar tantas bandeiras do Rio Grande do Sul (vermelho, amarelo e verde)?



Figura 6.17: A batalha do Avaí (1872-1877). Autoria de Pedro Américo.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Americo-ava%C3%AD.jpg>

Respostas Comentadas

a) Os soldados paraguaios são representados como indígenas seminus, realçando a versão de que seriam “bárbaros”. Os soldados brasileiros estão com menor destaque que os oficiais. Caxias, por exemplo, está no plano mais alto, à direita, montado num cavalo branco.

b) Bandeiras do Rio Grande Sul são vistas na parte direita, o que valorizava a unidade nacional, considerando que os gaúchos haviam empreendido anos antes a longa Farroupilha.

Música

Com relação à influência da guerra na música, tivemos tanto o aparecimento de diversas canções populares quanto um fato curioso: a criação – senão, proliferação – de bandas fardadas nas cidades e vilas do país, como homenagem às bandas dos regimentos e batalhões militares que lutaram no Paraguai.

As bandas militares iam junto às tropas para os campos de batalha e só paravam de tocar quando do final dos combates. Eram usadas para fortalecer o moral dos soldados e ainda como fator de comunicação entre oficiais e a tropa, a partir da combinação de toques e ritmos.



No site <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/batalha-musical>, você pode conhecer mais sobre a importância que a música teve durante o conflito com o Paraguai, assim como no artigo intitulado “Observações acerca da música militar na Guerra do Paraguai”, de autoria do prof. Dr. Vinicius Mariano de Carvalho, acessível pelo site: www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MMGP.pdf

Quanto às muitas canções populares que surgiram à época da Guerra do Paraguai, gostaríamos de destacar duas que são conhecidas até os dias de hoje.

A primeira é provável que você conheça desde os tempos de criança. Refere-se a uma batalha vencida pelo Duque de Caxias, em 1866, às margens do Rio Itororó:

Fui no Itororó
Beber água não achei
Achei bela morena
Que no Itororó deixei.

A segunda traz a saudade de um soldado brasileiro – seguramente de origem humilde, pelo português que é usado. Ela foi gravada por cantores como Nara Leão, Milton Nascimento, Almir Sater e pela dupla sertaneja Pena Branca e Xavantinho.

Eis a letra:

CUITELINHO (Beija-Flor, Colibri)
Cheguei na bera do porto
Onde as onda se espaia
As garça dá meia volta

E senta na bera da praia
E o cuitelinho não gosta
Que o botão de rosa caia ai
Ai quando eu vim de minha terra
Despedi da parentaia
Eu entrei no Mato Grosso
Dei em terras paraguaia
Lá tinha revolução
Enfrentei fortes bataia ai
A tua saudade corta
Como o aço de navaia
O coração fica aflito
Bate uma, a otra faia
E os oio se enche d'água
Que até a vista se atrapaia ai.

O que estava em disputa?

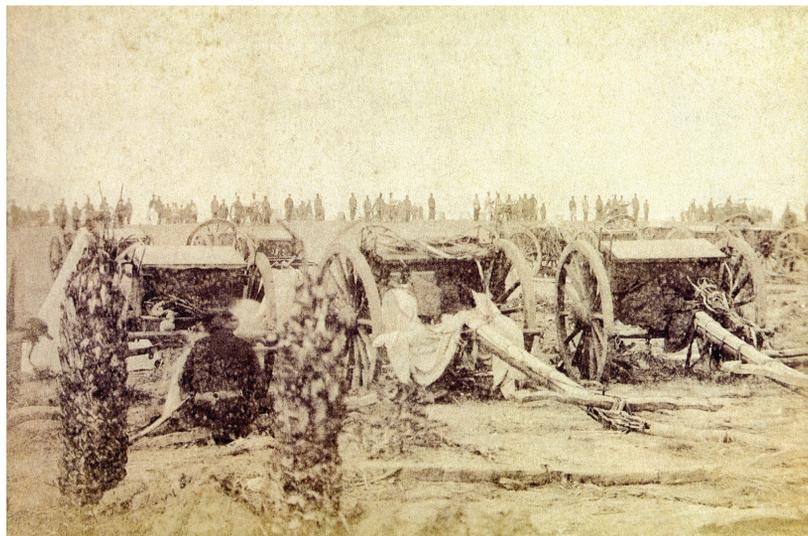


Figura 6.18: Batalhão de artilharia brasileiro durante a Guerra do Paraguai em 1866. Autoria de Bate & Cia. Foto de 'Esteban García' ou 'Javier López'.

Fonte: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazilian_artillery_1866.jpg

Eduardo Bueno, ao analisar a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, traz, à p. 231, uma frase atribuída ao Visconde de Mauá, quando do início do conflito: “a maldita guerra será a ruína do vencedor e a destruição do vencido”.

Mesmo diante desse vaticínio, as nações não evitaram a grande e longa guerra que se abateu sobre o coração da América do Sul. Na verdade, a guerra era uma continuação de tensões políticas que marcaram a definição de fronteiras e de territórios na Bacia do Prata, desde a primeira ocupação do Uruguai por D. João VI, em 1811-1812.

Para o Brasil, a questão sempre envolveu sua preocupação com a manutenção da liberdade de navegação internacional no estuário do Rio da Prata e ao longo da mesma bacia. Sem a livre-navegação, o acesso das regiões ocupadas do litoral brasileiro aos territórios do oeste do país, notadamente da Província do Mato Grosso (hoje, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia), poderia ser controlado por uruguaios, argentinos, paraguaios e bolivianos.

A Província do Mato Grosso era (e é ainda) área de criação de gado bovino de corte, além de produtos do sertão, especialmente da erva-mate, consumidos em outras partes do país. Também produtos paraguaios passavam pelo território mato-grossense com destino a mercados no sul do Brasil. A integração cultural entre as populações dessa fronteira era bastante intensa, considerando a presença de índios das etnias guarani, guaicuru e terena em ambos os territórios.

Também do ponto de vista econômico, a guerra foi um maldito desastre para as economias do Mato-Grosso e do Paraguai.

Por via terrestre, entre o Rio de Janeiro e Cuiabá, eram necessários meses de viagem por grandes sertões e veredas, enfrentando obstáculos naturais, doenças e tribos de índios “ferozes”. Por vias marítima e fluvial, o tempo se reduzia drasticamente, o que levava o governo Imperial a fazer esforços políticos, diplomáticos e militares para a manutenção de sua livre-navegação.

Do ponto de vista da geopolítica do Prata, qualquer conflito com o Paraguai envolveria o Uruguai e a Argentina.

Desde a independência do Uruguai, em 1828, o Brasil buscava manter sua influência sobre o governo de Montevideu. O Uruguai, como Estado-tampão, tinha sua política interna distribuída entre os partidos “blanco” e “colorado”, de enorme rivalidade. Dependendo da situação, esses mesmos partidos oscilavam entre os interesses de argentinos e de brasileiros.

Com relação à Argentina, há de se registrar que o país tinha problemas internos, envolvendo rivalidades entre as províncias mais ao norte e a capital, Buenos Aires. Havia pretensões argentinas em relação a territórios que pertenceram à Espanha e que estavam sob soberania brasileira ou paraguaia. O sonho geopolítico argentino era refazer o território do antigo vice-reinado do Prata, reunindo o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia.

O Paraguai, por sua vez, em 1816, declarara-se independente da Espanha e também livre de qualquer pretensão de soberania por Buenos Aires. A Argentina, todavia, só iria reconhecer formalmente a independência do Estado paraguaio, em 1854, após assinar um tratado e receber territórios do governo de Assunção na região de Misiones, próxima à fronteira com o Brasil.

Durante a primeira metade do século XIX, o Paraguai foi governado por três presidentes vitalícios e de características ditatoriais: José Francia (1776-1840); Carlos López (1790-1862) e Solano López (1827-1870). Desenvolvera uma economia fechada e relativamente militarizada (com a aquisição de treinamento e equipamento prussiano), sendo sua população majoritariamente indígena, da etnia guarani.

Em 1851-1852, em razão de problemas na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai (ocorrências constantes de contrabando, roubo, invasões a fazendas brasileiras), D. Pedro II autorizou o (então) Conde de Caxias a iniciar uma guerra ao governo de Montevideu, presidido por Manuel Oribe. Este tinha o apoio de Juan Manuel Rosas, o presidente argentino de então.

Rapidamente, os 16 mil homens de Caxias dominaram o Uruguai. Logo após, partiram para Buenos Aires, vencendo o exército argentino e depondo Rosas, em favor de um novo presidente simpático ao Brasil, o general Bartolomeu Mitre (1821-1906).

Em 1863, nova crise no Uruguai levaria o Brasil, agora com apoio do presidente argentino Mitre, a interferir naquele país. O presidente do Paraguai, Solano López, avaliou que era a hora de colocar-se no jogo e interferir contra os interesses de brasileiros, de argentinos e de parte dos próprios uruguaios.

López então colocaria suas tropas a caminho de Montevideú, o que demandava a invasão de territórios argentinos e brasileiros (Mato Grosso e Rio Grande do Sul). Se obtivesse sucesso, daria ao Paraguai a possibilidade de conquistar a soberania de parte do interior mato-grossense e do litoral gaúcho.



Figura 6.19: Última foto de Francisco Solano López, Presidente do Paraguai, vivo (1870).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lopez1870-1.jpg>

O Brasil de Pedro II e a Argentina de Bartolomeu Mitre não estavam preparados para o Paraguai como um ator geopolítico militarizado no Prata. López, por sua vez, queria afirmar-se como autônomo de uma vez por todas, em relação a brasileiros e argentinos.

As tropas de López invadiram: em dezembro de 1864, o Mato Grosso; em janeiro de 1865, a Província argentina de Corrientes; em junho de 1865, o Rio Grande do Sul, na cidade de Uruguaiana. A reação viria com a formação da Tríplice Aliança, em maio de 1865.

Em 11 de junho de 1865, o almirante Francisco Manuel Barroso da Silva comandaria a vitória brasileira na Batalha Naval de Riachuelo, destruindo e anulando a Armada Fluvial paraguaia. Isto praticamente adiantava a vitória da Tríplice Aliança, já que manteve a navegação do Rio Paraguai aberta aos navios com suprimentos, munições e soldados até o final do conflito.

Mas a força de López estava em seu exército, formado em sua maioria por índios guaranis e guaicurus que sabiam lutar nos terrenos pantanosos da região do Rio Paraguai. Eram cerca de 64 mil soldados, acrescidos por mais de 28 mil reservistas.

Solano López havia trabalhado entre seu povo a noção de que a derrota na Guerra seria o fim do povo guarani e do próprio país. Talvez, por isso, os paraguaios tenham lutado de maneira extremamente aguerrida, inclusive ao final do conflito, quando não restava mais do que realizar ataques sob a forma de guerrilhas.



Figura 6.20: Oficial de cavalaria brasileiro (à esq.) e soldado paraguaio prisioneiro descalço (à dir.), entre 1865 e 1868.

Fonte: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Biblioteca Nacional. 2003. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tropa_paraguaia_1864.jpg

Do lado brasileiro, segundo Eduardo Bueno, foram cerca de 135 mil homens em ação, com 33 mil baixas. Da Argentina, 25 mil com aproximadamente cinco mil mortos. Do Uruguai, cerca de três mil em ação, sendo um terço morto.

A população civil paraguaia teve cerca de 45 mil mortos e cerca de 95% da população masculina morreram (ou 90.000 combatentes). O próprio Solano López seria morto em combate por tropas brasileiras, em 1870. A derrota levaria a economia paraguaia a uma crise econômica que duraria décadas e a uma situação de relativa dependência à economia brasileira.

A Guerra custou quase 200.000 mortos entre todos os envolvidos.

Para o Brasil, o resultado final significou a manutenção da abertura da navegação do Prata, além da incorporação de um território de 350 km por 150 km ao atual Estado do Mato Grosso do Sul. Do ponto vista geopolítico:

- fortaleceu a posição do Império não só com relação a um destruído Paraguai como também com as nações sul-americanas, especialmente com a Argentina;
- consolidou a integridade territorial que estivera ameaçada durante as regências, a partir da difusão de um sentimento de identidade nacional.

Porém, tudo isso ao custo de elevado endividamento junto a bancos ingleses e do fortalecimento dos militares do Exército. A Monarquia brasileira teria, justamente no fortalecimento político do Exército, um dos fatores de sua posterior queda.



Figura 6.21: José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) aos 15 anos (fundador do primeiro partido republicano gaúcho, senador e um dos homens mais poderosos da República Velha) com o uniforme do Corpo de Voluntários da Pátria em 1865. Foi à guerra contra a vontade de seu próprio pai. Ou seja, assim como no Exército paraguaio, havia a presença de adolescentes nas tropas brasileiras. Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Senador_Pinheiro_Machado_004.jpg.



Não deixe de assistir, no site <http://www.youtube.com/watch?v=nKIFUJY86lc>, ao documentário *Vida e morte no Paraguai, a Batalha do Tuiti, 1866*, produzido pela TV Brasil, com patrocínio do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Com recursos visuais, o documentário traz os elementos que estamos trabalhando nesta aula.

A abolição da escravatura e o fim do Império brasileiro

A Guerra do Paraguai e a escravidão

Existia uma relação muito estreita entre a continuidade da Monarquia e a manutenção do regime servil desde 1822. Como sucessor do Estado colonial português, o Império fundado por D. Pedro I mantivera o escravo como propriedade, como um bom negócio, como mão de obra na agricultura e na mineração, como soldado para as missões mais difíceis e mortíferas, como alguém a ser usado em tarefas mezinhas do dia a dia, como objeto de toda uma série de relacionamentos, desejos pessoais, sentimentos... e mesmo perversões.



Perversões e escravidão: *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1825-1884).

É sempre bom lembrar que a Geografia no Ensino Básico pode ser trabalhada em conjunto com outras disciplinas curriculares, especialmente Português e Literatura. Vai então uma dica: *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. A história transcorre na região açucareira da Baixada Campista, norte do Rio de Janeiro.

Publicado em 1875, *A Escrava Isaura* é um dos romances mais conhecidos da literatura brasileira da segunda metade do século XIX, com uma mensagem abolicionista. Sua protagonista, Isaura, era uma muçama, ou seja, uma escrava doméstica que nascera com a pele muito clara e fora criada e educada com todos os mimos e carinhos por sua senhora.

Não ser negra ou ser quase branca foi um elemento usado pelo autor para fazer o leitor se “colocar na pele” de uma pessoa escravizada. Isaura seria perseguida por Leôncio, o herdeiro do engenho de açúcar, que nutria amor doentio por ela. Negava-se a lhe dar alforria, como prometera anteriormente a sua mãe. Com um certo cuidado para não atrair uma reação agressiva dos conservadores de seu tempo, Bernardo Guimarães descreveu ambientes, comportamentos e perversões de um Brasil escravista.

O livro foi publicado em outros idiomas e, no século XX, com sua adaptação à telenovela (TV Globo em 1976 e TV Record em 2004), a história de Isaura, “branca como marfim”, seria um sucesso de público no Brasil e no exterior (Cuba e China socialistas, inclusive).

Mais detalhes sobre a obra em questão você pode obter nos sites: <http://www.brasilecola.com/literatura/a-escrava-isaura.htm> e http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Escrava_Isaura.

A escravidão no Brasil independente era mais do que uma questão econômica, um grande negócio. Era algo que foi estável, mas que tinha inúmeras contradições. Estava, desde os tempos coloniais, no interior de sua formação cultural e social.

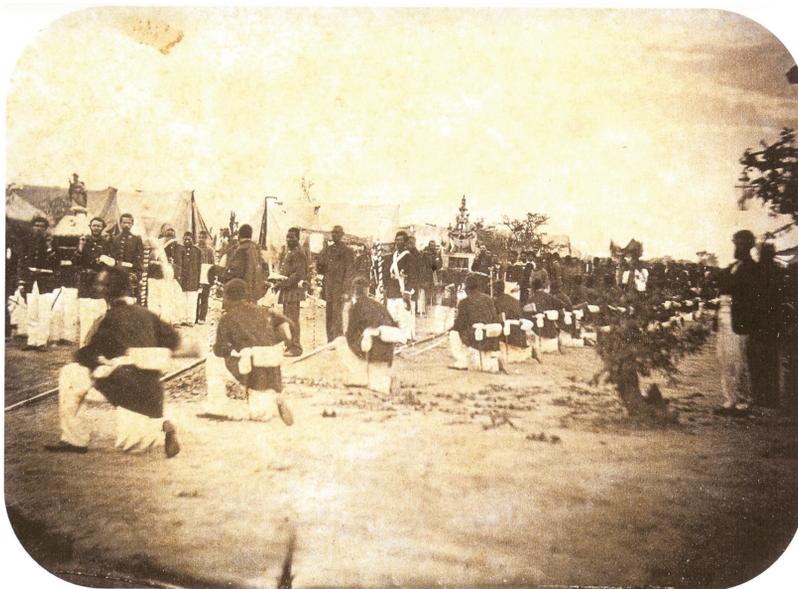


Figura 6.22: Guerra do Paraguai. Soldados brasileiros negros em procissão à Nossa Senhora da Conceição (1868).

Fonte: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias&imagens*. Biblioteca Nacional. 2003. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:GuerradoParaguai_prociss%C3%A3o_1868.jpg?uselang=pt-br

A participação de negros e libertos na vitória na Guerra do Paraguai pôs em xeque-mate o escravismo, fazendo crescer entre a opinião pública brasileira o movimento abolicionista. O abolicionismo cresceu ao longo da década de 1870 entre pessoas de todos os segmentos sociais, principalmente entre os jovens.

A título de informação, lembramos alguns dos mais destacados líderes abolicionistas: Joaquim Nabuco (1849-1910); José Patrocínio (1853-1905); André Rebouças (1838-1898); Luís Gama (1830-1882); Antônio Bento de Sousa e Castro (1843-1898).



O “Dragão do Mar” e a adesão popular à abolição: o fim da escravatura no Ceará, em 1884.

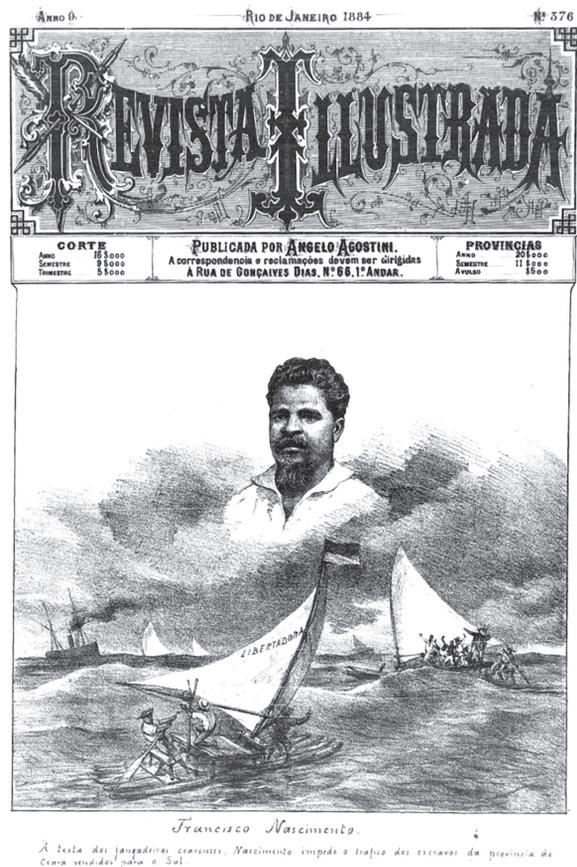


Figura 6.23: Francisco Nascimento, *O Dragão do Mar*. De Ângelo Agostini. Capa da Revista Ilustrada, n. 376, 1884. Legenda: “À testa dos jangadeiros cearenses. Nascimento impede o tráfico dos escravos da Província do Ceará vendidos para o Sul”.

Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1884_00376.pdf

O abolicionismo no Brasil teve forte repercussão não só entre parcelas letradas da população do Império.

Entre as camadas populares, a abolição teve também os seus ícones, a exemplo do jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”. Combatendo o comércio de escravos cearenses para o sul do país, o “Dragão do Mar” liderou um movimento de jangadeiros que fecharia o porto de Fortaleza, em 1881. Em 1884, o Ceará, por lei provincial, tornava extinta a escravidão em seu território. Pelo site <http://www.youtube.com/watch?v=YC1AkRmDLIQ>, você tem acesso a um documentário, patrocinado pela Petrobrás, intitulado *Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar: heróis de todo mundo*, com o ator Milton Gonçalves.

A questão da terra e da mão de obra

José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência” (sobre o qual já fizemos referência em aula anterior), durante a Constituinte de 1823, defendeu o ponto de vista de que o futuro do Brasil dependia não só do fim da escravidão, como também da integração de negros e índios como cidadãos, da *“amalgamação... de tanto metal heterogêneo, como os brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., etc., em um corpo sólido e político.”*

José Bonifácio acreditava que a libertação dos escravos implicava a incorporação deles como cidadãos, o que demandava do Estado a capacidade de lhes garantir direitos fundamentais como plena liberdade, igualdade e acesso à propriedade e aos meios necessários à produção e ao sustento de suas famílias. O acesso à terra tinha de ser garantido pelo Estado aos escravos, quando fossem libertados. Afinal, em sua visão liberal, cidadania e propriedade privada caminhavam lado a lado.

Conforme trabalhamos na aula 5, a Lei de Terras de 1850, lamentavelmente, não viria a ser feita com esse objetivo. O Brasil, com a expansão de sua fronteira agrícola e pastoril, era carente de mão de obra. Com a libertação dos escravos e a entrada de imigrantes europeus, o acesso à propriedade da terra tornou-se ainda mais controlado pelas elites agrárias. O acesso à terra seria mediante compra, pagamento de impostos e de registros em cartórios.

Com que dinheiro o liberto ou o imigrante pobre – sem contar os caboclos, sertanejos, quilombolas e indígenas aculturados – comprariam terras? Caso houvesse no Brasil um acesso mais franco à terra, conforme ocorreu em regiões centrais do território dos EUA no mesmo século XIX, o trabalhador livre tenderia a trabalhar em sua propriedade, em seu próprio interesse, deixando a grande propriedade com o risco de escassez de trabalhadores ou com o ônus de pagar salários mais altos.

Sem o acesso à propriedade da terra, os libertos e os brancos livres, que não migraram para cidades como o Rio de Janeiro, acabaram por permanecer nas terras dos grandes fazendeiros como colonos, meeiros, parceiros, “protegidos”, em relações de submissão, de maus-tratos e de sujeição autoritárias típicas do “Coronelismo” e do “Caudilhismo”, conforme já expusemos em aulas anteriores.

Houve ainda trabalhadores livres que, mesmo obtendo pequenas propriedades a partir de projetos de colonização ou em decorrência de heranças, permaneceram ligados aos interesses do latifúndio, em razão da falta de apoio técnico e financeiro governamental.

No trecho abaixo, trazemos o depoimento do senador do Império Joaquim Floriano de Godói sobre a necessidade de atrelar o imigrante à grande lavoura do café. O interessante é que ele mencionava a introdução do cultivo da uva que era culturalmente associada ao mundo do imigrante alemão ou italiano:

O cafeeiro não tem literatura, não tem tradições históricas, partindo do berço da civilização, não fala ao coração, não apaga saudades, não atrai, portanto, o imigrante. O colono não o aceita, senão sob a pressão da penúria e provisoriamente, com bem o sentem atualmente os nossos estoicos fazendeiros. Entretanto, a lavoura do café é plenamente aceitável para o imigrante, do momento em que se apresente abrandada, mitigada, largamente diluída pela vizinhança imediata da vinha. A lavoura do café não poderá ser normal, os nossos fazendeiros não terão pleno sossego de espírito, enquanto não puderem contar com uma grande reserva certa de braços disponíveis para as colheitas. Fazendas há, que ficam sem serviço em certos quadros do ano. Entretanto, a grande maioria dos fazendeiros se vê obrigada a entreter, durante o ano inteiro um pessoal de serviço muito superior às necessidades, só para não terem falta de braços na colheita. Ora, a lavoura da vinha em grande escala vem dar ao problema a mais eficaz e radical solução, colocando a todos em estado plenamente normal. A cultura da vinha fará surgir espontaneamente a pequena lavoura. A pequena lavoura é uma condição de ordem e uma garantia da grande lavoura.

Fonte: GODÓI, Joaquim Floriano de. *Projeto de lei de criação da Província do Sapucaí (1889)*. Acervo do IHGB. Rio de Janeiro, p. 203-206.

Ou seja, já no final do século XIX, surgiriam as bases para a estruturação do binômio latifúndio-minifúndio tão bem descrita e analisada por Celso Furtado no livro *A economia latino-americana*.

A escravidão como empecilho à superação de comportamentos adquiridos desde a Colônia

Voltando à José Bonifácio, o fato é que foi uma das primeiras figuras de expressão da política brasileira a defender a concepção de que a mistura e a mestiçagem das gentes que vieram para o Brasil deveriam ser valorizadas pelo Estado brasileiro, ao invés da busca da eugenia, da “branquização” ou “branqueamento” por meio do estímulo à imigração europeia não portuguesa.

De uma certa forma, Andrada lançou, no início do Império, uma perspectiva que seria retomada pelo Estado Novo, na República: a promessa da democracia racial com universalização do acesso aos serviços públicos a todos cidadãos, integrando à cidadania civil, enfim, as populações de origens africanas e ameríndias.

Essa perspectiva atualmente parece coexistir com uma outra concepção, com base nas chamadas políticas afirmativas: uma não significa necessariamente a negação da outra. Isso não deixa de ser uma consequência da incapacidade do Estado brasileiro em cumprir a prometida universalização.

Em seus escritos, José Bonifácio condenara moralmente a escravidão, não porque fossem africanos os escravos. A escravidão era ruim em seus aspectos civilizatórios. Levava a comportamentos moralmente reprováveis que impediam a modernização política, social e econômica. Seria um cancro (ou câncer) social:

Que educação poder ter as famílias que se servem destes entes infelizes, sem honra nem religião? [...] O luxo e a corrupção nasceram entre nós da civilização e da indústria; e qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, a escravidão, por que o homem que conta com os jornais de seus escravos vive na indolência, na indolência traz todos os vícios após si.

Fonte: PRADO, Maria E. A cidadania no pensamento político brasileiro (1823/1935). *Revista internacional de estudos políticos*, ano 1. n. 2. Rio de Janeiro: UERJ/NUSEG, ago.1999, p. 345-360.

A corrupção moral relacionada à escravidão estava em questões do dia a dia, inclusive em questões sexuais. A mentalidade escravista desvalorizava o trabalho, não dignificando o trabalhador. Isso era tão arraigado que mesmo libertos ou alforriados, juntando algum recurso, arranjavam logo um jeito de terem escravos, conforme relata o professor José Murilo de Carvalho, às páginas 47 e 48:

[...] a posse de escravos era muito difundida. Havia propriedades com grandes plantéis, mas havia também muitos proprietários de poucos escravos. Mesmo em áreas de maior concentração de escravos, como Minas Gerais, a média de escravos por proprietário era de três ou quatro. Nas cidades, muitas pessoas possuíam apenas um escravo, que alugavam como fonte de renda. Em geral, eram pessoas pobres, viúvas, que tinham no escravo alugado seu único sustento. O aspecto mais contundente da difusão da propriedade escrava revela-se no fato de que muitos libertos possuíam escravos. Testamentos examinados por Kátia Mattoso mostram que 78% dos libertos da Bahia possuíam escravos. Na Bahia, em Minas Gerais e em outras províncias, dava-se até mesmo o fenômeno extraordinário de escravos possuírem escravos. De acordo com o depoimento de um escravo brasileiro que fugiu para os Estados Unidos, no Brasil ‘as pessoas de cor, tão logo tivessem algum poder, escravizariam seus companheiros, da mesma forma que o homem branco.’ Esses dados são perturbadores. Significam que os valores da escravidão eram aceitos por quase toda a sociedade. Mesmo os escravos, embora lutassem pela própria liberdade, embora repudiassem sua escravidão, uma vez libertos admitiam escravizar os outros. Que os senhores achassem normal ou necessária a escravidão, pode entender-se. Que libertos o fizessem, é matéria para reflexão. Tudo indica que os valores da liberdade individual, base dos direitos civis, tão caros à modernidade europeia

e aos fundadores da América do Norte, não tinham grande peso no Brasil.

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

A foto de época que se segue poderia ilustrar a indolência, um dos “vícios” presentes no cotidiano daquele Brasil, que alongava ao máximo e adiava, por meio das leis emancipacionistas, a abolição da escravidão.

Transitar caprichosa e preguiçosamente em liteiras nas ruas... Você vê algo metafórico nisso? É, sem o ombro do escravo nos campos e nas cidades, o Império não estaria parado, como a “sinhazinha” da foto?



Figura 6.24: Senhora de escravos em sua liteira (1860). Autor desconhecido. Observe que os homens estão descalços, embora estejam relativamente bem vestidos (com cartolas, inclusive). Os pés descalços eram um marca de sua condição social. Fonte: VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na fotografia oitocentista*. São Paulo: Metalivros, 2003. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Senhora_escravos_1860.jpg?uselang=pt-br

Moral e escravismo em *Casa-grande & senzala*

O antropólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1997) publicou *Casa-grande & senzala*, em 1933. É um livro importante para quem quer conhecer a evolução do pensamento sobre o Brasil, seu povo, sua economia, sua cultura, política. Entre outros aspectos, a obra analisa, com base na sociedade agrária e patriarcal do açúcar nordestino, a complexidade e as contradições existentes nos relacionamentos pessoais que se deram no Brasil entre senhores de terras, escravos, libertos, brancos pobres agregados, etc.

Freyre trabalhou comportamentos sexuais e morais do brasileiro, cujos vícios seriam atribuídos, numa visão racista, supostamente ao contato do branco com o negro africano. Ele refutava essa relação e defendia que tais comportamentos não poderiam ser atribuídos a determinismos de raça nem ao clima tropical, e sim ao sistema econômico escravista.

Transcrevemos abaixo, trechos de seu livro em que ele expõe esse assunto:

[...] aceita, de modo geral, como deletéria a influência da escravidão doméstica sobre a moral e o caráter do brasileiro da casa-grande, devemos atender às circunstâncias especialíssimas que entre nós modificaram ou atenuaram os males do sistema [...]

Mas, o ponto que pretendemos destacar não é o dessas fundas afeições, quase de mãe e filho, que no tempo da escravidão se formaram entre escravas amas-de-leite e nhonhês brancos: mas retificar a ideia de que através da ama de leite o menino da casa-grande só fizesse receber da senzala influências ruins; absorvendo com o primeiro alimento os germes de todas as doenças e superstições africanas. Os germes de doenças, recebeu-os muitas vezes; e outras os transmitiu; mas recebeu também nos afagos da mucama a revelação de uma

bondade porventura maior que a dos brancos; de uma ternura como não a conhecem igual os europeus; o contágio de um misticismo quente, voluptuoso, de quem se tem enriquecido a sensibilidade, a imaginação, a religiosidade dos brasileiros.

No sul dos Estados Unidos, criou-se e desenvolveu-se, do século XVII ao XVIII, um tipo aristocrático de família rural muito mais parecido ao do norte do Brasil de antes da abolição, que é a burguesia puritana da outra metade da América, de origem também anglo-saxônica, porém influenciada por um regime econômico diverso. Quase os mesmos fidalgos rústicos – cavalheiros a seu jeito; orgulhosos do número de escravos e da extensão das terras; multiplicando-se em filhos, crias e moleques; regalando-se com amores de mulatas; jogando cartas, divertindo-se em brigas de galo; casando-se com meninas de quinze, dezesseis anos; empenhando-se em lutas por questões de terra; morrendo em duelos por causa de mulher; embriagando-se com rum em grandes jantares de família [...]

A verdade, porém, é que nós é que fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques e mulatas o elemento passivo. Na realidade, nem o branco nem o negro agiram por si, muito menos como raça, ou sob ação preponderante do clima, nas relações do sexo e de classe que se desenvolveram entre senhores e escravos no Brasil. Expressiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos.

Fonte: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006.



Figura 6.25: Foto do menino João Ferreira Villela Artur Gomes Leal com a ama de leite Mônica (1860).
Fonte: Foto do acervo do Museu Afro-Brasil (SP). Disponível em:
http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jo%C3%A3o_Ferreira_Villela_com_a_Ama-de-Leite_M%C3%B4nica,_1860.jpg

A Lei Áurea e a questão da indenização aos proprietários de escravos

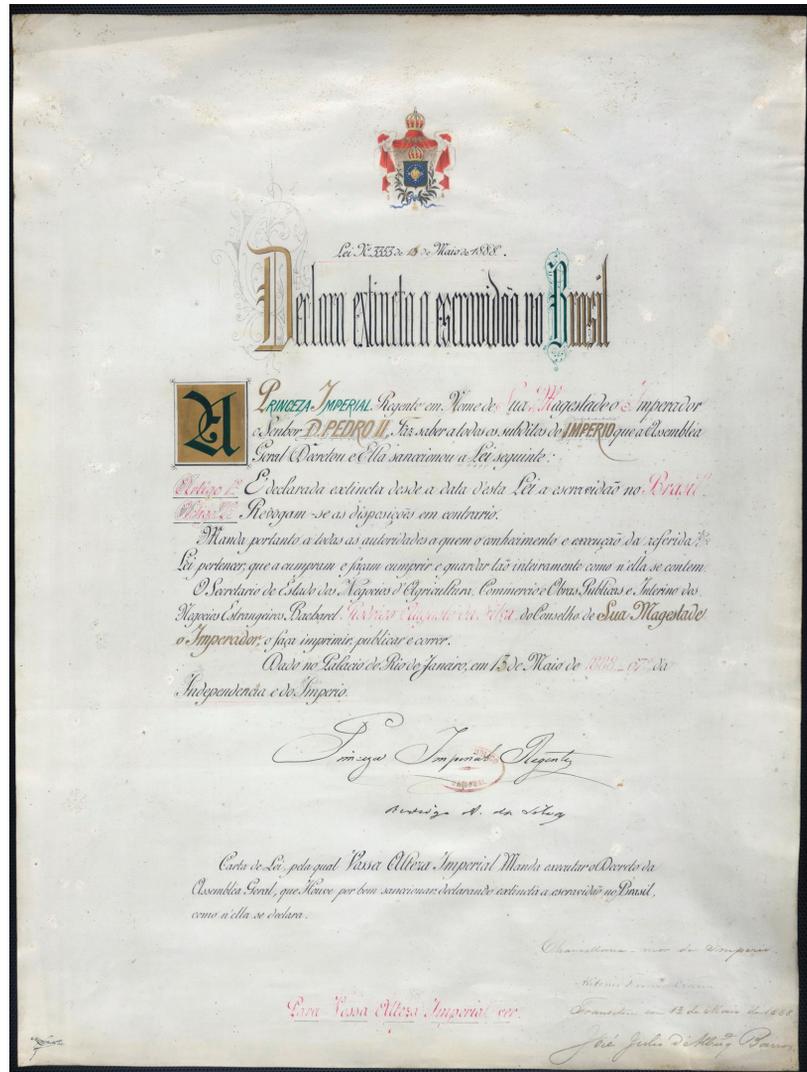


Figura 6.26: Lei Áurea.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lei_%C3%81urea.jpg?uselang=pt-br

O processo político ligado ao fim do regime servil era complexo e contraditório. Apesar do apoio popular, o peso político de encerrar três séculos de escravidão seria alto para quem o fizesse de uma vez por todas, mesmo já ao final do século XIX, quando:

- entravam cada vez mais imigrantes italianos e alemães;
- e o contingente de escravos já se reduzira em termos absolutos e relativos pelos efeitos da eficiente repressão ao tráfico pela Grã-Bretanha (a partir de 1850) e pelas próprias leis emancipacionistas (Lei do Ventre Livre e do Sexagenário).

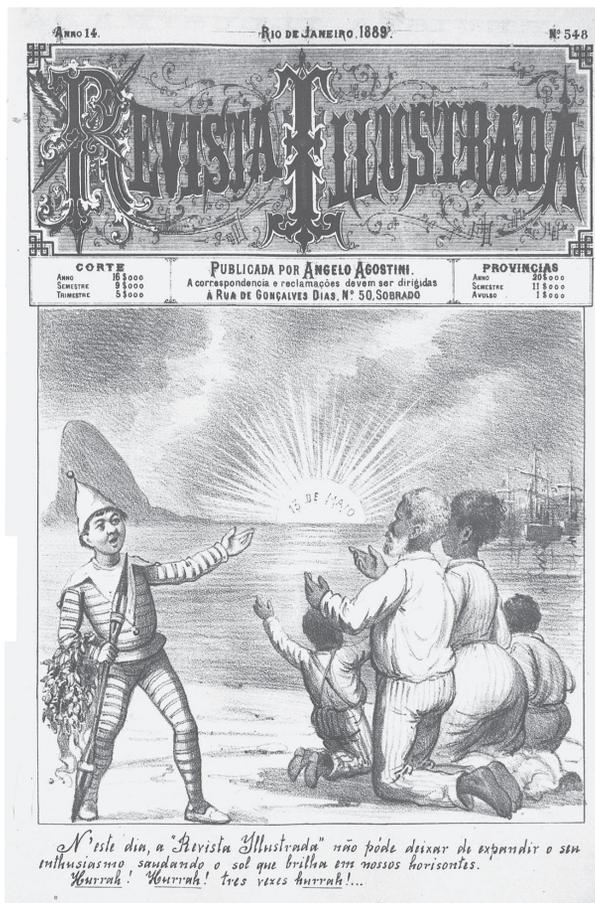


Figura 6.27: Ângelo Agostini comemora a abolição. Legenda da imagem: N'este dia, a 'Revista Ilustrada' não pode deixar de expandir o seu entusiasmo saudando o sol que brilha em nossos horizontes. Hurrah! Hurrah! Três vezes Hurrah!...

Fonte: Homeroteca Digital Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&past=ano%20188&pesq=Lei%20%C3%81urea>

O Brasil foi o último país da tradição cristã ocidental a encerrar legalmente a escravidão, após norte-americanos (com a Guerra Civil, 1860-1865) e cubanos (1887).

De acordo com o professor José Murilo de Carvalho, em 1822, seria de um milhão o número aproximado de escravos para uma população total estimada em cinco milhões de habitantes (dos quais oitocentos mil eram índios). Quando da edição da Lei Áurea, seriam cerca de setecentos e vinte mil escravos para uma população de aproximadamente quatorze milhões de habitantes (censo demográfico de 1890), ou seja, apenas 5% da população brasileira.

Se compararmos a quantidade e a porcentagem da população servil brasileira com o caso norte-americano, podemos compreender o porquê de não ter ocorrido aqui conflito semelhante à Guerra Civil Americana. Lá, os escravos chegavam a cerca de 4 milhões de indivíduos e estavam concentrados nos estados sulistas de economia agrário-exportadora.

Entre as motivações para que o Norte e o Sul dos EUA entrassem em guerra, estava a proibição da escravidão nos novos territórios do meio-oeste americano. Se escravos do Sul conseguissem fugir em massa para os novos estados, estariam livres. A economia agrário-exportadora sulista não teria como se reorganizar. Isso levou à tentativa de secessão do Sul Confederado e à longa guerra que ceifou mais de 700.000 vidas. Lá, o presidente Abraham Lincoln seria o grande herói nacional, mas ao custo de sua própria vida.

Aqui, a princesa-regente Isabel, ao se engajar pessoalmente na questão abolicionista, também arcaria com o peso político de extinguir, em termos formais e legais, o trabalho escravo no Brasil, mesmo com a redução da importância relativa da população de escravos. Isso fica mais do que explícito no momento em que a Princesa recebia, em 13 de maio de 1888, no Senado do Império, os cumprimentos ao final da cerimônia em que firmara a lei, de número 3.353, com uma pena de ouro cravejada de brilhantes.

João Maurício Wanderley (1815-1889), o Barão de Cotegipe, com quem Isabel havia se desgastado politicamente, teria lhe dito, ao cumprimentá-la logo após a assinatura da Lei Áurea: “Vossa Majestade redimiu uma raça, mas acaba de perder o trono”.

Fonte: BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história: cinco séculos de construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012. p. 243.



Figura 6.28: A Princesa Isabel e o povo em 13 de Maio. Foto de Antonio Luiz Ferreira.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Povo_pa%C3%A7o_1888.png

O custo político estava associado, entre outros aspectos, à defesa pelos senhores de escravos do argumento de que o Estado teria que os indenizar do mesmo modo que se faz quando se desapropria um terreno, casa ou terra. Se o escravo era uma propriedade, então o ato legal de sua libertação equivalia a uma desapropriação, o que gerava o direito ao recebimento de compensação monetária pelo senhor.

O Império não reconheceu o direito às indenizações, seguindo a argumentação dos abolicionistas, qual seja: uma vez que, desde a década de 1830, o tráfico negreiro havia sido reprimido (Lei Feijó, de 1831) ou proibido legalmente e que houve as Leis do Sexagenário e do Ventre Livre, era de se supor que a maior parte dos cativos já não era de fato escrava.

Portanto, desapropriar o quê? Eles já estavam livres. Bastava uma lei simples, ratificando essa condição. Não havia nem que mudar a Constituição, que, aliás, nem citava a existência do escravo, embora fizesse alusão ao liberto. A Lei Áurea foi uma lei com apenas dois artigos.

Para aumentar a má vontade que a nobreza escravista passara a ter com o Império, falava-se à época que o Tesouro Imperial poderia destinar recursos para um eventual projeto de assentamento dos recém-libertos em terras do Estado, nos moldes do que defendera José Bonifácio.

Com efeito, os interessados em obter as indenizações, inclusive parcelas do baronato do Vale do Paraíba do Sul, retirariam seu apoio à Monarquia e vislumbrariam, no advento da República, o caminho para os recursos a que consideravam ter direito, conforme escreveu Joaquim Nabuco em carta para André Rebouças:

Com que gente andamos metidos! Hoje, estou convencido de que não havia uma parcela de amor ao escravo, de desinteresse e de abnegação em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação a mais! A prova é que fizeram essa república e depois dela só advogam a causa dos bolsistas (investidores da bolsa de valores), dos ladrões da finança, piorando infinitamente a condição dos pobres. [...] Estávamos metidos com financistas, e não com puritanos, com fâmulos de banqueiros falidos, mercenários e agiotas...

Fonte: BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012. p. 240.

A República seria, então, proclamada em 1889, mas o seu primeiro ministro da Fazenda, Rui Barbosa, em dezembro de 1890, determinaria que se recolhessem todos os livros fiscais e os queimasse nas caldeiras da alfândega do Rio de Janeiro. Com isso, não haveria mais os documentos com base nos quais se poderia reclamar qualquer tipo de indenização.

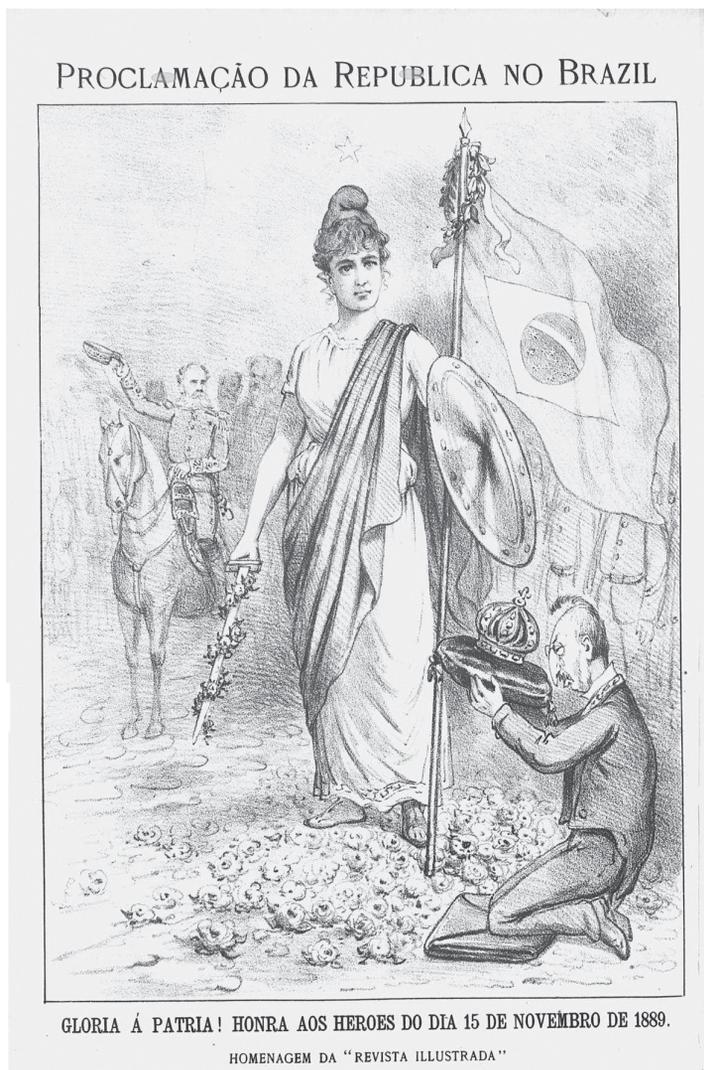


Figura 6.29: Homenagem da Revista Ilustrada à Proclamação da República.

Fonte: Revista Ilustrada, n. 569. novembro de 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pasta=ano%20188&pesq=Proclama%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%Ablica>

Apesar do otimismo de republicanos, como o jornalista Ângelo Agostini, a República repetiria o Império, ou seja, manteria a incapacidade de estender e garantir a todos os brasileiros, especialmente aos mais pobres, aos afrodescendentes, aos caboclos, aos indígenas, direitos fundamentais da cidadania, entre os quais, a igualdade perante à lei e às oportunidades.



Atende ao Objetivo 3

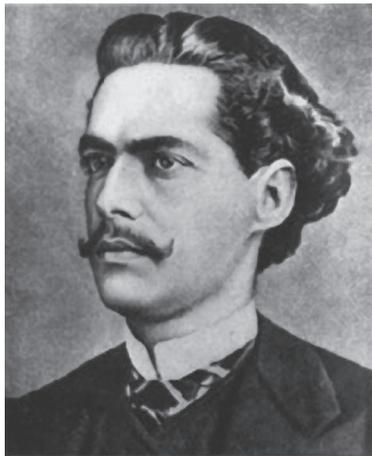


Figura 6.30: Castro Alves.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CastroAlves.jpg>

O poeta baiano Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871) publicou, em 1869, "O navio negreiro", poema escrito em seis partes.

Pedimos que você faça a leitura do trecho dessa importante poesia abolicionista, a seguir:

[...] Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...
Ó mar, por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão! [...]
Existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?
Silêncio.
Musa... chora, e chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto! [...]
Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...
Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo
O trilho que Colombo abriu nas vagas,

Como um íris no pélago profundo!
Mas é infâmia demais!...
Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!
Andrada! arranca esse pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta dos teus mares!

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>

Agora:

a) Descreva argumentos presentes em “O navio negreiro” que reforçam a contradição entre a participação de escravos na Guerra do Paraguai e a continuidade da escravidão no Brasil Imperial.

b) Explique, com base no texto desta aula, o porquê de Castro Alves citar Andrada, o Patriarca da Independência.

Respostas Comentadas

a) No trecho selecionado, Castro Alves fala da bandeira brasileira como um símbolo de esperança para o escravo que lutou na guerra. Se a escravidão se mantivesse, seria melhor que a mesma bandeira lhe servisse como mortalha... Ou seja, trabalha com um dos símbolos nacionais mais importantes, mas também como algo que pode esconder a covardia da escravidão.

b) José Bonifácio de Andrada e Silva defendeu, durante os primeiros momentos do Império brasileiro, a necessidade de encerrar o tráfico negreiro e a própria escravidão, considerando os vícios que a sociedade como um todo desenvolvera desde os tempos da Colônia. O escravismo

era algo a ser condenado moralmente, pois estimulava a indolência, o não trabalho, o ócio. Além disso, o futuro do Brasil dependeria da “amalgamação” do branco, do índio e do negro, numa perspectiva que no século XX seria retomada principalmente por Getúlio Vargas.

CONCLUSÃO

O Império brasileiro, após a Guerra do Paraguai, parece ter cumprido duas funções históricas fundamentais, para que o Brasil se apresentasse à II Revolução Industrial como viável aos interesses do capitalismo imperialista e como sócio de uma visão civilizatória e racial que colocava o Ocidente no centro do mundo.

As duas funções históricas em questão envolveram a demonstração da capacidade do Estado brasileiro de manutenção de sua integridade territorial tanto internamente quanto externamente; e de difusão entre todos os setores sociais e entre as populações de todas as províncias de um sentimento de pertencimento a uma mesma identidade nacional.

Além disso, durante o Império, cabe lembrar que a população brasileira passaria de cerca de cinco milhões de habitantes para algo próximo de quatorze milhões.

Mas a Monarquia, embora tivesse adeptos entre segmentos populares, se desgastaria bastante com os custos políticos e financeiros da Guerra do Paraguai e da abolição da escravidão.

No caso da Guerra do Paraguai, os maiores vencedores foram os militares do Exército. O mesmo Exército, que havia ficado em um plano inferior ao poder civil, desde a criação da Guarda Nacional pelo regente Feijó, com a vitória nos campos encharcados do Rio Paraguai veria seus oficiais, especialmente os mais novos que eram

adeptos de uma modernização do país pelo Positivismo, conspirarem contra o Império, a favor da República.

No caso da abolição, a tradicional oligarquia escravista, ao não ser indenizada pelo Tesouro Imperial, se associaria a novos segmentos políticos republicanos que surgiram com o crescimento da economia, principalmente, com a expansão da cafeicultura realizada pelo braço do imigrante europeu não português no oeste de São Paulo. Esses segmentos republicanos, de algum modo, antecipavam uma maior abertura da economia brasileira a interesses norte-americanos, em relação aos tradicionais avalistas da Monarquia brasileira: os britânicos.

Somados todos os aspectos políticos, econômicos e culturais daquela fase histórica, o Império seria substituído pela República. Esta manteria no século XX a incapacidade do Estado em garantir o cumprimento de direitos fundamentais do cidadão, sobretudo, dos mais necessitados, dos afrodescendentes, dos ameríndios, de toda uma gente brasileira bastante onerada por um sistema econômico e social bastante injusto.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Caro (a) aluno (a),

seguem abaixo dez afirmativas sobre o que desenvolvemos nesta aula. Após a sua leitura, indique as afirmativas incorretas e justifique seus erros.

I. A Monarquia era incompatível com a evolução demográfica e cultural brasileira, daí o apoio da população ao movimento republicano.

II. A crise sucessória foi um dos elementos de desgaste da imagem da Família Real junto à opinião pública brasileira de então.

III. O Manifesto Republicano de Bocaiuva e Marinho defendia a alteração do status das províncias que passariam a estados, permitindo, contudo, que o Estado central sequestrasse receitas provinciais para a manutenção do Município Neutro, isto é, o Rio de Janeiro.

IV. Em termos geopolíticos, a vitória na Guerra do Paraguai permitiu a manutenção da ligação naval e fluvial do Mato Grosso com as áreas de maior densidade de povoamento do litoral brasileiro.

V. A participação de tropas de todas as regiões do país demonstrava a capacidade de liderança da Guarda Nacional frente às tropas regulares do Exército.

VI. A “monumentalização” do Brasil e de sua população rompia com a perspectiva do eurocentrismo, isto é, da visão que coloca a Europa como padrão cultural a ser seguido pelos povos e governos das demais regiões do mundo.

VII. A historiografia oficial brasileira não traz a figura de heróis negros ou de mulheres do povo, apenas os militares de alta patente como Caxias ou Barroso.

VIII. José Bonifácio de Andrada e Silva é visto como o primeiro grande político do Brasil já independente que trabalha a visão da mestiçagem como fator de desenvolvimento social e econômico.

IX. Para Gilberto Freyre, comparando com o Brasil, o sistema escravista em outros países das Américas, a exemplo dos EUA em sua região sul, teve menor influência sobre o surgimento de comportamentos e vícios reprováveis moralmente do que a influência de clima e de raça.

X. As indenizações aos senhores de escravos não poderiam ser feitas, segundo argumentos abolicionistas, em razão de que, observadas a proibição do tráfico, desde 1831 e a edição das Leis do Ventre Livre e do Sexagenário, não haveria mais escravos no país.

Respostas comentadas

- A afirmativa I está incorreta. A presença dos Reis do Congo, entre outras manifestações religiosas e culturais, demonstrava a aceitação popular da ideia de um soberano.
 - A afirmativa III está incorreta. O Manifesto questionava que as províncias mantivessem os custos, as despesas, as melhorias do Rio de Janeiro.
 - A afirmativa V está incorreta. A Guarda Nacional, embora tenha enviado milhares de soldados e muitos de seus oficiais, estava num nível hierárquico inferior, em relação às operações de guerra. Em termos políticos, somente após o fim da Guerra, o Exército ganharia mais força que ela.
-

- A afirmativa VI está incorreta. A “monumentalização” buscava reinventar o Brasil e seu povo, inserindo-os em padrões europeus.
- A afirmativa VII está incorreta. A historiografia oficial traz as figuras de Anna Nery e de Marcílio Dias, embora tenha aparentemente esquecido o caso de Jovita Feitosa. Mas, vêm sendo de maior difusão, inclusive pelos livros didáticos, as referências a Caxias, Tamandaré ou Barroso.
- A afirmativa IX está incorreta. Para Gilberto Freyre, o escravismo no Brasil e em outras partes das Américas, a exemplo dos EUA agrário-exportador, foi o fator de geração de comportamentos e vícios morais. O sistema econômico era mais forte do que o suposto determinismo de clima ou de raça.

RESUMO

Nesta aula, trabalhamos:

a) *Elementos históricos, políticos, econômicos e demográficos relacionados ao enfraquecimento da Monarquia brasileira.* O avanço de ideias republicanas demonstraria de algum modo que o funcionamento do Estado brasileiro estava bastante centralizado na figura e no poder do Imperador e que isso trazia restrições aos interesses de novas frações das elites, as quais surgiram pela própria inserção do Brasil no “meio técnico”.

Se o Império permitiu a inserção do país na II Revolução Industrial, passava a limitar sua expansão. As novas elites, ligadas à economia do café, aos imigrantes e aos interesses de São Paulo, queriam maior autonomia das províncias, o que só poderia ser obtido com perda de poder do Imperador. Ao contrário do período das regências, a maior autonomia provincial não colocava mais em risco a integridade territorial do Estado brasileiro.

b) *Os efeitos da Guerra do Paraguai sobre a formação e consolidação da identidade brasileira.* Esses efeitos se somaram a um projeto pessoal do Imperador Pedro II de “monumentalização” do Brasil, embora com um claro discurso de “branquização” do brasileiro presente na literatura, na pintura, nas artes e na música erudita.

Mas, em termos políticos, a vitória sobre as tropas de Solano López fizeram crescer o poder dos militares do Exército no interior do Estado. Entre os mais jovens oficiais, estavam os adeptos de uma modernização pelo advento do Positivismo e da República. Portanto, não foi à toa que um Marechal de Campo se sentiria com a autoridade suficiente para destronar D. Pedro II e enviá-lo, junto com sua família, para o exílio em Paris.

c) *As contradições e os “vícios” de toda a sorte existentes no escravismo brasileiro.* Isso fez com que o fim do regime servil demorasse tanto, somente se encerrando, após a participação heroica de escravos e libertos na Guerra do Paraguai. Os custos políticos da abolição sem indenização levariam ao fim do trono brasileiro, com a nobreza escravocrata se associando aos segmentos republicanos das novas elites econômicas e da oficialidade do Exército.

d) *O fato de a população brasileira ter crescido de aproximadamente cinco milhões para cerca de quatorze milhões ao longo do Império.*

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, faremos uma análise de ações da República Velha (1889-1930) que tiveram repercussões na evolução e distribuição da população brasileira.

Em especial, vamos trabalhar a questão da Revolta de Canudos e da utilização da população do nordeste brasileiro como mão de obra na Amazônia e no sudeste brasileiro. Na Amazônia, teremos a Questão Acreana. No sudeste, os impactos da presença nordestina no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em outras palavras, analisaremos como a população sertaneja foi incorporada à massa de trabalhadores necessária ao funcionamento da economia brasileira e de sua inserção no “meio técnico”, já na primeira metade do século XX.

Leituras recomendadas

BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

Vídeos e filmes recomendados

Documentário sobre Ana Neri e sua participação na Guerra do Paraguai. Filme do seriado *Brava Gente*, dirigido por Roberto Farias e texto do escritor José Louzeiro. Com Marília Pera e Lima Duarte. Disponível pelo site: <http://canalviva.globo.com/programas/brava-gente/episodios/5794.html>

Documentário *Vida e morte no Paraguai, a Batalha do Tuiti, 1866*, produzido pela TV Brasil, com patrocínio do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível pelo site: <http://www.youtube.com/watch?v=nKIFUJY86lc>

Documentário *Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar: heróis de todo mundo*, com o ator Milton Gonçalves e patrocínio da Petrobras. Disponível pelo site: <http://www.youtube.com/watch?v=YC1AkRmDLIQ>

Aula

7

Formação,
povoamento e
consolidação do
território brasileiro
no “meio técnico”
e os primeiros
governos da
República: a
população do
sertão nordestino,
a Guerra de
Canudos e o Acre

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Apresentar efeitos socioeconômicos, culturais e político-institucionais do “meio técnico” sobre o processo de povoamento do território brasileiro nos primeiros governos da República, com destaque para a incorporação do sertão nordestino como fornecedor de mão de obra para a economia de exportação.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o caráter conservador das forças políticas e frações das elites que disputaram o controle do Estado brasileiro durante a implantação e consolidação da República, na passagem do século XIX para o século XX, destacando a violência da repressão às revoltas e revoluções ocorridas no período.
2. analisar, a partir da Questão Acreana e da Guerra de Canudos, aspectos geográficos, históricos e demográficos do Nordeste semiárido e de sua incorporação à economia brasileira como região de fornecimento de mão de obra a setores agrário-exportadores.
3. descrever a Guerra de Canudos como um episódio que teria influência na forma como segmentos das elites passariam a ver, na diversidade étnica e cultural, as bases à modernização do país, a partir dos anos 1920 e 1930.

INTRODUÇÃO

Caro (a) aluno (a),

a Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, marcou o início de um período de instabilidade política e de disputas entre setores das elites pela definição do que poderia ser o país após a queda do Império brasileiro.



Figura 7.1: A proclamação da República (1893). Autoria de Benedicto Calixto (1853-1927).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Benedito_Calixto_-_Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica,_1893.jpg

De uma certa forma, estavam em jogo dois projetos para os “Estados Unidos do Brasil” – denominação que vigorou até a Constituição de 1967, quando passou para República Federativa do Brasil. Essa mudança envolveu um aumento da centralização do poder nas mãos do governo federal durante a ditadura militar.

Dos projetos de nação, em 1889, um era o do Brasil dos republicanos mais radicais, adeptos civis e militares do Positivismo. Os civis eram conhecidos como “jacobinos”. Entre os militares positivistas, havia os jovens oficiais do Exército, conhecidos como

Jacobinismo

A origem do termo nos remete à Revolução Francesa de 1789, identificando os setores não monarquistas ou republicanos mais radicais e populares. Posteriormente, o termo continuou a ser usado sempre para grupos políticos mais radicais ou revolucionários, sendo que no “mundo” luso-brasileiro passou a se referir àqueles segmentos defensores de regimes centralizadores e, por vezes, autoritários.

“científicos”. Defendiam governos fortes, senão autoritários, e a manutenção da centralização política em favor do governo federal.

Entre 1889 e 1894, os governos dos marechais (alagoanos) Deodoro da Fonseca (1827-1892) e Floriano Peixoto (1839-1895) tiveram a marca centralizadora do **jacobinismo** e de forte presença militar na política, inclusive com atitudes e medidas de aspectos autoritários – embora não houvesse formalmente uma ditadura.

O outro projeto era o do Brasil oligárquico, em que as elites dos estados – as antigas províncias do Império – pretendiam a conquista de maior autonomia fiscal e política, em relação ao governo central (agora federal) nos moldes do que defendera o “Manifesto Republicano” de 1870 (mencionado na aula anterior).

Este seria o projeto que se afirmaria e daria forma à República, a partir de 1896 com o governo do presidente Prudente de Moraes (1841-1902) até a Revolução Liberal de 1930. Prudente de Moraes fora um dos fundadores do Partido Republicano em 1873, sendo um típico representante da economia cafeeicultora paulista e de seus interesses. Durante os primeiros meses do novo regime, foi senador da República e presidente do Congresso Nacional. Por isso, assinou a nova Constituição, em fevereiro de 1891.



Figura 7.2: A primeira bandeira do Brasil republicano (de 15 a 19 de novembro de 1889). Proposta pelo jurista Rui Barbosa, é uma cópia da bandeira dos EUA. Evidencia o aumento da influência norte-americana entre as elites brasileiras naquele período.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_Brazil_15-19_November.svg

A redação da Constituição de 1891 refletiu, em seus 91 artigos, os embates entre os dois grupos anteriormente mencionados, sendo explícita a sua preocupação com a definição da organização republicana do Estado brasileiro nos seus 68 artigos iniciais. Cidadania, direitos políticos e direitos civis ou fundamentais apareceram apenas do art. 69 ao art. 72. Era uma carta menor que a do Império, que tivera 179 artigos, mas mantinha uma mesma característica: a definição dos direitos fundamentais do cidadão parecia estar em segundo plano.

Se para o Império importava em 1824 realçar sua legitimidade política como herdeiro do Estado colonial português, para a República importava prioritariamente descrever competências e direitos tributários entre a União, estados e municípios, atribuições da Presidência e da Vice-Presidência, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, do Poder Judiciário, das Forças Armadas e sua integridade ou indissolubilidade territorial. Depois disso, é que vinha a cidadania.

A título de comparação, na Constituição de 1988, em vigor atualmente, há 250 artigos, e os direitos e garantias do cidadão estão logo no art. 5. É bem verdade que estar escrito em lei não quer dizer que será respeitado, afinal no Brasil... há “leis que pegam e que não pegam”, “leis para inglês ver”... Mas, se está na legislação, é preciso que a população cobre sua efetividade, o respeito à lei: você concorda ou discorda disso?

Veremos ao longo desta aula que a República, proclamada por oficiais do Exército, positivistas e oligarquias regionais e locais, foi formalmente fundada na soberania do povo e em bases democráticas, como dizia o preâmbulo da Constituição. Contudo, a República era na verdade bastante conservadora e desigual.

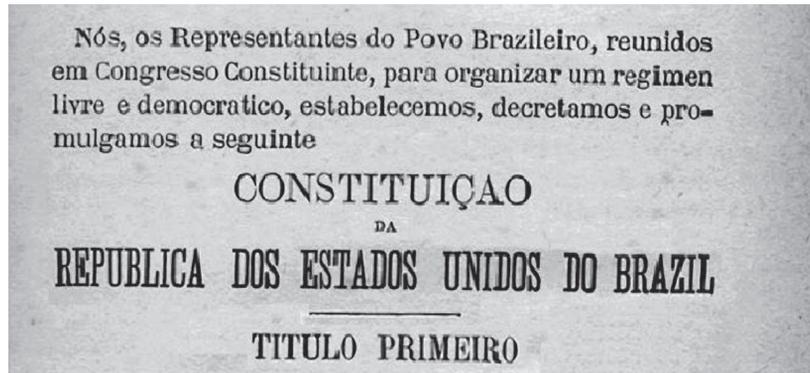


Figura 7.3: Preâmbulo da Constituição de 1891.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1891

Esse conservadorismo tinha relações com a continuidade da inserção do Brasil no “meio técnico”, na economia internacional, na II Revolução Industrial, no contexto da passagem do século XIX para o século XX. O desenvolvimento capitalista naquela fase trazia demandas a serem assimiladas pela sociedade brasileira, o que dependia da evolução do campo político interno.

Em alguns casos, não se tratava propriamente de assimilação. Estava mais para a imposição aos subsistemas da sociedade brasileira de processos econômicos e de modernização técnica e cultural. Isso gerava, todavia, significativos custos políticos, sociais e ambientais, além de fluxos demográficos internos e externos. Por isso, ocorreriam instabilidades políticas que iam de disputas entre segmentos das elites à formação de movimentos e revoltas populares.

Algumas das revoltas populares foram tão marcantes e de dimensões tão significativas que chegaram a ser tratadas à época com o qualificativo de “guerras”. Foram reprimidas com violência extrema (e inglória) pelo Estado brasileiro, causando a morte de milhares de brasileiros e brasileiras – quase sempre gente muito pobre.

Nesta aula, trabalharemos os efeitos da modernização conservadora e repressora dos primeiros anos da República sobre um dos subsistemas da economia brasileira: o sertão nordestino com sua paisagem semiárida, com seu povo forte e místico.

Houve a incorporação da função de fornecedor de mão de obra para outros subsistemas mais dinâmicos, associados a uma economia de exportação de bens primários em expansão à tradicional economia extensiva do sertão algodoeiro-pecuário nordestino. Faltava mão de obra num país que se viciara por três séculos à escravidão da gente africana e de seus descendentes.

Ainda no último quartel do século XIX, os sertanejos nordestinos começaram a ser vistos como a força de trabalho que poderia ser encaminhada para os cafezais do Vale do Paraíba e do oeste de São Paulo e/ou para os longínquos seringais da Amazônia.

Havia ainda a abertura das lavouras de cacau do sul da Bahia, que chamava mão de obra do interior, conforme nos relatam os romances escritos por Jorge Amado. Vale lembrar que a personagem Gabriela, morena cravo e canela, era justamente uma “retirante”, como se dizia à época, uma flagelada da seca que chegava ao porto de Ilhéus, o centro político e econômico do sul baiano.

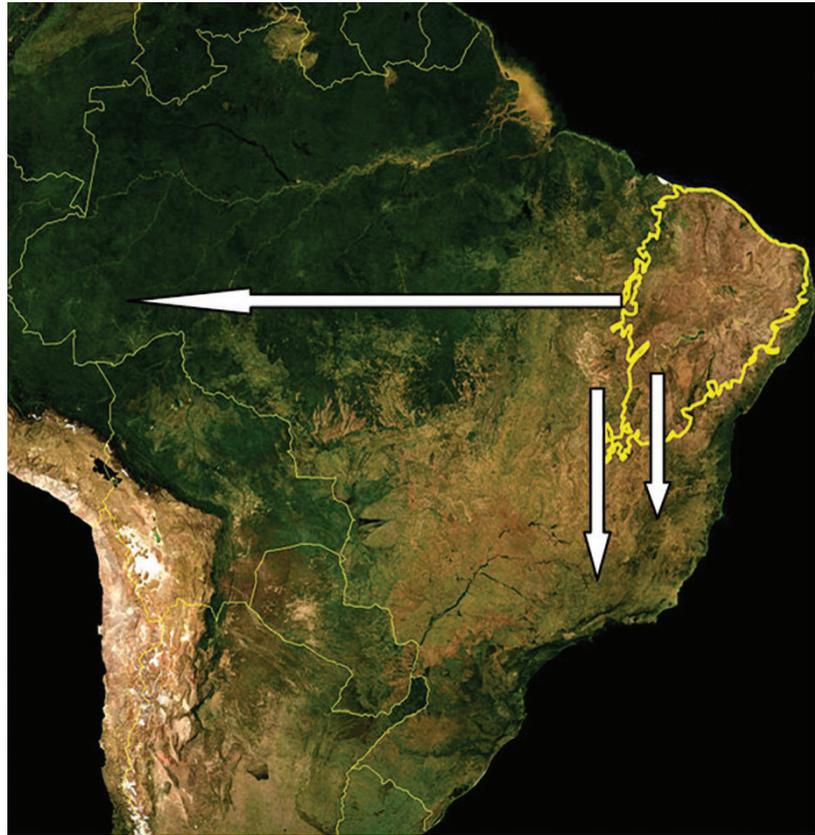


Figura 7.4: Fluxos de mão de obra sertaneja nordestina para a economia de exportação. Adaptação de IBAMA: o bioma da Caatinga e seus limites.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Caatinga_IBAMA.jpg?uselang=pt-br

A Guerra de Canudos (1895-1897) foi justamente um dos exemplos de como se passaram ao povo os custos da onda e da mentalidade modernizante da II Revolução Industrial no Brasil, mentalidade essa presente no lema positivista da bandeira nacional: *Ordem e Progresso*. Mas, progresso para quem?

A República e a instabilidade política de suas elites na década de 1890



Figura 7.5: As armas da República.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Coat_of_arms_of_the_United_States_of_Brazil.jpg

O povo assistiu àquilo tudo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada!

Fonte: Aristides Lobo, jornalista e político paraibano, (1838-1896) em artigo publicado no dia 18 de novembro de 1889 no jornal paulista Diário Popular.

Trabalhamos na Aula 6 aspectos do desenvolvimento político, econômico, social e demográfico do país que contribuíram para o advento da República, mesmo sem que a Monarquia tivesse perdido o apoio da população como um todo.

Houve, inicialmente, uma conspiração marcada para o dia 20 de novembro de 1889 contra o primeiro-ministro de então, Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), o Visconde de Ouro Preto.

Ele era mal visto por oficiais do Exército, já que defendia reduções do orçamento da corporação, entre outros motivos. Também havia uma forte animosidade ao marido da Princesa Isabel, o Conde d'Eu. E, para terminar: o Imperador não estava no Rio de Janeiro. Estava em Petrópolis.

À medida que a conspiração ganhava corpo, firmava-se a liderança do coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891), um dos oficiais positivistas mais respeitados entre os militares "científicos" da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.



Figura 7.6: Coronel Benjamin Constant.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Benjamin_Constant_Botelho_de_Magalh%C3%AAs.jpg

Mas, para convencer o conjunto dos militares de carreira a quebrar a hierarquia (pois o Imperador era o comandante superior a todos) e a renegar juramento à ordem constitucional estabelecida, faltava ao movimento um oficial da mais alta graduação, mais que general: um marechal com autoridade moral reconhecida. Era preciso um “tarimbeiro” que fosse herói nacional. “Tarimbeiro” era aquele oficial sem formação em academia militar, mas que fizera carreira por mérito ou heroísmo.

O marechal Manuel Deodoro da Fonseca poderia ser esse oficial, não porque fosse um republicano de primeira hora. Sua adesão poderia vir do ressentimento que guardara de D. Pedro II, desde os tempos em que servira no Sul e que fora governador do Rio Grande do Sul, na década de 1880.



Figura 7.7: Marechal Deodoro da Fonseca (1881). Foto de Albert Henschell (1827-1882).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Deodoro_1881.jpg

Em terras gaúchas, Deodoro tivera como desafeto o senador Gaspar Silveira Martins (1835-1901). Embora relutasse no princípio a derrubar a Monarquia, Deodoro acabou por aceitar liderar o movimento, em razão do boato de que D. Pedro II iria atender ao Exército, exonerando o Visconde de Ouro Preto, mas nomeando Silveira Martins como primeiro-ministro em seu lugar.



Figura 7.8: Senador Silveira Martins.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Gaspar_da_Silveira_Martins

Como no Brasil questões pessoais parecem ser decisivas no final das contas, Deodoro proclamaria a República no Campo de Santana, no que seria acompanhado pelo marechal Floriano Peixoto, o qual comandava as tropas do Paço Imperial, na atual Praça Quinze, onde funcionava o Governo Imperial. Essas tropas poderiam ter sufocado o levante sem maiores dificuldades.



Figura 7.9: Marechal Floriano Peixoto (1881). Autoria de Albert Henschell.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Floriano_peixoto_1881.jpg

Sem Floriano, o golpe republicano de Deodoro e Benjamin Constant seria, talvez, hoje estudado como mais uma das quarteladas no século XIX contra o Império. Quando D. Pedro II, regressando de Petrópolis em 16 de novembro, enviou mensagem a Deodoro informando que Silveira Martins não presidiria o Gabinete, não havia mais como o marechal “tarimbeiro” voltar atrás.

Deodoro, Floriano e as Revoltas da Armada

O imperador Pedro II seguiu para o exílio, embora tivesse a Marinha de Guerra, conhecida como a Armada, sob seu comando. Teve a grandeza de não jogar o país numa guerra civil. A família real foi exilada, sendo seu regresso somente permitido pelo governo federal em 1920, quando já era seguro que não haveria mais condições políticas à reimplantação da Monarquia.

A Marinha, por sua vez, demonstraria sua insatisfação com o governo dos marechais Deodoro e Floriano em duas revoltas. Afinal, ela, que fora a principal força armada do Império, passara a um plano secundário no interior do Estado brasileiro.

A primeira revolta, ocorrida no final de novembro de 1891, foi comandada pelo almirante Custódio de Melo (1840-1902), que ameaçava bombardear o Rio de Janeiro, caso Deodoro não reabrisse o Congresso Nacional, que havia sido fechado pelo presidente no início daquele mesmo mês. Os congressistas haviam tentado reduzir os poderes presidenciais. Deodoro, então, renunciaria, alegando que não iria colocar o país numa guerra civil.

O vice Floriano Peixoto, uma vez empossado na presidência, deveria marcar novas eleições, conforme determinava a Constituição no caso de o presidente eleito pelo povo se afastar ou falecer antes de dois do total de quatro anos de mandato. Mas Floriano deu um golpe: não tomou posse formalmente como presidente, assinando seus atos e nomeações como “vice-presidente em exercício” até o final de 1894.

Assim, não se convocando eleições, iniciou-se toda uma série de questionamentos envolvendo militares e civis contra o “vice-presidente em exercício”. A resposta de Floriano foi uma forte repressão política com apoio dos “jacobinos”, além da distribuição de recursos públicos, favores e benefícios diversos aos seus aliados no Distrito Federal e nos estados.



Floriano e a charge de Ângelo Agostini

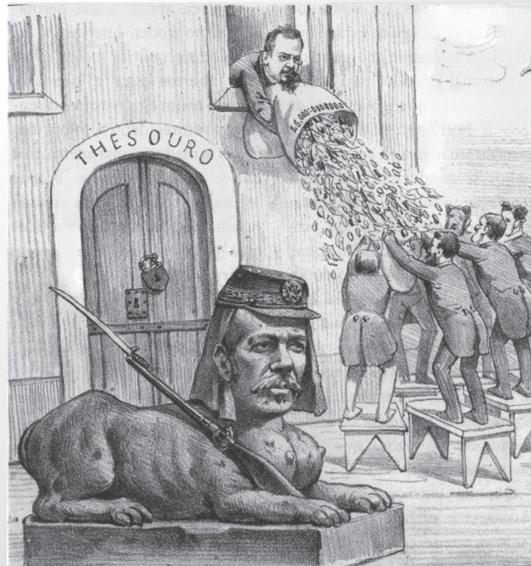


Figura 7.10: Capa da *Revista Ilustrada* (1892). De Ângelo Agostini.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Floriano_caricatura_Agostini.jpg

Na charge de Ângelo Agostini, o paulista Rodrigues Alves (posteriormente eleito presidente), ministro da fazenda de Floriano, “liberava” recursos para os aliados da base do governo, embora as portas do Tesouro Nacional estivessem fechadas a cadeado e sob a guarda de um homem sempre surpreendente e enigmático... como a esfinge egípcia!

Só uma pergunta: será que esse tipo de ação de governo ficou restrita àquele período da vida republicana brasileira?

A Marinha de Guerra reagiria à permanência de Floriano na vice-presidência da República, fazendo a sua segunda revolta entre setembro de 1893 e março de 1894. Os almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama (1846-1895) foram seus líderes. O último morreria degolado. Houve combates entre as artilharias e os batalhões de costa na Baía da Guanabara (sob comando do Exército e da Guarda Nacional), bases navais e navios da Armada.



Figura 7.11: Forte do Gragoatá, Niterói, após bombardeio (1894). Foto de Juan Gutierrez. Galeria de fotos do Museu Histórico Nacional.

Fonte: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria03/armada/index.htm>



O Rio Antigo na galeria de fotos do Museu Histórico Nacional

No site <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-g-3.htm>, você tem acesso à galeria de fotos do Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro. Lá, há um acervo extraordinário de fotos antigas do Rio de Janeiro. É uma tremenda fonte para trabalho com alunos do Ensino Básico, quando o tema for o Rio de Janeiro e sua evolução urbana na passagem do século XIX para o século XX.

Confira!

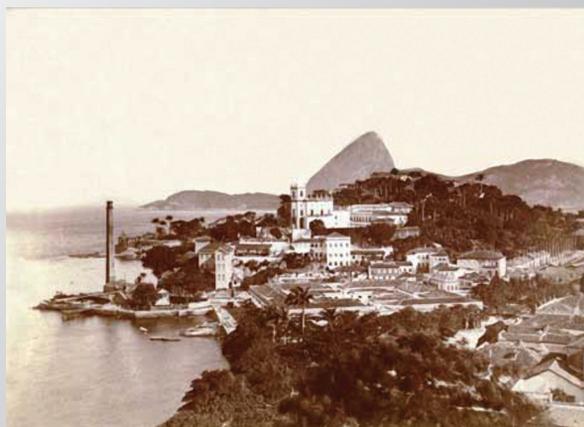


Figura 7.12: O Rio Antigo (1893/1894). O Outeiro da Glória. Foto de Juan Gutierrez. Museu Histórico Nacional. Fonte: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria03/rioantigo/mh-g3a052.htm>

À medida que a Marinha não conseguia romper as forças legalistas no Rio de Janeiro e derrubar Floriano, seus líderes deslocaram-se para a Cidade do Desterro, em Santa Catarina, onde se juntaram a tropas dos chamados Federalistas do Rio Grande do Sul. Entre os objetivos dessa manobra, estava marchar para o norte, para tentar conquistar o Paraná e sua capital, Curitiba – o que, todavia, não aconteceria.

As forças de Floriano foram comandadas em Desterro pelo temido coronel Moreira César (1850-1897), sendo conferida inteira liberdade para sufocar o movimento com os meios que se fizessem necessários, inclusive fuzilamento e degola de prisioneiros – sem direito a julgamento. Voltaremos a falar em Moreira César mais à frente, quando tratarmos da Guerra de Canudos.

Derrotados os revoltosos da Armada em março de 1894, Floriano Peixoto decidiu mudar o nome de Desterro para Florianópolis, a “Cidade Florianiana”... curioso, não?

A Revolução Federalista: a oligarquia gaúcha diante da República

Com a junção aos revoltosos da Armada em Desterro, a Revolução Federalista tomava uma feição nacional, podendo se estender do Sul ao interior de São Paulo, passando pelo Paraná. Isso não era do interesse da economia cafeeira paulista e de sua oligarquia. Por isso, os paulistas teriam apoiado Floriano e a não convocação por ele de eleições.

A Revolução Federalista foi uma verdadeira guerra civil iniciada em fevereiro de 1893, com duração de 31 meses e aproximadamente 10 mil mortes na estimativa apresentada pelo historiador Eduardo Bueno. Era liderada pelo velho senador Silveira Martins e por um caudilho (grande fazendeiro) da fronteira com o Uruguai de nome Gumercindo Silva. Combatiam Floriano Peixoto e seu aliado Júlio de Castilhos (1860-1903), o então governador do Rio Grande do Sul.



Figura 7.13: Julio de Castilhos. Foto de 1900.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:J%C3%BAlio_de_Castilhos.jpg

Os federalistas, denominados popularmente como “maragatos”, pretendiam mudar a constituição gaúcha, que fora redigida por Castilhos, a partir de um modelo de presidencialismo autoritário. Os “maragatos” usavam sempre um lenço vermelho amarrado ao pescoço. Queriam um Rio Grande do Sul parlamentarista nos moldes do que fora o Império em seu auge. Eram, por isso, considerados monarquistas pelas forças jacobinas de Floriano e pelos “pica-paus” ou “chimangos” (denominações populares) de Castilhos (fundador do Partido Republicano Gaúcho). Estes usavam um lenço branco ao redor do pescoço.

Os combates entre “pica-paus” e “maragatos” chegaram a Santa Catarina e ao Paraná e foram marcadas por uma violência sem paralelo:

As vítimas (prisioneiros) eram mortas da mesma maneira como se abatiam carneiros: forçadas a se ajoelhar ante seu algoz (carrasco), tinham a cabeça colocada entre as pernas do executor, que então lhes rasgava a carótida com um súbito golpe de faca. Os castilhistas degolaram antes e mais que os federalistas – mas sempre que possível, houve vingança. Os episódios mais infames foram os massacres do Rio Negro (1893) e do Boi Preto (1894) [...]

Fonte: BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012. p. 272.



A Revolução Federalista pelo pesquisador Eduardo Bueno

No site <http://www.youtube.com/watch?v=YOxybu07HUE>, você pode acessar um vídeo curto com o jornalista Eduardo Bueno sobre a Revolução Federalista.
Confira!

Para tamanha divisão entre os gaúchos, temos como hipótese o fato de que durante a Monarquia cabia ao Imperador a indicação e a nomeação dos governadores do Rio Grande do Sul. Isso de algum modo represou rivalidades e ressentimentos entre os grandes fazendeiros e líderes políticos locais. A cultura gaúcha, marcada pelo voluntarismo dos caudilhos e pelos códigos de honra e coragem pessoal, também era um fator para tamanha divisão e ódio.

Além disso, conforme ensina Celso Furtado, na obra *Formação econômica do Brasil*, os sertões do Rio Grande do Sul, desde a derrota da Farroupilha, haviam se beneficiado do crescimento da economia cafeeira no Vale do Paraíba do Sul e depois no oeste paulista. O charque, a banha, o vinho e os bens com algum grau de manufatura produzidos no estado, inclusive por imigrantes não portugueses, eram absorvidos por mercados do sudeste.

Se isso elevava a riqueza no interior da economia rio-grandense, por outro lado, gerava forte e violenta disputa política pelo seu controle, ainda mais porque houve um grande incremento populacional em todo o sul brasileiro entre 1840 e 1890: cerca de 330%. Mais pessoas, mais riquezas, mais gente disputando o espaço político, não?

Com o advento da República, sem a autoridade do Poder Moderador do Imperador, o quadro político degradingolaria em franca violência, com grande ferocidade. A política gaúcha era tão

diferente da dos demais estados que a constituição estadual permitia, inclusive, reeleições consecutivas de governadores. Veja o caso do governador Borges de Medeiros (1863-1961), sucessor de Júlio de Castilhos: ele totalizou em dois conjuntos de mandatos 25 anos à frente do Palácio Piratini – a sede do governo em Porto Alegre.

Embora os derrotados “maragatos” viessem a ser anistiados pelo presidente da República Prudente de Moraes, em 1895, somente com a ascensão de Getúlio Vargas (1882-1954) na política gaúcha (nos anos 1920) as rivalidades regionais e locais vieram a se reduzir. A vida pessoal de Vargas era em si um exemplo da queda das tensões entre os gaúchos: ele, “blanco”, de importante família de “chimangos”, casou-se com a Sra. Darcy Sarmanho (1895-1968), de importante família “colorada”, “maragata”.



Figura 7.14: Getúlio e Darcy Vargas, em 1911.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Get%C3%BAlio%26Darci.gif>

A pacificação feita por Vargas foi, na verdade, a condição necessária para que a oligarquia gaúcha ganhasse força para participar de fato da disputa com as oligarquias paulista, mineira e nordestina pelo controle do Estado brasileiro e de seus recursos.



Figura 7.15: O escritor Érico Veríssimo em programa de rádio em 1937.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Erico_Verissimo_1937.jpg

Érico Veríssimo e *O tempo e o vento*

Em conjunto com os (as) colegas de História e de Português e Literatura, você poderá fazer um trabalho com os alunos mostrando a riqueza da formação não só do Rio Grande do Sul, como de toda a região sul.

Na literatura brasileira, a obra de Érico Veríssimo (1905-1975) traz em romance a história e a geografia do Rio Grande do Sul. Em especial, destacamos *O tempo e o vento*, que conta a saga de duas famílias gaúchas durante 150 anos, inclusive, durante a Revolução Federalista.

Foram feitas adaptações para a televisão e para o cinema, sendo a última o filme dirigido por Jayme Monjardim, estrelado por Thiago Lacerda e Marjorie Estiano. Seu lançamento foi em 2013.

Confira!



A República Velha, Belo Horizonte e... Brasília

O fato é que as disputas entre Exército e Marinha favoreceram as elites civis e oligárquicas republicanas na República Velha, especialmente as de São Paulo e de Minas Gerais. Essas elites estavam unidas, ao contrário das do Rio Grande do Sul, ao redor de seus partidos republicanos.

No caso dos mineiros, a união de sua oligarquia em torno do PRM (Partido Republicano Mineiro) era propagada por uma frase da época: “fora do PRM não há vida” (em que sentido: vida política ou biológica?). Ademais, essa união concretizou-se do ponto de vista espacial com a fundação, em 1896, de uma nova capital, projetada pelo engenheiro Aarão Reis: a cidade de Minas, depois batizada como Belo Horizonte.

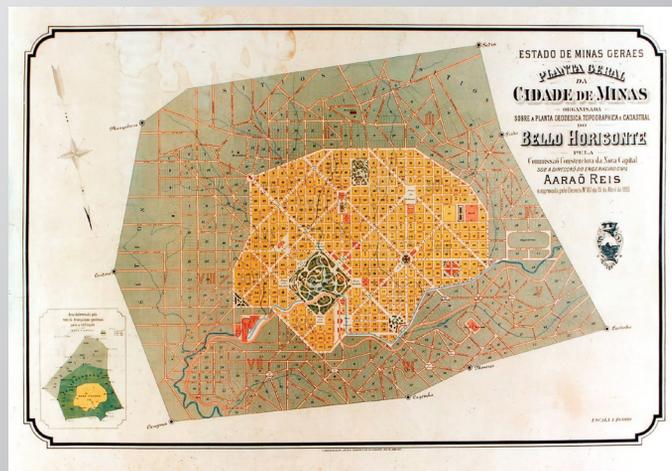


Figura 7.16: Planta geral da cidade de Belo Horizonte (1895). Comissão construtora.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Planta_BH.jpg

Talvez pela experiência acumulada na implantação de uma nova capital estadual, a posterior fundação de Brasília (DF) teria de ocorrer pela liderança de um político mineiro, ou seja, o ex-prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubistchek. Na verdade, a construção de uma nova capital federal no Planalto Central já aparecia como objetivo geopolítico da República no art. 3 da Constituição de 1891, conforme se lê, abaixo:

Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm

Oligarquias e agitação das elites militares na República Velha

As vitórias nas eleições pelos paulistas Prudente de Moraes e Campos Sales (1841-1913), em 1895 e 1898, respectivamente afirmaram de vez a força das oligarquias sobre o poder militar, por meio: da “Política dos Governadores”; da “Política do Café com Leite”; do voto de cabresto; do voto aberto ou não secreto; da proibição ao voto dos analfabetos, dos mendigos e das mulheres; de eleições fraudadas pelos coronéis e chefes políticos do interior...

Com isso, na chamada República Velha (1889-1930) os militares voltariam à presidência somente com o marechal Hermes

da Fonseca (1855-1923), e por via de eleição (e não por golpe ou quartelada). Ele era sobrinho do marechal Deodoro da Fonseca. Num Brasil Republicano, relações de família continuavam a ser um capital importante nos mercados e na política...

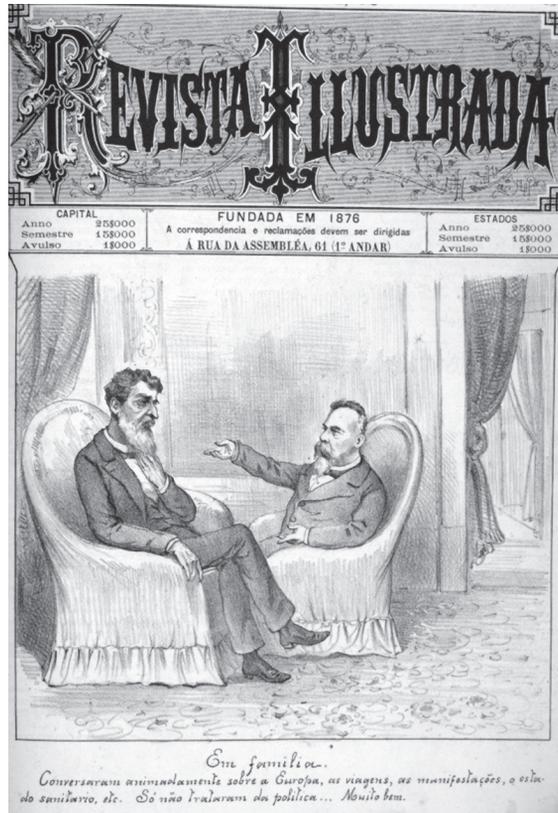


Figura 7.17: Prudente de Moraes (à esquerda) e Campos Sales (à direita) na charge de Ângelo Agostini. Capa da *Revista Ilustrada*. n. 739, 1898. Legenda: "Em família. Conversaram animadamente sobre a Europa, as viagens, as manifestações, o estado sanitário, etc. Só não trataram da política... Muito bem."

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Revista_Illustrada_1898.jpg



Figura 7.18: Marechal Hermes Fonseca (1910). Presidente entre 1910 e 1914.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Hermes_da_Fonseca_\(1910\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Hermes_da_Fonseca_(1910).jpg)

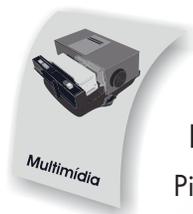


A Revolta da Chibata (1910)

No governo de Hermes da Fonseca ocorreu a Revolta da Chibata. Os marinheiros se revoltaram contra os maus-tratos e castigos corporais que eram permitidos pelos códigos disciplinares e pela legislação do país. Seu líder foi o marinheiro João Cândido Felisberto (1880-1969), o “Almirante Negro”. Mais detalhes sobre esse importante evento da história militar e da luta pela igualdade no Brasil, você poderá obter pelo vídeo “Cem anos sem chibata”, produzido pela TV Brasil, disponível no site: <http://www.youtube.com/watch?v=ozQNwRIFHdg>.

A agitação militar, todavia, permaneceria latente entre a oficialidade. Manifestou-se: na Revolta da Vacina, em 1904 (sobre a qual falaremos mais adiante); no Movimento dos Dezoito do Forte, no Rio de Janeiro, em 1922; nas Revoluções Gaúcha e Paulista de 1923 e 1924, respectivamente, e na Coluna Prestes (1924 a 1927).

A ditadura jacobina e positivista pretendida por segmentos civis e militares teria de esperar a queda do presidente Washington Luís (1869-1957) e a ascensão de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, em 1930. E suas repercussões continuariam bem depois, entre 1964 e 1985.



A efígie da República ou a “Marianne” brasileira

Pintores, desenhistas e chargistas à época usaram uma figura feminina, no contexto de afirmação e difusão dos ideais republicanos. Até hoje o Estado brasileiro a usa: basta ver as cédulas de Real. Não deixa de ser uma influência da Revolução Francesa de 1789, cujas promessas de igualdade, fraternidade e liberdade eram representadas por uma mulher, às vezes com seios aparentes. O povo francês a chamava de *Marianne*.

No artigo intitulado “Marianne”, acessível pelo site <http://aquirepublica.blogspot.com.br/2012/03/alegoria-da-republica.html>, você poderá conhecer mais sobre as versões brasileiras e sua função simbólica na República.

Mas isso também deu margem a caricaturas e ao humor. Veja essa *Marianne* de Ângelo Agostini na charge a seguir:

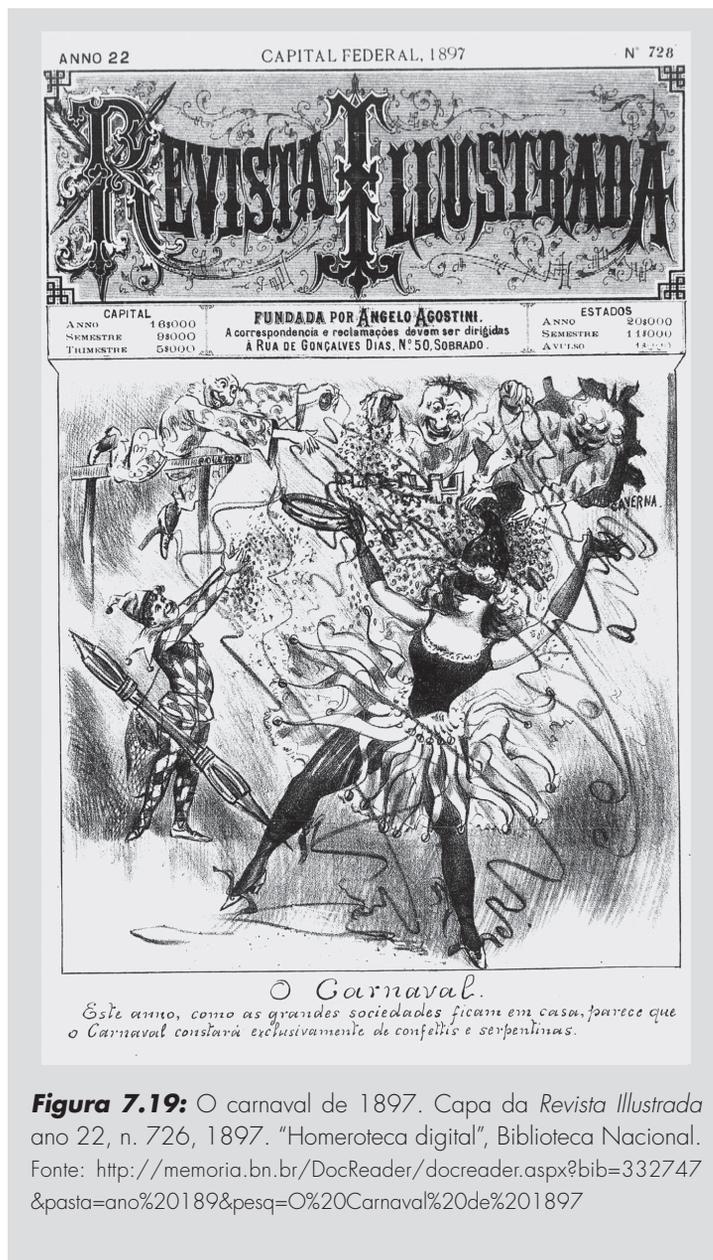


Figura 7.19: O carnaval de 1897. Capa da *Revista Ilustrada* ano 22, n. 726, 1897. “Homeroteca digital”, Biblioteca Nacional. Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pasta=ano%20189&pesq=O%20Carnaval%20de%201897>



Atende ao Objetivo 1

Caro (a) aluno (a),

veja a seguir a representação simbólica da República, na visão do pintor Manoel Lopes Rodrigues, e responda aos questionamentos.

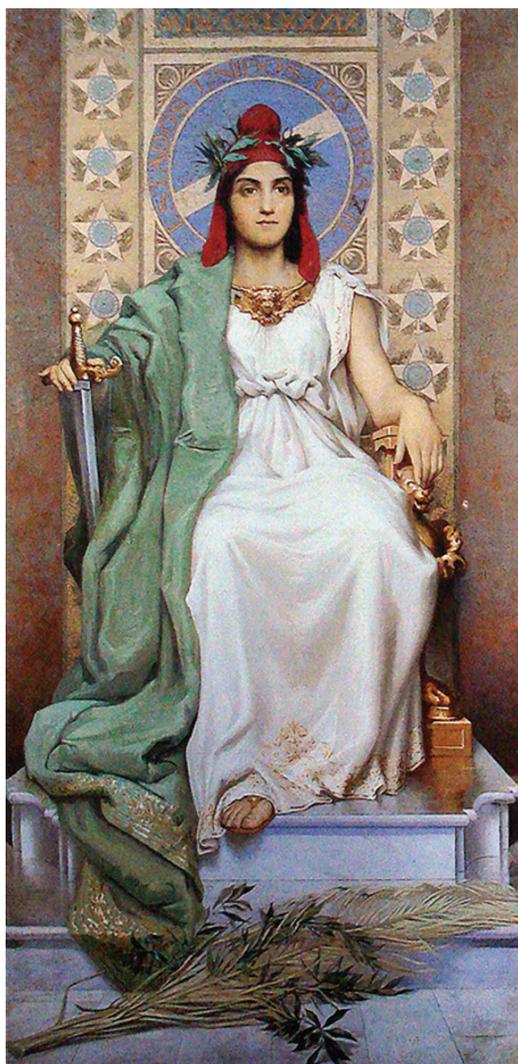


Figura 7.20: A alegoria da República (1896).
Autoria de Manoel Lopes Rodrigues (1860-1917).
Acervo do Museu de Arte da Bahia.
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rodrigues-republica-mab.jpg>

Você vê nessa representação feminina da República a capacidade de representar o povo brasileiro no final do século XIX?

A espada à mão direita seria um sinal de que a República garantiria igualdade e justiça a todos? Ou seria apenas a reafirmação da força bruta do Estado, agora, republicano?

Use a leitura do **Boxe Multimídia** sobre a “Marianne” brasileira para fundamentar ainda mais a sua resposta.

Resposta Comentada

A representação da República como uma mulher de origem europeia compõe apenas um dos tipos físicos brasileiros. Isso demonstrava a influência de um ideal de branqueamento da população, um projeto de europeização da cultura brasileira, que, na verdade, havia sido iniciado ainda no Império com a visão triunfal do Brasil.

Quanto à espada, não era a da justiça para todos. Até porque a simbologia da Justiça traz uma figura feminina com os olhos vendados, por ser imparcial. A espada era, de fato, a referência ao poder do Estado.



A República e sua relação com o povo brasileiro



Figura 7.21: Mosaico sobre os brasileiros do final do século XIX.

Fonte: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brasileiros_do_seculo_XIX.png

O modo como a República positivista via o povo era de que se tratava de uma população que deveria ser tutelada pelo Estado. Ou seja, havia um hiato entre a população e os governos. Isso ficava claro nas palavras de Alberto Torres, que foi governador do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1909):

[...] as nações não se formam espontaneamente em nossa época: são construídas por seus dirigentes; são obra da arte política [...] o Brasil tem de ser intuitivamente uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social. Providente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhe podem dar dentro da ordem, sem prejuízo de terceiros.

Fonte: PRADO, Maria E. A cidadania no pensamento político brasileiro (1823/1935). *Revista internacional de estudos políticos*, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ/NUSEG, ago. 1999. p. 355.

Na perspectiva conservadora de construção do povo brasileiro pela República positivista, como ficariam os seus direitos políticos?

A exclusão na legislação eleitoral

Na Constituição de 1891, a proibição dos tempos do Império aos votos do analfabeto e das mulheres foi mantida. Bem... cabe lembrar que a legislação eleitoral do Império, inicialmente em 1824, permitia o voto do analfabeto – contanto que não fosse escravo, pois este não era sequer cidadão –, mas demandava renda mínima, ou seja, o voto era censitário. Pouquíssimos votavam. Só os mais ricos...

Em 1872, o valor exigido como comprovação de renda anual mínima, 100 mil réis, estava desvalorizado pela inflação acumulada e, assim, um número expressivo de analfabetos pobres passaram a participar das eleições. Cerca de 13% da população masculina participaram das eleições daquele ano. Isso acabou por elevar os custos para a manutenção dos currais eleitorais pelos coronéis e chefes políticos do interior, sem contar os riscos de eventuais surpresas negativas nos resultados das urnas, já que era mais difícil controlar um número maior de votantes.

Como resultado, as elites conservadoras do Império alteraram a legislação eleitoral, em 1881. Não mais haveria a permissão do voto ao analfabeto, e a renda mínima ao eleitor foi elevada para 200 mil réis. O número de eleitores, com efeito, caiu drasticamente. O Golpe de 1889 aboliria o voto censitário, mas não alteraria o quadro. Tornava ainda o voto facultativo, conforme se pode ler abaixo:

A República, de acordo com seus propagandistas, sobretudo aqueles que se inspiravam nos ideais da Revolução Francesa, deveria representar a instauração do governo do país pelo povo, por seus cidadãos, sem a interferência dos privilégios monárquicos. No entanto, apesar das expectativas levantadas entre os que tinham sido excluídos pela lei de 1881, pouca coisa mudou com o novo regime... Não é, então, de estranhar

que o número de votantes tenha permanecido baixo. Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população.

[...] O Rio de Janeiro, capital do país, também dava mau exemplo. Em 1890, a cidade tinha mais de 500 mil habitantes, e pelo menos metade deles era alfabetizada. Mesmo assim, na eleição presidencial de 1894 votaram apenas 7.857 pessoas, isto é, 1,3% da população. Em 1910, 21 anos após a proclamação da República, a porcentagem desceu para 0,9%, menor do que a média nacional. Em contraste, em Nova York, em 1888, a participação eleitoral chegou a 88% da população adulta masculina.

Lima Barreto publicou um romance satírico chamado *Os Bruzundangas*, no qual descreve uma república imaginária em que 'os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – o voto'. A república dos Bruzundangas se parecia muito com a república dos brasileiros."

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 39-40.

O Positivismo e sua condenação a costumes e práticas populares

A República, seguindo o que ocorreu com o Império em sua institucionalização, antes mesmo de ter um Código Civil, produziu um Código Penal (1890). Código Civil só em 1916 ou 27 anos depois do Golpe de Deodoro e Benjamim Constant. Ou seja, o Estado brasileiro retardou ao máximo a definição de regras e normas da cidadania, mas foi rápido na elaboração da lei penal e na continuidade da exclusão eleitoral.

Na verdade, o Código Penal foi feito antes mesmo da própria Constituição, em 1891. A legislação penal teve como base o seu

antecessor do Império, diferenciando-se em relação ao fim de penas de morte, de penas relativas aos escravos, da pena de galés e da extinção da pena perpétua (pena máxima passou a 30 anos).

Era influenciado pelo Positivismo, cuja filosofia, entre outras características, considerava impossível explicar fenômenos pela existência de algo não passível de comprovação científica. O “estado positivo” defendia a modernização da vida brasileira, que durante o Império fundamentara-se, entre outros aspectos, numa matriz religiosa/católica com presença de práticas sincréticas, conforme observamos em aulas anteriores.

Os positivistas condenavam práticas de origens africanas e ameríndias como simpatias, rezas e invocações sobrenaturais, associadas ou não ao uso de ervas, chás, “garrafadas” e outras substâncias, inclusive alucinógenas. Se essas práticas não eram científicas, eram, no entanto, o que a população tinha em questão de saúde. Magia, cartomancia, macumba, espiritismo também estavam terminantemente proibidos. Os artigos 157, 158 e 159 tratavam disso.

A República positivista deveria ser laica, até porque entravam milhares de imigrantes anualmente que não eram católicos ou mesmo cristãos. Os crentes de quaisquer confissões seriam cidadãos a serem respeitados por todos os outros: isso era correto, não? O fato estava previsto nos artigos 185, 186, 187 e 188.

Os atos da vida civil não seriam mais realizados e oficializados pela Igreja Católica. Os padres não seriam mais funcionários públicos e ainda estariam proibidos de votar e serem votados. Os casamentos civis teriam de ser realizados antes de o serem em qualquer ato religioso. Isso estava no artigo 284.

Os artigos 402, 403 e 404 tratavam da repressão aos “capoeiras” e àqueles considerados como vadios, marginais ou malandros. Na verdade, demonstrava-se que a força pública tinha dificuldades para lidar com aqueles que dominassem lutas

afro-brasileiras. Também se reprimiam danças e rituais africanos, a exemplo do candomblé. O espiritismo kardecista também foi alvo de perseguições.



A íntegra do Código Penal de 1890 está no site: http://legis.senado.gov.br/legislacao/Lista-Normas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s.

O fato é que ao Estado a legislação penal de 1890 dava os instrumentos de controle social de uma população em crescimento seja pelo incremento natural, seja pela imigração europeia não portuguesa. E esse crescimento da população não era apenas nas áreas rurais, era também nas cidades sob o impacto dos efeitos do fim da escravidão. Foi nessa fase que surgiu a questão da habitação popular, conforme o exemplo do Rio de Janeiro com a expansão dos subúrbios, com as casas de cômodos (ou cortiços) e com o aparecimento das primeiras favelas.

A Revolta da Vacina



Figura 7.22: Bonde virado na Praça da República durante a Revolta da Vacina em novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro – RJ. A Revista da Semana, publicada em 27 de novembro de 1904.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bonde_-_Revolta_da_Vacina.jpg

A ocorrência de revoltas populares diante de ações tidas como modernizantes dos governos republicanos era algo potencial, considerando que o Estado desrespeitava hábitos e práticas arraigadas entre o povo.



Figura 7.23: Presidente Francisco Rodrigues Alves. Foto oficial (1902).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d3/Rodrigues_Alves_3.jpg/402px-Rodrigues_Alves_3.jpg

Foi o que ocorreu, por exemplo, na Revolta da Vacina no Rio de Janeiro durante o governo do presidente Rodrigues Alves. Entre 10 e 16 de novembro de 1904, o Rio de Janeiro foi sacudido pela desobediência do povo, quanto à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola:

Tiros, gritaria, engarrafamento de trânsito, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados às pedradas, destruição de fachadas dos edifícios públicos

e privados, árvores derrubadas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatório proposto pelo sanitista Oswaldo Cruz (Gazeta de Notícias, 14 de novembro de 1904).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_da_Vacina

De acordo com Eduardo Bueno, aproveitando a oportunidade criada pela rebelião popular, cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, liderados pelo jacobino Lauro Sodré (1858-1944), marcharam em direção ao Palácio do Catete, no dia 15 de novembro de 1904.

Sodré, que era também tenente-coronel e fora o primeiro governador eleito do Pará, pretendia derrubar o presidente Rodrigues Alves (1848-1919) e iniciar uma ditadura. Após intenso tiroteio nas ruas do Catete, as forças legalistas controlaram a situação, prendendo Sodré. Cerca de 30 pessoas morreram e 110 ficaram feridas.

Em muito contribuíram para a revolta da população carioca a violência e o autoritarismo da reforma do centro da cidade pelo prefeito do Distrito Federal, o engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913), o “Bota-Abaixo”.

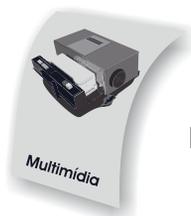


Figura 7.24: Vista do Theatro Municipal e da Avenida Central. Rio de Janeiro (1909). Autoria de Marc Ferrez.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:TeatroMunicipal-MFerrez1909.jpg>

A capital da República foi alvo de uma marcante reforma urbana, iniciada em fevereiro de 1904, o que levaria parte de seu centro a ter um aspecto saneado e moderno, com referências da arquitetura parisiense. O Rio tinha de ser uma representação de modernidade, com a qual a República queria se mostrar ao mundo e disputar com Buenos Aires a condição de capital da América do Sul.

Além disso, a reforma iria permitir, entre outros aspectos, uma repressão mais rápida e eficiente do Estado, em caso de novas e possíveis explosões de “desordem” popular no Rio. Foram derrubados cortiços e casas de cômodos de um Rio Antigo, de arruamento espontâneo, travessas e becos.



A Revolta da Vacina e o prefeito Bota-Abaixo

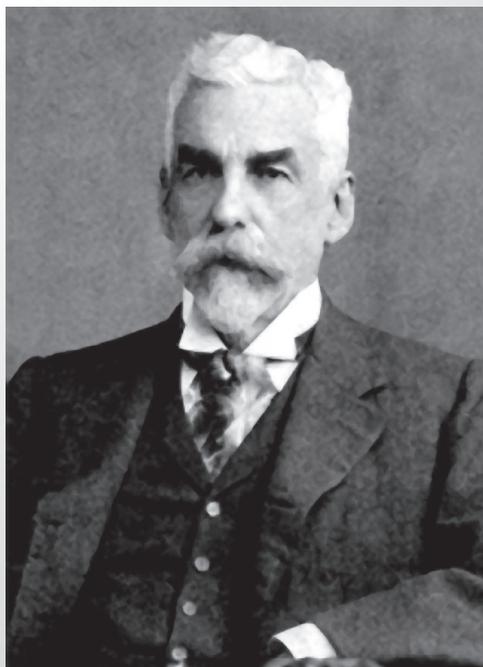


Figura 7.25: Pereira Passos (1906).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pereira_Passos.jpg

Se você quiser saber mais sobre a Revolta da Vacina e a reforma do Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos, o “Bota-Abaixo”, assista ao vídeo produzido pelo Instituto Legislativo Brasileiro, no site: http://www.youtube.com/watch?v=upj_TZ3ltcY.

A República e o nordeste semiárido como região fornecedora de trabalhadores

A economia brasileira na passagem do século XIX para o século XX tinha efetiva falta de mão de obra, seja para manutenção ,de cultivos de exportação já implantados em áreas mais antigas, como o Vale do Paraíba do Sul (cafeicultor), seja para a abertura de novas frentes de produção no oeste de São Paulo (café) e no sul da Bahia (fumo e cacau).

Os fazendeiros eram obrigados a buscar soluções diversas para a falta de trabalhadores. Uma delas era tentar impedir que seus antigos escravos se evadissem das fazendas, sendo oferecidas moradia e remuneração, conforme se vê a seguir:

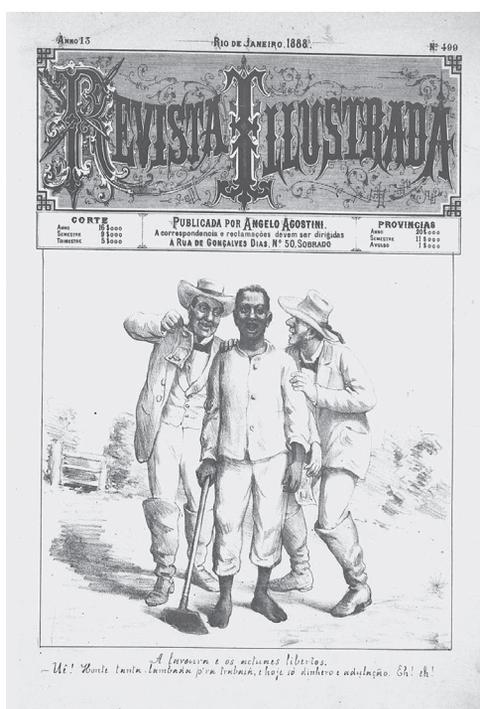


Figura 7.26: Capa da *Revista Ilustrada* ano 13, n. 499, 1888. "Homeroteca digital", Biblioteca Nacional. Legenda: "A lavoura e os Actuaes Libertos. — Uê! Honte tanta lambada p'ra trabaia, e hoje só dinheiro e adulação. Eh! Eh!"

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pasta=ano%20189&pesq=O%20Carnaval%20de%201897>

Celso Furtado, no livro *Formação econômica do Brasil*, observa, contudo, que o assalariamento para o liberto não era assimilado, na maioria dos casos, como fator de estímulo ao trabalho, à elevação de seu desempenho em comparação com os tempos do cativo.

A escravidão ao longo de três séculos fizera do trabalho um castigo, um doloroso e indigno fardo, que só se encerrava com a morte. Não poderia criar na mente de uma pessoa escravizada noções de futuro, de crescimento, de acumulação e poupança, conforme aquelas das populações de países europeus – sobretudo, as de tradição protestante. Por isso, passando a receber pelo trabalho por dois ou três dias da semana, o ex-escravo preferia “comprar o ócio”, nada fazer. Isso era algo que lhe pareceria inalcançável nos tempos das senzalas.

Não era uma questão de indolência, de preguiça, de fraqueza de caráter ou do determinismo dos trópicos, como defendiam os adeptos da branqueação. Se os “nobres” viviam no ócio, por que os libertos não o fariam? Era um efeito direto da escravidão, um vício social conforme a condenação moral feita por José Bonifácio de Andrada e Silva – que apresentamos na aula anterior.



Figura 7.27: Escravos numa fazenda de café (provavelmente no Vale do Paraíba do Sul) em 1885. Autoria de Marc Ferrez (1943-1923).

Fonte: LAGO, Bia Corrêa do. *Os fotógrafos do Império: a fotografia brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2005. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Slaves_in_coffee_farm_by_marc_ferrez_1885.jpg?uselang=pt-br

Portanto, não seria a insuficiente mão de obra do liberto que daria conta da expansão de cultivos de exportação e do aproveitamento de uma nova riqueza em alta nos mercados internacionais: a borracha da Amazônia. As alternativas disponíveis estavam na atração de imigrantes europeus (os japoneses só chegariam na primeira década do século XX) ou no recrutamento das gentes dos extensos sertões interioranos de norte a sul do território.

Desde os tempos do “meio natural”, se dera um contínuo povoamento, pouco denso é bem verdade, numa economia de subsistência associada à criação extensiva de gado de corte bovino e de animais de montaria e de carga ou a algum produto típico regional, a exemplo do algodão nativo no Nordeste, da erva mate no Paraná e em Mato Grosso ou da banha de porco no interior mineiro.

A economia sertaneja esteve, desde o início da história do país, articulada às áreas ou aos núcleos de povoamento do Pará, do Maranhão, do nordeste açucareiro e da região aurífera mineira/Rio de Janeiro/São Paulo, conforme apresentamos na aula 2.

Quando os mercados externos se aqueciam, os núcleos de produção de exportação rapidamente buscavam nos sertões gêneros alimentícios, animais de carga, matérias-primas diversas e mão de obra (inclusive indígena) necessária ao aumento da produção. As economias sertanejas experimentavam, em consequência, um crescimento no volume de comércio e de circulação de moeda em suas vilas e cidades.

Quando o mercado externo se retraía, os núcleos de povoamento e produção de artigos tropicais e de minérios também se retraíam. Partes dessas mesmas regiões de exportação pareciam entrar em latência, tornando-se também economias de subsistência e de pecuária extensiva com pouca circulação de moeda.

Na economia sertaneja, os caipiras, tabaréus ou caboclos e suas famílias viviam em terras que não lhes pertenciam. Utilizavam-se das queimadas para abertura de matas virgens, derrubada de vegetação secundária (capoeirões) ou de limpeza de campos naturais ou de pastos já formados.

O caboclo tinha seu dia a dia ligado à roça e à criação de gado. A roça dava à família cabocla a alimentação básica. Nos pastos e eventuais lavouras com significado comercial, havia o trabalho para o fazendeiro, quase sempre em regime de parceria.

Quanto maior a família cabocla, maior o interesse dos fazendeiros – que muitas vezes não residiam nas fazendas e sim nos arraiais e vilas ou nas capitais das províncias – pois haveria mais braços, mais votos de cabresto e mais gente para defender o coronel ou o chefe político, inclusive com recurso à violência.

A vida nos sertões de norte a sul do Brasil era de forte religiosidade e misticismo, mesclando ícones católicos, africanos e ameríndios. Líderes místicos e beatos peregrinos surgiam e conviviam com a presença nem sempre constante dos padres e bispos. Havia, no ambiente sertanejo, as marcas do “sebastianismo”, crença messiânica de origem portuguesa ligada ao mito do rei D. Sebastião – morto e perdido em uma batalha contra os mouros do

norte da África, em 1578. Acreditava-se que ele voltaria, trazendo a redenção, a salvação, a justiça e a felicidade.

Às vezes, o misticismo se unia ao catolicismo, criando figuras de enorme influência popular e poder político, a exemplo do que viria a ser, no caso do nordeste brasileiro, o padre Cícero Romão Batista (1844-1934), o “Padim-Ciço”.



Figura 7.28: O Padre Cícero aos 80 anos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Padre_C%C3%ADcero_c._1924.jpg

O crescimento vegetativo das populações caboclas significava sempre a procura por mais terras virgens, o que não as livrava do controle político. A legislação de terras era sempre favorável aos grandes fazendeiros, seja no tempo da concessão de sesmarias

(até 1822), seja depois, com o advento da Lei de Terras de 1850, conforme já apresentamos em aulas anteriores. A fronteira agrícola se deslocava para o oeste ou aproveitava os enclaves de matas virgens em terras indígenas, mantendo suas estruturas sociais e políticas.



O coronel Bimbim e a “Serra dos Aimorés”

Para ilustrar o poder de um coronel ou chefe da política (e polícia) dos sertões do Brasil, indicamos a visita ao site: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/coronel-bimbim.html>.

Você poderá conhecer a história do capixaba Secundino Cypriano, o coronel Bimbim, que foi o senhor da política, da polícia, de jagunços, da vida e da morte entre as décadas de 1920 e 1960, no noroeste do Espírito Santo, no Vale do Rio Doce. Veja, não estamos falando do século XVIII! Essa região, denominada como Zona Contestada, foi alvo de disputa entre os estados de Minas e Espírito Santo. Desde o Império, não haviam sido definidas as divisas corretas entre os dois estados. Era uma área de matas virgens e terras indígenas, a Serra dos Aimorés, com grande potencial de expansão para a cafeicultura. Isso gerava violência na apropriação da terra, entre grandes fazendeiros, pequenos proprietários, posseiros e indígenas.

A questão da definição de jurisdição mineira ou capixaba somente seria resolvida no início dos anos 1960. Sobre o assunto, há o artigo intitulado

A resolução de fronteiras Minas Gerais-Espírito Santo na zona do Contestado, de Helcio Ribeiro Campos, disponível pelo site: <http://www.revista-geonorte.ufam.edu.br/attachments/article/14/A%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20DE%20FRONTEIRAS%20MINAS%20GERAIS-ESP%C3%8DRITO%20SANTO%20NA%20ZONA%20DO%20CONTESTADO.pdf>

Mas quanta gente sertaneja havia que poderia ser direcionada para a manutenção/expansão de cafezais do Sudeste, para as novas lavouras de cacau e fumo da Bahia ou para os seringais da Amazônia? Não era uma resposta fácil, em razão da inexistência de informações e dados demográficos confiáveis naquela época.

Uma indicação para os sertões do Nordeste semiárido, contudo, é encontrada no que escreveu o senador Teófilo Ottoni (citado na aula 5), em 1865, quando apresentou com seu irmão, Cristiano Ottoni, o projeto da Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil) para ligar o Rio de Janeiro ao Vale do São Francisco:

A população do Rio São Francisco podia viver com seus próprios recursos, no todo independente do estrangeiro. Hoje, exportando, somente, algum gado, couros, salitre, ouro, pedras preciosas, excepcionalmente algum algodão, mal tem pelo isolamento em que existe por falta de vias de comunicação, com que pagar o retorno de sua pequena importação. Tem se gasto rios de dinheiro para importar colonos europeus cuja passagem e estabelecimento no país custa mais de 200\$000 réis por cabeça. E temos um milhão de colonos abandonados às margens do São Francisco, e que só pedem que transportemos para os mercados de beiramar os frutos com que a natureza ali retribui literalmente o trabalho do homem. Um milhão de sertanejos do Rio São

Francisco estaria contribuindo para a riqueza pública muito mais vantajosamente do que os colonos europeus, logo que se empregasse em trilhos com direção ao grande rio 20.000 ou 30.000 contos de réis. Alguns aconselham que se procure atrair para a Corte esta população inútil que vegeta no interior, mas o sertanejo que tem forte a família, plantando algumas covas de mandioca e uma touceira de cana à beira do rio, onde o surubim ou o dourado está no curral cevado perpetuamente e acode ao anzolinho na maior sofreguidão, não se desloca facilmente do Eldorado em que vive.

Fonte: OTTONI, Teófilo B. Considerações sobre uma rede de comunicações fluviais e férreas, tendo por tronco principal a Estrada de Ferro D. Pedro II, e o Rio São Francisco com os seus afluentes navegáveis, e sobre diversos ramais, a decretar pela Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. *Correio Mercantil*, edição de 03 de maio de 1865. *Jornal do Partido Liberal*, Império Brasileiro. Acervo da Biblioteca Nacional.

Mas nem toda a “população inútil” do interior do Nordeste estava às margens do “eldorado” do São Francisco. Havia aqueles que estavam no vasto interior semiárido, cujos rios eram intermitentes, e os períodos de longas estiagens traziam sofrimentos ainda mais intensos.

Para muitos, só restava abandonar suas poucas posses, reunir a família e se “retirar” a pé, rumo ao litoral nordestino ou aonde fosse possível chegar e encontrar terra e água... mesmo que em terra de outros fazendeiros. Grande número falecia nessa travessia das caatingas secas, castigados por uma natureza rústica, pela fome e pela ação de bandoleiros e assaltantes. O mais curioso é que, voltando a chover, o retirante regressava ao mesmo sertão, conforme escreveu Euclides da Cunha, em 1902:

O (vento) nordeste persiste intenso, rolante, pelas chapadas, zunindo em prolongações uivadas na galhada estrepitante das caatingas e o Sol alastra, reverberando no firmamento

claro, os incêndios inextinguíveis da canícula. O sertanejo assoberbado de reveses, dobra-se afinal. Passa certo dia, à sua porta, a primeira turma de 'retirantes'. Vê-a, assombrado, atravessar o terreiro, miseranda, desaparecendo adiante, numa nuvem de poeira, na curva do caminho... No outro dia, outra. E outras. É o sertão que se esvazia. Não resiste mais. Amatula-se num daqueles bandos, que lá se vão caminho em fora, debruando de ossadas as veredas, e lá se vai ele no êxodo penosíssimo para a costa, para as serras distantes, para quaisquer lugares onde o não mate o elemento primordial da vida. Atinge-os. Salva-se. Passam-se meses. Acaba-se o flagelo. Ei-lo de volta. Vence-o saudade do sertão. Remigra. E torna feliz, revigorando, cantando; esquecido de infortúnios, buscando as mesmas horas passageiras da ventura perdida e instável, os mesmos dias longos de transe e provações demorados.

Fonte: CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional, p. 53. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>

Em 1877/79, por exemplo, deu-se uma das mais fortes secas já registradas na história do país. Seus efeitos alteraram drasticamente a vida de mais de 2.000.000 de pessoas, com cerca de 500.000 mortos, nas estimativas do engenheiro André Rebouças. D. Pedro II, atestando o sofrimento sertanejo, a propósito, chegou a prometer que venderia as "jóias da Coroa" para dar solução ao problema das secas...



Figura 7.29: Retirantes da Seca de 1877 no Ceará.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Icon838865.jpg>



O Quinze, de Rachel de Queiroz

Um romance sobre as secas e o povo sertanejo importante é *O Quinze*, publicado em 1930.

A autora, Rachel de Queiroz (1910-2003), da Academia Brasileira de Letras, produziu uma obra que versa sobre temáticas nordestinas e brasileiras. A leitura de *O Quinze* permite uma avaliação do que foi a grande seca de 1915.

É uma excelente dica para o trabalho, em conjunto com os colegas de História e Português-Literatura, no Ensino Básico sobre a questão das secas e do sofrimento do povo sertanejo nordestino.

Vale a pena conferir!

Mas trazer a sofrida gente do semiárido sertanejo para a agricultura de exportação do café não foi a opção preferida nem pela República nem pelos grandes produtores de exportação num primeiro momento. No campo político, tirar essa população do interior nordestino para o Sul seria interferir no poder de chefes políticos e coronéis correligionários.

Entre os cafeicultores, por sua vez, havia um certo preconceito contra o caboclo, conforme Celso Furtado nos relata:

As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola, às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a 'grande lavoura'. Em consequência, mesmo na época em que mais incerta parecia a solução do problema de mão-de-obra, não evoluiu no país a ideia de um amplo recrutamento interno financiado pelo governo.

Fonte: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p.123-124.

O fato é que esse grande, sofrido e disperso contingente de brasileiros sertanejos do Nordeste pecuário não poderia ser totalmente aproveitado, nem mesmo na economia do açúcar do litoral. Os engenhos haviam se modernizado nas últimas décadas do século XIX, dada uma maior concorrência internacional, transformando-se em usinas de maior produtividade. Não havia, então, forte demanda por mão de obra adicional no nordeste açucareiro, mesmo com o fim da escravidão, segundo Celso Furtado.

O sertanejo nordestino seria visto, isto sim, como opção para o abastecimento da mão de obra necessária para a expansão dos cultivos de cacau e fumo no litoral da Bahia e ainda para o extrativismo da borracha nos longínquos vales amazônicos.

A migração sertaneja para a região norte continuaria a acontecer, a propósito, mesmo após o fim da República Velha, sendo estimulada nos anos 1970 pela construção da Transamazônica e por projetos de colonização de interesse da ditadura militar, sem contar os grandes projetos minerais, os garimpos e a própria expansão espontânea (posseiros) da fronteira agropecuária.

Para o Sudeste, a população do nordeste tanto do litoral quanto do sertão começaria a vir em números significativos, nas primeiras décadas do século XX. Suas migrações para o centro-sul acompanharam o processo de mudança da estrutura em “arquipélago” ou “ilhas econômicas” para uma estrutura de mercado interno interligado pelo funcionamento de uma rede urbana-metropolitana comandada pelo triângulo Rio - São Paulo - Belo Horizonte.

Para a interligação do centro-sul ao nordeste e para a vinda de seus migrantes, haveria que se investir em rodovias. Isso ficaria claro pelo art. 32 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1946, quando determinava que:

Dentro de dois anos, a contar da promulgação deste Ato, a União deverá concluir a rodovia Rio-Nordeste (a Rio-Bahia, atual BR-116 Norte).

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm

A Guerra de Canudos (1896-1897)

Novamente, temos, numa caricatura de Ângelo Agostini, a possibilidade de visitar o ambiente político na capital do país, no final do século XIX. Desta vez, a charge é sobre Canudos.



Figura 7.30: Antonio Conselheiro e a República. Charge de Ângelo Agostini publicada pela *Revista Illustrada*, em 1896.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Conselheiro_Revista_illustrada.jpg

Para os defensores do novo regime no Centro-Sul do país, a liderança do místico cearense Antonio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), o beato Antonio Conselheiro, sobre os mais de 20.000 habitantes do Arraial de Canudos era, antes de tudo, uma reação monarquista à República – a exemplo do que haviam sido as Revoltas da Armada e a Revolução Federalista.

A República dos militares positivistas e das oligarquias, representada na caricatura de Agostini pela versão brasileira da “Marianne”, iria mais uma vez se valer de sua força militar. Na verdade, não se tinha no Rio de Janeiro a devida noção da complexidade social da questão, nem das dificuldades de operação naqueles confins da Bahia. Pensava-se que seria uma rápida intervenção da força pública.



Figura 7.31: A localização do Arraial de Canudos (BA).
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Canudos-map.jpg>



A repressão a movimentos messiânicos no Nordeste antes de Canudos

Reprimir comunidades místicas sertanejas, como a de Canudos, não era de todo uma novidade para o Estado brasileiro. Durante o Império, mais precisamente em Pernambuco, registraram-se dois casos: o da Serra do Rodeador, no município de Bonito, em 1819-1820; e o da Serra Formosa, em São José do Belmonte, no período de 1836 a 1838.

Para você ter mais informações sobre sebastianismo e movimentos messiânicos em Pernambuco durante o Império, não deixe de acessar o site: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=419&Itemid=1.

Os jacobinos da República viam no sebastianismo algo que mantinha a Monarquia no imaginário popular. Era fato que o beato Conselheiro pregava contra a obrigatoriedade do casamento civil, a cobrança de impostos e a separação entre Igreja e Estado, vindas com a Constituição de 1891. E havia o boato (um óbvio exagero) de que Conselheiro poderia levar seus tabaréus para atacar Salvador...

Canudos envolvia a questão das relações de trabalho nas fazendas de toda a região semiárida nordestina. O beato havia montado uma comunidade de trabalho coletivo e sem propriedade da terra, sendo seus eventuais excedentes de produção (principalmente couros de gado caprino) vendidos nas cidades do entorno, principalmente em Juazeiro (BA).

Na imprensa da época, relatava-se que famílias inteiras abandonavam o trabalho nas fazendas, em vilarejos e nas cidades – até do litoral. Vendiam suas poucas posses e bens para viver em Belo Monte – o nome dado por Conselheiro ao arraial que fundara,

em 1893, nas ruínas da sede de uma fazenda abandonada no Vale do Rio Vaza-Barris. Em poucos anos, crescera a ponto de ser a segunda maior aglomeração de população da Bahia, somente atrás de Salvador.

O caboclo havia, desde o início da colonização, convivido e incorporado hábitos e costumes políticos ligados a lideranças que se baseavam em códigos de honra e fidelidade, em força bruta e em religião. Estava distante de sua realidade o debate elaborado sobre vantagens e desvantagens da Monarquia ou da República para o futuro do país.

O sertanejo, de pouca ou nenhuma instrução formal, vivera desde sempre num mundo distante, em que estavam presentes o messianismo, o coronelismo e o cangaço.



Cangaceiros e jagunços



Figura 7.32: Encontro do bando do cangaceiro Lampião com o arqueólogo Benjamim Abrahão (sem chapéu, à esquerda). Autoria de Benjamim Abrahão (1937).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:1886lampiao5g.jpg?uselang=pt-br>

Cangaceiros e jagunços não são a mesma coisa. Você sabe qual é a principal diferença?

O jagunço trabalhava para o fazendeiro, para o coronel. Cometia crimes sob o comando destes. Por vezes, o jagunço era também agregado, vaqueiro, lavrador. Alguns de seus filhos podiam ser afilhados do coronel ou agregados à casa da fazenda em serviços domésticos. Já o cangaceiro era um bandoleiro. Sem localização fixa, andava pelos sertões assaltando, pilhando, extorquindo. Poderia realizar crimes encomendados por poderosos, mas não lhes era submisso. É muito polêmica a interpretação do cangaço como fenômeno sociológico. Para os mais conservadores, tratava-se meramente de banditismo. Para os mais críticos, o cangaço era uma resposta violenta às estruturas de poder coronelista e do próprio Estado.

Sugerimos que você acesse o site <http://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/a-rota-do-cangaco>. Nele, há uma reportagem produzida pela TV Brasil sobre o cangaço, o sertão e aspectos da cultura nordestina.

Confira!

O beato, seus jagunços e fiéis estavam armados com bacamartes (rudes garruchas de bocas largas que eram carregadas com chumbo e pólvora), espingardas, pistolas, facas, ferros de gado, foices, facões. Parecia óbvio que não seriam páreo para o Exército brasileiro com um número maior de soldados e com armamento pesado – inclusive canhões. Porém, os fatos mostrariam a capacidade de luta e a competência das táticas de guerrilha dos jagunços sertanejos, sendo necessárias quatro campanhas militares para derrotá-los.

Antonio Conselheiro era, sem dúvida, uma figura carismática. Filho de família de comerciantes de Quixeramobim (CE), teve estudo,

foi cacheiro-viajante e chegou a ser um rábula (advogado prático, isto é, sem curso formal em Direito). Sua história pessoal foi marcada pela humilhação de ter sido traído pela esposa. Desequilibrado emocionalmente, passou a vagar pelo interior nordestino, onde teve contato com o popular e peregrino padre José Ibiapina (1806-1883), defensor dos pequenos agricultores e difusor de práticas de caridade.

Em suas andanças pelos sertões, Conselheiro pregava ao seu modo o evangelho e ainda era consultado sobre questões pessoais e familiares. Era construtor de igrejas e falava da certeza da proximidade do fim do mundo e dos tempos. Após a grande seca de 1877, sua fama cresceu ainda mais entre as populações do Nordeste, inclusive entre as do litoral. Com isso, passava a ser um problema potencial para os coronéis e chefes políticos, inclusive os das capitais. Fora preso antes, em 1876, acusado da morte da esposa. Conseguiu provar, contudo, sua inocência.

Em 1893, fundaria seu arraial numa localização relativamente isolada, desde tempos coloniais, no alto-vale do Rio Vaza-Barris. O relevo é aí planáltico e movimentado, em que há alguns picos e serras altas e íngremes, a exemplo das Serra de Monte Santo e do Cambaio, além do Morro da **Favela**. O beato escolheu um fundo de vale, embora o chamasse de Belo Monte.

O fundo do vale, de fato, seria facilmente bombardeado por canhões, mas seria muito difícil levá-los até lá, atravessando as caatingas sem estradas. Já invasões por forças convencionais de infantaria teriam de entrar por um sem número de vielas e becos, o que facilitaria a defesa da comunidade – conforme Euclides da Cunha, de forma detalhada, reportou em *Os Sertões*.

A bacia do Vaza-Barris tem 450 km de extensão, com nascentes no município de Uauá (BA) e (belíssima) foz na Praia do Mosqueiro, próxima a Aracaju (SE). Corta uma das regiões mais áridas do Nordeste. É um rio intermitente, característica abrandada em 1969 pela construção do grande açude de Cocorobó, que inundaria as ruínas de Canudos.

Favela

É um vegetal do bioma da Caatinga, comum na região de Canudos. Um dos morros próximos ao arraial tinha sua toponímia associada à existência desse arbusto. Em 1897, soldados veteranos de Canudos obtiveram a permissão do governo federal para construir barracos para moradia no Morro da Providência, no Rio de Janeiro. O aspecto pobre e precário dessa ocupação evocava Canudos, daí a referência ao Morro da Favela. Essa é a origem do termo que se difundiu pelo país, quando se trata de moradia ou comunidade popular em área não titulada e de urbanização espontânea.

O isolamento da região em tela decorreu do próprio processo de conquista e ocupação do interior sertanejo nordestino. Era um dos territórios das tribos do macro tronco jê, e a circulação de pessoas e de comércio, em direção ao vale do São Francisco mais a oeste, estivera proibida pela Coroa portuguesa até o início do século XIX, em razão do controle da produção de ouro e pedras preciosas (conforme já observamos em aulas anteriores).

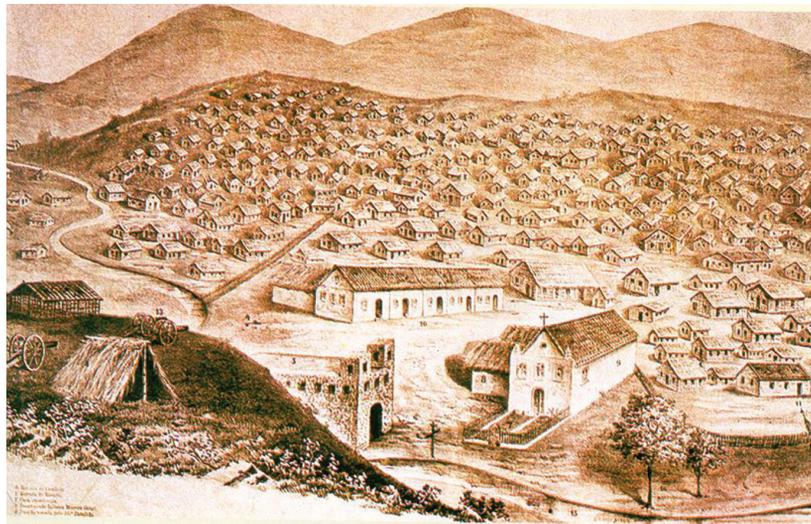


Figura 7.33: Belo Monte ou o Arraial de Canudos.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Canudos.jpg>

A repressão pela República a Canudos teve como estopim boatos de que o beato e seus “cabras” estariam para invadir, entre outubro e novembro de 1896, a cidade de Juazeiro (BA), mais a oeste, já no Vale do São Francisco. O motivo seria obter à força uma carga de madeiras para a construção de uma igreja em Belo Monte – mercadoria que não fora entregue por comerciantes de Juazeiro, embora pagas anteriormente.

Avisado pelas autoridades de Juazeiro, o governo estadual enviou cem policiais sob o comando de um tenente para impor a ordem na região. A tropa foi surpreendida e rechaçada (com 10 mortos e 17 feridos) em um ataque noturno, no município de Uauá.

O governo de Salvador, então, demandaria ao governo federal a intervenção de forças do Exército.

Ainda no final do mesmo mês de novembro de 1896, era enviada uma força tarefa com cerca de 540 soldados e quatorze oficiais, duas metralhadoras e dois canhões. Em meados de janeiro de 1897, os “cabras” de Conselheiro já a haviam batido e humilhado, tomando o armamento e as munições.

Em março de 1897, nova expedição procura vingar as derrotas anteriores. Desta vez, viria sob o comando do coronel Moreira César, conhecido nacionalmente pela ferocidade com que derrotara a Revolução Federalista em Santa Catarina, em 1893 (degolara prisioneiros antes mesmo que fossem enviados a julgamento). Eram agora 1.300 soldados, mais oficiais, metralhadoras, fuzis, quatro canhões e 15 milhões de cartuchos, segundo o historiador Eduardo Bueno. Novamente, a capacidade dos jagunços, liderados por um certo Pajeú, derrotaria as tropas da República. O coronel Moreira César seria morto em combate – após tomar a decisão de entrar com uma infantaria despreparada no labirinto das vielas e becos do Belo Monte.

A morte de Moreira César criou sensacionalismo na imprensa do Rio de Janeiro, o que aumentou a paranoia da República jacobina e oligárquica, com relação à força da Monarquia. O governo federal, então, organizaria, em abril de 1897, mais uma força para exterminar Conselheiro e seu povo caboclo. Dividida em dois grupos, eram 4.350 homens comandados por dois generais – um deles o próprio ministro do Exército. Traziam 700 toneladas de munição, metralhadoras, canhões. Um desses canhões era tão grande que precisava de uma junta de 20 bois para lentamente movimentá-lo.

Foram necessários mais três mil homens para vencer os homens de Conselheiro. Os combatentes de ambos os lados não eram feitos prisioneiros: eram degolados. Em 05 de outubro de 1897, o Exército entrou em Canudos, encontrando e matando seus últimos defensores: dois adultos, um velho e um garoto.

Conselheiro havia morrido antes em 22 de setembro, provavelmente, em razão de doença gastrointestinal ou cardíaca. Sua cabeça seria cortada e mandada para estudos em Salvador. Lá, um médico legista e antropólogo de renome à época, Nina Rodrigues (1862-1906), procuraria em seu cérebro provas para teses – consideradas então como científicas – das relações deterministas entre raças, suposta inferioridade da mestiçagem e tendências ao crime... Não encontraria, contudo, algo que pudesse comprovar tais preconceitos.



Figura 7.34: Mulheres e crianças: as remanescentes de Canudos. A autoria de Flávio de Barros (1897).

Fonte: LAGO, Bia Corrêa do. *Os fotógrafos do Império: a fotografia brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2005. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Canudos_rebels.jpg

Era povoado por posseiros e indígenas, sendo que sua economia seria alterada com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, a partir de 1900. Os pinheirais começaram a ser derrubados e sua madeira exportada por uma empresa pertencente a um empresário norte-americano de nome Percival Farquhar (1864-1963).

As tensões entre a população, os interesses da ferrovia (que trazia um projeto de colonização) e dos tradicionais fazendeiros da erva-mate logo se fariam presentes, sendo que um líder místico sebastianista surgiria, o beato José Maria. Este fundaria um arraial, uma comunidade com cerca de 2.000 pessoas, a “Monarquia Celeste”, no atual município de Irani (SC). Isso, obviamente, gerava a reação dos fazendeiros, que passaram a reclamar a repressão pela força pública estadual e federal.

A rebelião do povo caboclo do Contestado terminaria somente em 1916, com cerca de 20.000 mortos, após dominarem 25.000 km² (território maior que o Estado de Sergipe: 21.000 km²). Oito expedições foram organizadas pelo governo federal, sendo sua atuação semelhante a de Canudos, mas com uma diferença ainda mais desfavorável aos caboclos: o uso de aviação militar pela primeira vez no Brasil!

Mais detalhes sobre o Contestado e o exército de 5.000 caboclos ou “pelados” (por terem seus cabelos raspados, quando presos pela polícia) estão no vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=4082LGP3A8Y>, produzido pela RPC TV e que foi ao ar em 20 de abril de 2012.

Euclides da Cunha e Os Sertões



Figura 7.36: Euclides da Cunha (1900).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Euclides_da_Cunha.jpg?uselang=pt-br

Na última expedição enviada para a destruição de Canudos, o jornal *O Estado de São Paulo* destinou como repórter o engenheiro Euclides da Cunha, de formação militar e positivista, mas que também se apresentava como geólogo e geógrafo. Talvez, por isso, o livro que escreveria com as memórias e observações da campanha de Canudos começaria pela discussão sobre as relações entre o clima, a vegetação, o relevo, a paisagem sobre o sertanejo, o caboclo, o tabaréu, o caipira.

Para Cunha, o sertanejo do semiárido era uma das “sub-raças” que a mestiçagem criara no imenso território brasileiro. Em cada parte do país, a mestiçagem teria criado tipos diferentes. Nos sertões pecuários, por exemplo, criara o gaúcho, ao mesmo tempo em que criara o vaqueiro do norte de Minas ao Piauí, da Bahia a Mato Grosso. Um preparado para os campos limpos do Pampa,

o outro adaptado como ninguém a buscar o gado por entre uma vegetação de campos sujos, cerrados e caatingas.

O sertanejo nordestino seria um forte antes de tudo, preparado para viver num ambiente que ora apresenta-se acolhedor (nas estações chuvosas) ora apresenta-se como um deserto. O problema é que a permanência de uma agricultura de roçados, herdada dos indígenas, mantinha a prática da queimada, que deteriorava os solos – já mal tratados e endurecidos pela inclemência do sol forte nas secas e pelas enxurradas das estações chuvosas. Para Cunha, as secas, todavia, seriam algo com que se poderia conviver, desde que se definissem as técnicas corretas. A mera construção de açudes, iniciada desde a grande seca de 1877, seria na visão dele um erro enorme.

Para Euclides da Cunha, as campanhas do Exército brasileiro foram um crime contra esse sertanejo, o qual ainda tinha de conviver com o atraso das estruturas sociais e do misticismo. Talvez, sem a obra de Cunha, a destruição de Canudos tivesse passado como algo menor para a história e para a geografia brasileiras.

Foi com *Os Sertões* que se rompeu com a perspectiva de idealização do bom selvagem e de um brasileiro monumental (e branco), perspectiva essa inaugurada nas artes, na música e na literatura ainda nos tempos do Império por Pedro II (sobre a qual já tecemos maiores comentários em aulas anteriores).

Mas Euclides da Cunha era positivista e determinista. E nisso ele expressava algo que o angustiava: as sub-raças brasileiras estariam condenadas ao desaparecimento, pois seriam incapazes de competir com o europeu não ibérico que imigrava para o país? O que o Exército havia feito era, como um “mercenário inconsciente”, abrir espaço pela eliminação de população sertaneja à entrada de uma civilização supostamente superior:

O *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo e o *caipira* simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas.

Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo.

A civilização avançará nos sertões, impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumplowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.

Fonte: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. v. 1. p. 01. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>

Contudo, ao publicar o livro, Cunha influenciaria uma geração posterior das elites brasileiras, de bases nacionalistas. Essa geração teria, a partir da década de 1920, a possibilidade de buscar, nas raízes do Brasil e na complexidade social e étnica do povo, justamente os elementos para a sua modernização. Isso requereria a assunção pelo Estado de um projeto de educação nacional.

A “Marianne” teria que mudar algo em sua relação com o povo. Teria que valorizá-lo pela educação. Seria com Getúlio Vargas no poder, nos anos 1930, que a perspectiva de valorização da educação se iniciaria, mesmo com todas as suas contradições e limitações verificadas até os dias de hoje. Para Vargas, a educação não seria “matéria de salvação nacional”. Falamos sobre isso na primeira aula do curso, lembra-se? Faça uma revisão.



Os Sertões

A obra de Euclides da Cunha merece uma leitura que observe que ele era um homem de seu tempo. Portanto, seus pontos de vista e mesmo preconceitos têm de ser compreendidos dentro do contexto da implantação da República e da própria evolução histórica daquele período.

Os Sertões é um livro de leitura densa, mas que pode ser trabalhado em conjunto com os colegas de Literatura e História. Você ainda tem hoje muito material adaptado ao ensino disponível na web.

No site <http://cmais.com.br/aloescola/estudos-brasileiros/sertoos/index.htm>, você tem acesso a um rico material sobre *Os Sertões*, produzido para sala de aula pela Fundação Padre Anchieta e TV Cultura de São Paulo.

Além disso, há uma adaptação para o cinema com direção de Sérgio Rezende, lançada em 2001. O filme, intitulado *Guerra de Canudos* é estrelado por José Wilker e Cláudia Abreu, além de grande elenco. Vamos em frente!



Atende ao Objetivo 3

Caro (a) aluno (a),

observe a charge de Ângelo Agostini, a seguir. O militar em destaque era o general Arthur Oscar, que comandou a última campanha a Canudos.

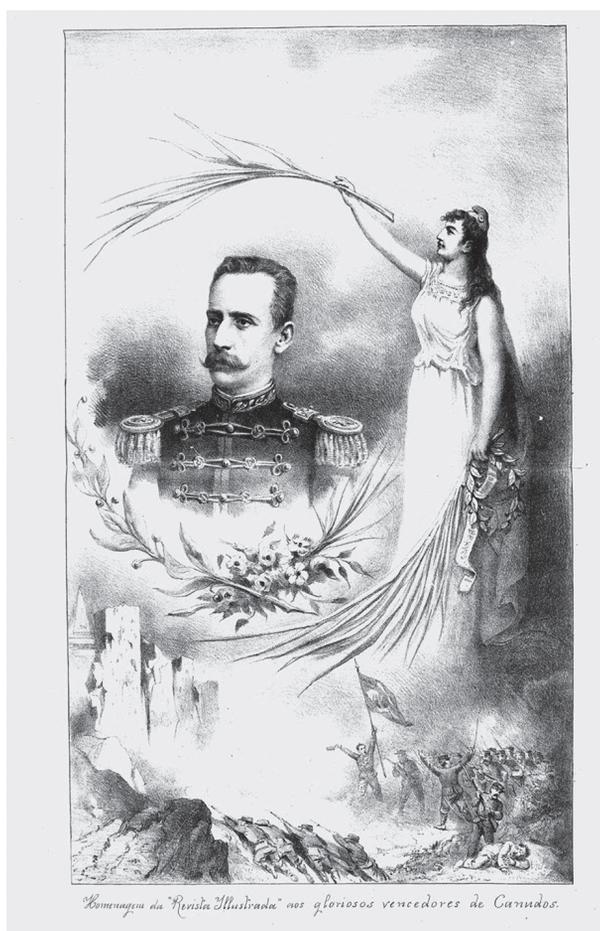


Figura 7.37: Legenda: “Homenagem da Revista Illustrada aos gloriosos vencedores de Canudos.” Revista Illustrada, 1897, n. 734. Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747&PagFis=3566&Pesq=O%20Carnaval%20de%201897->

Considerando o fato de que a *Revista Ilustrada* era uma publicação tradicionalmente republicana e o que escrevemos sobre a obra *Os Sertões*, destaque dois aspectos da charge que se mostram bastante diferentes do que foi a campanha de Canudos.

Respostas Comentadas

I) As campanhas não foram gloriosas, afinal a República desconhecia a complexidade da questão social nos confins dos sertões, menosprezava seu povo e usou seu exército para matar gente muito pobre, sofrida, mas capaz de lutar com o conhecimento de seu espaço vivido.

II) Agostini representou Canudos como uma fortaleza que faz lembrar a Bastilha, a prisão que representava o poder da monarquia francesa antes da Revolução de 1789. Além disso, Canudos estava num vale e não numa posição mais elevada.

A Questão Acreana e os fluxos de população para a Amazônia

Durante a II Revolução Industrial, a borracha se transformaria em um dos maiores negócios, no que toca a matérias-primas tropicais/equatoriais. A seringueira, o látex, a borracha já eram conhecidos pelo indígena. Desde o início da colonização das Américas, os europeus aprenderam a utilizar alguns artefatos de borracha, mas não tinha isso grande significado comercial.

Ao longo do século XIX, descobriram-se métodos de beneficiamento que permitiram uma ampliação do uso da borracha, inclusive como isolamento para fiações elétricas, como correias de transmissão dos motores industriais e como pneumáticos. O crescimento da demanda por látex seria, com isso, exponencial.

Em resposta, a produção brasileira cresceria bastante. Em 1840, a exportação média anual de borracha era de 460 toneladas. Em 1850, 1.900 toneladas/ano. No decênio seguinte, 3.700 toneladas/ano. Em 1870, mais de 6.000 toneladas/ano. Em 1880, 11.000 toneladas/ano. Em 1890, 21.000 toneladas/ano. Em 1910, 35.000 toneladas/ano. De 45 libras esterlinas por tonelada em 1840, as cotações internacionais chegariam a mais de 500 libras, em 1909/1911, segundo Celso Furtado.

Se a elevação de preços demonstrava a elevação da demanda, demonstrava ainda a dificuldade de crescimento da oferta. Somente após a I Guerra Mundial, a borracha amazônica iria perder a sua importância, considerando o desenvolvimento dos seringais plantados na Malásia pelos ingleses e o aproveitamento das florestas equatoriais no Congo pelos belgas. Após a II Guerra, seria a vez do desenvolvimento da borracha sintética.

O fato é que, na virada do século XIX para o século XX, a economia do meio técnico dependia de seringais nativos. Na Amazônia, as concentrações da *Hevea brasiliensis*, nome científico da seringueira brasileira, ocorrem no Vale do Rio Tocantins, no sul do Pará, e no extremo oeste do Amazonas, no Vale do Rio Acre, afluente do Rio Purus, e na fronteira com a Bolívia e com o Peru.

Outro obstáculo ao incremento da produção estava na questão da mão de obra escassa. A solução viria pela atração da mão de obra sertaneja nordestina, especialmente a dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Celso Furtado observa que, entre 1872 e 1900, as populações do Amazonas e do Pará cresceram de 329.000 habitantes para 695.000 habitantes. Descontado o crescimento vegetativo de cerca de 1%, estima-se que teria sido da

ordem de 260.000 o número de nordestinos que ingressaram na região – fora aqueles que entraram diretamente no Acre, que, à época, era território em litígio com a Bolívia. Na década de 1910, a vinda de migrantes não deve ter sido menor, ou seja, cerca de 500.000 pessoas entraram na Amazônia em poucas décadas.

A geografia da borracha era a da localização das populações ao longo dos rios. Por eles, os trabalhadores chegavam ao “Inferno Verde”, iludidos com as histórias de riqueza rápida e fácil. Viam logo depois que estavam presos a uma economia semiassalariada, quase semisservil. Tendo de pagar as despesas de viagem/ instalação e sendo obrigados a comprar víveres e outras mercadorias essenciais no barracão do seringal, os nordestinos viviam um ciclo de endividamento e de exploração. Não lhes era permitido sequer plantar um roçado para subsistência. Com isso, os efeitos em matéria de organização de um mercado regional não ocorreriam.

Do ponto de vista territorial, além de uma maior ocupação dos vales amazônicos, o ciclo da borracha legou o acréscimo de mais 164.122 km² ao país, ou seja, o estado do Acre, anexado à Bolívia.

A Questão Acreana, em linhas gerais, decorreu da busca por seringais de maior produtividade em uma região de fronteiras ainda não perfeitamente demarcadas.

Derrotando forças do Exército boliviano, os sertanejos/ seringueiros – liderados por um gaúcho de nome Plácido de Castro – conquistaram o Vale do Rio Acre. A regularização da anexação ao Brasil somente ocorreria em 1903, com o Tratado de Petrópolis, que teve como grande figura o diplomata e geógrafo José Maria da Silva Paranhos Jr. (1845-1912), o Barão do Rio Branco.

Em linhas gerais, o Brasil teve de indenizar a Bolívia em 2 milhões de libras esterlinas e construir uma ferrovia que ligaria os Vales do Rio Madeira e Mamoré, entre Guajará-Mirim (RO) e Porto Velho (RO), para permitir que a Bolívia pudesse ter acesso ao Atlântico pelo Amazonas, a partir da fronteira em Rondônia (antigo território federal do Guaporé).



A estrada de ferro Madeira Mamoré

Pelo site http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=51&Itemid=73, você poderá conhecer melhor a história dessa ferrovia que operou entre 1912 e 1972. Mais de 1.500 operários (num total de cerca de 20.000) padeceram durante sua construção. Era um projeto que articulava o trem à navegação por dois vales fluviais. Estava presente como investidor o empresário Percival Farquhar, o mesmo da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, aquela que, cruzando o Contestado, em Santa Catarina e no Paraná, exportava madeira de lei extraída de terras ocupadas por posseiros e caboclos. Talvez fosse esse um outro grande negócio que se exploraria naqueles confins da Amazônia, mas Farquhar iria à falência em 1918.

Do ponto de vista empresarial, foi um fracasso, uma vez que a Bolívia veio a ter acesso ao Atlântico por outras ferrovias que desciam o Prata, ao invés do Amazonas. Ademais, a crise da borracha, a partir dos anos 1920, a inviabilizaria financeiramente, sendo estatizada nos anos 1930, por iniciativa do presidente Getúlio Vargas. Mas a estrada de ferro era importante ao país, pois atendia a um objetivo geopolítico: permitir as comunicações entre aquela parte da fronteira Amazônia com Manaus e Belém do Pará. Ao longo de seus trilhos, o marechal Cândido Mariano Rondon iria ainda implantar o cabeamento para telegrafia e interagir com inúmeras tribos indígenas desconhecidas ou de pouco contato com a “civilização”.

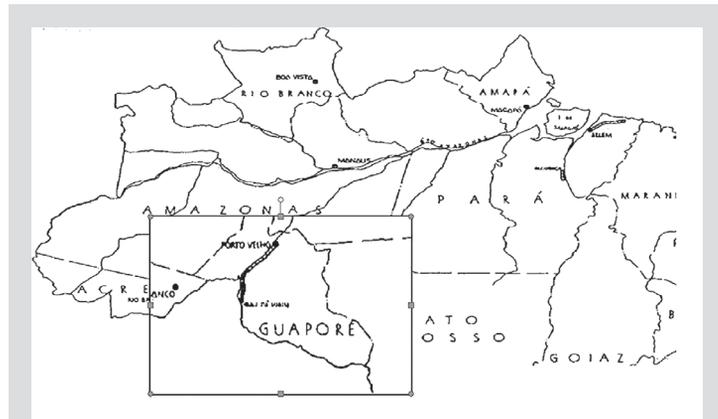


Figura 7.38: Mapa – A ferrovia Madeira Mamoré, em 1954.

Fonte: SILVA, Moacir M. F. Geografia das estradas de ferro brasileiras. ____ Centenário das ferrovias brasileiras. IBGE: Rio de Janeiro, 1954. p. 12.



Atende ao Objetivo 2

3. Leia o texto, a seguir:

O contraste maior entre os dois movimentos migratórios (europeus em São Paulo e nordestinos na Amazônia) resultaria, entretanto, do desenvolvimento subsequente das duas regiões. A economia cafeeira, em meio século de altos e baixos, demonstraria ser suficientemente sólida para prolongar-se num processo de industrialização. Pela metade do século XX, sua população apresentaria um nível de vida relativamente elevado – pelo menos bem mais elevado que o das regiões do sul da Europa de onde havia emigrado. A economia da borracha, ao contrário, entraria em brusca e permanente prostração. A população migrante seria reduzida a condições de extrema miséria, em um meio em que era impossível encontrar uma saída para outro sistema de produção de alguma

rentabilidade. Poucos anos depois estaria reduzida de forma permanente a condições de vida ainda mais precárias que as que havia conhecido em sua região de origem.

Fonte: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p.136 (nota de rodapé, p. 121).

Agora, responda: de que modo o assalariamento pode explicar a diferença entre as economias do café e da borracha na virada do século XIX para o século XX, quando estes eram os produtos de exportação de maior valor?

Resposta Comentada

A riqueza da borracha ficava nas mãos dos seringalistas e de toda uma cadeia de atravessadores estrangeiros e de financiamento das exportações por Manaus e por Belém do Pará. Houve anos em que a riqueza dos seringais foi superior ao que produzira o café no oeste de São Paulo. Contudo, não havia como surgir daí uma economia diversificada, pois, sem uma devida distribuição da riqueza, via salários, não havia como se estruturar um mercado interno regional. Em São Paulo, o ciclo do café praticamente acabaria nos anos 1930, mas havia deixado um incipiente mercado regional potencialmente capaz de liderar toda a economia brasileira.



CONCLUSÃO

A República nasceu positivista e oligárquica, defendendo o Estado como tutor de uma população pobre, pouco instruída e diversa etnicamente – povo fraco segundo o determinismo geográfico e seu caráter pseudocientífico. Algo bem diferente da branquização presente em sua representação por uma mulher europeia, a “Marianne”.

O Brasil republicano nasceu, portanto, desigual e autoritário, embora definisse em sua constituição que o povo era a fonte do poder do Estado. Os governos da chamada República Velha foram marcados pela visão de que “questão social é caso de polícia”, conforme sintetizaria o presidente Washington Luís (1869-1957).

A República Velha, com base em sua legislação constitucional e penal, reprimiria de movimentos militares golpistas a revoltas populares, sempre procurando, num discurso modernizante e positivista, a justificativa para o uso violento e inglório da força do Estado. Em Canudos e no Contestado, além das ruas do Rio de Janeiro na Revolta da Vacina, isso ficaria bem claro.

O fato é que a questão do controle de uma população em crescimento, inclusive pela chegada de imigrantes, relacionava-se diretamente com as demandas da economia internacional sobre os setores de exportação. O mercado internacional buscava mais café, mais cacau, mais borracha, mais madeiras de lei, mais minérios. Para tanto, numa economia marcada pela extensividade, era preciso haver a incorporação de mais terras e de mais mão de obra.

Com isso, a tensão social nos sertões seria cada vez maior. No caso do semiárido nordestino, essas tensões iriam se misturar aos efeitos de secas calamitosas, à presença do sebastianismo e ao fato de que a economia do Nordeste não acompanhara o crescimento da economia de exportação e da renda – especialmente do café – durante as últimas décadas do Império.

O sertão semiárido e de terras apropriadas pelo latifúndio, portanto, tinha “gente sobrando” e se converteria em fornecedor de mão de obra para a Amazônia e para o sul da Bahia (com as primeiras grandes lavouras de cacau no final do século XIX). Para o Sudeste, somente nas primeiras décadas do século XX, os fluxos de população nordestina se tornariam significativos e constantes.

Os fluxos de migrantes sertanejos continuam até o presente, à medida que as questões ligadas à terra, à extensividade e à degradação ambiental – que Euclides da Cunha chamava de a produção do “deserto” – continuam a gerar uma situação constante de pressão demográfica no semiárido. A válvula de escape são os deslocamentos sazonais e as migrações para outras regiões do país, além do incremento de população nas cidades – especialmente nas capitais – da própria região Nordeste.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A tabela a seguir, elaborada pelo professor Celso Furtado na obra *Formação econômica do Brasil* (p. 148 e 149), traz a porcentagem de população por região do Brasil para o censo demográfico de 1872 e seus respectivos crescimentos nas últimas décadas do século XIX. Depois apresenta o cálculo das taxas de crescimento ou decréscimo da renda per capita. Ele destaca a Bahia do restante do Nordeste, em virtude da abertura da economia cacauera, cujo dinamismo destoava das regiões açucareira e pecuária.

Análise-a.

REGIÃO	% DA POPULAÇÃO DO PAÍS	TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA <i>per capita</i>
Nordeste.....	35	1,2	— 0,6
Bahia.....	13	1,5	0,0
Sul.....	9	3,0	1,0
Centro.....	40	2,2	2,3
Amazônia.....	3	2,6	6,2
TOTAL.....	100	2,0	1,5

Fonte: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p.148-149.

Agora, com base no que desenvolvemos ao longo desta aula, faça o que se pede a seguir:

a) Cite as regiões que estavam acima das médias de crescimento populacional e da renda per capita no Brasil.

b) Que relação você poderia estabelecer entre as taxas apresentadas para o Nordeste e a ocorrência da Guerra de Canudos?

c) Por que a renda per capita da Amazônia teria subido mais do que aquela do Centro?

Respostas Comentadas

a) As regiões que ele denomina como Sul, Centro e Amazônia têm taxas médias de crescimento populacional e de renda per capita acima das médias do país. O Nordeste cresce menos em termos demográficos, em razão da perda de população para outras áreas do país. Sua renda per capita é negativa, o que reflete a crise do setor açucareiro e a incapacidade de elevação da produtividade no setor pecuário sertanejo. A Bahia tem crescimento populacional, justamente pela entrada de trabalhadores do próprio Nordeste na área cacaveira.

b) Com um crescimento da riqueza per capita negativo, a população nordestina estava ainda mais pobre e sem perspectivas. Juntando-se o fato à questão das secas no final do século XIX e à implantação da República oligárquica e positivista, chega-se à conclusão de que havia um ambiente propício ao surgimento de tensões diversas e violência, inclusive, no campo religioso – já marcado historicamente pelo sebastianismo.

c) O altíssimo valor da borracha no mercado internacional fazia com que a renda per capita da Amazônia fosse ainda maior que a do Centro e mesmo do Sul do país. Mas a renda per capita é uma média e, portanto, não tem como avaliar a real distribuição da renda entre os segmentos da população. No Centro, a renda per capita subiu menos, mas, sob um regime de assalariamento, viu o surgimento de um mercado que levaria ao crescimento das cidades e sustentaria atividades mais produtivas, a exemplo da indústria. Isso não ocorreu na Amazônia.

RESUMO

Trabalhamos com você, ao longo desta aula, aspectos da implantação do regime republicano no Brasil, entre 1889 e 1930, destacando a permanência do caráter conservador do Estado brasileiro, agora fundamentado no poder das oligarquias dos estados federados e dos militares do Exército, especialmente os de linha positivista e/ou jacobina.

A República logo elaborou seu Código Penal (1890) e sua Constituição (1891), mostrando que a cidadania permaneceria incompleta. Pela influência do Positivismo, implantava-se um Estado laico, que perseguia manifestações e hábitos arraigados entre a população – mesmo entre aqueles que não eram pobres.

Nos dois primeiros mandatos, o país esteve sob comando de dois marechais e passou por instabilidades políticas que levaram a revoltas militares e a uma revolução com milhares de mortos no Rio Grande do Sul. Depois, as oligarquias, pelo condomínio do café com leite e pela “Política dos Governadores”, iriam controlar o cenário político, embora permanecesse a agitação no meio militar.

Essa agitação é um dos elementos políticos que iria permitir a ascensão de Getúlio Vargas ao fim da República Velha, em 1930. A chegada de Vargas ao Palácio do Catete significava a pacificação do Rio do Grande do Sul e a demonstração da capacidade de sua oligarquia de disputar com mineiros, paulistas e nordestinos o controle do governo federal.

No que tange ao povo brasileiro, a República, representada pela alegoria de uma versão nacional da “Marianne” da Revolução Francesa de 1789, parecia recear que houvesse maior apoio popular à Monarquia. Quaisquer movimentos eram tratados como questão de polícia, conforme frase famosa do presidente Washington Luís. Em certas situações, a questão era tratada como de Exército, era de aniquilação, degola, guerra, a exemplo do que foi a repressão ao Arraial do Belo Monte e ao Contestado, entre Paraná e Santa Catarina.

O discurso da República era o da implantação da ordem e do progresso a um povo considerado como inferior diante da onda de imigrantes europeus, destinados quase sempre ao oeste Paulista e ao sul do país. A economia do meio técnico demandava artigos tropicais e matérias-primas aos setores de exportação. Dada a extensividade da economia brasileira, a elevação da produção só poderia vir com efetivo incremento da área plantada ou explorada e com a incorporação de muita mão de obra.

Nesse contexto, o nordeste brasileiro, especialmente, o seu setor algodoeiro-pecuário, se transformaria em abastecedor de trabalhadores para a Amazônia da borracha e para a região cacaveira de Ilhéus e Itabuna, no sul da Bahia. Talvez, se houvesse a sua atração ao sudeste cafeeiro em condições análogas àquelas com que se atraíam imigrantes europeus não portugueses, não teria ocorrido a concentração de milhares de pessoas pobres e sem esperança sob a liderança do messianismo/fanatismo de um Antônio Conselheiro, ou de um beato José Maria, no caso do Contestado catarinense.

O Nordeste continua até o presente como uma região fornecedora de trabalhadores para outras áreas do país. Mas destacamos, ao longo da aula, que somente nas primeiras décadas é que os fluxos de migrantes do semiárido – e mesmo do litoral açucareiro – começariam a ser significativos em direção às cidades do Sudeste.

Destacamos a obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Nela, seria demonstrada a angústia de um ex-oficial positivista do Exército pelo reconhecimento de que o povo mestiço era forte, mas fadado a ser um perdedor na disputa com “raças puras”, segundo o que o Determinismo “pregava” como verdade científica.

Em *Os Sertões*, seria feita a denúncia de que a atuação do Exército teria sido um crime, e não a obtenção de uma vitória gloriosa contra uma horda monarquista. A obra de Euclides da Cunha iria influenciar, sem dúvida, gerações posteriores das elites brasileiras, que valorizariam, pela educação, o povo e sua cultura,

bem como levariam a cabo a transformação do país em economia industrial e urbana, sem, contudo, reduzir drasticamente a enorme desigualdade social.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, será feita uma análise do processo de industrialização tardia, iniciado nos anos 1930 com a participação direta do Estado, e seus efeitos na distribuição de população e na urbanização (de caráter metropolitano) até os anos 1970/80.

Destacaremos, entre outros aspectos, a influência da imigração europeia na formação do empresariado e da força de trabalho na indústria e no comércio, além dos fluxos migratórios internos para o Sudeste, o norte do Paraná e para o Centro-Oeste/Amazônia.

Continuaremos associando o crescimento, a distribuição e os fluxos de população pelo território brasileiro a questões que envolvem a evolução da economia no meio técnico e a organização geopolítica do Estado.

Leituras recomendadas

BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história: cinco séculos de um país em construção*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

PRADO, Maria E. A cidadania no pensamento político brasileiro (1823/1935). *Revista Internacional de Estudos Políticos*, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ/NUSEG, ago. 1999. p. 345-360.

Filmes recomendados

Os Sertões. De Sérgio Rezende. Com José Wilker e Cláudia Abreu (2001).

O tempo e o vento. De Jayme Monjardim. Com Thiago Lacerda e Marjorie Estiano (2013).

Aula

8

“Meio técnico”,
industrialização,
modernização
conservadora
e evolução
demográfica
no Brasil
(1930-1980): da
estrutura territorial
em “arquipélago”
à polarização
centro/periferias

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Associar a evolução demográfica ao desenvolvimento do “meio técnico” entre as décadas de 1930 e 1980, período marcado pela industrialização da economia por substituição de importações, modernização conservadora desigual e autoritária da sociedade brasileira e implantação de uma nova estrutura territorial polarizada pelas grandes regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e pelo Centro-Sul como um todo.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. descrever processos políticos, econômicos, sociais, demográficos que intervieram para o desenvolvimento da industrialização tardia por substituição de importações e da correlata modernização conservadora e autoritária da sociedade e do Estado brasileiro entre os anos 1930 e 1980;
2. relacionar a evolução da população ao processo de integração do território brasileiro decorrente da implantação de estrutura do tipo centro/periferias, destacando-se a rápida urbanização da sociedade e o estabelecimento de fluxos de migrações rural-urbanas e entre as macrorregiões do país.

INTRODUÇÃO

Caro (a) aluno (a),

trabalharemos os efeitos sobre a evolução e distribuição demográfica do último período do “meio técnico”, ou seja, da fase em que o Brasil, com enorme esforço de seu povo, industrializou-se tardiamente, entre os anos 1930 e 1980.

No início do século XX, o país era capaz de produzir apenas alguns manufaturados pouco elaborados. Dados de 1907 apresentavam 3.258 estabelecimentos industriais, que empregavam 152 mil operários, dos quais 30% eram do ramo de fiação e tecelagem de algodão. Havia ainda empresas dos ramos de madeira, mobiliário, calçados, fósforos, vestuário, couro, chapéus, fumos e cerâmica.

Na década de 1980, por sua vez, já havíamos nos tornado uma das dez maiores economias/mercados do mundo capitalista, com o parque industrial mais diversificado entre as nações do então chamado Terceiro Mundo. Passamos a produzir desde bens de consumo leve a bens sofisticados, a exemplo de aeronaves para aviação regional e militar, passando pelas indústrias pesadas, química, petroquímica e automobilística.



Figura 8.1: EMB-110 Bandeirante (1984). Avião desenvolvido para aviação regional (15 a 21 passageiros) ou para patrulha militar, fabricado e exportado pela EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., fundada em 1969).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Embraer_EMB-110P1_Bandeirante.jpg?uselang=ptbr

O Brasil concomitantemente urbanizar-se-ia num ritmo exponencial, o que trouxe enormes custos sociais e ambientais, diga-se de passagem. E a estrutura territorial em “arquipélago”, herdada da Colônia, do Império e da República Velha, seria superada, enfim. Foi um processo complexo, inclusive com apelos nacionalistas, sensação de superação do atraso secular e de afirmação como potência regional.

A transferência do Distrito Federal ao Planalto Central e a implantação da infraestrutura baseada em rodovias foram marcos da nova organização territorial necessária ao funcionamento de um considerável mercado interno, embora a economia permanecesse sujeita e dependente de fluxos de capitais e de mercados aos nossos tradicionais produtos primários de exportação.



Uri Rosenheck

Figura 8.2: Panorama de Brasília (DF) em 2006.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasilia_Panorama.jpg

Essa estrutura territorial seria amarrada por um centro capaz de polarizar as demais regiões, que foram se tornando periféricas a ele. Posteriormente, nos anos 1970, organizar-se-iam ainda estruturas em redes, já como efeito de ações e políticas impostas pelo regime militar e pelo próprio desenvolvimento do capitalismo mundial – já se encaminhando à transição do meio técnico para o meio ou era informacional. Na Aula 9, voltaremos a falar sobre essas redes, quando trabalharmos a ocupação e os fluxos de população para a Amazônia.

Entre 1930 e 1980, a evolução da população, seu crescimento, sua distribuição e seus fluxos, com efeito, estiveram relacionados ao capitalismo periférico desenvolvido no Brasil e à nova estrutura territorial.

A título de ilustração, observamos que, em 1940, 31,2% da população estavam em áreas urbanas. Em 1980, 67,6% residiam nas cidades e distritos do país. Eram 49% os domicílios urbanos em 1960. Dez anos depois, 58%! A expectativa de vida, em 1910, era de 34,6 anos para as mulheres e 33,4 anos para os homens. Em 1990, mais que duplicou para as mulheres: 69,1 anos. Os homens passaram para 62,3 anos (IBGE, 2003).

Ao longo desta aula, procuraremos analisar transformações políticas, culturais, sociais, demográficas e territoriais que ocorreram entre os anos 1930 e 1980. Daremos ênfase a papéis que o Estado desempenhou no processo de substituição de importações e a limites dessa atuação, considerando as contradições inerentes à industrialização e à urbanização de uma população que passou de 30.635.405 hab., em 1920, para 119.002.706 hab., em 1980 (IBGE, 2003).

Citaremos efeitos econômicos, sociais e territoriais de políticas e projetos de desenvolvimento, em especial, dos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e do regime militar de 1964 a 1985.

Descreveremos ainda custos que foram assumidos ou impostos à sociedade brasileira pela modernização – que foi autoritária e promotora de instabilidades políticas e institucionais. Isso se comprova pela influência e presença constante das Forças Armadas no processo político, por golpes de Estado, por duas ditaduras.

Esse autoritarismo, na verdade, acompanha a relação entre as elites, o povo e o Estado, desde as origens coloniais do Brasil. Com a industrialização e urbanização, o povo teria de participar de uma forma mais intensa do que antes, até porque a modernização trouxe mudanças culturais e ainda interferiu diretamente na distribuição de renda – que se tornou ainda mais desigual.



“Tropicália”, de Caetano Veloso

O ambiente e as contradições vividas pelos brasileiros durante o dinâmico processo de modernização, urbanização e industrialização do país podem ser avaliados pela riquíssima produção cultural, arquitetônica e artística, principalmente entre 1946 e 1964.

Talvez, a letra da canção “Tropicália” (1968), de Caetano Veloso, seja uma das que melhor resumem aquele período da história da sociedade brasileira. Acesse o *site* <http://letras.mus.br/caetano-veloso/44785/> e leia a letra da canção.

No Brasil, ora o sistema político utilizou-se de expedientes de cooptação – o que podemos definir como populismo –, ora recorreu à força de regimes ditatoriais para influenciar, controlar ou reprimir com violência movimentos populares de diversos matizes – inclusive os estudantis. Como efeito disso, tivemos a elaboração de quatro novas Constituições entre 1934 e 1967, sendo duas delas para dar base legal a ditaduras (1937 e 1967).



Figura 8.3: Prisão de estudantes pelo regime militar no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP), 1968.

Fonte: <http://www.une.org.br/2013/05/une-os-53-congressos-e-as-centenas-de-desafios-1/>

Transformações na sociedade brasileira associadas à industrialização por substituição de importações

Causas econômicas para a industrialização por substituição de importações

Em aulas anteriores, analisamos fatores para o aparecimento da indústria no Brasil ainda na segunda metade do século XIX, destacando trajetórias de figuras que tiveram no Visconde de Mauá o seu grande ícone. Fábricas, especialmente de tecidos e outros bens leves, surgiram em várias localidades do país, absorvendo parcelas dos capitais antes investidos no lastimável comércio da escravidão.

Além disso, conforme nos ensina Celso Furtado, essas fábricas surgiram Brasil a fora, aproveitando-se de oportunidades existentes em mercados locais. Somente a partir dos anos 1920 se delinearia, em São Paulo, a condição de centro industrial do país. Essa condição se confirmaria, aliás, nos anos de 1940 a 1950.

As distâncias e a morosidade dos transportes dos portos ao interior encareciam tanto os bens importados, que acabavam por viabilizar a implantação de fábricas em vários municípios – especialmente aqueles que ficassem ao longo de troncos ou ramais ferroviários ou que tivessem geração local/regional de força e energia elétrica pela exploração de quedas d'água.

A título de ilustração, foram cidades que, mesmo não sendo capitais de estado, tiveram empreendimentos fabris: as fluminenses Valença e Paracambi, as mineiras Juiz de Fora e Itajubá ou a alagoana Delmiro Gouveia, entre outras.

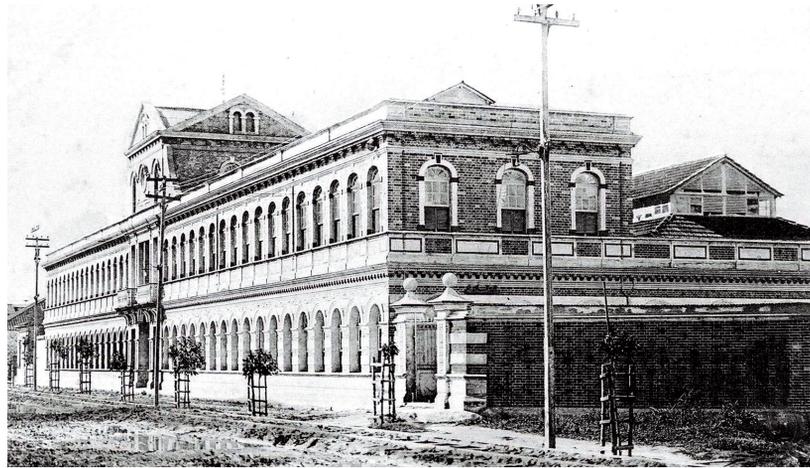


Figura 8.4: Prédio da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (1900). Juiz de Fora (MG).

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Companhia_Textil_Bernardo_Mascarenhas.jpg

Havia, portanto, uma relativa dispersão industrial, embora o Sudeste já tivesse a maior participação da produção e do número de empregados, conforme se vê abaixo na **Tabela 8.1**, apresentada pelo economista Olímpio Galvão (1991):

Os mercados para a indústria brasileira se desenvolveram

Tabela 8.1: Brasil: população, produção industrial total e *per capita* por região e estados selecionados (1907)

REGIÃO/ Estado	População em 31/12/1900		Estabelecimentos pesquisados		Valor da produção manufatureira		Produção manufatureira <i>per capita</i>
	1.000	%	n°	Número de operários	1.000 contos de réis	%	1.000 réis
NORTE	695	4,0	146	3,707	32	4,3	46
NORDESTE	6.750	38,7	440	38,438	124	16,7	18
Pernambuco	1.178	6,8	118	12,042	55	7,4	47
Bahia	2.118	12,2	78	9,964	25	3,4	12
SUDESTE	7.824	44,9	1,738	82,706	432	58,2	55
Rio de Janeiro	1.737	10,0	877	48,875	280	37,8	161
São Paulo	2.282	13,1	326	24,186	118	15,9	52

Minas Gerais	3.595	20,6	531	9,555	33	4,4	9
SUL	1.796	10,3	784	22,252	147	19,8	81
Rio Grande do Sul	1.149	6,6	314	15,426	100	13,5	87
CENTRO-OESTE	373	2,1	150	4,738	7	0,9	19
BRASIL	17.438	100,0	3,258	151,841	742	100,0	43

Fonte: Produção Industrial: Centro Industrial do Brasil, O BRASIL, Suas Riquezas Naturaes, Suas Indústrias, Vol.III, Rio de Janeiro, 1909, (IBGE, Edição fac-símile, 1986), População: IBGE, Sinopse Estatística do Brasil, Rio de Janeiro, 1981.

Fonte: GALVÃO, 1991, p.148.



Delmiro Gouveia: ícone da indústria e do nacionalismo econômico no Brasil

O município de Delmiro Gouveia, citado acima, localiza-se na seção alagoana do Vale do Rio São Francisco. Sua fundação se relaciona à iniciativa do empresário Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (1863-1917).



Figura 8.5: Delmiro Gouveia.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>

Ficheiro: 6090Delmiro.png

Natural de Ipu (CE), fundou, em 1899, no Recife, um centro comercial moderno para a época, a partir de um modelo norte-americano: o Mercado do *Derby*. Em razão de problemas políticos e pessoais em Pernambuco, Delmiro Gouveia radicou-se em Alagoas, onde se encontra hoje o município que leva o seu nome, explorando o comércio de couros.

No ano de 1913, implantaria uma fábrica de linhas de costura, tendo como energia a hidroeletricidade de uma pioneira usina na Cachoeira de Paulo Afonso (a segunda mais antiga do Brasil; a primeira fora em Juiz de Fora (MG) em 1898). Construiu uma vila operária para mais de 200 trabalhadores. Essa iniciativa teria sucesso empresarial, mas desagradaria aos interesses da firma britânica *Machine Cottons*, que, até então, monopolizara o mercado de linhas de costura no Brasil. Gouveia procurou apresentar-se como representante do nacionalismo empresarial, resistindo a propostas de venda do negócio para os mesmos ingleses. Viria a ser assassinado em 1917 – crime que ainda não foi esclarecido.

Em 1929, contudo, a *Machine Cottons* adquiriria a empresa fundada por Gouveia e destruiria em seguida suas instalações. Consta que os equipamentos e máquinas foram lançados ao São Francisco e às suas corredeiras. Isso foi interpretado como demonstração de poder do capital estrangeiro sobre a economia nacional.

Há um documentário (dividido em duas partes), produzido pelo Instituto Zumbi dos Palmares/TVE - Alagoas, acessível pelos sites <http://www.youtube.com/watch?v=zmG9gNMzUmQ> e <http://www.youtube.com/watch?v=dAfT5pdzSn4>, em que você poderá conhecer melhor a importância de Delmiro Gouveia, o “Mauá do Sertão”.

A vida de Gouveia foi ainda retratada num filme de longa metragem, de 1978, intitulado *Coronel Delmiro Gouveia*, dirigido por Geraldo Sarno. O filme foi estrelado por Rubens de Falco, tendo ainda Jofre Soares, José Dumont e Nildo Parente.

Confira!

no final do Império e nas primeiras décadas da República com o fim da escravidão e com a introdução do assalariamento – em consequência da entrada de centenas de milhares de alemães e italianos (principalmente), além do permanente fluxo de portugueses. Mas, além de trabalhadores fabris, os industriais de então eram também dependentes da importação de máquinas, equipamentos e serviços técnicos.

Ou seja, aquela indústria nascente era um segmento que se estruturava de modo secundário e a reboque da tradicional economia de exportação de bens primários. Dependendo do faturamento do setor exportador, haveria maior ou menor capacidade de a economia brasileira pagar em moeda estrangeira (libra esterlina) os bens e serviços importados.

A tendência era a de que, em momentos de queda das exportações (em volume ou em valor), a capacidade de bancar importações se reduzisse, o que acabava por ser um estímulo a manufaturas no país. Mas isso estimulava, quase sempre, apenas os segmentos leves da indústria. E por quê?



Indústrias leve e pesada

A diferenciação básica entre as indústrias leve e pesada está no grau de investimento, nas escalas de produção e no grau de dispersão das unidades. Normalmente, a indústria leve depende proporcionalmente menos de capitais para a sua implantação e funcionamento, mas depende mais proporcionalmente do fator trabalho.

Os setores que bem ilustram a indústria leve são o têxtil, o de vestuário, o de pequenos equipamentos, o de madeiras (já citados acima) etc., enfim, bens

quase sempre já destinados ao consumidor final. Já na indústria pesada ou de base, temos dois grandes segmentos: o siderúrgico/metalúrgico e o químico-petroquímico.

A indústria pesada produz bens intermediários, ou seja, beneficia e transforma matérias-primas brutas em produtos que serão utilizados em fases posteriores da cadeia produtiva até o consumidor final.

Ora, os setores de equipamentos e de produtos intermediários, como cimento e aço, requeriam investimentos de retornos a prazos maiores, o que era incompatível com a instabilidade da economia brasileira. O empresário desses ramos ficava exposto, portanto, a riscos elevados. A substituição de importações para a produção de máquinas e equipamentos era, portanto, algo que não atraía grande volume de capitais.

Mas não se quer dizer que não pudesse ocorrer. Em 1924, por exemplo, inaugurou-se a primeira grande siderúrgica do país, a Cia. Belgo-Mineira, em Sabará (MG), com incentivos governamentais e com capitais locais associados a uma grande empresa da Bélgica. Em 1926, seria a vez da entrada em operação da Cia. Brasileira de Cimento Portland, em Perus (SP), também uma associação entre capitais nacionais e canadense/norte-americanos. A associação ao capital estrangeiro reduzia, de certa forma, os riscos do negócio, além de permitir acesso a tecnologias que o país não dominava.

Quando a economia de exportação crescia, a fabricação de bens de capital ou produção no país tendia a não ser favorecida. A importação de equipamentos e serviços técnicos tornava-se acessível e barata às indústrias leves nacionais, como efeito das taxas de câmbio valorizarem a moeda nacional (em decorrência da entrada em maiores quantidades de moeda estrangeira pelo maior faturamento das exportações).

Nesse contexto, o Brasil chegou a ter uma das 15 maiores indústrias têxteis do mundo durante a República Velha, mas não desenvolveu no mesmo período uma indústria pesada e de equipamentos que atendesse à demanda dos setores de bens de consumo leves, assim como a de segmentos estratégicos, como o de material bélico.

Também teve influência no comportamento do segmento industrial brasileiro nas primeiras décadas do século XX a ocorrência de crises internacionais, inclusive as grandes guerras mundiais.

A I Guerra Mundial (1914-1918), a propósito, provocou forte queda na capacidade de importação de bens leves, cimento, aço, equipamentos e máquinas pelo Brasil, o que significou forte estímulo à indústria nacional. O setor chegou a crescer a taxas de 8,5% ao ano durante os anos do conflito, de acordo com o CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Entre 1920 e 1928, segundo o Professor Wilson Cano, a média foi de 3,3% ao ano para o Brasil como um todo, e 6,6% ao ano para o Estado de São Paulo.

Talvez esse crescimento viesse a ser maior, se o país dominasse mais a fundo a siderurgia, a metalurgia, os setores das indústrias química, mecânica, elétrica e de serviços especializados. O fato é que, em 1920, o total do pessoal empregado na indústria brasileira já passara para 275.512 operários, quase o dobro do que se apurara em 1907.

A crise internacional dos anos 1930 traria novamente elevada perda da capacidade de importação pela economia brasileira, considerando a impossibilidade de manutenção/elevação do valor das exportações do principal produto agrícola: o café. E para piorar: as receitas da borracha amazônica haviam despencado desde o fim da I Guerra Mundial (1914-1918), dada a entrada da produção das lavouras em colônias britânicas no sudeste asiático.

Com a redução das receitas de exportações nos anos 1930, boa parte da demanda interna por bens de consumo voltaria a ser abastecida pela produção nacional – como era de se esperar. A

diferença, naquela ocasião, era que a demanda da indústria leve por máquinas, equipamentos e bens intermediários seria atendida internamente e de modo crescente.

Com a II Guerra Mundial (1939-1945), novo impulso à industrialização se fizera. Empresários passaram a apostar na indústria de bens de capital e equipamentos, inclusive com migração de capitais da agricultura de exportação, sobretudo da cafeicultura paulista.

Essa migração de capitais fora viabilizada pela política do governo federal, implantada após a Revolução de 1930, de compra da enorme produção excedente, manutenção de estoques reguladores e sua posterior destruição. Tratava-se do plano de defesa do café.

Na verdade, ocorreram, desde o início da República Velha, planos de valorização do café (em 1906, 1917 e 1923). Mas passava a haver uma diferença: o Tesouro Nacional, após 1930, emitia moeda nacional para adquirir os estoques excedentes, ao invés de buscar endividamento em moeda estrangeira para formá-los. Getúlio Vargas, à frente do Palácio do Catete, podia então atender aos interesses dos cafeicultores paulistas (potenciais opositores), sobretudo independentemente da entrada de moeda estrangeira na economia.

Quando há entrada de moeda estrangeira em grandes volumes, as taxas de câmbio vão refletir uma valorização da moeda nacional. Esta, uma vez valorizada, facilita as importações, o que desestimula a produção industrial nacional. O que Getúlio Vargas fez com emissões de moeda pelo Tesouro Nacional foi o inverso: o valor do mil-réis despencou em relação à libra esterlina, dificultando importações de manufaturados.

E mais: isso tinha efeitos inflacionários, o que reduzia o valor real dos salários dos trabalhadores, ou seja, menores custos para o patronato. Mas, por outro lado, a inflação acentuava o potencial de conflitos entre capital e trabalho.

Isso levaria o Estado a intervir e a regular crescentemente o campo das relações trabalhistas e sindicais, o que fortaleceria ainda mais o próprio Estado, levando-o à assunção de posturas, ao mesmo tempo, autoritárias e assistencialistas, com efeitos nem sempre positivos à construção da cidadania e à democracia no país.

Com financiamento público à manutenção de preços do café, inflação reduzindo o valor real dos salários, migração de capitais para setores urbanos, taxas de câmbio com moeda nacional desvalorizada; sindicalismo controlado pelo Estado, autoritarismo e nacionalismo econômico e queda das importações por influência da crise internacional e da II Guerra Mundial, o processo de industrialização deu grandes passos entre 1930 e 1945.

Mas, superada a crise da década de 1930 e encerrada a II Guerra Mundial, não seria de se esperar um recuo dos setores de bens de produção ou equipamentos? E também um retorno à tradicional condição da agricultura de exportação como setor principal da economia brasileira, permanecendo a indústria um segmento restrito e subordinado? Não haveria um melhora na capacidade de importação?

A tabela abaixo ilustra bem essa perspectiva de recuperação das importações após o fim da II Guerra Mundial:

Tabela 8.2: A evolução do intercâmbio externo nos anos do conflito bélico

ANO	Quantum das exportações	Preços das exportações	Preços das importações	Índice de preços	Capacidade para importar	Quantum das importações
1937	100.0	100	100	100	100	100.0
1942	84.2	175	156	112	94	56.6
1945	110.8	216	182	118	131	90.3

Fonte: FURTADO, 2010, p. 203

A resposta é: a dinâmica de substituição de importações ganhara autonomia, movimento contínuo. Os grandes empresários da indústria já não eram mais propriamente comerciantes ou fazendeiros que tinham também negócios fabris. E o valor do comércio interno entre as regiões do país crescia e iria superar o valor do comércio delas diretamente com o exterior, já na década de 1950. A estrutura em arquipélago estava sendo substituída por um mercado integrado nacionalmente.

O fato é que o Brasil havia se transformado de modo significativo entre 1930 e 1945. Na verdade, viera se transformando desde o início do século XX. Setores positivistas e nacionalistas das elites, classes médias urbanas, segmentos das Forças Armadas, empresários e trabalhadores imigrantes, intelectuais modernistas, cientistas sanitaristas e educadores eram vetores no campo de forças da política e do Estado que defendiam a modernização do país, a sua industrialização e o aproveitamento de oportunidades de melhor inserção do Brasil no meio técnico.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Estado brasileiro assumiria as funções de modernização da economia e da gestão da socialização de seus custos sociais, políticos, urbanos e territoriais. Nos anos 1950, por exemplo, houve a estruturação de políticas de câmbio, que continuaram a proteger a produção nacional de similares importados, mas que permitiam a compra de equipamentos e tecnologias necessários à modernização do parque industrial.

O exemplo do setor cimenteiro, apresentado na tabela a seguir, mostra o dinamismo do crescimento industrial brasileiro naquele período. Entre 1926 (criação da fábrica de Perus (SP)) e 1961, o país tornou-se autossuficiente na produção, atendendo à enorme demanda da construção civil, impulsionada, por sua vez, pela urbanização.

Tabela 8.3: Crescimento do setor cimenteiro brasileiro (1950-1955).

Fábrica	Local	Início de fabricação	Capacidade Inicial (1950) em ton./ano	Ampliações 1950-55 (ton./ano)
Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus	Perus, SP	1926	204.000	+ 156.000
Cia. Nacional de Cimento Portland (Mauá)	Guaxindiba, RJ	1933	440.000	+ 36.000
Cia. Paraíba de Cimento Portland (antiga Dolaport S/A)	João Pessoa, PB	1935	65.000 (12.000 até 1947)	+ 67.000
S/A Indústrias Votorantin	Sorocaba, SP	1936	340.000	+ 280.000
Barbará & Cia. Ltda., depois Itabira Agroindustrial S/A (criada em 1912 pelo Gov. do Espírito Santo)	Cachoeiro do Itapemirim, ES	1936 (como Barbará & Cia.)	12.000 (8.000 de 1912 a 1936)	+ 168.000
Cia. de Cimento Portland Itaú	Itaú, MG	1939	102.000	+ 348.000
Cia. de Cimento Portland Itaú	Belo Horizonte, MG	1941	200.000	+ 60.000
Cia. de Cimento Portland Poty	Paulista, PE	1943	68.000	+ 92.000
Cia. de Cimento Brasileiro	Esteio, RS	1948	42.000	+ 110.000
Cia. de Cimento Portland Paraíso	Campos, RJ	1949	92.000	+ 178.000
Cia. de Cimento Vale do Paraíba	Volta Redonda, RJ	1952	150.000	+ 50.000
S/A de Cimento Portland do R. G. Sul	Morretes, RS	1952	60.000	+ 70.000
"Incisa" Indústria e Comércio de Cimento S/A, depois Cia. Cimento Ipanema	George Oereter, SP	1953	65.000	+ 7.000
Cimento Aratu S/A	Aratu, BA	1953	70.000	+ 60.000
Subtotais das 14 usinas existentes em 1953			1.910.000	1.682.000
Indústrias inauguradas entre 1953 e 1961 (13 unidades fabris)			1.672.000	-
CAPACIDADE INSTALADA TOTAL (1961)			5.264.000 ton./ano	
CAPACIDADE OCIOSA (1961) (5.264.000 ton./ano - 4.704.245 toneladas despachadas)			559.755 ton./ano (10,63%)	

Fonte: SIQUEIRA, 2001, p. 66. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/elcio.pdf>>.

Portanto, o país, muito depois de potências como Grã-Bretanha, França, Alemanha e EUA, se industrializava, ou seja, seu setor secundário tornava-se o centro dinâmico, ao lado do setor de serviços. A agricultura (de exportação e de subsistência), a pecuária e a mineração permaneceriam, porém, a base da economia e da ocupação/trabalho da maior parte da população até a década de 1960.



Atende ao Objetivo 1

Veja as tabelas a seguir:

Tabela 1: Brasil: distribuição espacial da produção industrial por região e estados selecionados (1907, 1919, 1939, 1949) (em percentagem do valor bruto da produção)

REGIÃO/ Estado	1907	1919	1939	1949
NORTE	4,3	1,3	1,1	0,7
NORDESTE	16,7	16,7	10,1	9,2
Pernambuco	7,4	6,8	4,6	4,0
Bahia	3,4	2,8	1,4	1,5
SUDESTE	58,2	66,1	74,5	75,5
Rio de Janeiro	37,8	28,2	23,9	21,1
São Paulo	15,9	31,5	43,5	46,6
Minas Gerais	4,4	5,6	6,7	7,1
SUL	19,8	16,1	13,7	14,0

Rio Grande do Sul	13,5	11,1	9,8	8,6
CENTRO-OESTE	0,9	0,4	0,6	0,7
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 1907 – Centro Industrial do Brasil. O BRASIL. Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias. Vol.III, Rio de Janeiro, 1909, (IBGE, Edição fac-símile, 1986). 1919 – IBGE, Centro Industrial de 1919. In. Recenseamento Geral do Brasil, 1940, Sinopse do Censo Industrial e do Censo de Serviços, Rio de Janeiro, 1948. 1939 – IBGE, Centro Industrial de 1939. In. Recenseamento Geral do Brasil, 1940, Sinopse do Censo Industrial e do Censo de Serviços, Rio de Janeiro, 1948. 1949 – IBGE, Centro Industrial de 1949. In. VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Vol.III, Tomo I, Rio de Janeiro, 1957.

Tabela 2: Brasil: distribuição espacial da produção industrial por região e estados selecionados (1907, 1919, 1939, 1949) (em percentagem do valor bruto da produção)

REGIÃO/ Estado	1959	1970	1975	1980
NORTE	0,9	0,9	1,1	1,9
NORDESTE	7,8	6,5	6,7	7,7
Pernambuco	2,8	2,2	2,2	2,0
Bahia	1,9	1,7	2,1	3,4
SUDESTE	77,3	78,7	76,3	73,0
Rio de Janeiro	16,2	14,9	12,5	10,4
São Paulo	54,8	55,6	55,5	53,5
Minas Gerais	6,0	7,6	7,6	8,4
SUL	13,3	12,9	14,8	16,2
Rio Grande do Sul	7,2	6,7	7,3	7,2
CENTRO-OESTE	0,7	1,1	1,2	1,2
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: 1959 – IBGE, VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960, Censo Industrial de 1959, Rio de Janeiro, 1963. 1970 – IBGE, VII Recenseamento Geral do Brasil, 1970, Censo Industrial de 1970, Rio de Janeiro, 1973. 1975 – IBGE, Censos Econômicos, Censo Industrial de 1975, Rio de Janeiro, 1981. 1980 – IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1962, Rio de Janeiro, 1983.

Fonte: GALVÃO, 1991, p.163;168

Resposta Comentada

Afirmativa I: incorreta. De fato, o percentual de 4,3% em 1907 era relacionado à economia da borracha, seu processamento e exportação. Com a sua queda, a partir do fim da I Guerra Mundial, a indústria do Norte entrou em crise. Somente se recuperaria, a partir dos anos 1960, com a implantação da Zona Franca de Manaus, que processa manufaturas mais sofisticadas, como eletrodomésticos e motocicletas, entre outros. Mesmo assim, essa recuperação (1,9%) não foi capaz de fazer retornar ao percentual de 1907.

Afirmativa II: incorreta. O estado que proporcionalmente mais perdeu foi Pernambuco. Sua perda foi bem superior à metade do percentual de 1907. Caiu de 7,4% para 2,0%, em 1980, ou seja, passou a ser 27,02 % do que era. Foi superior, inclusive, às perdas de posição do Rio de Janeiro (37,8% para 10,4% ou para 27,51% do que fora) e do Rio Grande do Sul (de 13.5% para 7,2%, ou para 53% do que havia sido). Além disso, a queda do Rio de Janeiro não foi decorrente da melhoria da posição mineira apenas. Foi de todo um processo de alteração da economia carioca e fluminense, o que envolveu a perda da condição de capital da cidade do Rio de Janeiro em 1960. E ainda: não se desindustrializou totalmente.

Afirmativa III: correta.

Aspectos sociais e demográficos relacionados à atuação do estado brasileiro entre 1930 e 1980

A demanda por reformas e a ascensão de Getúlio Vargas

Na Aula 7, destacamos que a Constituição de 1891, de perfil liberal e federalista, foi elaborada sob a influência das oligarquias dos estados e dos positivistas civis (os jacobinos) e militares. Os estados ganharam autonomia em relação ao governo do país. Na balança de poder entre essas frações das elites brasileiras, as oligarquias (especialmente as de São Paulo e de Minas Gerais) conseguiram sobrepor-se aos positivistas e aos militares após os governos de Deodoro e Floriano.

Mas essa República Oligárquica iria sucumbir no final dos anos 1930, diante de um grande movimento de massa que defendia, entre outros aspectos, a moralização do sistema eleitoral, respeito a direitos civis, ampliação de direitos sociais e reformas diversas que trouxessem a modernização do Estado e da própria sociedade.

Entre essas reformas, estava a da efetiva implantação de um sistema educacional eficiente, o que permitiria atender a demanda por trabalhadores qualificados para setores de serviços e fabris em geral. Mas isso parecia não interessar aos coronéis e aos grandes fazendeiros, ciosos da manutenção de seus currais eleitorais...

Outra reforma era no campo da saúde, mais precisamente aquela defendida por médicos sanitaristas que seguiram o legado de Oswaldo Cruz. Cruz fizera o saneamento do Rio de Janeiro no início do século XX. Nas décadas seguintes, a questão era de que o Estado deveria levar o saneamento ao vasto interior, aos sertões – cuja existência Euclides da Cunha fizera lembrar ao Brasil litorâneo. Um dos pioneiros do sanitarismo no país – e talvez o mais destacado – foi o médico Carlos Chagas.



Figura 8.6: O Dr. Carlos Chagas (ao centro, de gravata) em expedição à Amazônia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carlos_chagas_3.jpg



A obra de Carlos Chagas (1878-1934)

Em linhas gerais, o sanitarismo buscava a compreensão de como as questões econômicas, sociais e culturais interferiam no aparecimento de males endêmicos que geravam sofrimentos diversos, incapacidade de elevação da produtividade do trabalho e encurtamento da vida de todo um povo.

Os sanitaristas eram capazes de atuar tanto como “médicos de família” quanto como cientistas inovadores, capazes de descobrir os vetores e os microorganismos geradores de doenças tropicais – portanto, não conhecidas pela Medicina europeia e norte-americana. Foram ainda desbravadores de longínquos grotões do vasto interior brasileiro.

Nesse contexto, Carlos Chagas alcançou posição ímpar, ao descobrir, entre outros parasitas, um protozoário – cujo vetor era o inseto barbeiro – que causa enfraquecimento e dilatação do coração até a morte do doente. Trata-se da Doença de Chagas, cujo combate requer, além de tratamentos médicos e drogas eficientes, o enfrentamento da pobreza, da ignorância e do descaso com a população.

Não deixe de assistir ao documentário apresentado pelos jornalistas Ancelmo Góis e Vera Barroso, produzido pela TV Brasil em 2009, intitulado “O centenário da doença de chagas – de lá para cá”. O site é: <http://www.youtube.com/watch?v=jo7e95WyGDE>.

Essas reformas pareciam requerer o fortalecimento do governo federal sobre os estados, administrados por oligarquias consideradas então como atrasadas.

Em outras palavras, parecia haver certo apoio de frações das elites brasileiras a um retorno a uma condição institucional vivida durante o Império, quando se tinha forte centralização, com os governadores de províncias submetidos diretamente ao Imperador. Além disso, o Imperador fora titular do quarto poder, o Moderador, que lhe dava a competência de intervir no Legislativo e no Judiciário.

Talvez por isso tenha se desenvolvido, entre segmentos importantes das elites, tanto à direita quanto à esquerda, a lamentável aceitação de que as reformas deveriam ser feitas, mesmo que à custa do desenvolvimento da democracia e da cidadania.

O professor José Murilo de Carvalho ensina que, já no final da década de 1910, os governos oligárquicos já tinham dificuldades de controle social e político, além de serem cobrados de intervenção na economia, conforme os planos de valorização do café e o controle da imigração.

No mandato do presidente Arthur Bernardes (entre 1922 e 1926), por exemplo, foram necessários uma lei de imprensa que punia críticos do governo e três anos de **estado de sítio** para controlar o ambiente político, com destaque para as rebeliões dos oficiais tenentistas (mencionadas na Aula 7).

No campo das relações de trabalho, em 1922, seria fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), efeito da formação de uma massa de operários fabris sem precedentes na história do país, grande parte dos quais de origens imigrantes.

A propósito, o governo Epitácio Pessoa, um ano antes, sancionara uma lei (4.247/21) que tratava da entrada e das condições de expulsão de estrangeiros, cujo objetivo era o de deportar imigrantes que estivessem envolvidos com o movimento operário, com greves, com o comunismo ou com o anarquismo. Ficou conhecida como *Lei dos comunistas*.

O movimento operário no Brasil inicialmente fora influenciado pelo anarquismo e havia promovido, inclusive, greves importantes, entre as quais, a grande greve de 1917, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, que se repetiu no Rio de Janeiro em 1918.



“São Paulo é uma cidade morta: sua população está alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora alguns transeuntes apressados, só circulavam veículos militares, requisitados pela Cia. Antártica e demais indústrias, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de atirar para quem fique parado na rua. Nos bairros fabris do Brás, Moóca, Barra Funda, Lapa, sucederam-se tiroteios com grupos populares; em certas ruas já começaram a fazer barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas. A polícia não se atreve a

Estado de sítio

Medida prevista na Constituição e decretada pelo Presidente da República, como Chefe de Estado, em casos extremos de agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública. Para sua efetivação, o Congresso Nacional deve autorizá-la, pois os Poderes Legislativo e Judiciário se submetem ao Poder Executivo. Durante o estado de sítio, que deve ser uma medida temporária (de não mais que 30 dias), há suspensão de direitos e garantias constitucionais. Essa suspensão pode reduzir liberdades do cidadão, mas não pode atentar contra direitos civis fundamentais, como a própria cidadania.

passar por lá, porque dos telhados e cantos partem tiros certos. Os jornais saem cheios de notícias sem comentários quase, mas o que se sabe é sumamente grave, prenunciando dramáticos acontecimentos”.



Figura 8. 7: Imagens de uma das ruas de São Paulo tomada de trabalhadores com bandeiras negras anarquistas na greve geral de 1917. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:S%C3%A3o_Paulo_\(Greve_de_1917\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:S%C3%A3o_Paulo_(Greve_de_1917).jpg)

Se você quiser saber mais sobre a Greve Geral de 1917 em São Paulo e no Rio Grande do Sul e sobre as repercussões no Rio de Janeiro em 1918, acesse o *site* http://pt.wikipedia.org/wiki/Greve_Geral_de_1917. Não deixe de conferir!

Temos de lembrar que, na década de 1910, a Revolução Mexicana de 1910 e a Bolchevique (1917), na Rússia, tiveram influências no ambiente político mundial e brasileiro, a ponto de o liberal Rui Barbosa propor reformas na Constituição para dar a ela alguma base social mais justa.

Procurando reagir àquele ambiente, a República Oligárquica patrocinaria uma reforma constitucional em 1926. Não se pretendia a incorporação de cláusulas sociais. O objetivo era o de ampliar o poder de repressão ao movimento operário, deportando mais facilmente imigrantes tidos como indesejados, dando competência

federal sobre a legislação do trabalho e criando nova regulamentação sobre a decretação de estado de sítio.

A reação do governo Bernardes e o conservadorismo do sucessor Washington Luís (1926-1930) – para quem as questões sociais eram apenas caso de polícia – não foram capazes de impedir que a República Velha se encerrasse.

Conforme apresentamos na Aula 7, Getúlio Vargas foi a liderança (quase que) natural, dadas as suas origens oligárquicas, a sua experiência administrativa (fora governador do Rio Grande do Sul e Ministro da Fazenda do próprio Washington Luís), a sua visão positivista e concentradora, que o aproximava dos militares do movimento tenentista. E mais: o seu carisma junto ao povo!



Figura. 8.8: Vargas em Itararé (SP) no caminho para o Rio de Janeiro durante a Revolução de 1930.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1930.jpg

Sobre a Revolução de 1930, os militares e a ascensão de Vargas, o professor Wilson Cano (2012, p. 911-912) escreve:

Com a vitória da Revolução em outubro de 1930, e diante da profundidade da “Crise de 29”, os “tenentes”, que estavam imbuídos de que deveriam “quebrar a espinha” da oligarquia

cafeeira paulista, se dão conta, na “mesa de negociações”, de que, na verdade não havia apenas um “café, monocultor e latifundiário”, mas sim uma economia capitalista com grau já avançado de interrelações setoriais e que, portanto, estavam também diante de uma diversificada estrutura de poder. Quebrar o café – perceberam os “tenentes” –, significava quebrar o nascente capitalismo brasileiro.

Daí a original saída brasileira da política econômica da defesa “do café”, que se estende de 1931 até a Segunda Grande Guerra [...]

[...] (Vargas) Percebeu também que, embora a burguesia agora se constituísse de várias frações de classe, a industrial não havia perdido ainda sua “alma mercantil”, e que, por isso, dificilmente conseguiria impor a industrialização ao país, sem o fortalecimento do Estado.

Via, num extremo, o ânimo revolucionário dos tenentes, tentando acelerar as transformações sociais; no outro, as elites, velhas e novas, rurais e urbanas, mercantis e produtivas, em sua maior parte pedindo a “volta ao passado”, ao “sossego” de uma classe trabalhadora reprimida, a um Estado que pudesse lhes servir, e no controle do acesso ao poder...

Da habilidade política e conciliatória de Vargas e de sua visão de estadista, nasce então um novo Estado, na verdade exigido pelas transformações que a Base sofrera no período anterior. Seria este Estado, ainda que de forma autoritária, que implantaria grande parte das transformações necessárias: o Estado promotor e produtor, a política de industrialização, a legislação social e trabalhista, o novo Código Eleitoral, etc. Sua visão desenvolvimentista, na qual inclusive explicita a necessidade de integração do mercado nacional, antecede esse período. É nesse jogo que a habilidade de Vargas

conseguiu construir o Brasil urbano e industrial que então se consolidaria no pós-guerra, não sem grandes dificuldades, a maior parte das quais, permanentemente imposta pelas elites que continuariam a negar apoio às reformas estruturais, principalmente àquelas que implicassem a melhoria do padrão de distribuição social da renda.

Fonte: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>



Considerando a importância dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) para a história e os seus efeitos em termos da organização territorial brasileira, sugerimos a você o documentário “Getúlio do Brasil”, produzido pela TV Senado, disponível no *site* <http://www.youtube.com/watch?v=Ekj-zmB7sY8>.

O imigrante e o Estado Novo

Getúlio Vargas assumiu o governo provisório da República em outubro de 1930. Havendo o começo de uma ordem política, era necessária a elaboração de nova Constituição para o país. Vargas deveria, então, com a maior brevidade possível, convocar a Assembleia Nacional Constituinte.

Mas só o faria após a Revolução Constitucionalista de 1932, em que São Paulo pegou em armas contra o que seria, na visão dos paulistas, já uma ditadura. Ela viria, de fato, em 1937 e com o apoio dos paulistas, considerando a defesa do café feita por Vargas e seu governo.



Figura 8.9: Propaganda paulista referente à Revolução Constitucionalista de 1932.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cartaz_Revolucion%C3%A1rio_1.jpg

Convocada a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, a imigração foi alvo de intensos debates, uma vez que era uma questão ligada a aspectos nacionalistas, à organização do trabalho, ao controle dos sindicatos e de partidos à esquerda e à direita, e ainda à temática da assimilação étnica e cultural.

Mesmo antes da Constituinte, a Presidência da República editara um decreto (12.482), em 1930, contendo limitações ao trabalho do imigrante em áreas urbanas. Ficou conhecido como a *Lei dos 2/3*, em razão de que as empresas deveriam ter, entre seus empregados, pelo menos dois terços de brasileiros natos. Na falta destes, a prioridade seria para os naturalizados e, por último, para os estrangeiros.

Além da intenção de controlar estrangeiros que tivessem atuação em movimentos de esquerda ou em organizações nazifascistas, o decreto de Vargas atendia a um discurso nacionalista de proteção do emprego numa conjuntura de crise econômica.

A concorrência entre o brasileiro comum e o imigrante por emprego parecia ser uma falsa questão, de certa forma. O trabalhador imigrante, especialmente os não ibéricos, tendiam a ter qualificações superiores ao trabalhador brasileiro, pelo menos, maior tempo de escolaridade. Vale lembrar que 56,2% dos brasileiros eram analfabetos em 1940.

Isso era o reflexo das condições de vida e de cidadania de uma população majoritariamente rural, com o coronelismo e toda uma série de mazelas sociais e políticas a limitarem seus direitos.

Se era intenção reduzir a imigração, a República, depois de 1930, teria de investir em educação básica, técnica e superior. Em 1942, aliás, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado. Mas os investimentos, até o presente momento, ainda não foram suficientes para a democratização do ensino de qualidade. Ainda temos 9,6% de analfabetos, segundo dados do IBGE para 2010.



Figura 8.10: Governo Vargas: propaganda (1935).

Legenda: "Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente da formação de caráter das novas gerações, imprimindo-lhes rumos de nacionalismo sadio."

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estado_Novo1_-_1935.jpg

De acordo com Endrica Geraldo, recebemos, entre 1820 e 1932, cerca de 4,3 milhões de imigrantes europeus: a maioria de italianos (do sul da Península Itálica) e de alemães. O Brasil foi o quarto destino das Américas mais procurado, após os Estados Unidos (32,5 milhões), a Argentina (6,5 milhões) e o Canadá (5 milhões).

Segundo o IBGE (2003), a imigração europeia não ibérica foi responsável por 19% do aumento populacional brasileiro entre 1840 e 1940. Nos EUA, 44% do incremento demográfico. No Canadá, 22%. Na Argentina, 58%. Ou seja, o impacto da imigração

européia foi enorme para o Brasil, mas relativamente menor. Quanto aos efeitos qualitativos, não há como não relacionar a evolução do país, a partir do final do século XIX, à presença imigrante.

A questão da imigração, conforme observamos em aulas anteriores, envolveu a temática da eugenia, do branqueamento, do debate entre possibilistas e deterministas – da suposta inferioridade de “sub-raças” brasileiras que pareceram angustiar Euclides da Cunha em *Os Sertões*.

Durante os trabalhos da Constituinte de 1933, o debate sobre a imigração foi tomado por uma polêmica envolvendo, de um lado, posições pseudo-científicas, racistas e, de outro, segmentos interessados em trazer mais trabalhadores qualificados para atender a expansão da economia. Havia ainda, infelizmente, posições claramente antissemitas. A propósito, o governo Vargas, durante a II Guerra, criaria dificuldades para a entrada de refugiados de origem judaica, conforme sustenta Endrica Geraldo (2005).

Para os deterministas e eugenistas, a imigração de alemães e italianos estava se reduzindo, em razão de que o estoque de pessoas interessadas em deixar seus países vinha diminuindo. A Alemanha e a Itália, nos anos 1930, ofereciam condições aos seus cidadãos muito distintas daquelas do final do século XIX, quando aconteceram as grandes ondas de migrações entre o Velho e o Novo Mundo.

Quem estava ingressando no país em grande número eram os japoneses, além dos sírio-libaneses, judeus e armênios. Para os eugenistas, esses contingentes não permitiriam a branquização e/ou a unidade cultural do povo. Citavam com constância uma lei de imigração norte-americana de 1924, bastante discriminatória, como exemplo a ser seguido de ações para homogeneização da população.

No caso dos japoneses, inclusive, havia o agressivo argumento dos eugenistas de que, detrás dos milhares de imigrantes/ano que chegaram desde 1908, estava o interesse de Tóquio em criar um enclave de população que antecederia a implantação de uma colônia, província ou estado associado nipônico na América do Sul.



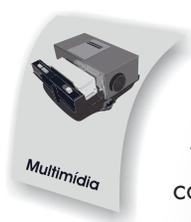
Figura 8.11: Imigrantes japoneses desembarcando no porto de Santos, após longa viagem pelo Atlântico, na década de 1930.

Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/imigracao/japonesa/fotos.php>

Esse argumento (fantasioso ou não) alimentava-se do fato de que o Japão, em sua expansão imperialista, invadira e anexara da China a região da Manchúria em 1932. E no Amazonas, no Pará, em São Paulo e no Paraná, governos estaduais e companhias de colonização já vinham, desde os anos 1910, assentando contingentes de japoneses – os quais, por sua vez, atraíam novos imigrantes.



Figura 8.12: Cartaz de promoção da emigração para o Brasil por empresa privada de colonização. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Affiche_%C3%A9migration_JP_au_BR-d%C3%A9b_XXe_s..jpg



Sobre os japoneses em São Paulo, indica-se o *site* do próprio governo estadual, referente à comemoração do centenário da imigração, em 2008. Ei-lo:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/imigracaojaponesa/historia.php>

Para Getúlio, contudo, a questão da imigração como um todo aparecia mais claramente na distribuição das colônias pelo território nacional do que com relação à imposição de restrições

eugenistas à sua entrada. Para o Estado brasileiro, a continuidade da imigração deveria levar à adoção de medidas para reduzir a ameaça potencial de que os núcleos de colonização se tornassem “quistos” à sociedade brasileira e aos interesses do próprio Estado.

Há que se lembrar do fato de que as maiores colônias eram justamente de contingentes de alemães, italianos e japoneses, ou seja, as nações que formaram o eixo nazifascista. E ainda havia, com exceção dos nipônicos, colônias das mesmas origens nos demais países do Cone sul-americano, na Argentina, sobretudo. Poderia, pelo menos em hipótese, haver riscos de separatismo e perda territorial para o Brasil.

Uma dessas medidas de controle pelo Estado brasileiro foi a da obrigatoriedade de introdução da língua portuguesa nas escolas, com a proibição de ensino de idiomas de origem do imigrante nas áreas coloniais. Também os jornais das colônias só poderiam circular em língua portuguesa.

Mas Vargas não defendia uma posição radical de severa restrição à vinda de trabalhadores, especialmente àqueles destinados à agricultura e à expansão da fronteira agrícola. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, foram assentados por iniciativa federal núcleos de agricultores japoneses em Itaguaí, em Papucaia (distrito de Cachoeiras de Macacu) e em Valença.

Em 1935, Vargas discursou:

Os alemães concentraram-se nas zonas onde primitivamente se haviam localizado os primeiros colonos alemães; os eslavos tenderam para os centros onde os primeiros colonos eslavos se haviam fixado; os italianos, portugueses e espanhóis procederam de idêntica forma; os japoneses, na ordem cronológica, os últimos que nos procuraram, também se condicionaram, dentro desse regime de liberdade, ao determinismo das influências étnicas e geográficas, e, salvo pequena exceção, no extremo-norte, vinham convergindo para as zonas meridionais e concentrando o grosso dos seus contingentes num único Estado três quartos o de São Paulo.

Enquanto isso acontecia, regiões fertilíssimas, merecedoras como as demais de receber o impulso de progresso provocado pela imigração, permaneciam intactas e abandonadas, sobretudo nos Estados do Norte, cujas terras, por falta de uma política racional e sistemática de colonização, só escassamente são atingidas pelas correntes imigratórias.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 122-123. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1324/000001.html>

O resultado dos debates sobre trabalho e imigração está no art. 121º em seus parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º da Constituição de 1934. Na Constituição de 1937, os mesmos dispositivos foram mantidos no art. 151º:

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 4º - O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas.

§ 5º - A União promoverá, em cooperação com os Estados, a organização de colônias agrícolas, para onde serão encaminhados os habitantes de zonas empobrecidas, que o desejarem, e os sem trabalho.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém,

a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

Fonte: Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm

O art. 121º deu a base para a chamada *Lei de Cotas*. Estipulou-se em 2% do volume de entrada nos últimos 50 anos o limite quantitativo para imigrantes de uma dada nacionalidade, o que favorecia aquelas comunidades de imigrantes que já eram mais numerosas e antigas, isto é, italianos e alemães. Mas estes, à época, já não emigravam como no final do século XIX, conforme já observamos anteriormente. Ou seja, haveria mesmo forte restrição à vinda de estrangeiros de origens outras, principalmente asiáticos e africanos.

Em 1938, a questão da preferência do Estado Novo pela origem europeia dos imigrantes ficou ainda mais clara com o Decreto-lei 406, de 1938, que dizia, em seu art. 2º, que seria atendida, na admissão de estrangeiros, a “necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia.”

Com o fim da II Guerra Mundial, com a difusão da temática dos direitos humanos (o país é fundador e membro da Organização das Nações Unidas) e com a demanda por mão de obra especializada, o Estado brasileiro começou a flexibilizar a entrada de imigrantes. Um novo Decreto-lei (7967/45) foi, então, produzido, prevendo que: “Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil, desde que satisfaça as condições desta lei”. Porém, no art. 2º, mantinha-se o caráter racista: “necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia”.

Em artigo sobre a imigração na atualidade, Rosita Milesi (2005) sustenta que, somente em 1969, é que se fez um “primeiro real” estatuto para estrangeiros no Brasil. Mas era uma legislação da ditadura militar, que visava ao controle do cidadão estrangeiro, quando isso fosse da conveniência do regime. Foi o Decreto-lei 941/69.

Depois, em 1980, foi a vez da nova lei, de número 6815, que está em vigor. Ela visa à segurança nacional, uma das marcas do regime de 1964 a 1985. É necessário substituí-la, pois ela não tem conformidade com a Constituição atual (1988). A respeito, Milesi sustenta:

A Constituição Federal, como sabemos, está norteada por princípios e valores fundamentados no respeito à dignidade humana, à cidadania e à prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais. Consigna expressamente que tem entre seus fundamentos primeiros a cidadania e a dignidade da pessoa humana e que constituem objetivos igualmente fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

[...] Particularmente relevante é o artigo 5º, quando afirma: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Assegura, assim, caráter hegemônico ao conceito de que os estrangeiros residentes no país estão em condição jurídica paritária à dos brasileiros no que concerne à aquisição e gozo de direitos civis.

Fonte: MILESI, Rosita. *Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos*. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/por_uma_nova_lei_migracao.pdf

Com referência aos fluxos de imigração atual, voltaremos ao tema na Aula 10.

A organização do trabalho, o controle de sindicatos e a previdência social

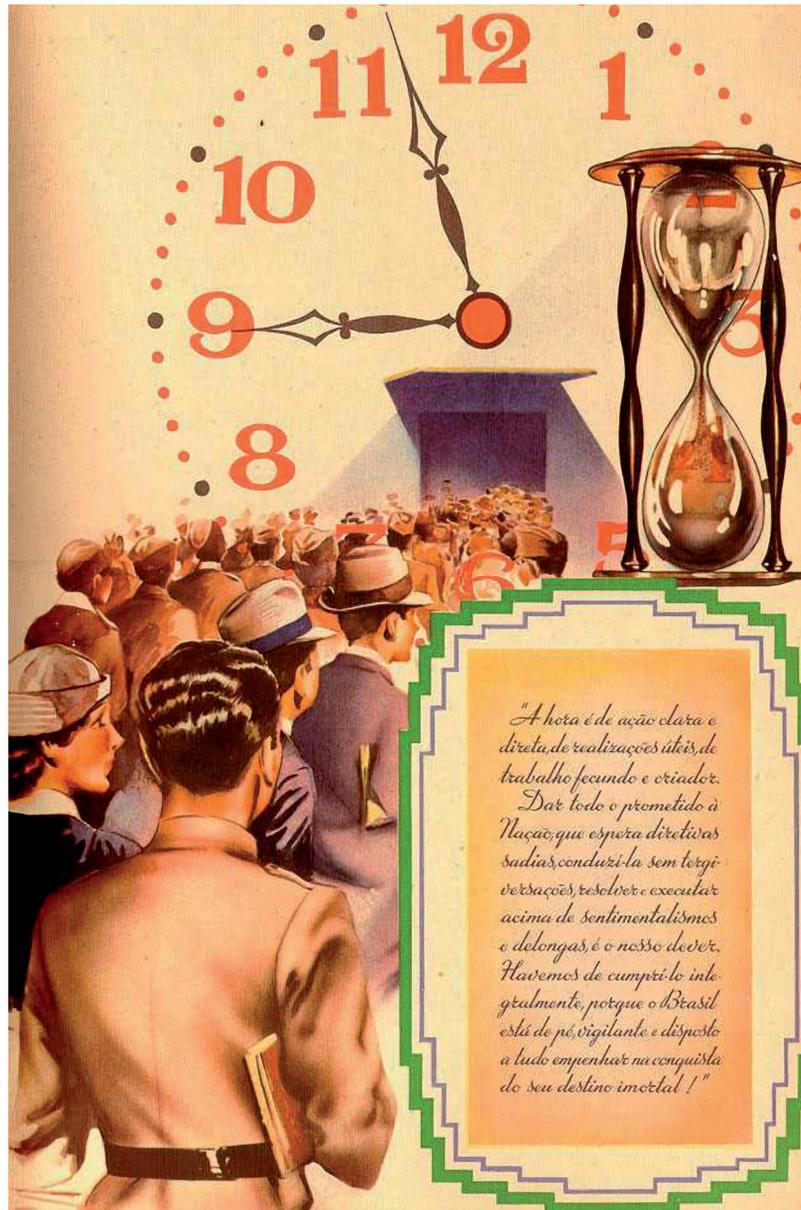


Figura 8.13: Governo Vargas: propaganda (1935).

Legenda: "A hora é de ação clara e direta, de realizações úteis, de trabalho fecundo e criador. Dar todo o prometido à Nação que espera diretivas sadias, conduzi-la sem tergiversações, resolver e executar acima de sentimentalismos e delongas, é o nosso dever. Havemos de cumpri-lo integralmente, porque o Brasil está de pé, vigilante e disposto a tudo empenhar na conquista do seu destino imortal!"

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estado_Novo2_-_1935.jpg

A ilustração acima refletia a visão positivista de Getúlio Vargas e de seu governo. Positivista, porque seguia as ideias de Auguste Comte e trabalhava a noção de organização, compromisso individual com a ordem estabelecida, disciplina em nome do bem da coletividade, de todos. Era também uma mensagem de nacionalismo, de ideia do dever, do trabalho árduo para a conquista de um futuro, de um destino triunfal. Mas quem definiria o que seria esse destino?



Figura 8.14: Convocação para concentração trabalhista na Esplanada do Castelo no dia 1º de maio, 1937/1945. Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/IdeologiaTrabalhismo>

É isso mesmo? O presidente da República é quem definiria o futuro da nação? Não deveriam ser os cidadãos, os trabalhadores, seus sindicatos e organizações; enfim, o povo, a sociedade civil, de forma democrática?

O fato é que, nos anos 1930 e 1940, as condições sociais e políticas levaram ao poder representantes das elites, que tiveram êxito em estender/impor direitos sociais – entre os quais os de natureza trabalhista – às massas de trabalhadores urbanos, antes que as mesmas conquistassem por si próprias. Nesse processo, o

presidente Getúlio Vargas seria visto e difundido, a propósito, como *o pai dos pobres*.

O professor José Murilo de Carvalho sustenta que a origem gaúcha de Vargas e de colaboradores diretos, como Lindolfo Collor (1892-1940), é fundamental para compreender a montagem de todo um conjunto de direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários de natureza positivista e corporativista. A própria Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 1891, fazia referências ao Positivismo, em seu preâmbulo, com a noção de humanidade.

Ademais, as relações entre estancieiros e seus peões, embora bastante desiguais, seriam de (suposta) fidelidade e obrigações mútuas. Chegando ao Palácio do Catete, os rio-grandenses, associados aos militares, enfim, colocariam sob o patrocínio do Estado brasileiro um conjunto de medidas administrativas e de novas leis de base corporativista.

A primeira pasta criada por Getúlio, ainda em 1930, foi justamente o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Veja: não apenas do Trabalho. Também da Indústria e do Comércio. Todos os participantes da atividade econômica do país formariam um único corpo. A intenção era a regulação pelo Estado do conflito entre capital e trabalho, o controle e o estímulo à cooperação entre trabalhadores e patrões.

Logo, em 1931, viria uma nova lei sindical, em que os sindicatos (tanto os de trabalhadores quanto os de empregadores) só seriam válidos caso fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Haveria ainda a imposição de um único sindicato por categoria por município, ao contrário dos tempos da República Velha, quando em cada empresa poderia ser criado um sindicato por seus trabalhadores. A visão getulista privilegiava acordos coletivos, ao invés dos contratos individuais (perspectiva liberal).

Para os sindicatos mais fortes do eixo Rio-São Paulo, essa legislação sindical representava perda de liberdade. Para os trabalhadores de sindicatos fracos ou ainda não sindicalizados em outras

partes do país, significava ganho de proteção face ao desigual poder dos patrões. A criação da Justiça do Trabalho, pelo Art. 122º da Constituição de 1934, não deixou de ser uma promessa de maior poder aos trabalhadores, mas no âmbito do Estado.

Aliás, a Constituição de 1934, em seu preâmbulo, observava a perspectiva de equilíbrio e estabilidade social, com amparo da produção e proteção ao trabalhador:

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte...

Nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 121º, havia ainda a criação do salário-mínimo:

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

- a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;
- b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador;
- c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei;
- d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho

noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;

e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos;

f) férias anuais remuneradas;

g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa;

h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte;

i) regulamentação do exercício de todas as profissões;

j) reconhecimento das convenções coletivas, de trabalho.

§ 2º - Para o efeito deste artigo, não há distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou técnico, nem entre os profissionais respectivos.

§ 3º - Os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas.

Fonte: Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm

Em 1943, houve, pelo Decreto-lei 5.452, a edição da Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT, que está em vigor até o presente. Entre as medidas previstas, estava a do imposto sindical, cobrado pelo Estado ao trabalhador associado (um dia de trabalho por ano) e repassado ao respectivo sindicato. Isso fortaleceu o poder das elites sindicais, mas as atrelava ainda mais ao Estado.

As greves estavam proibidas pela Constituição em vigor, que legalizara a ditadura do Estado Novo, em 1937. Posteriormente, com a Constituição de 1946, o direito de greve seria reconhecido,

mas a decretação de greves passava pela avaliação da Justiça do Trabalho. O direito de greve permaneceu fortemente tutelado durante a Constituição de 1967, referente ao regime militar. Pela Constituição de 1988, é reconhecido como um direito do trabalhador, mas ainda sujeito à intervenção da Justiça do Trabalho.

Para completar o quadro sindical e trabalhista, havia as medidas no campo previdenciário. Antes de 1930, a previdência social era bastante limitada. Durante a Era Vargas, as corporações foram reunidas em institutos de assistência e previdência, os IAP's. Além de aposentadorias e pensões, os IAP's ofereciam diversos benefícios aos seus associados, inclusive, médico-hospitalares e acesso à moradia em conjuntos habitacionais respectivos.

Na paisagem carioca, por exemplo, são vistos vários conjuntos habitacionais construídos pelos IAP'S, a exemplo dos portuários, na Gamboa; dos industriários, em Ramos; dos bancários, na Ilha do Governador. Foram construídos conjuntos semelhantes em vários municípios do Brasil.

Abaixo, o conjunto que fica na Avenida Brasil, em Guadalupe. Se você mora no Rio de Janeiro, deve conhecê-lo. É um exemplo!

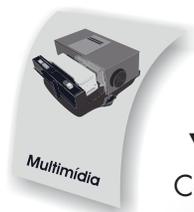


Figura 8.15: Conjunto habitacional. Bairro carioca de Guadalupe (2011).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bairro_de_Guadalupe.jpg

Como havia diferenças entre a capacidade contributiva e o número de associados entre os IAP's, nos anos 1960, já no governo militar, houve a unificação e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Quanto aos programas de habitação popular, estes foram destinados ao Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, extinto e anexado à Caixa Econômica Federal (CEF) em 1986.



A legislação trabalhista, sindical e previdenciária

Caro (a) aluno (a),

Ainda sobre Vargas, você pode conhecer melhor os aspectos das leis do trabalho, previdência e sindicatos. Indicamos os *sites* abaixo. É um material excelente da Fundação Getúlio Vargas (FGV):

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/JusticaTrabalho>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/CLT>

O professor José Murilo de Carvalho destaca que as leis trabalhistas, sindicais e previdenciárias da Era Vargas, contudo, não foram estendidas a duas numerosas categorias de trabalhadores urbanos: os empregados domésticos e os autônomos. Também não foram aplicadas aos trabalhadores do campo... da roça. As razões, provavelmente, estavam nos custos políticos ao governo junto às famílias das emergentes classes médias urbanas e aos fazendeiros

e proprietários de terras. Quanto aos autônomos, observamos a questão da informalidade, que ainda é extremamente alta no país.

Com relação ao emprego doméstico, que é basicamente feminino, voltaremos a falar na Aula 13.

Quanto ao trabalhador rural, este só teria seus direitos trabalhistas reconhecidos em lei em 1963, no governo do presidente João Goulart (1961-1964) com a Lei 4.214, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR).



Figura 8.16: Presidente João Goulart (1961).
Brasil: Galeria dos presidentes.
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jango.jpg>

Mas somente a partir do início da década seguinte, o trabalhador rural ganharia o devido acesso a serviços previdenciários, com a criação do PRORURAL, Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, FUNRURAL.

O regime militar revogaria o ETR, em 1973, com a edição de uma nova lei (5.889) em 1973. A Constituição de 1998, no Art. 7º, define e reconhece os direitos do trabalhador rural, equiparando-os aos urbanos.



Se você quiser conhecer mais do ETR e da legislação que ampara o trabalhador rural, acesse o artigo de autoria da especialista Zenilda Paidá no site <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,trabalhador-rural,36550.html>.

Os fluxos demográficos no país entre 1930 e 1980

A importância do ETR, de 1963, para a questão demográfica está em ter influenciado o processo que já vinha ocorrendo de êxodo rural e de abertura da fronteira agrícola a oeste.

De acordo com Vera Ferrante (1976), o ETR foi uma extensão da CLT ao mundo rural. Surgiu num contexto histórico em que o sindicalismo no campo se expressava com força, por meio da ação das chamadas *Ligas camponesas*. A reforma agrária era um dos temas mais polêmicos e geradores de tensões sociais.

De forma semelhante à da legislação trabalhista nos anos 1930 e 1940, o governo do Presidente João Goulart buscou, por meio do ETR, colocar o Estado como o árbitro de interesses dos setores envolvidos e redutor de tensões. Na dinâmica que levaria ao golpe de 1964, o ETR poderia auxiliar João Goulart a ganhar força política e, assim, a revertê-lo.

Para Vera Ferrante, o alcance do ETR foi limitado pelo fato de que dependia de fiscalização de órgãos públicos para que os trabalhadores fossem respeitados. Seu texto tinha várias omissões acerca

das relações de trabalho entre vários tipos de trabalhadores presentes no mundo rural e os donos de terras. O texto não trabalhara relações pré-capitalistas ainda presentes, como a meação e a parceria.

Para os proprietários de fazendas, o ETR trazia garantias ao trabalhador, ao colono, às suas famílias, que, em caso de demissão, poderiam gerar indenizações. O tempo de moradia na fazenda dava ao trabalhador estabilidade após 10 anos, inclusive. Nesse caso, só haveria demissão sem indenizações em situações muito específicas.

Entre as consequências disso, houve a dispensa ou mera expulsão de contingentes de agregados em todo o país, o que gerou reforço aos fluxos rural/urbano e expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e para a Amazônia – que já vinham se processando, dada a industrialização do país.

Outro efeito foi a elevação da precarização das relações de trabalho, com o crescimento do uso da mão de obra volante, diarista ou dos “boias-frias”.

O fenômeno dos boias-frias está associado ao surgimento de favelas em pleno meio rural, à beira de estradas ou nas periferias de pequenas cidades. Também, muitas vezes, o pequeno proprietário minifundiário e seus familiares são boias-frias e alugam sua força de trabalho como diaristas. Contratados por agenciadores, essa mão de obra precária se desloca ao longo do ano por regiões de todo o país, de acordo com o calendário de plantio e de colheita dos mais variados produtos agrícolas. Há ainda aqueles que conciliam o trabalho rural com o de garimpeiros ou mesmo com o de empregos domésticos.



O Estatuto da Terra de 1964

Se o ETR foi uma tentativa de estender as legislações trabalhista, sindical e previdenciária ao setor rural da economia e da sociedade, o Estatuto da Terra foi uma ação do regime militar rumo à instituição de uma política agrária, associada a uma modernização capitalista e conservadora do campo, necessária à continuidade da industrialização do país, nos moldes em que esta vinha ocorrendo desde os anos 1930. Mas o Estatuto da Terra não era mais uma legislação corporativista, à moda de Vargas.

Sobre o ETR, indicamos o artigo de Moacir Palmeira, intitulado "Modernização, Estado e Reforma Agrária". Este artigo está disponível no *site* http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300006&script=sci_arttext.

Para se ter uma ideia da alteração das relações de trabalho no campo e do processo de urbanização da sociedade brasileira, em 1940, 40% dos trabalhadores rurais eram residentes nas fazendas. Em 1980, apenas 13%.

Segundo dados do IBGE (2003), na década de 1940, três milhões de brasileiros fizeram o trajeto da roça para a pequena cidade e de lá para as áreas em metropolização ou diretamente do campo para as grandes cidades do país.

Nos anos 1950, sete milhões de pessoas buscaram nova vida nas áreas urbanas ou na fronteira agrícola que estava aberta no norte do Paraná, nos estados do Centro-Oeste e no Maranhão. A importância da abertura da fronteira para a economia industrial reside no fato de que permitiu a contínua elevação do abastecimento de alimentos e de matérias-primas agropastoris, sem que se fizessem elevados investimentos em capital.

O ideal seria que as demandas da urbanização e da industrialização se fizessem atendidas pelo incremento da produtividade da terra e do trabalho, e não pela incorporação de mais terras em moldes extensivos. Em outros países, a elevação da produtividade se fizera necessária pela falta de terras virgens. Este não era o caso do Brasil. Mas isso geraria tensões fundiárias ainda não resolvidas até hoje por projetos de reforma agrária.

Entre 1960 e 1970, doze milhões e oitocentas mil pessoas rumaram para as cidades e para a fronteira agrícola já em fechamento. Nos anos 1970, seriam quinze milhões e seiscentos mil migrantes, mas com fronteira já fechada.

Associando (o sofrido processo de) êxodo rural e crescimento vegetativo elevado, o Brasil, em poucas décadas, se tornaria, de fato, um país urbanizado. A tabela abaixo traz dados inequívocos.

Tabela 8.6: Taxa de urbanização no Brasil: 1950/1989

Ano	População total	População urbana absoluta	%
1950	51.944.397	18.782.891	36.2
1960	70.197.370	31.533.681	44.9
1970	93.139.037	52.084.984	55.9
1980	119.002.706*	80.436.409	67.6
1989	144.293.110	107.239.796	74.3

*Não está incluída a população rural da região Norte.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970 e 1980. IBGE, 1996.

Fonte: BECKER, B. K. & EGLER, C.A.G., 1993, p.182

Cabe observar que, no processo de urbanização/metropolização e de ocupação de áreas de fronteiras agrícolas entre 1930 e 1980, houve regiões/estados que se notabilizaram como emissores de fluxos de migrantes e aqueles recebedores de fluxos.

Isso permanece até o presente. No mapa 1 (**Figura 8.17**), o processo é visível, não?



Figura 8.17: Origem do migrante (2005-2010).

Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico de 2010. p.141. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap9.pdf

Observe os casos de Piauí, Bahia, Paraíba e Alagoas como estados que têm baixa proporção de população não natural. São estados emissores de contingentes de trabalhadores tanto para as maiores cidades do Centro-Sul quanto para os confins da Amazônia e do Centro-Oeste. Nos anos 1940 e 1950, foram, ao lado do estado de Minas Gerais, grandes emissores de migrantes para o Norte do Paraná e para a construção de Brasília.

O Rio Grande do Sul também tem participação menor de população não natural, se comparado com os demais estados sulistas. Uma explicação está no fato de que a demanda por terras pelos descendentes de colonos imigrantes iria levá-los à ocupação do oeste catarinense, de áreas do Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Rondônia.

O Amazonas difere-se dos demais estados da Região Norte, em razão de sua colonização ser mais recente do que a do Pará, sendo seu acesso por rodovias mais dificultoso. Além disso, nos anos 1960, o regime militar criou a Zona Franca de Manaus, induzindo a formação de um grande centro metropolitano em meio à Amazônia. Ou seja, há um relativo êxito do projeto da Zona Franca em ter concentrado os fluxos demográficos na região manauara.

Quanto às grandes regiões metropolitanas do país, o predomínio do amarelo demonstra o papel desempenhado pelo Nordeste como fornecedor de força de trabalho ao longo do século XX – processo que analisamos em alguns de seus aspectos na Aula 7.

Brasília e a polarização da estrutura territorial brasileira

Após a II Guerra Mundial, foram criados no mundo ocidental estudos e modelos de desenvolvimento econômico que se baseavam na capacidade de planejamento pelo Estado da organização territorial, especialmente, em nível urbano e/ou regional.

Esses modelos tiveram no Brasil um ambiente receptivo, considerando que, desde a ascensão de Vargas, o Estado assumira um papel de liderança no processo de industrialização do país: os capitais nacionais e estrangeiros seriam complementares ao estatal, responsável pelos setores de base e pela infraestrutura de estradas e de energia.

Getúlio Vargas, inclusive, durante o Estado Novo, criou órgãos técnicos de assessoramento, a exemplo do IBGE, para a tomada de decisões e medidas administrativas e estratégicas. Empresas estatais, a exemplo da Petrobrás, foram também criadas para dar mais agilidade a ações governamentais. Toda uma geração de administradores e técnicos do serviço público, a partir de então, surgiria e formaria a chamada tecnocracia estatal.

A estrutura do Estado, principalmente em seu nível federal, ganhou capacidade de controle e planejamento, sendo a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE, em 1953, um de seus marcos maiores no campo civil. Na fração militar do Estado, ampliaram-se os estudos de natureza geopolítica, a partir da fundação, em 1949, da Escola Superior de Guerra (ESG).

O fato é que, entre a tecnocracia estatal e os militares, difundiu-se, entre outros, o modelo dos polos de crescimento, proposto por François Perroux (1903-1987) para explicar a concentração industrial e de riqueza na região parisiense (França) e no Vale do Ruhr (Alemanha).



Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux

Segundo a Wikipedia:

Os polos industriais de crescimento podem surgir em torno de uma aglomeração urbana importante (Paris) ou ao longo das grandes fontes de matérias-primas (Vale da Ruhr), assim como nos locais de passagem e fluxos comerciais significativos ou ainda em torno de uma grande área agrícola dependente.

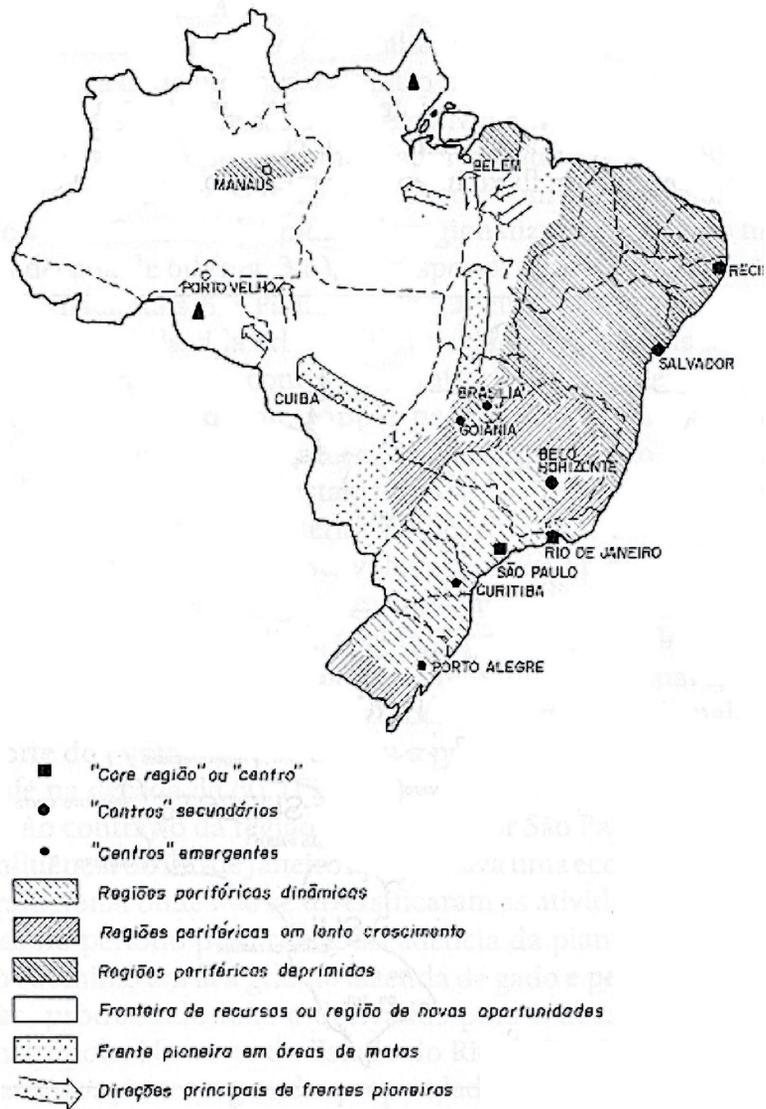
O polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo/produto e forma um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes.

O polo de crescimento pode vir a tornar-se um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir a produção e o emprego no meio em que está inserido.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7ois_Perroux

Por esse modelo, era possível acreditar que se deveria estimular a concentração da atividade econômica em áreas com capacidade de polarização de fluxos de riqueza e de população. Isso vinha ao encontro do desenvolvimento da indústria por substituição de importações, com a formação de um grande mercado nacional no sudeste brasileiro.

À medida que o centro da economia nacional firmava-se no triângulo Rio, São Paulo e Belo Horizonte, as demais regiões do país tornaram-se periferias dele, conforme Becker e Egler, 1992, representaram no mapa a seguir:



Plano de Metas

Composto por 30 objetivos, subdivididos em setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que pretendia fazer o país crescer "50 anos em 5", era marcado por investimentos em estradas, em siderúrgicas, em usinas hidrelétricas, na Marinha Mercante e pela construção de Brasília (DF).

Figura 8.18: Tipos de região em função das interações espaciais (1960).

Fonte: BECKER, B. K. & EGLER, C.A.G., 1993, p. 115.

Com uma maior capacidade de operação do Estado e de sua tecnocracia, o ambiente de apoio da sociedade como um todo ao crescimento industrial e ao desenvolvimento de uma estrutura territorial do tipo centro-periferia(s), a efetivação da transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central – prevista desde 1891, conforme observamos na Aula 7 – acabariam por vir no governo do carismático e conciliador Juscelino Kubitschek, com seu **Plano de Metas**.



Figura 8.19: Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956). Brasil: Galeria de presidentes.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Juscelino.jpg>

A transferência da capital do litoral para o Centro-Oeste significava o fim da estrutura em “arquipélago econômico”. Significava criar no vazio do Centro-Oeste um polo de atração de população e de atividades econômicas modernas. O funcionalismo público e os custos de manutenção da capital gerariam renda e formariam um mercado regional capaz de transformar o interior do país, inclusive a Amazônia.

Mas, para isso, era preciso investir em uma nova estrutura de estradas e vias de circulação, em um novo modelo viário. As ferrovias existentes, com exceção da Central do Brasil, ainda eram basicamente aquelas construídas no Império, conforme analisamos

nas Aulas 5 e 6. Muito do transporte no interior ainda era feito nos lombos de burros. Boa parte do gado bovino ainda chegava aos mercados após dias ou mesmo meses sendo tangidos por exímios vaqueiros e peões de boiadeiro.



Sobre o impacto do rodoviarismo na organização do espaço e do trabalho no Brasil, você pode ter uma ideia pela letra da canção sertaneja/caipira intitulada “Mágoa de Boiadeiro”, de Pedro Bento e Zé da Estrada, pelo *site* <http://letras.mus.br/pedro-bento-ze-da-estrada/401645/>.
Dá para trabalhar com os alunos, quando você estiver regendo suas turmas!

Que investimentos em transportes fazer? Em novas ferrovias? Em rodovias? Em navegação fluvial? Em hidrovias? Em navegação de cabotagem? Veja os mapas 3 e 4 (**Figuras 8.20 e 8.21**), de 1956.



Figura 8.20: Plano Ferroviário Nacional

Fonte: Andreina Nigriello. *Planos Nacionais de Viação*. Disponível em: http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/aulas/5-nigriello/a5-10-nigr-PNviacao.pdf

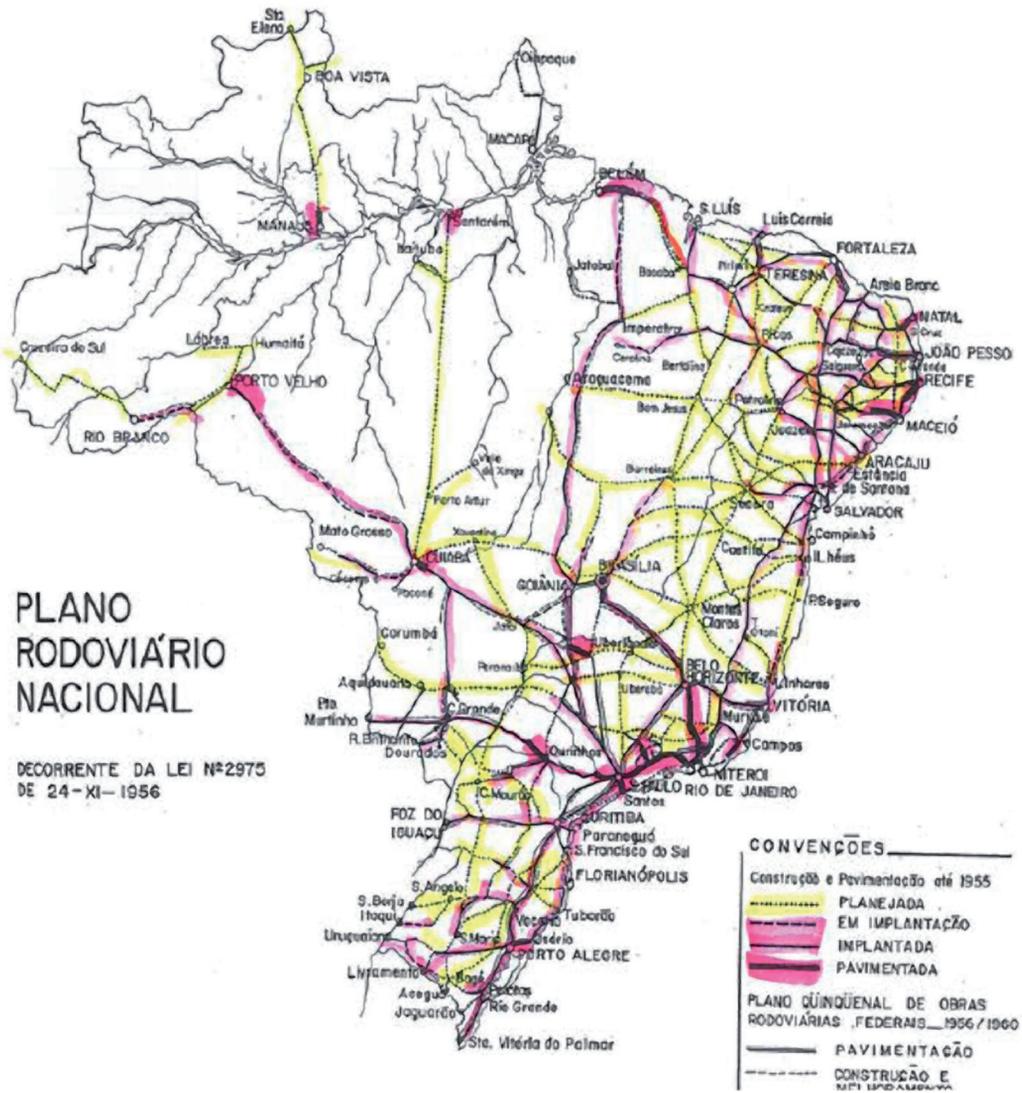


Figura 8.21: Plano Rodoviário Nacional

Fonte: Andreina Nigriello. Planos Nacionais de Viação. Disponível em: http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/aulas/5-nigriello/a5-10-nigr-PNviacao.pdf

Em 1956, Juscelino aprova no Congresso a Lei 2.975, com os Planos Ferroviário e Rodoviário Nacional. Mas o ideal seriam investimentos em uma logística integrada de transportes, com prioridades para os modais ferroviários e hidroviários, sendo as rodovias complementares. Isso já houvera sido pensado pelo Plano Geral de Viação, de 1934, pelo governo Vargas. Mas não houve recursos para tanto. Com JK, não havia também tempo: construir Brasília em um único mandato presidencial significava a decisão de manter a opção rodoviária que já se esboçara, de fato, desde o governo de Washington Luís (1926-1929).



O Presidente Kubitschek e a construção de rodovias e de Brasília em documentários de época

Com o patrocínio da Petrobrás, o acervo do cineasta e jornalista Jean Manzon está disponível no *site* www.acervojeanmanzon.com.br.

Ao acessar, basta clicar em vídeos. Há vários filmes de curta duração sobre temas brasileiros dos anos 1940 a 1980. São filmes que trazem, algumas vezes, um tom de propaganda oficial... Contudo, são interessantes para se ver o clima, o ambiente dos momentos em que foram gravados.

Para o período do presidente JK, sugerimos que você acesse os vídeos intitulados “Br 3 Record Rodoviário” e “O Bandeirante”. O primeiro é sobre o asfaltamento da estrada entre Belo Horizonte e Juiz de Fora. O segundo é sobre a construção de Brasília. Ambos de 1957.

Não deixe de conferir!

Além disso, a opção pelo rodoviarismo levava à implantação/expansão da indústria automobilística. O automóvel, o ônibus e o caminhão são capazes de gerar empregos nos setores de autopeças e de insumos diversos, nas próprias linhas de montagem das fábricas, no setor de financiamentos e de seguros, nas oficinas de reparos e de acessórios, nos estacionamento e garagens, enfim, em uma enorme gama de produtos e serviços.



Figura 8.22: Ícones da indústria automobilística brasileira em seus primeiros anos: automóvel Aero Willys, ano 1962, e caminhão Fábrica Nacional de Motores- FNM – 1965.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu_Eduardo_Andr%C3%A9_Matarazzo_-_acervo_autom%C3%B3veis_1.jpg?uselang=pt-br; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:FNM_D-11.000.JPG?uselang=pt-br

Os transportes rodoviários foram ainda capazes de estimular as indústrias bélica, siderúrgica, metalúrgica, química, petrolífera e derivados, eletrônica etc. O rodoviarismo formou ainda trabalhadores técnicos e administrativos que tendem a ter salários mais altos em relação a outras categorias, além de uma elite sindical em São Paulo, da qual emergiria um dos polos de poder político que desafiaria a ditadura no final dos anos 1970, com greves importantes, e criaria o Partido dos Trabalhadores (PT). A liderança de maior expressão foi a do metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula, que viria a ser eleito Presidente da República por dois mandatos consecutivos (2003-2006; 2007-2010).

Em outras palavras, Lula não chegou à presidência como obra do acaso: é filho desse Brasil do “meio técnico” que se industrializou, trouxe migrantes dos sertões para as cidades do Sudeste, treinou parcela dos trabalhadores pelo SENAI e permitiu o funcionamento tutelado de sindicatos.



Wilson Aguiar / Agência Brasil

Figura 8.23: Posse do presidente Lula e do vice-presidente José de Alencar em seu segundo mandato (2007-2010).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lula%27s_presidential_inauguration,_2007.jpg

Além disso, no caso brasileiro, a indústria automobilística estimularia a sensação de superação de seu atraso e certo sentimento nacionalista, embora os investimentos feitos na década de 1950 tenham ficado a cargo de montadoras estrangeiras. A propósito, a Fábrica Nacional de Motores, criada por Vargas em Xerém (RJ), ainda no Estado Novo, seria anexada à companhia italiana Alfa Romeo, do grupo FIAT.

A concentração dos investimentos da indústria automobilística na região metropolitana e no Estado de São Paulo (Vale do Paraíba do Sul, inclusive), a partir do governo Kubitschek, reforçaria o poder de polarização da economia paulista.

Na década de 1950, a propósito, São Paulo ultrapassaria o Rio de Janeiro em número de habitantes: de 2.151.213 hab., em 1950, para 3.667.899 hab., em 1960. O Rio passou de 2.377.451 hab., em 1950, a 3.281.908 hab., em 1960. Em 2010, a população paulista chegou a 11.253.503 hab., sendo uma das dez maiores cidades em habitantes de todo o mundo.



Paul Keller

Figura 8.24: Panorama da cidade de São Paulo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Saopaulopanorama2-editado.jpg>



A numeração das rodovias federais: você a conhece?

Já no regime militar, em 1967, novo planejamento viário nacional foi feito, mantendo-se, contudo, o rodoviarismo. O interessante desse estudo foi a numeração das rodovias, conforme se vê abaixo:

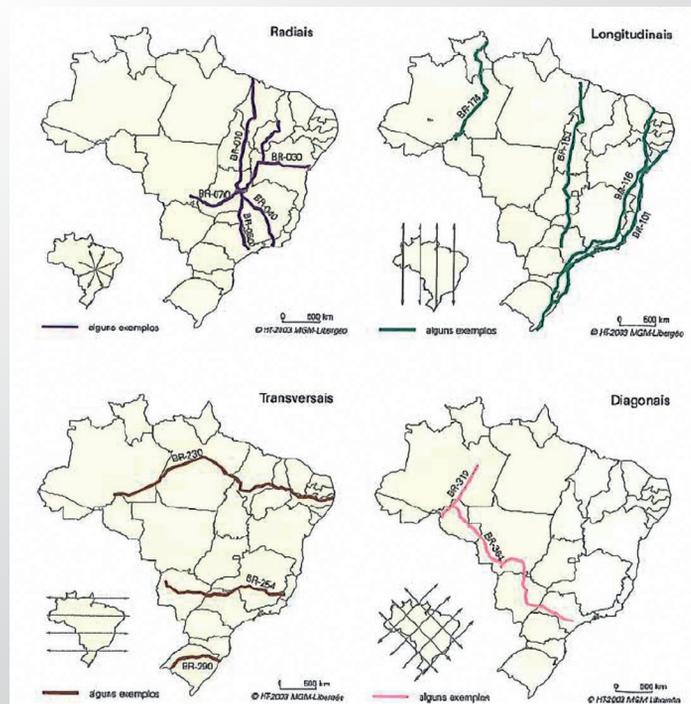


Figura 8.25: Rodovias federais e sua numeração após 1967.

Fonte: Andreina Nigriello. Planos Nacionais de Viação. Disponível em: http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/aulas/5-nigriello/a5-10-nigr-PNviacao.pdf

As BR's de numeração entre 0 e 99 seriam as radiais, ou seja, de Brasília para as capitais estaduais ou pontos periféricos do território nacional. As BR's de numeração entre 100 e 199 seriam as longitudinais N-S. As de numeração entre 200 e 299, transversais E-W. De 300 a 399, diagonais NE-SW ou NW-SE. As de 400 a 499, de ligação e acesso entre outras estradas federais.



Atende ao Objetivo 2



Figura 8.26: Distribuição espacial da população rural

Fonte: Atlas do Censo Demográfico de 2010, p. 50. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap4.pdf

Considerando o que foi trabalhado no texto sobre o êxodo de áreas tradicionais de ocupação agrícola entre 1930 e 1980, descreva duas características da distribuição da população rural que se manteriam em 2010, representada pelo mapa da **Figura 8.26**.

Resposta Comentada

I - As regiões Norte e Nordeste apresentam relativamente as maiores concentrações de população rural. A justificativa para a região Norte talvez esteja na relação entre a sua ocupação e os ciclos das drogas do sertão e, mais recentemente, da borracha, além de área de expansão da fronteira agrícola. O Nordeste, principalmente em seu vasto interior, conforme apresentamos na Aula 7, permanece como área de agricultura e pecuária extensivas, com exceção de algumas regiões modernizadas pelo agronegócio.

II - No caso da região Norte, mais especificamente os municípios com maiores percentuais de população rural, que estão no extremo oeste, e nos estados do Amazonas e Roraima. Há uma concentração de população rural nos Vales do Araguaia e do Tocantins.

III - O Centro-Oeste também apresenta áreas com municípios com média-alta participação percentual de população rural. Isso tem relação direta com a expansão da fronteira agrícola e, mais recentemente, do agronegócio nas últimas décadas.

IV - O sul do país tem áreas de relativa concentração de municípios de população rural. Uma explicação está na permanência da pequena propriedade familiar em áreas de assentamentos de colonos imigrantes e também no oeste catarinense.

V - O sudeste brasileiro mostra-se com municípios de baixa porcentagem de população rural, especialmente nos territórios paulista e fluminense. Em Minas Gerais, os municípios de menores percentuais de população rural estão na área central do estado, área tradicional de mineração e indústria siderúrgica.

CONCLUSÃO

Vários fatores históricos e espaciais contribuíram para que o processo de industrialização se firmasse em meio a uma economia tradicionalmente agrário-exportadora após os anos 1930.

Um desses fatores foi justamente a evolução da população brasileira, que, acrescida de milhões de imigrantes europeus, sírio-libaneses, armênios, judeus e asiáticos colocou-se como força de trabalho e mercado consumidor crescente para bens nacionais, substitutos de importados.

Essa população teve a capacidade de se adaptar, interagir e reagir às frações de elites que lideraram o processo de modernização – conservador, concentrador de renda e autoritário, inerente ao desenvolvimento de um capitalismo (semi)periférico. O Estado brasileiro, principalmente em seu nível federal, foi a “locomotiva” do crescimento econômico e da industrialização, que contaria também com o capital privado nacional e estrangeiro.

Com o esforço de seu povo, o Brasil emergiu de seu atraso secular e inseriu-se no meio técnico como uma das dez maiores economias do mundo capitalista até 1980.

Com a imigração, as migrações internas e o próprio crescimento demográfico formaram o centro e as periferias do território, agora integrado pelo mercado, pela infraestrutura de transportes rodoviários e pela abertura da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia.

A urbanização e a metropolização, do mesmo modo que passaram a ser o locus da produção da riqueza, cresceram de modo explosivo e sem a capacidade de oferecer oportunidades e condições justas de vida a milhares de pessoas.

Em suas contradições, o processo de modernização do Brasil foi capaz de fazer o Estado estender direitos trabalhistas a uma grande parcela da população (ainda persiste a informalidade),

sem, contudo, ampliar direitos fundamentais. Os direitos políticos ficaram tutelados durante boa parte do período de 1930 a 1980 sob a ação de duas ditaduras.

O modo como o Brasil se inseriu no meio técnico o habilitou a ser um país emergente na fase atual, isto é, na era informacional. Mas o êxito do Brasil no futuro próximo depende de como a sociedade e o Estado conseguirão superar questões não devidamente resolvidas durante o meio técnico, a exemplo da democratização do acesso à educação de qualidade e do gigantismo das regiões metropolitanas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

De acordo com o que expusemos durante a aula, associe a coluna da esquerda à coluna da direita:

- | | |
|-------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 - Plano de Defesa do Café | () Tocantins, Mato Grosso e Goiás |
| 2 - Positivismo | () movimentos operários na década de 1910 |
| 3 - Anarquismo | () controle político com a difusão de noções de ordem, progresso e cooperação entre segmentos e classes sociais |
| 4 - Getúlio Vargas | () confirmação do rodoviarismo e Plano de Metas |
| 5 - Juscelino Kubitschek | () autoritarismo, corporativismo e populismo |
| 6 - Estados emissores de migrantes | () abastecimento das regiões de expansão industrial mesmo com baixa produtividade |
| 7 - Estados receptores de migrantes | () migração de capitais da agricultura de exportação para a indústria |
| 8 - Fronteira agrícola | () marco do fim da estrutura em "ilhas" econômicas |
| 9 - Estatuto do Trabalhador Rural | () Paraíba, Bahia, Alagoas |
| 10 - Brasília | () intensificação do êxodo rural |

Solução: 7; 3; 2; 5; 4; 8; 1; 10; 6; 9; 10.

RESUMO

- A distribuição da população brasileira pelo território nacional no período entre 1930 e 1980 deixou de seguir a estrutura em “arquipélago econômico”, herdada desde os tempos coloniais.
- À medida que os fluxos de imigração italiana e alemã se reduziram nos anos 1920 e 1930 e/ou que passaram a ser restringidos por leis de cotas (de significados, às vezes, preconceituosos e eugenistas), intensificaram-se as migrações internas. Coube ao Nordeste, especialmente do seu vasto interior sertanejo, a condição de principal região emissora de migrantes e trabalhadores para o Centro-Sul e para a fronteira agrícola em expansão (norte do Paraná, Centro-Oeste e Maranhão).
- O êxodo rural era uma consequência direta da passagem de um país agrário-exportador para uma economia urbana, industrial e de serviços. Além disso, a extensão da legislação trabalhista ao campo, no governo Goulart (ETR), acabaria por intensificar a expulsão de milhares de famílias de agregados, moradores e peões das fazendas Brasil afora. Com o Estatuto da Terra, em 1964, acentuar-se-ia a modernização de grandes áreas agrícolas e sua integração ao sudeste metropolitano.
- A modernização capitalista criou uma estrutura em que regiões do país antes articuladas diretamente ao exterior passassem a ser polarizadas pelo triângulo Rio - São Paulo - Belo Horizonte. Criaram-se periferias com diferentes graus de articulação com o centro nacional e com distintos níveis de desenvolvimento social e econômico.

- O Estado foi o grande motor das transformações entre 1930 e 1980. A legislação trabalhista, os estímulos à industrialização, a implantação de infraestrutura, o modelo rodoviário, a construção de Brasília, o planejamento e a geopolítica dos tecnocratas e militares foram elementos que influenciaram diretamente a modernização do país. Mas, para que isso ocorresse, o Estado gerou medidas que tiveram elevados custos sociais e espaciais. A socialização desses custos levou a ditaduras e ao desenvolvimento de práticas populistas.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, faremos um estudo sobre a ocupação, o povoamento e o desenvolvimento econômico e social da Amazônia na atualidade, isto é, analisaremos aspectos da organização territorial amazônica já na era informacional.

A Amazônia corresponde quase à metade do território brasileiro. Numa escala muito pequena, as densidades demográficas são baixas, embora existam áreas e núcleos de densidades mais elevadas.

São inúmeras as questões que envolvem a Geografia da População na Amazônia brasileira, a exemplo de disputas por terras, respeito e convivência com populações indígenas, favelização rural, crescimento urbano desordenado, níveis elevados de violência, entrada e circulação de drogas pelas extensas fronteiras, contrabando de diversos tipos de bens e, mais recentemente, rota para refugiados (de origem haitiana).

Leituras recomendaas

BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. Brasil uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

Vídeos e filmes recomendados

BR-3 Record. De Jean Manzon. 1957.

Coronel Delmiro Gouveia, dirigido por Geraldo Sarno. O filme foi estrelado por Rubens de Falco, tendo ainda Jofre Soares, José Dumont e Nildo Parente.

Delmiro Gouveia. O Trem da História. Documentário dividido em duas partes. Produzido pelo Instituto Zumbi dos Palmares/TVE - Alagoas, acessível pelos sites <http://www.youtube.com/watch?v=zmG9gNMzUmQ> e <http://www.youtube.com/watch?v=dAfT5pdzSn4>.

Getúlio do Brasil, produzido pela TV Senado, disponível pelo site <http://www.youtube.com/watch?v=Ekj-zmB7sY8>

O Bandeirante. De Jean Manzon. 1957. Disponível em: www.acervojeanmanzon.com.br.

O Centenário da Doença de Chagas – De Lá Para Cá. O site é: <http://www.youtube.com/watch?v=jo7e95WyGDE> TV Brasil, 2009.

Geografia da População do Brasil

Referências

Aula 1

BORGES, Luiz Henrique de Azevedo. A pátria em chuteiras. Disponível em: <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/117/a-patria-em-chuteiras.html>>.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 1992.

DIWAN, Pietra. Eugenia, a biologia como farsa. História Viva, São Paulo, n. 49, nov. 2007. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/eugenia_a_biologia_como_farsa.html>. Acesso em: 19 nov. 2014.

GEIGER, Pedro. As formas do espaço brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 21-72, jul./dez. 2005.

SANTOS, Edna Maria dos; RODRIGUES, Sul Brasil Pinto. Educação e nacionalismo para o século XXI brasileiro. Disponível em: <www.nucleasuerj.com.br/home/phocadownloadpap/10b.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/498/508>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

Aula 2

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 1992.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandy Luciano Sanches (Org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996, p.381-464.

Aula 3

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A.G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BRASIL. Constituição de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código criminal do Império.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.

GERALDO, José Custódio Madaleno. A transferência da Família Real para o Brasil: suas conseqüências. *Revista Militar*, Lisboa, n. 2472, p. 19-63, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=257>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELO, Ronaldo Lopes de. Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais. *Revista Navigator*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 61-69, 2010. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie6.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

MOTA, Carlos Guilherme da. José Bonifácio: fundador do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. v. 1. São Paulo: Editora Senac, 1999. Disponível em: <http://memorial.org.br/revistaNossaAmerica/24/port/48-jose_bonifacio.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.

Aula 4

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.

FACCIONI, Victor José. Bicentenário de um herói. *TCE/Correio do Povo*, Porto Alegre, jul. 2007. Disponível em: <http://portal.tce.rs.gov.br/pls/portal_prod/PK_PORTAL_NOTICIAS_INTRANET.PRC_Mostra_Clipping_Estatico?p_noticia=0&p_setor=169>. Acesso em: 24 nov. 2014.

MARX, Irton. Manifesto do povo gaúcho. Disponível em: <<http://www.pampalivre.info/manifest.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

Aula 5

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*, 1868. Colégio D. Pedro II. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

AMADO, Jorge. Tocaia grande: a face obscura. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GODÓI, Joaquim Floriano de. Projeto de Lei de Criação da Província do Sapucaí (1889). Rio de Janeiro. Acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

MEDEIROS, João E. V. de. Estradas de Ferro para Minas Gerais. Aos Exmos. Srs. Senador Teófilo Ottoni e Cristiano Benedito Ottoni. Rio de Janeiro, 1865. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1802&li=18&lcab=1882-1884&lf=18>.

NOVAES, Adriano. Os caminhos antigos no território fluminense. Disponível em: <<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

OTTONI, Teófilo B. Considerações sobre uma Rede de Comunicações Fluviais e Férreas, tendo por Tronco Principal a Estrada de Ferro D. Pedro II, e o Rio São Francisco com os seus Afluentes Navegáveis, e sobre diversos ramais, a decretar pela Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Correio Mercantil, 03 maio 1865. Jornal do Partido Liberal, Império Brasileiro. Acervo da Biblioteca Nacional.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: <<http://www.blog.desafio.sebrae.com.br/barao-de-maua-um-gigante-na-modernizacao-brasileira/>>.

SILVA, Moacir M.F. Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/centenarioferrovias1954.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SIQUEIRA, Tagore V. de. As primeiras ferrovias do Nordeste Brasileiro: o processo de implantação e o caso da Great Western Railway. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 169-220, jun. 2002.

Aula 6

ALENCAR, José de. O Guarani. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

ALVES, Castro. O Navio Negreiro. Poesia publicada em 1869. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

CARVALHO, Vinicius M. de. Batalha musical. 18 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/batalha-musical>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

CARVALHO, Vinicius M. de. Observações acerca da música militar na Guerra do Paraguai. Disponível em: <www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MMGP.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

FURTADO, Celso. A economia latino-americana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

GODÓI, Joaquim Floriano de. Projeto de Lei de Criação da Província do Sapucaí (1889). Rio de Janeiro. Acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

GUIMARÃES, Bernardo. A escrava Isaura. São Paulo: Ática, 2003.

JOVITA Feitosa é heroína recusada para a guerra e símbolo contra o machismo. Disponível em: <<http://www.jaicos.com/fp171jovita.html>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

O MANIFESTO Republicano de 1870. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/manifesto-republicano.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Centenário do traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1876-1888). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Maria_Conceicao.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

PRADO, Maria Emilia. A cidadania no pensamento político brasileiro (1823-1935). Revista Internacional de Estudos Políticos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.345-360, ago. 1999.

REVISTA ILLUSTRADA. Números diversos. Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

Aula 7

BRASIL. Código penal de 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s>. Acesso em: 26 nov. 2014.

_____. Constituição federal de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 26 nov. 2014.

_____. Constituição federal de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 26 nov. 2014.

CAMPOS, Hécio R. A resolução de fronteiras Minas Gerais-Espírito Santo na Zona Costeada. Revista Geonorte, Manaus, v. 7, n. 1, p. 1010-1030, 2013. Disponível em: <<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/article/14/A%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20DE%20FRONTEIRAS%20MINAS%20GERAIS-ESP%C3%8DRITO%20SANTO%20NA%20ZONA%20DO%20CONTESTADO.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2014.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

GASPAR, Lúcia. Sebastianismo no Nordeste brasileiro. 20 nov. 2006. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=419&Itemid=1>. Acesso em: 27 nov. 2014.

GUTIERREZ, Juan. O Rio de Janeiro por Juan Gutierrez. Galeria Virtual. Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-g-3.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

OS SERTÕES. Disponível em: <<http://cmais.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/sertoos/index.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

QUEIROZ, Rachel de. O Quinze. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

REVISTA ILLUSTRADA. Números diversos. Biblioteca Nacional, Hemeroteca digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

SILVA, Antônio Cândido da. Estrada de ferro Madeira-Mamoré. 9 nov. 2006. Disponível em: <http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=51&Itemid=73>. Acesso em: 27 nov. 2014.

SILVA, Moacir M. F. Geografia das estradas de ferro brasileiras. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/centenarioferrovias1954.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Aula 8

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 27 nov. 2014.

CANO, Wilson. Da década de 1920 a de 1930: da transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 16, n. 1, p.79-90, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

FERRANTE, Vera L. B. O estatuto do trabalhador rural e o Funrural: ideologia e realidade. *Perspectivas*, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 188-202, 1976. Disponível em: <<http://www.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1490/1194>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GALVÃO, Olímpio J. de A. Concentração industrial segundo os censos, 1907-1980. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 9, n. 15, p. 143-181, mar. 1991.

GERALDO, Endrica. A “Lei de Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 15, n. 27, p. 171-212, 2009. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/157>. Acesso em: 27 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap9.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. Estatísticas do século XX. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

MILESI, Rosita. Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/por_uma_nova_lei_migracao.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2014.

NIGRIELLO, Andreina. Planos nacionais de viação. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/aulas/5-nigriello/a5-10-nigr-PNviacao.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2014.

PAIDA, Zenilda. Trabalhador rural. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,trabalhador-rural,36550.html>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

PALMEIRA, Moacir Palmeira. Modernização, Estado e questão agrária. Estudos Avançados, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./out. 1989.

SÃO PAULO (Estado). Imigração Japão-Brasil: história. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/imigracaojaponesa/historia.php>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

SIQUEIRA, Elcio. Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987). 2001. 230 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2001.